



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria De Benefícios  
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários  
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios  
Divisão De Consignações em Benefícios

**TERMO DE ENCERRAMENTO DE TRÂMITE FÍSICO**

Processo nº 35000.000374/2019-28

Interessado: banco bmg s/a, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS - TJDF, ARÃO CAMARGO RAMALHO

1. O processo em epígrafe foi devidamente convertido do suporte físico para eletrônico no SEI, em conformidade com o disposto na Portaria Conjunta nº 1 /DGPA/DTI/INSS, de 21 de outubro de 2019, mantendo o mesmo número do processo físico (NUP) e mesmo interessado.
2. Fica encerrada a tramitação do processo em suporte físico, sendo vedada qualquer juntada física de novos documentos, para, a partir de então, ter continuidade de sua instrução e tramitação somente por meio do SEI.
3. Para fins de registro, o processo originalmente em suporte físico era composto de:
  - 3.1. Folhas: 161
  - 3.2. Volumes: 1
  - 3.3. Mídias: 0
4. O processo eletrônico resultante da presente conversão ficou composto da seguinte forma:
  - 4.1. Volume de Processo: 1
  - 4.2. Apartado Sigiloso: 0
  - 4.3. Conteúdo de Mídia: 0
5. Unidade responsável pela conversão: DCBEN
6. O presente termo deverá ser impresso, numerado e inserido como última página no processo físico, o qual não poderá mais receber novos documentos.
7. A conclusão do procedimento de conversão se deu na data de assinatura do presente Termo.



Documento assinado eletronicamente por **KARINA VIANA DE FREITAS, Chefe de Divisão**, em 17/09/2020, às 10:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



[https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1731130** e o código CRC **E831A68B**.

---

Referência: Processo nº 35000.000374/2019-28

SEI nº 1731130





20/03/2019

Número: **0704771-63.2018.8.07.0006**

Classe: **RECURSO INOMINADO**

Órgão julgador colegiado: **Segunda Turma Recursal**

Órgão julgador: **Gabinete do Juiz de Direito João Luis Fischer Dias**

Última distribuição : **05/11/2018**

Valor da causa: **R\$ 19.610,00**

Relator: **GABRIELA JARDON GUIMARAES DE FARIA**

Processo referência: **0704771-63.2018.8.07.0006**

Assuntos: **Antecipação de Tutela / Tutela Específica**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Previdência Social  
SERVIÇO DE PROTOCOLO

35000.000374/2019-28



Partes	Advogados
ARAO CAMARGOS RAMALHO (RECORRENTE)	
	DEBORAH RODRIGUES AFFONSO (ADVOGADO) CIRENE ESTRELA (ADVOGADO)
BANCO BMG SA (RECORRIDO)	
	BENEDICTO CELSO BENICIO JUNIOR (ADVOGADO)

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
7261512	13/02/2019 15:32	<u>Certidão de julgamento</u>	Certidão
7281638	18/02/2019 14:49	<u>Acórdão</u>	Acórdão
7259832	18/02/2019 14:49	<u>Relatório</u>	Relatório
7259843	18/02/2019 14:49	<u>Voto do Magistrado</u>	Voto
7259824	18/02/2019 14:49	<u>Ementa</u>	Ementa
7749930	20/03/2019 12:36	<u>Certidão</u>	Certidão
7752182	20/03/2019 14:56	<u>Ofício</u>	Ofício



**TJDFT**

Poder Judiciário da União  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS  
TERRITÓRIOS



**SEGUNDA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO  
DISTRITO FEDERAL**

FÓRUM DESEMBARGADOR JOSÉ JÚLIO LEAL FAGUNDES

SMAS, Trecho 4, Lote 4/6, Bloco 1, 2º andar, Salas 203/204

(61) 3103 1780, CEP 70610-906, Brasília-DF

Ofício nº. 211/2019

Brasília, 20 de março de 2019.

A Sua Senhoria o(a) Senhor(a)

**Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS**

Setor de Autarquias Sul - Quadra 2, Bloco O, Asa Sul  
Brasília - DF

Assunto: **Art. 52, da Instrução Normativa INSS/PRES Nº 28/2008**

Número do processo: 0704771-63.2018.8.07.0006

Classe judicial: **RECURSO INOMINADO (460)**

RECORRENTE: ARAO CAMARGOS RAMALHO

RECORRIDO: BANCO BMG SA

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Senhoria que foi prolatado Acórdão nos autos do(a) RECURSO INOMINADO (460) em epígrafe, em que são partes: **RECORRENTE**: ARAO CAMARGOS RAMALHO - CPF: 155.264.616-53 e **RECORRIDO**: BANCO BMG SA - CNPJ: 61.186.680/0001-74.

Em cumprimento ao determinado no referido Acórdão, encaminho anexos o Acórdão e a certidão de trânsito em julgado, para os fins do art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES Nº 28/2008.

Atenciosamente,

**PATRÍCIA TORRES SANTOS MAGALHÃES**

Diretora de Secretaria

2º Turma Recursal dos Juizados Especiais do DF



Poder Judiciário da União  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**Segunda Turma Recursal**



**CERTIDÃO DE JULGAMENTO**

**Segunda Turma Recursal - 2ª Sessão Ordinária - 2019 - 2ª TRJEDF**

Órgão : Segunda Turma Recursal

Espécie : RECURSO INOMINADO (460)

Nº  
Processo : 0704771-63.2018.8.07.0006

Data da : 13/02/19  
Sessão

Presidente : JOAO LUIS FISCHER DIAS

Quorum : JOAO LUIS FISCHER DIAS - Relator, ARNALDO CORREA SILVA - 1º Vogal e  
ALMIR ANDRADE DE FREITAS - 2º Vogal

Decisão : **CONHECIDO. RECURSO PROVIDO EM PARTE. UNANIME**

Brasília-DF, 13 de fevereiro de 2019

PATRICIA TORRES SANTOS MAGALHAES  
Segunda Turma Recursal



Número do documento: 19021315322494500000007104201

<https://pje2i.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19021315322494500000007104201>

Assinado eletronicamente por: PATRICIA TORRES SANTOS MAGALHAES - 13/02/2019 15:32:25

Processo 0704771-63.2018.8.07.0006 (1731077)

SEI 35000.000374/2019-28 / pg. 7

Num. 7261512 - Pág. 1

**TJDFT**

Poder Judiciário da União  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS  
TERRITÓRIOS

**Órgão** Segunda Turma Recursal DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO DISTRITO FEDERAL

**Processo N.** RECURSO INOMINADO 0704771-63.2018.8.07.0006

**RECORRENTE(S)** ARAO CAMARGOS RAMALHO

**RECORRIDO(S)** BANCO BMG SA

**Relator** Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS

**Acórdão N°** 1151065

## EMENTA

**JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL. AUSÊNCIA DE CLAREZA NO INSTRUMENTO CONTRATUAL. DEVER DE INFORMAÇÃO CLARA E ADEQUADA NÃO OBSERVADO. NULIDADE DOS CONTRATOS. COMPENSAÇÃO ENTRE OS VALORES RECEBIDOS E OS EFETIVAMENTE PAGOS PELO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS NÃO CARACTERIZADOS. OFÍCIO AO INSS PARA FINS DO ART. 52 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS/PRES N° 28/2008. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.**

1. Inicialmente, resalto que a presente demanda versa sobre nítida relação de consumo, devendo ser aplicados os ditames do Código de Defesa do Consumidor.
2. O autor celebrou 3 contratos, por períodos consecutivos, junto ao banco réu (n° 6832392, n° 10300889 e n° 12357353 – ID 6073869, p. 3). A existência destas relações jurídicas restou incontroversa (autor e réu deram declarações neste sentido), cabendo a apreciação da validade dos vínculos e a legitimidade dos descontos realizados no benefício previdenciário do autor.
3. Deve ser registrado que o réu juntou aos autos apenas o contrato n° 10300889, quedando-se inerte quanto aos demais instrumentos contratuais. Assim, após detida análise dos documentos colacionados pelas partes aos autos, tenho que, no presente caso, o autor não foi suficientemente informado acerca da sistemática de funcionamento dos contratos, em claro desatendimento ao art. 6º, II a IV, e art. 46, ambos do CDC.
4. Com efeito, não consta, no único contrato colacionado aos autos, (ID 6073902), de forma expressa e clara, os montantes emprestados, os valores e quantidade de parcelas a serem consignadas no benefício



Número do documento: 19021814493006600000007123583

<https://pje2i.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19021814493006600000007123583>

Assinado eletronicamente por: JOAO LUIS FISCHER DIAS - 18/02/2019 14:49:30

Processo 0704771-63.2018.8.07.0006 (1731077)

SEI 35000.000374/2019-28 / pg. 8

Num. 7281638 - Pág. 1

previdenciário, o termo final da quitação das dívidas e nem a informação se o valor do pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito correspondia ou não ao valor da parcela dos empréstimos. Patente, portanto, o descumprimento do art. 52 do CDC.



5. Diante de tal fato e da inércia do réu em comprovar os termos dos contratos nº 6832392 e nº 12357353, acabou restando impossível verificar se os valores descontados em folha seriam suficientes para, diante dos juros aplicados, quitar normalmente a dívida ou se acabariam sendo sempre insuficientes, gerando uma dívida impagável pelo consumidor.

6. Deve ser consignado que restou comprovado nos autos que o autor não usou o cartão de crédito (ID 6073881), dando verossimilhança à sua tese que o plástico não foi enviado e nem por ele desbloqueado. Assim, forçoso reconhecer a nulidade dos contratos (nº 6832392, nº 10300889 e nº 12357353 – ID 6073869, p. 3), nos termos do art. 51, IV, do CDC.

7. No que tange ao pleito de restituição em dobro dos valores dispendidos pelo consumidor (art. 42, parágrafo único, do CDC), tenho que o mesmo não merece acolhida, pois serviram de pagamento a empréstimos efetivamente contratados e utilizados pelo autor. Pensamento contrário acabaria por acarretar o seu enriquecimento sem causa.

8. Visando evitar um eventual locupletamento ilícito por parte do autor, que recebeu os valores emprestados pelo réu, tenho que se afigura plausível a devolução, pelo consumidor, da diferença, se houver, entre os valores efetivamente cobrados até a data da declaração de nulidade dos contratos e os valores comprovadamente disponibilizados pelo banco (ID 6073883 e ID 6073884), na forma simples. Este resultado pode ser obtido mediante simples cálculo no momento do cumprimento de sentença.

9. Precedentes: Acórdão n.1141698, 07072051620188070009, Relator: ALMIR ANDRADE DE FREITAS 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Julgamento: 05/12/2018, Publicado no DJE: 10/12/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada. Partes: BANCO BMG S.A. verus DIJALMA DA SILVA SANTOS. Acórdão n.1142749, 07016752820188070010, Relator: SONÍRIA ROCHA CAMPOS D'ASSUNÇÃO 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Julgamento: 07/12/2018, Publicado no DJE: 14/12/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada. Partes: BANCO BONSUCESSO CONSIGNADO S/A.

10. Por outro lado, o valor pago a maior pelo consumidor, se houver, deve lhe ser restituído na forma simples, uma vez que, como sublinhado anteriormente, ausentes os requisitos para a aplicação da dobra legal.

11. Os fatos narrados na demanda em análise, por si só, sem que tenha sido comprovada qualquer situação que fuja das raias do aborrecimento cotidiano daquele que realiza contrato de empréstimo, não tem o condão de gerar ao contratante danos morais.

12. Recurso **CONHECIDO** e **PROVIDO EM PARTE**. Sentença reformada para: a) declarar a nulidade dos contratos nº 6832392, nº 10300889 e nº 12357353 – ID 6073869, p. 3, celebrados entre as partes, nos termos do art. 51, IV, do CDC; b) condenar o réu a promover a suspensão imediata dos descontos salariais referentes aos contratos de empréstimo em questão; c) determinar a devolução, pelo consumidor, da diferença, se houver, entre o valor efetivamente cobrado até a data da declaração de nulidade dos contratos e o valores comprovadamente disponibilizados pelo banco, na forma simples; e d) condenar o réu a restituir, na forma simples, valores, se houver, que tenham sido pagos a maior pelo consumidor.



13. Oficie-se ao INSS informando os termos do presente acórdão, para os fins do art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES Nº 28/2008.

14. Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios à míngua de recorrente vencido na integralidade.

## ACÓRDÃO

Acordam os Senhores Juízes da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, JOÃO LUIS FISCHER DIAS - Relator, ARNALDO CORRÊA SILVA - 1º Vogal e ALMIR ANDRADE DE FREITAS - 2º Vogal, sob a Presidência do Senhor Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS, em proferir a seguinte decisão: CONHECIDO. RECURSO PROVIDO EM PARTE. UNANIME, de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília (DF), 13 de Fevereiro de 2019

**Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS**  
Presidente e Relator

## RELATÓRIO

Trata-se de recurso inominado interposto pelo autor contra a sentença que, na AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO E NULIDADE CONTRATUAL C/C RESTITUIÇÃO DE VALORES, julgou improcedentes os pedidos iniciais.

Alega a ausência de informação do banco e vício de consentimento na realização do contrato, uma vez que pretendia realizar empréstimo consignado na modalidade tradicional. Assevera, ainda, que não utilizou o cartão, uma vez que o mesmo jamais lhe foi enviado.

Contrarrazões apresentadas (ID 6073929).

É o relatório.

## VOTOS







Presentes os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade, conhecimento do recurso interposto.

Inicialmente, ressalto que a presente demanda versa sobre nítida relação de consumo, devendo ser aplicados os ditames do Código de Defesa do Consumidor.

O autor celebrou 3 contratos, por períodos consecutivos, junto ao banco réu (nº 6832392, nº 10300889 e nº 12357353 – ID 6073869, p. 3). A existência destas relações jurídicas restou incontroversa (autor e réu deram declarações neste sentido), cabendo a apreciação da validade dos vínculos e a legitimidade dos descontos realizados no benefício previdenciário do autor.

Deve ser registrado que o réu juntou aos autos apenas o contrato nº 10300889, quedando-se inerte quanto aos demais instrumentos contratuais. Assim, após detida análise dos documentos colacionados pelas partes aos autos, tenho que, no presente caso, o autor não foi suficientemente informado acerca da sistemática de funcionamento dos contratos, em claro desatendimento ao art. 6º, II a IV, e art. 46, ambos do CDC.

Com efeito, não consta, no único contrato colacionado aos autos, (ID 6073902), de forma expressa e clara, os montantes emprestados, os valores e quantidade de parcelas a serem consignadas no benefício previdenciário, o termo final da quitação das dívidas e nem a informação se o valor do pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito correspondia ou não ao valor da parcela dos empréstimos. Patente, portanto, o descumprimento do art. 52 do CDC.

Diante de tal fato e da inércia do réu em comprovar os termos dos contratos nº 6832392 e nº 12357353, acabou restando impossível verificar se os valores descontados em folha seriam suficientes para, diante dos juros aplicados, quitar normalmente a dívida ou se acabariam sendo sempre insuficientes, gerando uma dívida impagável pelo consumidor.

Deve ser consignado que restou comprovado nos autos que o autor não usou o cartão de crédito (ID 6073881), dando verossimilhança à sua tese que o plástico não foi enviado e nem por ele desbloqueado. Assim, forçoso reconhecer a nulidade dos contratos (nº 6832392, nº 10300889 e nº 12357353 – ID 6073869, p. 3), nos termos do art. 51, IV, do CDC.

No que tange ao pleito de restituição em dobro dos valores dispendidos pelo consumidor (art. 42, parágrafo único, do CDC), tenho que o mesmo não merece acolhida, pois serviram de pagamento a empréstimos efetivamente contratados e utilizados pelo autor. Pensamento contrário acabaria por acarretar o seu enriquecimento sem causa.

Visando evitar um eventual locupletamento ilícito por parte do autor, que recebeu os valores emprestados pelo réu, tenho que se afigura plausível a devolução, pelo consumidor, da diferença, se houver, entre os valores efetivamente cobrados até a data da declaração de nulidade dos contratos e os valores comprovadamente disponibilizados pelo banco, na forma simples. Este resultado pode ser obtido mediante simples cálculo no momento do cumprimento de sentença.



No sentido acima colaciono os seguintes precedentes das Turmas recursais:

**JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. PROCESSO CIVIL E CONSUMIDOR. PREJUDICIAL DE DECADÊNCIA AFASTADA. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO COM RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL. PRETENSÃO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. AUSÊNCIA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL. INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE INFORMAÇÃO CLARA E ADEQUADA. RESTITUIÇÃO DOS CONTRATANTES AO STATUS QUO ANTE. REPETIÇÃO DO INDÉBITO EM DOBRO INDEVIDA. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. RECURSO CONHECIDO. PREJUDICIAL AFASTADA E PROVIDO EM PARTE. I. (...)**

VII. Resta minimamente comprovada a realização do saque e a disponibilização do crédito a parte autora, devendo, pois, ser compensado o crédito recebido com o montante descontado do benefício previdenciário, de modo a se evitar o enriquecimento ilícito, o que pode ser obtido mediante simples cálculo no momento do cumprimento de sentença. (...) (Acórdão n.1141698, 07072051620188070009, Relator: ALMIR ANDRADE DE FREITAS 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Julgamento: 05/12/2018, Publicado no DJE: 10/12/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada. Partes: BANCO BMG S.A. versus DIJALMA DA SILVA SANTOS.) (Grifo nosso)

**JUIZADO ESPECIAL. CONSUMIDOR. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO CONSIGNADO NA MODALIDADE CARTÃO DE CRÉDITO. PAGAMENTO MENSAL, MEDIANTE RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL (RMC). AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES CLARAS. ABUSIVIDADE. DEVOLUÇÃO DE VALORES PAGOS. COMPENSAÇÃO. I. (...) 4.** Assim, devem ser suspensos os descontos referentes a RMC diretamente no benefício do recorrente, bem como restituídos os já realizados, nos exatos termos delineados em sentença. **Cumpr**e ressaltar que o saldo devedor referente ao valor de empréstimo efetivamente disponibilizado deve ser quitado pelo consumidor, a fim de que não incorra em enriquecimento sem causa, o que poderá ser feito mediante compensação com o valor devido pelo banco recorrente, nos termos do art. 368, do CC. (...) (Acórdão n.1142749, 07016752820188070010, Relator: SONÍRIA ROCHA CAMPOS D'ASSUNÇÃO 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Julgamento: 07/12/2018, Publicado no DJE: 14/12/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada. Partes: BANCO BONSUCESO CONSIGNADO S/A). (Grifo nosso)

**JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. CONSUMIDOR. PRETENSÃO DE EMPRÉSTIMO. CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO. RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL - RMC. DEVER DE INFORMAÇÃO. DESVANTAGEM EXAGERADA. VÍCIO NEGÓCIO JURÍDICO. NULIDADE DO CONTRATO. PRELIMINARES REJEITADAS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. I. (...)**

12. Para se evitar locupletamento indevido pelo consumidor, **impõe-se a devolução apenas da diferença entre o valor efetivamente cobrado até a declaração de nulidade dos contratos e do valor comprovadamente disponibilizado, caso ultrapassado, aplicando-se o instituto da compensação**





*previsto nos artigos 368 e seguintes do Código Civil. (...) (Acórdão n.1136555, 07012413920188070010, Relator: FABRÍCIO FONTOURA BEZERRA 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Julgamento: 09/11/2018, Publicado no DJE: 22/11/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada. Partes: BANCO BMG S.A versus JOAO CARLOS TEIXEIRA DA SILVA)*



Por outro lado, o valor pago a maior pelo consumidor, se houver, deve lhe ser restituído na forma simples, uma vez que, como sublinhado anteriormente, ausentes os requisitos para a aplicação da dobra legal.

Os fatos narrados na demanda em análise, por si só, sem que tenha sido comprovada qualquer situação que fuja das raias do aborrecimento cotidiano daquele que realiza contrato de empréstimo, não tem o condão de gerar ao contratante danos morais.

Recurso **CONHECIDO** e **PROVIDO EM PARTE**. Sentença reformada para: a) declarar a nulidade dos contratos nº 6832392, nº 10300889 e nº 12357353 – ID 6073869, p. 3, celebrados entre as partes, nos termos do art. 51, IV, do CDC; b) condenar o réu a promover a suspensão imediata dos descontos salariais referentes aos contratos de empréstimo em questão; c) determinar a devolução, pelo consumidor, da diferença, se houver, entre o valor efetivamente cobrado até a data da declaração de nulidade dos contratos e o valores comprovadamente disponibilizados pelo banco, na forma simples; e d) condenar o réu a restituir, na forma simples, valores, se houver, que tenham sido pagos a maior pelo consumidor.

Oficie-se ao INSS informando os termos do presente acórdão, para os fins do art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES Nº 28/2008.

Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios à míngua de recorrente vencido na integralidade.

É como voto.

**O Senhor Juiz ARNALDO CORRÊA SILVA - 1º Vogal**

Com o relator

**O Senhor Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS - 2º Vogal**

Com o relator

## DECISÃO

CONHECIDO. RECURSO PROVIDO EM PARTE. UNANIME



Número do documento: 19021814493006600000007123583

<https://pje2i.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19021814493006600000007123583>

Assinado eletronicamente por: JOAO LUIS FISCHER DIAS - 18/02/2019 14:49:30

Num. 7281638 - Pág. 6

Processo 0704771-63.2018.8.07.0006 (1731077)

SEI 35000.000374/2019-28 / pg. 13

Trata-se de recurso inominado interposto pelo autor contra a sentença que, na AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO E NULIDADE CONTRATUAL C/C RESTITUIÇÃO DE VALORES, julgou improcedentes os pedidos iniciais.

Alega a ausência de informação do banco e vício de consentimento na realização do contrato, uma vez que pretendia realizar empréstimo consignado na modalidade tradicional. Assevera, ainda, que não utilizou o cartão, uma vez que o mesmo jamais lhe foi enviado.

Contrarrrazões apresentadas (ID 6073929).

É o relatório.





Presentes os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade, conheço do recurso interposto.

Inicialmente, ressalto que a presente demanda versa sobre nítida relação de consumo, devendo ser aplicados os ditames do Código de Defesa do Consumidor.

O autor celebrou 3 contratos, por períodos consecutivos, junto ao banco réu (nº 6832392, nº 10300889 e nº 12357353 – ID 6073869, p. 3). A existência destas relações jurídicas restou incontroversa (autor e réu deram declarações neste sentido), cabendo a apreciação da validade dos vínculos e a legitimidade dos descontos realizados no benefício previdenciário do autor.

Deve ser registrado que o réu juntou aos autos apenas o contrato nº 10300889, quedando-se inerte quanto aos demais instrumentos contratuais. Assim, após detida análise dos documentos colacionados pelas partes aos autos, tenho que, no presente caso, o autor não foi suficientemente informado acerca da sistemática de funcionamento dos contratos, em claro desatendimento ao art. 6º, II a IV, e art. 46, ambos do CDC.

Com efeito, não consta, no único contrato colacionado aos autos, (ID 6073902), de forma expressa e clara, os montantes emprestados, os valores e quantidade de parcelas a serem consignadas no benefício previdenciário, o termo final da quitação das dívidas e nem a informação se o valor do pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito correspondia ou não ao valor da parcela dos empréstimos. Patente, portanto, o descumprimento do art. 52 do CDC.

Diante de tal fato e da inércia do réu em comprovar os termos dos contratos nº 6832392 e nº 12357353, acabou restando impossível verificar se os valores descontados em folha seriam suficientes para, diante dos juros aplicados, quitar normalmente a dívida ou se acabariam sendo sempre insuficientes, gerando uma dívida impagável pelo consumidor.

Deve ser consignado que restou comprovado nos autos que o autor não usou o cartão de crédito (ID 6073881), dando verossimilhança à sua tese que o plástico não foi enviado e nem por ele desbloqueado. Assim, forçoso reconhecer a nulidade dos contratos (nº 6832392, nº 10300889 e nº 12357353 – ID 6073869, p. 3), nos termos do art. 51, IV, do CDC.

No que tange ao pleito de restituição em dobro dos valores dispendidos pelo consumidor (art. 42, parágrafo único, do CDC), tenho que o mesmo não merece acolhida, pois serviram de pagamento a empréstimos efetivamente contratados e utilizados pelo autor. Pensamento contrário acabaria por acarretar o seu enriquecimento sem causa.

Visando evitar um eventual locupletamento ilícito por parte do autor, que recebeu os valores emprestados pelo réu, tenho que se afigura plausível a devolução, pelo consumidor, da diferença, se houver, entre os valores efetivamente cobrados até a data da declaração de nulidade dos contratos e os valores comprovadamente disponibilizados pelo banco, na forma simples. Este resultado pode ser obtido mediante simples cálculo no momento do cumprimento de sentença.

No sentido acima colaciono os seguintes precedentes das Turmas recursais:

**JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. PROCESSO CIVIL E CONSUMIDOR. PREJUDICIAL DE DECADÊNCIA AFASTADA. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO COM RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL. PRETENSÃO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. AUSÊNCIA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL. INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE INFORMAÇÃO CLARA E ADEQUADA. RESTITUIÇÃO DOS CONTRATANTES AO STATUS**



**QUO ANTE. REPETIÇÃO DO INDÉBITO EM DOBRO INDEVIDA. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. RECURSO CONHECIDO. PREJUDICIAL AFASTADA E PROVIDO EM PARTE. I. (...)**

VII. Resta minimamente comprovada a realização do saque e a disponibilização do crédito a parte autora, devendo, pois, ser compensado o crédito recebido com o montante descontado do benefício previdenciário, de modo a se evitar o enriquecimento ilícito, o que pode ser obtido mediante simples cálculo no momento do cumprimento de sentença. (...) (Acórdão n.1141698, 07072051620188070009, Relator: ALMIR ANDRADE DE FREITAS 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Julgamento: 05/12/2018, Publicado no DJE: 10/12/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada. Partes: BANCO BMG S.A. versus DIJALMA DA SILVA SANTOS.) (Grifo nosso)

**JUIZADO ESPECIAL. CONSUMIDOR. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO CONSIGNADO NA MODALIDADE CARTÃO DE CRÉDITO. PAGAMENTO MENSAL, MEDIANTE RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL (RMC). AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES CLARAS. ABUSIVIDADE. DEVOLUÇÃO DE VALORES PAGOS. COMPENSAÇÃO. 1. (...) 4.**

Assim, devem ser suspensos os descontos referentes a RMC diretamente no benefício do recorrente, bem como restituídos os já realizados, nos exatos termos delineados em sentença. **Cumpra ressaltar que o saldo devedor referente ao valor de empréstimo efetivamente disponibilizado deve ser quitado pelo consumidor, a fim de que não incorra em enriquecimento sem causa, o que poderá ser feito mediante compensação com o valor devido pelo banco recorrente, nos termos do art. 368, do CC. (...) (Acórdão n.1142749, 07016752820188070010, Relator: SONÍRIA ROCHA CAMPOS D'ASSUNÇÃO 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Julgamento: 07/12/2018, Publicado no DJE: 14/12/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada. Partes: BANCO BONSUCESSO CONSIGNADO S/A). (Grifo nosso)**

**JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. CONSUMIDOR. PRETENSÃO DE EMPRÉSTIMO. CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO. RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL - RMC. DEVER DE INFORMAÇÃO. DESVANTAGEM EXAGERADA. VÍCIO NEGÓCIO JURÍDICO. NULIDADE DO CONTRATO. PRELIMINARES REJEITADAS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. (...)**

12. Para se evitar locupletamento indevido pelo consumidor, **impõe-se a devolução apenas da diferença entre o valor efetivamente cobrado até a declaração de nulidade dos contratos e do valor comprovadamente disponibilizado, caso ultrapassado, aplicando-se o instituto da compensação previsto nos artigos 368 e seguintes do Código Civil. (...) (Acórdão n.1136555, 07012413920188070010, Relator: FABRÍCIO FONTOURA BEZERRA 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Julgamento: 09/11/2018, Publicado no DJE: 22/11/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada. Partes: BANCO BMG S.A versus JOAO CARLOS TEIXEIRA DA SILVA)**

Por outro lado, o valor pago a maior pelo consumidor, se houver, deve lhe ser restituído na forma simples, uma vez que, como sublinhado anteriormente, ausentes os requisitos para a aplicação da dobra legal.

Os fatos narrados na demanda em análise, por si só, sem que tenha sido comprovada qualquer situação que fuja das raíais do aborrecimento cotidiano daquele que realiza contrato de empréstimo, não tem o condão de gerar ao contratante danos morais.

Recurso **CONHECIDO** e **PROVIDO EM PARTE**. Sentença reformada para: a) declarar a nulidade dos contratos nº 6832392, nº 10300889 e nº 12357353 – ID 6073869, p. 3, celebrados entre as partes, nos termos do art. 51, IV, do CDC; b) condenar o réu a promover a suspensão imediata dos descontos salariais



referentes aos contratos de empréstimo em questão; c) determinar a devolução, pelo consumidor, da diferença, se houver, entre o valor efetivamente cobrado até a data da declaração de nulidade dos contratos e o valores comprovadamente disponibilizados pelo banco, na forma simples; e d) condenar o réu a restituir, na forma simples, valores, se houver, que tenham sido pagos a maior pelo consumidor.

Oficie-se ao INSS informando os termos do presente acórdão, para os fins do art. 52, incisos I a Instrução Normativa INSS/PRES N° 28/2008.



Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios à míngua de recorrente vencido na integralidade.

É como voto.



Número do documento: 19021814492967300000007102587

<https://pje2i.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19021814492967300000007102587>

Assinado eletronicamente por: JOAO LUIS FISCHER DIAS - 18/02/2019 14:49:29

Processo 0704771-63.2018.8.07.0006 (1731077)

SEI 35000.000374/2019-28 / pg. 17

Num. 7259843 - Pág. 3



**JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL. AUSÊNCIA DE CLAREZA NO INSTRUMENTO CONTRATUAL. DEVER DE INFORMAÇÃO CLARA E ADEQUADA NÃO OBSERVADO. NULIDADE DOS CONTRATOS. COMPENSAÇÃO ENTRE OS VALORES RECEBIDOS E OS EFETIVAMENTE PAGOS PELO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS NÃO CARACTERIZADOS. OFÍCIO AO INSS PARA FINS DO ART. 52 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS/PRES Nº 28/2008. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.**

1. Inicialmente, ressalto que a presente demanda versa sobre nítida relação de consumo, devendo ser aplicados os ditames do Código de Defesa do Consumidor.

2. O autor celebrou 3 contratos, por períodos consecutivos, junto ao banco réu (nº 6832392, nº 10300889 e nº 12357353 – ID 6073869, p. 3). A existência destas relações jurídicas restou incontroversa (autor e réu deram declarações neste sentido), cabendo a apreciação da validade dos vínculos e a legitimidade dos descontos realizados no benefício previdenciário do autor.

3. Deve ser registrado que o réu juntou aos autos apenas o contrato nº 10300889, quedando-se inerte quanto aos demais instrumentos contratuais. Assim, após detida análise dos documentos colacionados pelas partes aos autos, tenho que, no presente caso, o autor não foi suficientemente informado acerca da sistemática de funcionamento dos contratos, em claro desatendimento ao art. 6º, II a IV, e art. 46, ambos do CDC.

4. Com efeito, não consta, no único contrato colacionado aos autos, (ID 6073902), de forma expressa e clara, os montantes emprestados, os valores e quantidade de parcelas a serem consignadas no benefício previdenciário, o termo final da quitação das dívidas e nem a informação se o valor do pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito correspondia ou não ao valor da parcela dos empréstimos. Patente, portanto, o descumprimento do art. 52 do CDC.

5. Diante de tal fato e da inércia do réu em comprovar os termos dos contratos nº 6832392 e nº 12357353, acabou restando impossível verificar se os valores descontados em folha seriam suficientes para, diante dos juros aplicados, quitar normalmente a dívida ou se acabariam sendo sempre insuficientes, gerando uma dívida impagável pelo consumidor.

6. Deve ser consignado que restou comprovado nos autos que o autor não usou o cartão de crédito (ID 6073881), dando verossimilhança à sua tese que o plástico não foi enviado e nem por ele desbloqueado. Assim, forçoso reconhecer a nulidade dos contratos (nº 6832392, nº 10300889 e nº 12357353 – ID 6073869, p. 3), nos termos do art. 51, IV, do CDC.

7. No que tange ao pleito de restituição em dobro dos valores dispendidos pelo consumidor (art. 42, parágrafo único, do CDC), tenho que o mesmo não merece acolhida, pois serviram de pagamento a empréstimos efetivamente contratados e utilizados pelo autor. Pensamento contrário acabaria por acarretar o seu enriquecimento sem causa.

8. Visando evitar um eventual locupletamento ilícito por parte do autor, que recebeu os valores emprestados pelo réu, tenho que se afigura plausível a devolução, pelo consumidor, da diferença, se houver, entre os valores efetivamente cobrados até a data da declaração de nulidade dos contratos e os valores comprovadamente disponibilizados pelo banco (ID 6073883 e ID 6073884), na forma simples. Este resultado pode ser obtido mediante simples cálculo no momento do cumprimento de sentença.

9. Precedentes: Acórdão n.1141698, 07072051620188070009, Relator: ALMIR ANDRADE DE FREITAS 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Julgamento: 05/12/2018, Publicado no DJE: 10/12/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada. Partes: BANCO BMG S.A. versus DIJALMA DA SILVA SANTOS. Acórdão n.1142749, 07016752820188070010, Relator: SONÍRIA ROCHA CAMPOS D'ASSUNÇÃO 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Julgamento: 07/12/2018, Publicado no DJE: 14/12/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada. Partes: BANCO BONSUCESSO CONSIGNADO S/A.



10. Por outro lado, o valor pago a maior pelo consumidor, se houver, deve lhe ser restituído na forma simples, uma vez que, como sublinhado anteriormente, ausentes os requisitos para a aplicação da dobra legal.

11. Os fatos narrados na demanda em análise, por si só, sem que tenha sido comprovada qualquer situação que fuja das raias do aborrecimento cotidiano daquele que realiza contrato de empréstimo, não tem o condão de gerar ao contratante danos morais.

12. Recurso **CONHECIDO** e **PROVIDO EM PARTE**. Sentença reformada para: a) declarar a nulidade dos contratos nº 6832392, nº 10300889 e nº 12357353 – ID 6073869, p. 3, celebrados entre as partes, nos termos do art. 51, IV, do CDC; b) condenar o réu a promover a suspensão imediata dos descontos salariais referentes aos contratos de empréstimo em questão; c) determinar a devolução, pelo consumidor, da diferença, se houver, entre o valor efetivamente cobrado até a data da declaração de nulidade dos contratos e o valores comprovadamente disponibilizados pelo banco, na forma simples; e d) condenar o réu a restituir, na forma simples, valores, se houver, que tenham sido pagos a maior pelo consumidor.

13. Oficie-se ao INSS informando os termos do presente acórdão, para os fins do art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES Nº 28/2008.

14. Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios à míngua de recorrente vencido na integralidade.



**TJDFT**

Poder Judiciário da União  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS  
TERRITÓRIOS

FÓRUM DESEMBARGADOR JOSÉ JÚLIO LEAL FAGUNDES  
Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal

Número do processo: 0704771-63.2018.8.07.0006  
Classe judicial: RECURSO INOMINADO (460)  
Assunto: [Antecipação de Tutela / Tutela Específica]  
RECORRENTE: ARAO CAMARGOS RAMALHO  
RECORRIDO: BANCO BMG SA

### **CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO**

Certifico que, à 00:00:00 de **20 de março de 2019**, decorreu o prazo legal sem que fosse interposto recurso ao acórdão. Assim, remeto este processo ao juizado especial de origem.

Brasília-DF, 20 de março de 2019.







# TJDF

Poder Judiciário da União  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

Processo nº 0704771-63

Ofício nº 211/2019

Ào Presidente do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS

2ª TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS DO  
DISTRITO FEDERAL  
FÓRUM DESEMBARGADOR JOSÉ JÚLIO LEAL FAGUNDES -  
SMAS, TRECHO 03, LOTES 04/06, BLOCO 01, SALA 203  
CEP: 70.610-906 – BRASIL/DF



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL



01.001.0 – GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em 29/03/2019

**Ref.:** Processo nº 35000.000374/2019-28 (SIPPS nº 481.702.067)

**Int.:** Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal – TJDF

**Ass.:** Processo nº 0704771-63.2018.8.07.0006 – Arão Camargos Ramalho e Banco BMG SA

Encaminhe-se à Diretoria de Benefícios para conhecimento e adoção das providências pertinentes, conforme art. 52 da Instrução Normativa INSS/PRES nº 28/2008.

*Sidarta Costa de A. Souza*  
**SIDARTA COSTA DE AZEREDO SOUZA**  
Chefe de Gabinete da Presidência



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Recebido em  
12/04/2019

*[Assinatura]*

0AB/MB 99080

Ofício nº136/INSS/CGGPB/DCONB

Brasília, 04 de abril de 2019.

Ao Senhor

EDUARDO MAZON

Diretor do Banco BMG S/A

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830 10º, 11º, 13º e 14º andares - parte Cond. Ed.

S Luiz, Vila Nova Conceição

CEP 04.543-000 - SAO PAULO/SP



Assunto: Aplicação de Penalidade previstas no Art. 52 da Instrução Normativa nº28/INSS/PRES de 16/05/2008 – Notificação

Ref.: Ofício 211/2019/ SEGUNDA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO DISTRITO FEDERAL

Processo Administrativo: 35000.000374/2019-28

Senhor Diretor,

1. Em atenção à recomendação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDF, de aplicação das penalidades previstas no art. 52, incisos I a V (transcritos abaixo) da Instrução normativa nº28/INSS/PRES de 16/05/2008 – IN28/2008, solicitamos manifestação desta Instituição.

Art. 52. Constatadas irregularidades nas operações de consignação/retenção/RMC realizadas pelas instituições financeiras ou por correspondentes bancários a seu serviço, na veiculação, na ausência de respostas ou na prestação de informações falsas ou incorretas aos beneficiários, sem prejuízo das operações regulares, o INSS aplicará as seguintes penalidades:

I - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC pelo prazo de cinco dias úteis a partir da data do recebimento pela Dirben, nos casos de:

a) reclamações ou recomendações oriundas de órgãos de fiscalização e/ou de defesa do consumidor, por prática lesiva ao beneficiário, referente à concessão de créditos; ou

b) sentenças judiciais transitadas em julgado em que a instituição financeira tenha sido condenada por prática lesiva ao beneficiário ou ao INSS;

II - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC, pelo prazo mínimo de cinco dias e enquanto perdurar o motivo determinante, nos seguintes casos:

a) não atendimento ao disposto nos §§ 3º e 5º do art. 47, art. 48 e inciso I do parágrafo único do art. 49 desta Instrução Normativa; ou

b) descumprimento das cláusulas do convênio ou das instruções emanadas pelo INSS;

III - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC por 45 dias corridos, a contar da comunicação, quando for confirmada a existência de ocorrência que contrarie o disposto no inciso II do art. 3º e inciso I do art. 15, independentemente dos procedimentos estabelecidos no art. 46 desta Instrução Normativa;

IV - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC por um ano, na hipótese de reincidência da situação prevista no inciso III, a contar da notificação formal à instituição financeira; e

V - rescisão do convênio e proibição de realização de um novo convênio pelo prazo de cinco anos, contados da data da notificação;

a) na hipótese de reincidência na ocorrência de que trata o inciso III, após o cumprimento da suspensão prevista no inciso IV; e

b) na ocorrência de dez incidências consecutivas ou concomitantes no cometimento dos motivos ensejadores da suspensão de que trata a alínea "b" do inciso II, dentro do mesmo exercício financeiro.

§ 1º As suspensões a que se referem os incisos II, III e IV deste artigo serão mantidas, independentemente da expiração do prazo estabelecido, até a conclusão da análise da Dirben sobre a manifestação apresentada pela instituição financeira de cada situação que deu causa à sanção.

§ 2º A Dirben poderá, sempre que tomar ciência de atos lesivos ao beneficiário ou à imagem do INSS, inclusive com publicidade enganosa ou abusiva, suspender o recebimento de novas averbações da instituição financeira até que esta apresente as informações conclusivas que justifiquem ou contradigam tais atos.

§ 3º No caso de publicidade enganosa ou abusiva comprovada, a instituição financeira deverá se retratar ou corrigir a informação divulgada no mesmo veículo de comunicação então utilizado e, no mínimo, com igual espaço e destaque.

2. A recomendação foi motivada pela condenação do Banco BMG S/A, no processo relacionado abaixo, transitado em julgado, após recurso interposto, provido em parte, onde o banco foi condenado por conduta irregular em relação ao contrato de cartão, celebrado junto a beneficiário da Previdência Social.

Ofício	Processo	Recorrido	CPF	NB	Contrato
211/2019	0704771-63.2018.8.07.0006	ARAO CAMARGOS RAMALHO	155.264.616-53	1521051469	6832392, 10300889 e 12357353

3. As conclusões foram que o contrato apresentado pelo banco não traz de forma expressa e clara, os montantes emprestados, os valores e quantidade de parcelas a serem consignadas no benefício previdenciário, o termo final da quitação das dívidas e nem a informação se o valor do pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito correspondia ou não ao valor da parcela dos empréstimos. Patente, portanto, o descumprimento do art. 52 do CDC. *"Sentença reformada para: a) declarar a nulidade dos contratos nº 6832392, nº 10300889 e nº 12357353 – ID 6073869, p. 3, celebrados entre as partes, nos termos do art. 51, IV, do CDC; b) condenar o réu a promover a suspensão imediata dos descontos salariais referentes aos contratos de empréstimo em questão; c) determinar a devolução, pelo consumidor, da diferença, se houver, entre o valor efetivamente cobrado até a data da declaração de nulidade dos contratos e o valores comprovadamente disponibilizados pelo banco, na forma simples; e d) condenar o réu a restituir, na forma simples, valores, se houver, que tenham sido pagos a maior pelo consumidor."*

4. Em atendimento aos princípios do contraditório e da ampla defesa, previstos art. 5º, inciso LV da CF, antes da aplicação da recomendada penalidade, concedemos a essa Instituição, prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de recebimento do presente ofício para apresentação de defesa. Enviar também cópia dos contratos, cópia das faturas enviadas à beneficiária.

5.

Enviamos em anexo, ofício com a decisão judicial em questão.

Atenciosamente,

*Plamir*  
**ANGELA REGINA LIMA DE OLIVEIRA**  
Chefe da Divisão de Consignações em Benefícios





Carlos Adolfo Junqueira de Castro  
Juscelino Teixeira Barbosa Filho  
Ana Cristina Goulart de Mendonça Santos  
Alexandre Junqueira de Castro  
Tristão Tavares Santos  
Letícia Madureira Horta Canabrava  
Rafael de Souza Oliveira Penido  
Ivan Almeida Carvalho  
Paulo Roberto de Oliveira Elias  
Vinicius Teixeira Pinheiro  
Marcelo Vital de Sales Andrade  
Bruno Cunha de Castro  
Raquel Colares Sartore  
Nathália Álvares Campos Fontão  
Kátia Yumi Biancardi  
Bruno Assumpção Costa  
Arthur Thomazi Moreira  
Ciro Starling Teixeira  
Ana Carolina Araújo Barbosa de Assis  
André Botelho de Abreu Sampaio  
Romelita Tavares Santos Alvim  
Maruf Mattar Netto  
Carolina Bujaude Hadad Antonio



BARBOSA, CASTRO & MENDONÇA  
*Advogados Associados*

Marcus Lage Pinto  
Mauricio Galdino Quirino Junior  
Bernardo De Castro Viglioni Geraci  
Daniella Coelho Brandão Xavier  
Paula Cambraia de Paiva  
Diego de Sousa Pugas  
Matheus Mattar Pereira Soares Senna  
Daniel Alves Lima da Silva  
Italo Lima Santana Moreira  
Paula Oliveira Julio  
Lucas Guimarães Lima  
Arthur Mansur de Calais  
Isabela Guerra de Carvalho Lage  
Luisa Teixeira de Assis  
Mariana Leite Goes dos Santos  
Henrique de Oliveira Freitas Rosa  
André Girundi de Paula  
Luizza Carvalho de Souza  
Mariana Novy Dias  
Pedro Henrique Fernandes Pato Fraga  
Pedro Valle Vargas Maia Portes  
Carolina Nacif Magalhães

**Ao**

**INSS – Instituto Nacional do Seguro Social**

**A/C da Divisão de Consignações em Benefícios**

**Att.: Dra. Angela Regina Lima de Oliveira – Chefe da Divisão de Consignações em Benefícios**

**Setor de Autarquias Sul, Quadra 02 – Bloco O – 8.º andar**

**Brasília/DF**

**CEP 70070-946**



**Ref. Ofício n.º 136/INSS/CGCPB/DCONB**

**BANCO BMG S.A. ("BMG")**, com sede e foro na Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1830 - Itaim Bibi, São Paulo - SP, 04543-900, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 61.186.680/0001-74, neste ato devidamente representado por seu procurador, tendo em vista o recebimento do ofício em questão, vem, tempestivamente, apresentar sua **DEFESA** a esta respeitável autarquia federal, conforme adiante exposto:

### **I – BREVE SÍNTESE DO PROCESSADO**

1. O BMG recebeu o ofício supra referenciado, cujo assunto é "Aplicação de Penalidade previstas no Art. 52 da Instrução Normativa nº 28/INSS/PRES de 16/05/2008 – Notificação", sendo que seus termos são os seguintes:

Recebido em 18/04/2019  
às 10:20 hs.

("...")

Senhor Diretor,

Angela Regina L. de Oliveira  
Chefe da Divisão de Consignações  
de Benefícios  
DCONB/CGPB

Belo Horizonte/MG - Rua Sergipe, 1293 Funcionários - CEP 30.130-174 - Tel: 55 31 3507-1500  
São Paulo/SP - Avenida Paulista, 326, conj. 28-29, Bela Vista - CEP 01.310-902 - Tel: 55 11 3262-3525  
www.barbosacastro.com.br



1. Em atenção à recomendação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF, de aplicação das penalidades previstas no art. 52, incisos I a V (transcritos abaixo) da Instrução normativa nº 28/INSS/PRES de 16/05/2008 – IN 28/2008, solicitamos manifestação desta Instituição.

Art. 52. Constatadas irregularidades nas operações de consignação/retenção/RMC realizadas pelas instituições financeiras ou por correspondentes bancários a seu serviço, na veiculação, na ausência de respostas ou na prestação de informações falsas ou incorretas aos beneficiários, sem prejuízo das operações regulares, o INSS aplicará as seguintes penalidades:

I - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC pelo prazo de cinco dias úteis a partir da data do recebimento pela DIRBEN, nos casos de:

a) reclamações ou recomendações oriundas de órgãos de fiscalização e/ou de defesa do consumidor, por prática lesiva ao beneficiário, referente à concessão de créditos; ou

b) sentenças judiciais transitadas em julgado em que a instituição financeira tenha sido condenada por prática lesiva ao beneficiário ou ao INSS;

II - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC, pelo prazo mínimo de cinco dias e enquanto perdurar o motivo determinante, nos seguintes casos:

a) não atendimento ao disposto nos §§ 3º e 5º do art. 47, art. 48 e inciso I do parágrafo único do art. 49 desta Instrução Normativa; ou

b) descumprimento das cláusulas do convênio ou das instruções emanadas pelo INSS;

III - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC por 45 dias corridos, a contar da comunicação, quando for confirmada a existência de ocorrência que contrarie o disposto no inciso II do art. 3º e inciso I do art. 15, independentemente dos procedimentos estabelecidos no art. 46 desta Instrução Normativa;

IV - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC por um ano, na hipótese de reincidência da situação prevista no inciso III, a contar da notificação formal à instituição financeira; e

V - rescisão do convênio e proibição de realização de um novo convênio pelo prazo de cinco anos, contados da data da notificação:

a) na hipótese de reincidência na ocorrência de que trata o inciso III, após o cumprimento da suspensão prevista no inciso IV; e

b) na ocorrência de dez incidências consecutivas ou concomitantes no cometimento dos motivos ensejadores da suspensão de que trata a alínea b do inciso II, dentro do mesmo exercício financeiro.

§ 1º As suspensões a que se referem os incisos II, III e IV deste artigo serão mantidas, independentemente da expiração do prazo estabelecido, até a conclusão da análise da Dirben sobre a manifestação apresentada pela instituição financeira de cada situação que deu causa à sanção.

§ 2º A Dirben poderá, sempre que tomar ciência de atos lesivos ao beneficiário ou à imagem do INSS, inclusive com publicidade enganosa ou abusiva, suspender o recebimento de novas averbações da instituição financeira até que esta apresente as informações conclusivas que justifiquem ou contradigam tais atos.

§ 3º No caso de publicidade enganosa ou abusiva comprovada, a instituição financeira deverá se retratar ou corrigir a informação



divulgada no mesmo veículo de comunicação então utilizado e, no mínimo, com igual espaço e destaque.

2. A recomendação foi motivada pela condenação do Banco BMG S/A, no processo relacionado abaixo, transitado em julgado, após recurso interposto, provido em parte, onde o banco foi condenado por conduta irregular em relação ao contrato de cartão, celebrado junto a beneficiários da Previdência Social.

Ofício	Processo	Recorrido	CPF	NB	Contrato
211/2019	0704771-63.2018.8.07.0006	ARAO CAMARGOS RAMALHO	155.264.616-53	1521051469	6832392, 10300889 e 12357353

3. As conclusões foram que o contrato apresentado pelo banco não traz de forma expressa e clara, os montantes emprestados, os valores e quantidade de parcelas a serem consignadas no benefício previdenciário, o termo final de quitação das dívidas e nem a informação se o valor do pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito correspondia ou não ao valor da parcela dos empréstimos. Patente, portanto, o descumprimento do art. 52 do CDC. "Sentença reformada para: a) declarar a nulidade dos contratos nº 6832392, nº 10300889 e nº 12357353 – ID 6073869, p. 3, celebrados entre as partes, nos termos do art. 51, IV, do CDC; b) condenar o réu a promover a suspensão imediata dos descontos salariais referentes aos contratos de empréstimo em questão; c) determinar a devolução, pelo consumidor, da diferença, se houver, entre o valor efetivamente cobrado até a data da declaração de nulidade dos contratos e o valores comprovadamente disponibilizados pelo banco, na forma simples; e d) condenar o réu a restituir, na forma simples, valores, se houver, que tenham sido pagos a maior pelo consumidor."

4. Em atendimento aos princípios do contraditório e da ampla defesa, previstos art. 5º, LV da CF, antes da aplicação da recomendada penalidade, concedemos a essa Instituição, prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de recebimento do presente ofício para apresentação de defesa. Enviar também cópia dos contratos, cópia das faturas enviadas à beneficiária.

5. Enviamos em anexo, ofícios com as decisões judiciais em questão.

Atenciosamente,

(...) - grifou-se.

2. Constata-se que o ofício retro se fez acompanhado de 1 (um) ofício subscrito, pela Diretora de Secretaria da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Dra. Patrícia Torres Santos Magalhães, no qual está anexado o respectivo acórdão proferido pelo referido órgão jurisdicional, donde se verifica que figurou como Juiz Relator, o Dr. JOÃO LUIS FISCHER DIAS, o qual fez constar a seguinte ordem em seu voto: "oficie-se ao INSS informando os termos do presente acórdão, para os fins do art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES n.º 28/2008."





3. Sobressai, portanto, que o ofício recebido pelo BMG, decorre de uma recomendação emanada pelo citado Magistrado em acórdão de sua relatoria, a qual visa, expressamente, a aplicação de sanção prevista no art. 52 da IN INSS/PRES n.º 28/2008, delimitada na alínea "b" do inciso I do citado dispositivo legal, em virtude da existência de sentença judicial transitada em julgado.
4. Registre-se desde já que, no acórdão que acompanha o ofício ora defendido, **NÃO HOUVE CONDENAÇÃO DO BANCO AO PAGAMENTO DE DANOS MORAIS AO CONSUMIDOR/BENEFICIÁRIO ARÃO CAMARGOS RAMALHO**, sendo certo que se verifica que, a dita recomendação ordenada pelo Magistrado, Dr. JOÃO LUIS FISCHER DIAS, é idêntica à que consta do Ofício n.º 92/INSS/CGCPB/DCONB, em relação a qual o Banco também já apresentou sua defesa perante esta Eg. Autarquia.
5. Certo é d. Julgadora, que conforme se demonstrará adiante, a recomendação do citado Magistrado não merece prosperar, quer seja pelos fatos e fundamentos apresentados preliminarmente na presente defesa, quer seja pelas alegações meritórias, que também atestam a inexistência de qualquer "*prática lesiva*" adotada pelo BMG – *que no caso em exame, sequer foi condenado ao pagamento de indenização por danos morais, reitere-se*, que justifique/motive a aplicação da severa sanção cominada no ofício em relação ao qual se apresenta a presente defesa.
6. De fato, salta aos olhos a inexistência de razões e motivações fáticas e/ou jurídicas - *e muito menos se mostra razoável e proporcional* - para a aplicação de qualquer sanção a esta instituição financeira em decorrência dos fatos tratados neste procedimento, requerendo assim desde já o BMG, com a *devida maxima venia*, seja ordenado o pronto arquivamento deste procedimento, conforme fundamentos a seguir expostos.
- II – PRELIMINARMENTE – QUESTÃO DE ORDEM - DA NECESSIDADE DE REUNIÃO DO PROCEDIMENTO ORIUNDO DESTES OFÍCIOS N.º 135/INSS/CGCPB/DCONB COM O PROCEDIMENTO DECORRENTE DO OFÍCIO N.º 92/INSS/CGCPB/DCONB EM FUNÇÃO DE IDENTIDADE DE FATOS E FUNDAMENTOS QUE DELIMITAM OS OBJETOS DOS MESMOS**
7. Como dito linhas atrás, o procedimento do ofício ora defendido é idêntico ao do Ofício n.º 92/INSS/CGCPB/DCONB, já que ambos decorrem da indevida

recomendação do Magistrado, Dr. JOÃO LUIS FISCHER DIAS de aplicação de sanção prevista no art. 52 da IN INSS/PRES n.º 28/2008 ao BMG, em função da ocorrência de sentenças judiciais transitadas em julgado em desfavor do BMG, no âmbito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF.

8. Registre-se que, o teor do ofício deste procedimento, oriundo da Secretaria da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, subscrito pela Dra. Patrícia Torres Santos Magalhães, é idêntico aos demais ofícios que integram o procedimento também instaurado nesta Eg. Autarquia, sob o n.º 92/INSS/CGCPB/DCONB, em relação ao qual o BMG também apresentou sua defesa, a qual é ratificada *in totum* também para o presente caso.

9. Assim, em função dos princípios processuais vigentes, especialmente da economia processual e segurança jurídica, e ante à manifesta identidade de fatos, fundamentos e sanção cominada, requer o BMG a reunião de ambos os procedimentos num único expediente, até mesmo para se evitar a prolatação de decisões conflitantes entre si, e assim se preservar o consagrado princípio constitucional do devido processo legal.

10. Demonstrada, pois, a questão de ordem preliminar que deve ser enfrentada e solucionada na espécie, o BMG passa a demonstrar adiante que é completamente incabível a aplicação de qualquer sanção *in casu*, seja pelos vícios que acometem este procedimento logo em seu nascedouro, ou até mesmo pela flagrante perda de objeto, e ainda, pelo fato de que, também meritoriamente, não se constata a presença dos mínimos requisitos legais necessários à aplicação de qualquer sanção a esta Instituição.

### **III – PRELIMINARMENTE – DA AUSÊNCIA DE COMPETÊNCIA DO MAGISTRADO PARA RECOMENDAR AO INSS QUE APLIQUE SANÇÕES AO BMG**

11. Conforme adiantado no tópico anterior, tem-se que o presente processo emerge de uma recomendação expressa do Magistrado Dr. João Luis Fischer Dias, que de maneira isolada e individualizada, faz constar, de maneira totalmente indevida e ilegal, em mais um acórdão prolatado sob sua relatoria, ordem para que seja oficiada esta Eg. Autarquia, "informando os termos do presente acórdão, para os fins do art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES n.º 28/2008."

[assinatura]

12. Certo é que, à luz da Carta Magna - *que numa de suas cláusulas pétreas prevista logo em seu artigo 2.º preceitua a **independência** entre os três poderes da União*, tem-se que o Magistrado retro citado extrapolou os limites de sua competência, ao recomendar expressamente ao INSS a aplicação das sanções previstas no art. 52 da IN INSS/PRES n.º 28/2008, e isto, sem que tenha ficado comprovada e delimitada, de forma expressa e individualizada, qualquer prática lesiva do BMG em desfavor do consumidor listado no ofício ora respondido, o qual sequer obteve êxito quanto ao seu pleito de condenação do BMG ao pagamento de indenização por supostos danos morais, o que por si só, também já é o suficiente para demonstrar a inexistência de qualquer "*prática lesiva*", *in casu*.

13. Fato é que, meritoriamente, demonstrar-se-á que não se pode considerar como "*prática lesiva*", a mera alegação do consumidor de que não celebrou o contrato, quando na realidade, conforme documentos anexos, constata-se que de fato houve sim, a celebração do contrato por parte do consumidor, tendo como objeto o cartão de crédito consignado, com autorização expressa de desconto do valor mínimo da fatura do cartão de crédito consignado em seu benefício previdenciário.

14. Antes de se aprofundar nas questões meritórias, porém, cumpre demonstrar que o Magistrado em voga, integrante do Poder Judiciário, não detém competência de recomendar uma sanção administrativa junto a um outro Poder da União, mormente quando o mesmo sequer detém competência funcional para conhecer e julgar qualquer questão envolvendo esta Eg. Autarquia Previdenciária, a qual é submetida à competência e jurisdição da Justiça Federal, e não de um Tribunal Estadual, tal como o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT.

15. Aliás, aqui cabe esclarecer que, a equivocada recomendação recebida por esta Eg. Autarquia, não partiu do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT como se fez constar no ofício ora respondido, pois se assim fosse, evidentemente que a mesma estaria subscrita pelo Presidente daquele Eg. Tribunal, o que definitivamente não ocorreu na espécie.

16. O que ocorreu na realidade é que, tal como dito, um único Magistrado integrante da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, extrapolou os limites de sua competência, para recomendar, com base no seu entendimento isolado e equivocado, *data venia*, a aplicação de sanções ao BMG por esta Eg. Autarquia, sem que estejam presentes quaisquer dos requisitos legais para tal.



17. Prova disto, é o fato de que a **postulação judicial do beneficiário/consumidor foi JULGADA IMPROCEDENTE** pela acertada sentença prolatada em 1.<sup>a</sup> instância, sendo certo que a sua reforma parcial pela Turma Recursal, se deu com base num julgamento viciado, com tremendo **ERROR IN JUDICANDO**.

18. Veja Exma. Julgadora, que a ultrapassagem dos limites da competência por tal Magistrado é gritante, pois o mesmo não se limitou em apenas remeter ou dar ciência a esta Autarquia a respeito dos termos do acórdão por ele relatado, mas o fez com recomendação expressa para "*fins do art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES n.º 28/2008*", o que implica em nulidade deste procedimento já em seu nascedouro, por violação expressa do disposto no art. 2.º da Constituição Federal de 1988.

19. Fato é que jurisprudência reiterada e consolidada do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA** é no sentido de que **não cabe ao Poder Judiciário interferir no mérito do ato administrativo** e assim, evidentemente, é totalmente descabida a atitude do Magistrado Dr. João Dias de recomendar a aplicação de sanções previstas no art. 52 da IN INSS/PRES n.º 28/2008, e isto, repita-se, sem que tenha ficado comprovada e delimitada, de forma expressa e individualizada, qualquer prática lesiva do BMG em desfavor do consumidor Arão Camargos Ramalho, tanto que, além de ter havido a completa IMPROCEDÊNCIA do seu pedido em 1.<sup>a</sup> instância, ainda que tenha havido a reforma parcial em 2.<sup>a</sup> instância, não lhe foi deferido o pleito de danos morais.

20. Tanto é assim que, em recente julgamento do AgInt nos EDcl no REsp 1458777/RS ocorrido em **03/04/2018**, de Relatoria do Ministro **BENEDITO GONÇALVES**, integrante da Primeira Turma, afirmou-se na Corte Superior que, "*observadas todas as formalidades e requisitos legais inerentes ao ato administrativo, não cabe ao Poder Judiciário interferir em seu conteúdo, sob pena de indevida afronta à independência dos poderes.*"

21. Ainda, cumpre observar que somente em situações excepcionais se é tolerado que o Poder Judiciário faça a análise e o controle do ato administrativo, e isto, evidentemente, **somente a posteriori, não sendo possível nenhuma incursão no mérito administrativo a fim de aferir o grau de conveniência e oportunidade**, o que corrobora sobremaneira a tese ora defendida, no sentido de que a recomendação exarada pelo Magistrado de abertura do presente procedimento e aplicação de sanções previstas no art. 52 da IN INSS/PRES n.º 28/2008, é absolutamente ilegal e abusiva, o que acaba por viciar este procedimento com uma inarredável nulidade absoluta logo em seu nascedouro, já que sequer poderia ter sido instaurado em decorrência de uma





recomendação ilegal, *data venia*. Confirma-se este entendimento também expressado pelo **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, em recentíssimo julgamento deste ano de 2019, a saber:

ADMINISTRATIVO. PROCESSO DISCIPLINAR. INCURSÃO NO MÉRITO ADMINISTRATIVO. IMPOSSIBILIDADE. PENA APLICADA. PROPORCIONALIDADE. PARÂMETROS. MAGISTRADO. CONDUTA INCOMPATÍVEL COM A DIGNIDADE, HONRA E DECORO DAS FUNÇÕES. SANÇÃO. ADEQUAÇÃO.

**1. No controle jurisdicional do processo administrativo, a atuação do Poder Judiciário limita-se ao campo da regularidade do procedimento, bem como à legalidade do ato, não sendo possível nenhuma incursão no mérito administrativo a fim de aferir o grau de conveniência e oportunidade.**

2. É firme o entendimento de que é possível o exame da penalidade imposta, acerca da proporcionalidade e da razoabilidade na aplicação da pena, já que estaria relacionada com a própria legalidade do ato administrativo.

3. Nos termos do art. 2º da Lei n. 9.784/1999, a Administração obedecerá, entre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa e contraditório, devendo os referidos postulados ser observados inclusive na aplicação dos atos sancionatórios.

**4. Especificamente em relação à proporcionalidade, alguns parâmetros devem ser adotados, sendo três as balizas a serem observadas: i) adequação - verificando-se se a medida adotada é eficaz para alcançar o resultado pretendido; ii) necessidade - devendo ser observado se o fim almejado pode ser atingido por meio menos gravoso ou oneroso; iii) proporcionalidade em sentido estrito - consubstanciada na relação custo-benefício, ponderando-se se a providência acatada não irá sacrificar bem de categoria jurídica mais elevada do que aquele que se pretende resguardar.**

5. Do magistrado exige-se comportamento ético, moral, ilibado e probo tanto na vida pública como na particular, devendo agir sempre de forma compatível com a relevante função que exerce, conforme inteligência do Código de Ética da Magistratura, aprovado pelo Conselho Nacional de Justiça em agosto de 2008, que estabeleceu preceitos complementares aos deveres funcionais dos juízes que emanam da Constituição Federal, do Estatuto da Magistratura e das demais disposições legais.

6. Hipótese em que mostra-se correta a aplicação da pena de aposentadoria compulsória com proventos proporcionais à magistrada ante a prática de conduta gravíssima, incompatível com a dignidade, honra e decoro de suas funções, qual seja, a determinação de busca e apreensão de armas que estariam em poder, supostamente, de um morador do condomínio no qual ela residia, sem provocação do Ministério Público ou de autoridade policial, diligência que ela conduziu pessoalmente, e, ainda, o confisco de câmera fotográfica e a voz de prisão dada à empregada doméstica da residência. Aplicação do art. 56, II, da LC 73/1979.

7. Recurso desprovido.

(RMS 33.671/RJ, Rel. Ministra **REGINA HELENA COSTA**, Rel. p/ Acórdão Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/02/2019, DJe **14/03/2019**)



22. Ora, fato é que, os termos do ofício ordenado pelo Magistrado a esta Eg. Autarquia, contém manifesta interferência e ingerência na administração pública do Poder Executivo, na medida em que expressamente recomenda a aplicação de uma sanção administrativa, cuja conveniência e oportunidade devem ficar restritas a esta própria Autarquia, sem qualquer interferência de qualquer integrante de um Poder alheio, tal como o Judiciário e/ou Legislativo, sendo certo que, como dito, o ofício recebido por esta Eg. Autarquia, sequer delimita e individualiza a suposta - *e inexistente* - prática lesiva imputada ao BMG, o que reforça ainda mais a ilegalidade deste procedimento, já que o BMG se vê numa situação de apresentar uma defesa em relação a uma conclusão subjetiva, isolada e individual de um integrante de um Poder alheio, que sequer detém competência para tal, conforme demonstrado.

23. Neste ponto, vale reforçar a manifesta desproporcionalidade do ato praticado por uma autoridade flagrantemente incompetente, no caso o Magistrado Dr. João Dias, eis que, como dito, no caso do consumidor Arão Camargos Ramalho que foi objeto do indevido ofício por ele determinado com ilegal recomendação de sancionamento do BMG, subsiste relação contratual devidamente formalizada entre as partes, sobre a qual, o consumidor, aparentemente, divergiu em relação à forma de execução, o que definitivamente, não pode ser considerado como "*prática lesiva*" para fins de aplicação da sanção prevista na alínea "b" do inciso I do art. 52 da IN INSS/PRES n.º 28/2008 – *até porque, como dito, sequer houve condenação ao pagamento de danos morais, além do fato da postulação judicial ter sido julgada improcedente em 1.ª instância*, sobressaindo daí, a manifesta ausência de competência do citado Magistrado para avaliar, sob a ótica da autoridade administrativa competente, ou seja, desta própria Autarquia Previdenciária, a oportunidade e conveniência de se sancionar o BMG à luz dos seguintes princípios que devem reger o ato administrativo tal como asseverado pelo STJ no julgamento invocado linhas atrás, quais sejam:

***"i) adequação - verificando-se se a medida adotada é eficaz para alcançar o resultado pretendido;***

***ii) necessidade - devendo ser observado se o fim almejado pode ser atingido por meio menos gravoso ou oneroso;***

***iii) proporcionalidade em sentido estrito - consubstanciada na relação custo-benefício, ponderando-se se a providência acatada não irá sacrificar bem de categoria jurídica mais elevada do que aquele que se pretende resguardar."***

24. D. Julgadora, é evidente que não há possibilidade de se aplicar a pretendida sanção ao BMG frente aos fatos em voga, eis que, além do vício intransponível ora apontado que acomete o presente procedimento, há que se destacar que o crédito consignado trata-se de uma modalidade de concessão de crédito no mercado de consumo relativamente nova, a qual vem passando por constantes aprimoramentos não só por parte das instituições financeiras atuantes no mercado pátrio, mas também por parte desta Eg. Autarquia Previdenciária, tudo de forma a conferir a mais absoluta segurança e solidez para todas as partes envolvidas, e especialmente para o próprio consumidor.

25. Ademais, é público e notório o considerável volume de transações realizadas por consumidores envolvendo esta linha de crédito que se demonstra infinitamente vantajosa frente às demais linhas de crédito disponíveis no mercado financeiro, com taxa de juros infinitamente inferiores em relação às demais, sendo certo que não se revela proporcional e adequado, que venha o BMG sofrer severa sanção tal como a indevidamente recomendada por um integrante do Poder Judiciário em ato que extrapola sua competência e atenta contra a independência dos Poderes, frente a um único contrato celebrado se comparado com o volume total de transações, o qual foi efetivamente celebrado pelo consumidor conforme se comprova pelos documentos anexos, não subsistindo, pois, qualquer prática lesiva do BMG, tanto que tal consumidor sequer logrou êxito quanto a sua pretensão judicial de condenação do BMG ao pagamento de indenização por danos morais ao seu favor, que inclusive foi inteiramente julgada improcedente em 1.<sup>a</sup> instância.

26. Daí que, se demonstrará adiante, que a par da intransponível preliminar ora apresentada, que por si só já leva à necessidade de pronto arquivamento deste procedimento pelo vício constatado logo em seu nascedouro, atualmente, há inclusive a perda de objeto do presente processo face à edição da Instrução Normativa INSS n.º 100 de 28/12/2018, a qual, visa justamente, eliminar ao máximo, a possibilidade do consumidor que celebrou determinado contrato com uma instituição financeira envolvendo o crédito consignado, venha futuramente alegar desconhecimento acerca da contratação, ou alegar qualquer vício de consentimento e/ou informação quanto ao objeto que está contratando e a sua forma de execução, o que reforça ainda mais a necessidade de arquivamento do presente procedimento sem a aplicação de qualquer sanção ao BMG, o que se requer desde já.



**IV – PRELIMINARMENTE - DA PERDA DO OBJETO  
DESTE PROCEDIMENTO EM FUNÇÃO DA EDIÇÃO DA  
INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS Nº 100 DE 28/12/2018  
PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO EM  
31/12/2018 COM VIGÊNCIA A PARTIR DE 01/04/2019**

27. Excelentíssima Julgadora, de plano, também cumpre suscitar relevante questão que implica na perda de objeto do presente procedimento, o qual, como demonstrado no tópico anterior, também padece de vício insanável constatado logo em seu nascedouro.
28. Certo é que, a disseminação do crédito consignado no mercado de consumo pátrio, se deu após a edição da Lei 10.820/2003.
29. Fato é que, seguindo a exegese legislativa da Lei 10.820/2003, emergiram inúmeros outros atos normativos estaduais e municipais dispendo acerca da concessão e operação do crédito consignado no âmbito de suas respectivas competências, sendo certo que, no âmbito da Previdência Social Federal, a Instrução Normativa n.º INSS/PRES n.º 28/2008 veio a regulamentar a concessão de crédito consignado aos beneficiários do INSS.
30. Urge ressaltar ainda que, inicialmente, o crédito consignado limitava-se à operação de empréstimo consignado, sendo certo que, posteriormente, foi facultada por disposição de Lei expressa, a contratação do cartão de crédito consignado, no qual, em suma, o consumidor autoriza a averbação da contratação em sua RMC – Reserva de Margem Consignável, para que o valor mínimo de pagamento da fatura de seu cartão contratado seja descontado em folha de pagamento.
31. Ressalte-se que, tanto as operações de empréstimo consignado quanto de cartão de crédito consignado, possuem encargos remuneratórios bastantes inferiores se comparados com as operações de créditos comuns assemelhadas, ou seja, empréstimo pessoal e cartão de crédito convencional, constituindo, portanto, uma linha de crédito extremamente vantajosa para o consumidor.
32. Não à toa e não raramente que, dado ao estrondoso volume de contratações, foi necessário tanto para esta Eg. Autarquia Previdenciária quanto para as próprias Instituições Financeiras, buscarem o constante aprimoramento e evolução quanto à concessão e operacionalização desta linha de crédito no mercado de consumo pátrio,





visando à máxima garantia de segurança e solidez das operações para todas as partes envolvidas (consumidor, fornecedor – *instituição financeira*, e INSS).

33. Neste diapasão, ao longo da evolução do crédito consignado, aprimorou-se as instruções normativas editadas por esta Autarquia Federal, assim como aprimorou-se os instrumentos contratuais utilizados pelas instituições financeiras, principalmente quando se deparou com situações onde foram constatados problemas na oferta, contratação e operacionalização/execução das relações envolvendo os consumidores, instituições financeiras e INSS, isto, tanto no que diz respeito ao empréstimo consignado quanto ao cartão de crédito consignado.

34. Por outro lado, é inegável os benefícios auferidos pelos próprios consumidores com a manutenção e aprimoramento desta linha de crédito, já que não mais ficam refém das elevadas taxas de juros inerentes ao crédito pessoal e ao cartão de crédito convencional.

35. Contudo, é fato público e notório que, em algumas relações contratuais entre consumidores e instituições financeiras emergem divergências no decorrer da execução contratual, o que é natural, evidentemente, até porque, se está examinando um universo de milhões de contratos em andamento, sendo este fato inerente tanto aos contratos cuja linha de crédito seja o consignado, como também nos próprios contratos envolvendo as linhas de créditos convencionais.

36. Aliás, há que se registrar que tais divergências no decorrer das relações contratuais não são privilégios do setor financeiro, eis que também são públicas e notórias divergências contratuais no setor de telefonia, planos de saúde suplementar, construção imobiliária, dentre outros setores, onde subsistem milhões de contratações em andamento.

37. E na grande maioria das vezes, tem-se que tais divergências são sanadas por meio de demandas individuais, onde não necessariamente se verifica a existência de prática lesiva por qualquer uma das partes, mas desentendimentos sanáveis e reparáveis, excetuando-se, evidentemente, situações dolosas, que aí sim devem ser objeto de sanções mais severas, o que definitivamente não ocorre *in casu*.

38. Com efeito, com a implantação e evolução do cartão de crédito consignado no mercado de consumo pátrio, foi-se observando a dificuldade de uma determinada gama de consumidores em compreender exatamente o real alcance do produto, assim como sua distinção em relação ao empréstimo consignado.



39. Aqui vale registrar que, não raras às vezes, o consumidor, pretendendo contratar crédito, não mais possui margem consignável para um empréstimo consignado, e assim opta, de forma consciente, por contratar o cartão de crédito consignado, e posteriormente, alega maliciosamente, não ter sido devidamente informado do mecanismo e funcionamento do cartão de crédito consignado, com vias de revisar ou anular a contratação por ele celebrada através de sua livre e espontânea vontade.

40. Aliás, já se tem constatado um movimento arquitetado por grupos de advogados que orientam os consumidores a deturparem a realidade dos fatos, visando à tentativa de enriquecimento ilícito decorrente da revisão ou anulação da contratação, bem como postulação de danos morais, fomentando assim, infelizmente, a denominada "indústria do dano moral".

41. Certo é que, *in casu*, conforme se comprova pelo documentos anexos, **também se está diante de um processo judicial onde o consumidor ARÃO CAMARGOS RAMALHO também foi representado pelas advogadas Dras. Debora Rodrigues Affonso (OAB/DF 15.690) e/ou Cirene Estrela (OAB/DF 15.338), que também representaram 6 (seis) dos 8 (oito) consumidores cujos processos integraram o Ofício n.º 92/INSS/CGCPB/DCONB também defendido pelo BMG e outros consumidores objeto dos Ofícios n.º 134/INSS/CGCPB/DCONB e n.º 135/INSS/CGCPB/DCONB**, sendo que todas as petições iniciais são pautadas na mesma narrativa, ou seja, os consumidores pensavam estar contratando empréstimo consignado, quando na realidade, contrataram cartão de crédito consignado.

42. O problema é que vários de tais consumidores, não só utilizaram o cartão de crédito consignado contratado para fins de realização de saque, **mas também para compras, tal como comprovado na defesa apresentada em relação ao Ofício n.º 92/INSS/CGCPB/DCONB e aos demais ofícios retro citados**, o que reforça sobremaneira a tese de que não se pode descartar que tais consumidores estejam sendo previamente orientados a alterar a verdade dos fatos, o que é lamentável, evidentemente.

43. Neste sentido, vale destacar que a própria Magistrada de 1.ª instância, Dra. **ERIKA SOUTO CAMARGO** - *prolatora da sentença de 1.ª instância nos autos deste processo n.º 0704771-63.2018.8.07.0006 movido pelo consumidor/beneficiário Arão Camargos Ramalho* - de forma atenta e acertada, **fez constar expressamente o expediente adotado pelas advogadas Dras. Debora Rodrigues Affonso (OAB/DF 15.690) e/ou Cirene Estrela (OAB/DF 15.338)** de ajuizar ações questionando contratação de cartão de crédito



consignado com averbação na RMC, com base em petições iniciais idênticas, pautadas numa mesma narrativa fática, ou seja, de que o consumidor imaginou estar contratando empréstimo consignado quando na realidade tratava-se de cartão de crédito consignado, tendo frisado que **tal conduta já foi inclusive objeto de ofícios à OAB e à Corregedoria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal**, o que sem sombra de dúvidas, corrobora o que vem sido noticiado a este INSS, a respeito do reprovável movimento arquitetado por grupo de advogados, que orientam previamente aos consumidores a alterar a verdade dos fatos realmente ocorrida, para afirmarem, de forma maliciosa e falaciosa, que não reconhecem a contratação do cartão de crédito consignado. Confira-se:

De início, esclareço que tenho observado que ações como esta, ajuizadas pelas advogadas subscritas da inicial, contestando contratos de RMC estão sendo propostas com frequência, cujas petições possuem idêntico teor, sob o mesmo fundamento de alegada fraude, havendo requerimento de devolução dos valores descontados, declaração de inexistência do negócio e indenização a título de danos morais, indicando indícios de ajuizamento indiscriminado de demandas com a captação indevida de clientes, utilizando-se da máquina dos Juizados para a análise de ações cuja complexidade foge à regra da gratuidade de custas e da celeridade e simplicidade necessárias. Como em outras ações já foi determinada remessa de ofício à OAB e à Corregedoria, deixo de determinar tais providências no presente feito.

44. E diante deste cenário, é que se buscou constante aprimoramento da oferta e contratação do cartão de crédito consignado, sendo certo que, no âmbito do BMG, foi-se aprimorando os instrumentos contratuais, de modo que não pairasse quaisquer dúvidas ao consumidor, de que o mesmo está diante de uma contratação de cartão de crédito consignado e não empréstimo consignado.

45. Exemplificando tal fato, cumpre registrar que há anos, o BMG só permite a contratação de cartão de crédito consignado em instrumento contratual específico, onde só há a possibilidade de se realizar a contratação desta única linha de crédito, no qual contém inúmeros alertas de que a contratação envolve o cartão de crédito consignado.

46. De fato, o instrumento contratual há tempos utilizado pelo BMG para oferta e contratação do cartão de crédito, que segue anexo à presente manifestação, por si só, é bastante claro, preciso e adequado no tocante à informação de qual tipo de contratação que se está celebrando, assim como em relação à forma de pagamento em caso de realização de compras e/ou saques com o referido cartão.



47. Inicialmente, cumpre destacar que o título do instrumento contratual celebrado com o consumidor é **CLARO** e **PRECISO**, acerca da informação do que se está contratando. Confira-se:

**"TERMO DE ADESÃO CARTÃO DE CRÉDITO  
CONSIGNADO EMITIDO PELO BANCO BMG S.A. E  
AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE  
PAGAMENTO"**

48. Outrossim, logo abaixo aos dados pessoais do consumidor a serem inseridos no Quadro I do contrato, verifica-se a existência do Quadro II, com letras em destaque e negritadas, com a seguinte informação:

**"II - CARACTERÍSTICAS DO CARTÃO DE CRÉDITO  
CONSIGNADO:**

**1. Valor consignado para pagamento do valor mínimo indicado na fatura (observar limite legal estabelecido e os termos do convênio firmado junto ao conveniado)"**

49. Verifica-se, portanto, que logo no início do instrumento contratual a ser firmado pelo consumidor, já há informação clara, precisa e adequada, EM DESTAQUE, de que a contratação se trata de um cartão de crédito consignado em folha de pagamento, sendo que o desconto consignado em folha de pagamento "é para pagamento do valor mínimo indicado na fatura", o que reforça a completa impossibilidade de qualquer consumidor ser "enganado" e imaginar "que estava contratando um empréstimo consignado" ao invés do cartão de crédito consignado ofertado por meio de tal instrumento contratual.

50. Confira-se abaixo a reprodução de tais informações do instrumento contratual que segue anexo:



TERMO DE ADESAO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO EMITIDO PELO BANCO BMG S.A E AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO	
Convênio	Nº ADE
<b>I - DADOS PESSOAIS DO(A) TITULAR(ADERENTE)</b>	
1. Nome do Cliente 2. Sexo 3. CPF 4. Nº Doc. Ident. /Tipo/ Órgão Expedidor / Data de Emissão 5. Data de admissão / 6. Nº da matrícula ou benefício: 7. Estado Civil 8. Data Nascimento 9. Nacionalidade 9.1 Naturalidade (Cidade/UF) 10. Telefone (residencial / celular) 11. E-mail 12. Endereço Residencial Completo (rua/Av., bairro, Cidade, Estado e CEP) 12.1 Endereço Comercial Completo (rua/Av., bairro, Cidade, Estado e CEP) 13. Renda Mensal/ Outras rendas 13.1 Patrimônio 14. Nome da Mãe/ Nome do Pai 15. Nome do Cônjuge / Companheiro(a) 16. PEP (pessoa politicamente exposta): (a) Não/(b) Sim (justificativo) 17. Natureza da operação: (a) Financeira/ (b) Outras (especificar) 18. Propósito da operação: (a) Conta Corrente/Investimentos (b) Empréstimos/Financiamentos (c) Câmbio (d) Derivativos (e) Serviços (f) Outros(especificar):	
<b>II - CARACTERÍSTICAS DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO</b>	
1. Valor consignado para pagamento do valor mínimo indicado na fatura (observar limite legal estabelecido e os termos do convênio firmado junto ao conveniado) 2. Abrangência 3. Solicitação de cartão adicional 4. Vencimento 5. Taxa de emissão (verificar se o convênio permite) 6. Cadastro (Apenas novo cadastro) 7. Nome completo do adicional /8. Grau de parentesco do Adicional (em relação ao Titular) 9. Forma de Pagamento: Mensal	
<b>III - DADOS BANCÁRIOS DO(A) TITULAR</b>	
Banco/ Nº Banco / Agência/ nº da Conta Corrente	
<b>IV - SERVIÇO DE PROTEÇÃO DE PERDA E ROUBO (se disponibilizado)</b>	
Valor por cartão solicitado*: *O Titular declara estar ciente de que em caso de inadimplência a prestação deste serviço poderá ser suspensa ou cancelada.	
<b>V - DADOS DO CORRESPONDENTE NO PAIS/SUBSTABELECIDO (preenchimento exclusivo CREDOR)</b>	
1. Empresa / CNPJ / Cod Loja 2. Endereço/telefone 3. Nome/CPF do Agente de Venda	
Local e data:	Assine abaixo e confirme a contratação de seu Cartão de Crédito Consignado BMG Card
Assinatura do TITULAR: _____	

51. Neste diapasão, é impossível, quer faticamente ou juridicamente, afirmar-se que os moldes da contratação atualmente ofertada BMG impede que o consumidor tenha pleno conhecimento do que está contratando e qual será a forma de pagamento do crédito que lhe está sendo concedido, ou ainda, que o BMG não estaria prestando informações claras e precisas ao consumidor a respeito da modalidade contratada e suas implicações, **cabendo destacar inclusive a existência da reprodução de uma imagem de um cartão de crédito no próprio Termo de Adesão da contratação!**

52. Reforçando tal conclusão, cumpre invocar ainda as cláusulas 6.1. e 6.2. do QUADRO VI do instrumento contratual disponibilizado pelo BMG, as quais são redigidas em letras de tamanho considerável, **com destaques grifados e em negrito**, sendo de fácil entendimento para quem quer seja. Confira-se o teor de tais cláusulas:



**"VI - CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ESPECIAIS APLICÁVEIS AO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO EMITIDO PELO BANCO BMG S.A.:**

**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO: 6.1. O (A) TITULAR autoriza a sua fonte empregadora, de forma irrevogável e irretratável, a realizar o desconto mensal em sua remuneração/benefício, em favor do BANCO BMG S.A para o pagamento correspondente ao valor mínimo indicado na fatura mensal do cartão de crédito consignado ora contratado. 6.2. O(A) TITULAR declara estar ciente de que o produto ora contratado refere-se à um Cartão de Crédito Consignado, declarando, ainda, estar de acordo com o valor a ser averbado, conforme disposto no quadro II deste termo, estando o mesmo em conformidade com o pactuado, não sendo-lhe exigido qualquer outro encargo e/ou aquisição de outro (s) produto(s)."**

53. Contudo, como dito alhures, ainda que se tenha atingido a tal nível de clareza e precisão quanto a informação do que se está contratando, ainda se depara com consumidores apresentando suposta divergência em relação à contratação, com base na alegação de que imaginavam estar contratando um empréstimo consignado e não um cartão de crédito consignado, ou que simplesmente não reconhecem a contratação do cartão, ou ainda, como inúmeras justificativas distintas para não reconhecerem a contratação.

54. No caso do consumidor/beneficiário em análise, ou seja, ARÃO CAMARGOS RAMALHO, tem-se que sua alegação de desconhecimento de sua contratação perante o BMG é totalmente descabida, na medida em que, embora ele tenha firmado um Termo de Adesão cujo padrão é anterior ao supra demonstrado, tem-se que da mesma forma, o **TERMO DE ADESÃO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO BANCO BMG S.A. E AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO** também é de clareza solar quanto ao objeto que se está contratando, assim como o modo de execução do contrato.

55. Frise-se que, pelo próprio título do contrato por ele firmado, demonstra-se que seria impossível que o consumidor/beneficiário incorresse em erro quanto ao objeto contratado. Confira-se:



TERMO DE ADESÃO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO BANCO BMG E AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO			
Cód. Corresp./ Loja:	40295	CPF / CNPJ:	11.288.361/0001-00
Nº ADE:	46097766		
<input type="checkbox"/> Cartão de Crédito Consignado para Servidor Público/Empresa Privada		<input type="checkbox"/> Servidor Público: <input type="checkbox"/> Estadual <input type="checkbox"/> Municipal <input type="checkbox"/> Federal <input type="checkbox"/> Militar <input type="checkbox"/> Empresa Privada	
<input checked="" type="checkbox"/> Cartão de Crédito Consignado INSS		<input type="checkbox"/> Aposentado <input type="checkbox"/> Pensionista <input type="checkbox"/> Outros Descrever	
		Nº do benefício: 1521051469	

56. Ademais, constata-se que foram prestadas todas as informações relativas aos encargos financeiros da operação de cartão de crédito consignado, **assim como o "valor consignado para pagamento do valor mínimo indicado na fatura"**, senão veja-se:

IV - CARACTERÍSTICAS DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO			
Valor consignado para pagamento do valor mínimo indicado na fatura ( observar limite legal estabelecido e os termos do convênio firmado junto ao empregador/conveniado): R\$ 141,89			
(a) Vencimento da fatura: Dia 10 de cada mês	(b) Taxa contratual máxima aplicada ao cartão 3,36 % a.m equivalente a 49,49% a.a	(c) CET (Custo Efetivo Total máximo) aplicado ao cartão: 3,99 % ao mês 60,89 % ao ano	
(d) Forma de Pagamento <input type="checkbox"/> Mensal	(e) Cadastro (Apenas para novo cadastro) R\$	(f) Abrangência para utilização <input type="checkbox"/> Cartão Nacional <input checked="" type="checkbox"/> Cartão internacional	(g) Taxa de emissão (somente para convênios que permitem a cobrança) R\$ 0,00
Solicitação de emissão de cartão adicional <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		Sexo do Adicional <input type="checkbox"/> Masc. <input type="checkbox"/> Fem.	

57. Registre-se outrossim que, a contratação também foi acautelada com o fornecimento de cópia do extrato de benefício pelo consumidor/beneficiário, de sua carteira de identidade, assim como do seu comprovante de residência, não subsistindo a menor remota hipótese de fraude, ou de vício consentimento e/ou informação porventura incorrido pelo consumidor, **que veio a se beneficiar do cartão contratado, utilizando-o para realização de saque, conforme previsto na Lei 10.820/2003 e IN INSS/PRES n.º 28/2008.**

58. Assim, não é crível que tal consumidor compareça em juízo alegando não ter realizado contrato de cartão de crédito consignado com o BMG, quando na realidade documentada e ora comprovada, subsiste sim a contratação realizada entre as partes, sendo inconteste que a assinatura é realmente sua, de fácil constatação, bastando uma simples comparação com as assinaturas do instrumento contratual com a própria Carteira de Identidade da consumidora, cuja cópia segue anexa à presente defesa!

59. Com efeito, não só o BMG, mas todas as outras Instituições Financeiras e o próprio INSS, ficam à mercê da lealdade ou não do consumidor de não deturpar a verdade realmente ocorrida, sendo que, não raras às vezes, infelizmente se constata a ausência de boa fé do próprio consumidor, que relata inverdades perante o Poder Judiciário, que também, infelizmente, não raras às vezes, comete flagrantes *error in judicando*, apegando-se ao princípio da hipossuficiência do consumidor, exigindo provas impossíveis das Instituições Financeiras de que o consumidor foi devidamente informado

sobre o objeto da contratação, assim como da operacionalização e execução do contrato firmado.

60. Neste sentido, veja-se que, tal como demonstrado linhas atrás, o Termo de Adesão utilizado pelo BMG, não deixa qualquer margem de dúvidas a respeito do objeto da contratação, bem como do modo de execução contratual no decorrer da relação firmada entre as partes, sendo certo que o consumidor/beneficiário Arão Camargos Ramalho firmou o Termo de Adesão anuindo livremente com tal contratação, tendo ainda se beneficiado de saques livremente por ele solicitados e contratados, e ainda assim foi em juízo questionar a contratação.

61. E como se não bastasse tamanho prejuízo suportado pelo BMG não só num processo judicial onde se constata o julgamento com *error in iudicando*, o BMG ainda se vê na situação de ter de se defender administrativamente contra uma indevida e nula recomendação de aplicação de sanção administrativa! Lamentável, *data venia*.

62. Neste diapasão, em função da reiteração de casos como desta jaez, e também por outras ocorrências diversas, **não obstante a clareza e precisão dos instrumentos contratuais disponibilizados no mercado de consumo pátrio como o do BMG**, mais uma vez, tanto Instituições Financeiras quanto o INSS se viram na necessidade de buscar um aprimoramento quanto à oferta e contratação do cartão de crédito consignado, visando eliminar as possibilidades de se alegar desconhecimento da contratação, falta de conhecimento do que foi contratado ou falta de informação, até porque, também houve o ajuizamento da Ação Civil Pública nº 0106890-28.2015.4.01.3700 pela Defensoria Pública da União contra o INSS perante a 3.<sup>a</sup> Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Maranhão.

63. Diante disto, na constante busca de soluções e aprimoramento para uma questão afeta ao cartão de crédito consignado, alcançou-se um acordo conjunto entre Instituições Financeiras, Defensoria Pública da União e INSS, do qual emergiu a edição e publicação da Instrução Normativa INSS n.º 100 de 28/12/2018, a qual, dentre outras alterações efetivadas na INSS/PRES n.º 28/2008, alterou a disposição do art. 21-A, criando o **TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO – TCE**, que visa, justamente, eliminar qualquer possibilidade do consumidor alegar desconhecimento ou divergência do objeto contratado.

64. Confira-se a atual redação do art. 21-A, cuja vigência se iniciou no dia **01/04/2019**, a saber:

" Art. 21-A Sem prejuízo das informações do art. 21, nas autorizações de descontos decorrentes da celebração de contratos de Cartão de Crédito com Reserva de Margem Consignável, o contrato firmado entre o beneficiário do INSS e a instituição consignatária deverá, obrigatoriamente, nos termos da decisão homologatória de acordo firmado na Ação Civil Pública nº 0106890-28.2015.4.01.3700, ser acompanhado de Termo de Consentimento Esclarecido - TCE, que constará de página única, reservada exclusivamente para tal documento, constituindo-se instrumento apartado de outros que formalizem a contratação do Cartão de Crédito Consignado, e conterà, necessariamente:

I - expressão "TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO", inserida na parte superior do documento e com fonte em tamanho quatorze;

II - abaixo da expressão referida no inciso I do caput, em fonte com tamanho onze, o texto: "Em cumprimento à sentença judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 106890-28.2015.4.01.3700, 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Luís/MA, proposta pela Defensoria Pública da União";

III - nome completo, CPF e número do benefício do cliente;

IV - logomarca da instituição financeira;

V - imagem em tamanho real do cartão de crédito contratado, ainda que com gravura meramente ilustrativa;

VI - necessariamente como última informação do documento, espaço para preenchimento de local, data e assinatura do cliente;



VII - as seguintes inscrições, todas registradas em fonte com tamanho doze e na ordem aqui apresentada:

- a) "Contratei um Cartão de Crédito Consignado";
- b) "Fui informado que a realização de saque mediante a utilização do meu limite do Cartão de Crédito Consignado ensejará a incidência de encargos e que o valor do saque, acrescido destes encargos, constará na minha próxima fatura do cartão";
- c) "A diferença entre o valor pago mediante consignação (desconto realizado diretamente na remuneração/benefício) e o total da fatura poderá ser paga por meio da minha fatura mensal, o que é recomendado pelo (nome da instituição financeira), já que, caso a fatura não seja integralmente paga até a data de vencimento, incidirão encargos sobre o valor devido, conforme previsto na fatura";
- d) "Declaro ainda saber que existem outras modalidades de crédito, a exemplo do empréstimo consignado, que possuem juros mensais em percentuais menores";
- e) "Estou ciente de que a taxa de juros do cartão de crédito consignado é inferior à taxa de juros do cartão de crédito convencional";
- f) "Sendo utilizado o limite parcial ou total de meu cartão de crédito, para saques ou compras, em uma única transação, o saldo devedor do cartão será liquidado ao final de até (número de meses), contados a partir da data do primeiro desconto em folha, desde que:
  1. eu não realize outras transações de qualquer natureza, durante todo o período de amortização projetado a partir da última utilização;
  2. não ocorra a redução/perda da minha margem consignável de cartão;
  3. os descontos através da consignação ocorram mensalmente, sem interrupção até o total da dívida;
  4. eu não realize qualquer pagamento espontâneo via fatura; e
  5. não haja alteração da taxa dos juros remuneratórios";
- g) "Para tirar dúvidas acerca do contrato ora firmado, inclusive sobre informações presentes neste Termo de Consentimento, o cliente



poderá entrar em contato gratuitamente com o (nome da instituição financeira) através do Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC (identificar número telefônico) e de sua Ouvidoria (identificar número telefônico)"".

65. Registre-se que segue em anexo à presente manifestação, o TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO – TCE já confeccionado pelo BMG nos termos da norma retro reproduzida, e que, necessariamente integra todas as contratações de cartão de crédito consignado no âmbito do BMG, firmadas a partir de 01/04/2019. Confira-se a reprodução do mesmo:

	<b>TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO</b>	
---	---	---

Em cumprimento à sentença judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública n. 106890-28.2015.4.01.3700, 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Luís/MA, proposta pela Defensoria Pública da União.

<b>I - TITULAR:</b> I. Nome Completo do TITULAR / 2. CPF / 3. Nº do Benefício:	
<b>II - PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO DO SALDO DEVEDOR:</b> Desde que cumpridas as condições descritas no item VI, abaixo, o saldo devedor do cartão será liquidado ao final de até:	

Eu, acima qualificado como titular do cartão de crédito consignado contratado com o Banco BMG S/A, declaro, para os devidos fins e sob as penas da lei, estar de ciência e de acordo que:

- (i) contratei um cartão de crédito consignado;
- (ii) fui informado que a realização de saque mediante a utilização do meu limite do Cartão de Crédito Consignado ensejará a incidência de encargos e que o valor do saque, acrescido destes encargos, constará na minha próxima fatura do cartão;
- (iii) a diferença entre o valor pago mediante consignação (desconto realizado diretamente na remuneração/benefício) e o total da fatura poderá ser paga por meio da minha fatura mensal, o que é recomendado pelo Banco BMG S.A, já que, caso a fatura não seja integralmente paga até data de vencimento, incidirão encargos sobre o valor devido, conforme previsto na fatura;
- (iv) declaro ainda saber que existem outras modalidades de crédito, a exemplo do empréstimo consignado, que possuem juros mensais em percentuais menores;
- (v) estou ciente de que a taxa de juros do Cartão de Crédito Consignado é inferior à taxa de juros do Cartão de Crédito convencional;
- (vi) sendo utilizado o limite parcial ou total de meu Cartão de Crédito Consignado, para saques ou compras, em uma única transação, o saldo devedor do cartão será liquidado até o termo final do prazo citado no campo II do Quadro Preambular, contados a partir da data do primeiro desconto em folha, **DESDE QUE:** (a) eu não realize outras transações de qualquer natureza, durante todo o período de amortização projetado a partir da última utilização; (b) não ocorra a redução/perda da minha margem consignável de cartão; (c) os descontos através da consignação ocorram mensalmente, sem interrupção, até o total da dívida; (d) eu não realize qualquer pagamento espontâneo via fatura; e (e) não haja alteração da taxa dos juros remuneratórios.

Para tirar dúvidas acerca do Contrato ora firmado, inclusive sobre informações presentes neste Termo de Consentimento, o TITULAR poderá entrar em contato, gratuitamente, com o Banco BMG S.A através dos seguintes Canais de atendimento: Central de Relacionamento BMG CARD 4002 7007 (ligações de celular) e 0800 770 1790 (ligações de tel. fixo) /Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 979 9099 /Deficientes auditivos e ou de fala 0800 979 7333 / OUVIDORIA 0800 723 2044

Local e data:



Assinatura do TITULAR:

**DECLARAÇÃO SE ANALFABETO OU IMPEDIDO DE ASSINAR:** Declaro que ouvi atentamente a leitura deste Termo de Adesão na presença das testemunhas abaixo, tendo compreendido seu conteúdo, estou ciente de todas as condições e obrigações assumidas.

A rogo do(a) TITULAR, assina o rogado:

Nome:

CPF ou CE:

Testemunhas:

Nome/CPF:

Nome/CPF:





66. Com efeito, não restam dúvidas de que **NÃO SE REVELA ADEQUADO e NECESSÁRIO**, e muito menos **PROPORCIONAL**, que o BMG venha a ser sancionado na forma indevidamente recomendada pelo Magistrado, em virtude fatos e divergências inerentes ao próprio produto do cartão de crédito consignado, que não são restritos ao BMG, evidentemente, e, principalmente, que já se encontram devidamente solucionados e superados com a edição da Instrução Normativa INSS n.º 100 de 28/12/2018.

67. Ora, é certo com a edição da referida Instrução Normativa, a discussão e divergência enfrentada no processo que integra o ofício ora respondido, restaram efetivamente superadas, tendo havido o esvaziamento do objeto deste procedimento.

68. Assim, é imperioso se observar na espécie, os fundamentos apresentados pelo **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA** no recente julgamento de 12/02/2019 (RMS 33.671/RJ, de Relatoria da Ministra REGINA HELENA COSTA), já invocado no tópico anterior, no qual se pontuou com precisão a necessidade de observância do princípio da proporcionalidade, fixando inclusive os parâmetros objetivos para tal. Pede-se a devida *venia*, para novamente transcrever tais parâmetros plenamente aplicáveis *in casu*, principalmente pelo fato de se ter demonstrado que com a edição da Instrução Normativa INSS n.º 100 de 28/12/2018, houve a perda de objeto quanto à pretensão de sancionar administrativamente o BMG, conforme recomendado indevidamente pelo Magistrado. Confira-se:

*"i) adequação - verificando-se se a medida adotada é eficaz para alcançar o resultado pretendido;*

*ii) necessidade - devendo ser observado se o fim almejado pode ser atingido por meio menos gravoso ou oneroso;*

*iii) proporcionalidade em sentido estrito - consubstanciada na relação custo-benefício, ponderando-se se a providência acatada não irá sacrificar bem de categoria jurídica mais elevada do que aquele que se pretende resguardar."*

69. Assim, na toada do entendimento da Corte Superior, *in casu*, não subsistem **ADEQUAÇÃO e NECESSIDADE** de se sancionar o BMG, eis que, conforme demonstrado, a divergência verificada no caso que integra o ofício/recomendação ordenado



indevidamente pelo Magistrado do TJDF, tratava-se de um problema inerente ao cartão de crédito consignado vivenciado pelas inúmeras instituições financeiras concedentes desta linha de crédito, e pelo próprio INSS, sendo, portanto, a aplicação de sanção ao BMG e a qualquer outra instituição financeira, medida totalmente ineficaz para se alcançar a resolução definitiva do problema, **que não mais subsiste**, justamente em função da edição da edição da Instrução Normativa INSS n.º 100 de 28/12/2018, que se revelou como um meio muito mais adequado do que a sanção indevidamente recomendada, além de se tratar de um **meio menos gravoso ou oneroso** para todos os envolvidos.

70. Ademais, também não se verifica qualquer **PROPORCIONALIDADE** na recomendação do citado Magistrado, até porque, além de envolver um único caso se comparado com o volume total de contratações, pode-se causar inúmeros prejuízos ao mercado financeiro num momento onde o país ainda se encontra assolado por grave crise financeira com milhões de desempregados, sendo certo que o prejuízo para os milhões de consumidores também é incalculável, já que ficarão privados de firmarem por dias contratações de uma linha de crédito muito mais acessível do que as convencionais, em função de um entendimento isolado e divergente de um Magistrado frente a um único caso somente, no qual sequer há qualquer comprovação de prática lesiva (tanto que sequer houve a condenação por danos morais), privando assim que milhões de outros consumidores possam suprir eventuais emergências e necessidades da vida cotidiana mediante acesso ao crédito consignado.

71. Destarte, é indubitável que com a edição e publicação da Instrução Normativa INSS n.º 100 de 28/12/2018, **houve a perda do objeto do presente procedimento**, o qual, somado ao vício insanável arguido preliminarmente no tópico anterior, deve, imperiosamente, ser prontamente arquivado, sem a aplicação de qualquer sanção ao BMG, haja vistos os princípios que devem reger os atos da administração pública, tal como previsto no art. 2.º da Lei n.º 9.784/1999, reiteradamente consagrados e reafirmados pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, tudo como ora demonstrado na presente defesa.

72. Não obstante, por amor ao debate, e em caráter *ad argumentandum tantum*, ainda se demonstrará adiante que, também meritoriamente, não subsistem quaisquer razões fáticas legais para se aplicar qualquer sanção ao BMG.



**V – DO MÉRITO – DA AUSÊNCIA DE QUALQUER PRÁTICA LESIVA POR PARTE DO BMG – DA IMPOSSIBILIDADE DE SE APLICAR A SANÇÃO PREVISTA NO ART. 52, I, "B", DA IN 28/2008 – DOS EQUÍVOCOS DO ACÓRDÃO PROLATADO COM *ERROR IN JUDICANDO***

73. A par das robustas argumentações preliminares desenvolvidas nos tópicos anteriores, as quais por si só demonstram a impossibilidade de prosseguimento deste procedimento sancionatório em desfavor do BMG, meritoriamente, tem-se que também inexistem quaisquer motivos fáticos legais para aplicação da sanção indevidamente recomendada pelo Magistrado, cominada no art. 52, I, "b", da IN 28/2008.

74. Certo é que, pela própria dicção legal do dispositivo sancionatório em voga, não se constata o preenchimento dos mínimos requisitos legais para se sancionar o BMG nos termos indevidamente recomendado pelo Magistrado, até porque, não se pode considerar que o simples fato de haver "sentença judicial condenatória", automaticamente, fica a instituição financeira fadada a ser sancionada também na esfera administrativa.

75. De fato, tanto o caput do artigo 52 da IN 28/2008 quanto a alínea "b" do seu inciso I, contém redação de cunho genérico e não taxativa, sem definição do que seria "prática lesiva", o que permite à autoridade sancionadora, uma atuação e interpretação discricionária – *e não vinculativa*, a qual, conforme reiterado posicionamento das Cortes Superiores demonstrado preliminarmente nesta defesa, deve observar os princípios da administração pública previstos no art. 2.º da Lei n.º 9.784/1999, notadamente os da razoabilidade e proporcionalidade. Registre-se que, mesmo diante da inserção do § 4.º no artigo 52 da IN 28/2008, em função da edição e publicação da Instrução Normativa INSS n.º 100 de 28/12/2018, ainda assim, é permitido à autoridade sancionadora, a interpretação discricionária frente a cada caso que lhe é submetido, **valendo reiterar que, no presente caso, não houve condenação do BMG ao pagamento de indenização ao consumidor, seja ela de ordem moral ou material.**

76. Ainda há que se ter em mente, o fato de eventualmente emergir divergências sanáveis e reparáveis entre a instituição financeira e o consumidor, não quer dizer por si só, que a instituição financeira cometeu uma prática lesiva que lhe enseje um severo sancionamento de suspensão de consignações/retenções/RMC pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis, mormente quando se está diante de um único caso frente ao total de volume de contratações em andamento, e também, principalmente, se constata que nem

sempre o consumidor pauta sua queixa com plena lealdade e fidelidade à realidade verdadeiramente ocorrida, tal como demonstrado no tópico anterior. Se assim não fosse, estar-se-ia cometendo brutal atentado contra os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, evidentemente.

77. Outrossim, a conclusão de Magistrado no sentido de que *"tenho que, no presente caso, o autor não foi suficientemente informado acerca da sistemática de funcionamento dos contratos,* também não pode servir de base para uma sanção administrativa, até porque, são públicos e notórios os mais variados julgamentos do próprio Poder Judiciário, onde se constata flagrantemente e inúmeros *error in iudicando,* eis que, nem sempre as próprias partes litigantes guardam obediência aos princípios da lealdade e boa-fé processual, não sendo raras as vezes, em que subsistem flagrante alteração da verdade dos fatos pelas partes. **E REITERE-SE, SEGUE EM ANEXO TODA A DOCUMENTAÇÃO ENVOLVENDO A FORMALIZAÇÃO DA RELAÇÃO JURÍDICA ENTRE O BMG E O CONSUMIDOR ARÃO CAMARGOS RAMALHO, inclusive o Termo de Adesão devidamente firmado por ele tendo como objeto o cartão de crédito consignado.**

78. Ademais, constata-se que o consumidora/beneficiário ARÃO CAMARGOS RAMALHO efetivamente solicitou e contratou saques por meio do seu cartão de crédito consignado, havendo a liberação de tais recursos diretamente em sua conta bancária, e isto, em dois momentos distintos, um no ano de 2016 e outro no ano de 2018, conforme comprovantes abaixo reproduzidos, a saber:

BANCO BMG S/A				TED "E" RECIBO DO REMETENTE				Nº 266630013							
CÓDIGO DO BANCO REMETENTE								CÓDIGO DO BANCO DESTINATÁRIO							
COMP	BANCO	AGÊNCIA	Nº CONTA DO REMETENTE					COMP	BANCO	AGÊNCIA	Nº CONTA DO DESTINATÁRIO				
018	318	0001	1999997					000	1	4593	847318-8				
NOME REMETENTE								NOME DESTINATÁRIO							
BANCO BMG S.A								ARAO CAMARGOS RAMALHO							
CNPJ/CPF								CNPJ/CPF							
61.186.680/0047-57								155.264.616-53							
FINALIDADE								ATRIBUTO/REFERÊNCIA DE FINALIDADE							
01 - Crédito em Conta								SAQUE AUTORIZADO							
Mensagem SPB: PAG0143								VALOR							
								*****3.476,05							
VALOR POR EXTENSO															
TRES MIL QUATROCENTOS E SETENTA E SEIS REAIS E CINCO CENTAVOS*****															
*****															

Nro Controle SPB: 201607286905345



BANCO BMG S/A				TED "E" RECIBO DO REMETENTE				Nº284401776							
CÓDIGO DO BANCO REMETENTE								CÓDIGO DO BANCO DESTINATARIO							
COMP	BANCO	AGÊNCIA	Nº CONTA DO REMETENTE					COMP	BANCO	AGÊNCIA	Nº CONTA DO DESTINATARIO				
018	318	0001	1999997					000	1	3475	747318-4				
NOME REMETENTE								NOME DESTINATARIO							
BANCO BMG S.A								ARAO CAMARGOS RAMALHO							
CNPJ/CPF								CNPJ/CPF							
61.186.680/0047-57								155.264.616-53							
FINALIDADE								ATRIBUTO/REFERÊNCIA DE FINALIDADE							
01 - Crédito em Conta								SAQUE COMPLEMENTA							
Mensagem SPB: PAG0143								VALOR							
								*****531,33							
VALOR POR EXTENSO															
QUINHENTOS E TRINTA E UM REAIS E TRINTA E TRES CENTAVOS*****															
*****															
Nro Controle SPB: 201801175388679															

79. Daí, como se pode aventar a possibilidade de tal consumidor/beneficiário não ter plena ciência da contratação do cartão de crédito consignado livremente celebrado por ele, se mediante esta própria contratação do cartão, **ele solicitou e contratou dois saques em momentos distintos, um no valor de R\$3.476,05 (em 28/07/2016) e outro no valor de R\$531,33 (em 17/01/2018) que foram creditados em sua própria conta bancária!?**

80. Certo é que, é ainda mais descabida a argumentação do acórdão proferida pela Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, sobre a qual o BMG é instado a prestar esclarecimentos por meio do ofício ora respondido, no sentido de que *"as conclusões foram que o contrato apresentado pelo banco não traz de forma expressa e clara, os montantes emprestados, os valores e quantidade de parcelas a serem consignadas no benefício previdenciário, o termo final da quitação das dívidas e nem a informação se o valor do pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito correspondia ou não ao valor da parcela dos empréstimos."*

81. Ora, já se comprovou que a contratação teve como objeto um cartão de crédito consignado e não um empréstimo consignado!

82. Assim, **não há que se falar em especificação no instrumento contratual, dos "montantes emprestados" e "valores e quantidade de parcelas a serem consignadas no beneficiário previdenciário", já que o cartão de crédito, seja ele consignado ou convencional, é contratado para utilização sob a própria conveniência do consumidor, que já possui um limite de crédito pré aprovado e autorizado, para dele utilizar da forma que melhor lhe convier e quando quiser, seja para saques ou compras!!**



83. Da mesma forma, não há que se falar em descumprimento do art. 52 do CDC como consta no acórdão, e muito menos em "termo final da quitação das dívidas e nem a informação se o valor do pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito correspondia ou não ao valor das parcelas dos empréstimos", eis que além da contratação em questão se tratar de um cartão de crédito consignado e não de um empréstimo, tem-se que EM NENHUMA LINHA da Lei 10.820/2003 e/ou da Instrução Normativa INSS/PRES n.º 28/2008, **subsiste disposição legal prevendo "termo final da quitação das dívidas" para cessação dos descontos na RMC – Reserva de Margem Consignável do consumidor/beneficiário para amortização do saldo devedor do cartão em decorrência de sua utilização para compras e/ou saque.**

84. **Assim, fica mais do que evidenciado o estampado equívoco do acórdão proferido, que inclusive atenta frontalmente contra o entendimento SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, que em recente julgamento de relatoria do Ministro **MOURA RIBEIRO** ocorrido em **02/04/2019**, assentou a **INEXISTÊNCIA DE QUALQUER ILEGALIDADE** no procedimento de desconto na RMC do valor correspondente ao mínimo da fatura do cartão de crédito consignado contratado, senão veja-se:

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.406.864 - SP (2018/0315048-1) RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO AGRAVANTE : CLARICE MARCELINO PEREIRA ADVOGADO : CRISTIANO PINHEIRO GROSSO - SP214784 AGRAVADO : BANCO CETELEM S.A ADVOGADOS : DIEGO MONTEIRO BAPTISTA - RJ153999 OTAVIO FREITAS PEREIRA - SP363222 AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IRRESIGNAÇÃO MANIFESTADA NA VIGÊNCIA DO NCPC. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. IMPROCEDÊNCIA. DISPOSITIVOS LEAIS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULAS NºS 282 E 356 DO STF. TRIBUNAL LOCAL QUE, COM BASE NOS FATOS DA CAUSA, CONCLUIU PELA **LEGALIDADE** DO CONTRATO E PELA AUSÊNCIA DE VÍCIOS DE CONSENTIMENTO. REFORMA. SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO. DECISÃO CLARICE MARCELINO PEREIRA (CLARICE) ajuizou ação declaratória de inexistência de débito cumulada com indenização por danos materiais e morais contra o BANCO CETELEM S.A (BANCO), sob a alegação de consignação indevida. A sentença de improcedência do pedido autoral foi confirmada pelo Tribunal estadual conforme acórdão assim ementado: Julgamento antecipado da lide Cerceamento de defesa - Prolator da sentença que tinha em mãos todos os elementos necessários para que fossem apreciados os argumentos desenvolvidos no processo Prova documental produzida que era suficiente para o julgamento antecipado da lide Depoimento pessoal da autora que não serviria para alterar o desfecho da causa - Impossibilidade de se decretar a nulidade da sentença. **Ação declaratória de inexistência de débito c.c. indenização por danos materiais e morais Cartão de crédito consignado**

**Autora que admitiu ter obtido crédito consignado em seu benefício perante o banco réu Alegado pela autora, porém, que se verificou vício de consentimento, porquanto acreditava que estava aderindo a empréstimo consignado, não a cartão de crédito com reserva de margem consignável Tese ventilada pela autora que não se mostrou verossímil, ainda que a ação verse sobre consumo e seja ela hipossuficiente.** Ação declaratória de inexistência de débito c.c. indenização por danos materiais e morais Cartão de crédito consignado **Banco réu que comprovou que a autora aderiu a Cartão de Crédito Consignado, com autorização para reserva de margem consignável em seu benefício previdenciário - Banco réu que demonstrou a disponibilização, na conta corrente de titularidade da autora, do valor do saque efetuado com o cartão de crédito consignado - Clareza do contrato acerca de seu objeto, das taxas mensal e anual de juros aplicáveis ao saldo devedor do financiamento, bem como acerca da autorização para o desconto, no benefício previdenciário da autora, DO VALOR MÍNIMO INDICADO NA FATURA MENSAL DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO.** Ação declaratória de inexistência de débito c.c. indenização por danos materiais e morais Cartão de crédito consignado Inocorrência de vício de consentimento **Descontos** no benefício da autora que tiveram início em julho de 2016, vindo ela a questioná-los por volta de um ano depois, quando do ajuizamento da ação Autora, ademais, que fez inúmeros empréstimos consignados em seu benefício, a evidenciar que ela tinha conhecimento suficiente para distinguir se estava contratando empréstimo consignado ou cartão de crédito com reserva de margem consignável Improcedência da ação mantida Apelo da autora desprovido (e-STJ, fl. 237) CLARICE desafiou recurso especial com base no art. 105, III, a, da CF onde alegou violação dos arts. 37, § 1º, 51, IV, e 52, I, II, III, IV e V, do CDC, pelos fundamentos assim deduzidos (1) violação do dever de informação; (2) nulidade de cláusula contratual por prática abusiva; (3) publicidade enganosa; e, (4) vício de consentimento. Foram ofertadas contrarrazões (e-STJ, fls. 258/277). O Tribunal local inadmitiu o apelo nobre por (1) não ter sido demonstrada a infringência aos preceitos arrolados pela parte; 2) incidência da Súmula nº 7 do STJ. CLARICE ingressou com agravo em recurso especial, afirmando a inaplicabilidade do referido óbice sumular, por não pretender a revisão do conjunto probatório dos autos. Foi apresentada contraminuta (e-STJ, fls. 294/305). É o relatório. DECIDO A irresignação não comporta acolhimento. De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC. Conhecido o agravo, passa-se ao exame do apelo nobre. Verifica-se que o conteúdo normativo dos arts. 37, § 1º, 51, IV, e 52, I, II, III, IV e V, do CDC não foi objeto de debate no acórdão

recorrido, carecendo, assim, do necessário prequestionamento viabilizador do recurso especial. Incidência das Súmulas nºs 282 e 356 do STF. Ademais, ainda que assim não fosse, a **Corte de origem, após sopesar o conjunto fático probatório da causa, concluiu pela legalidade do contrato firmado entre as parte e pela ausência de vícios de consentimento na contratação**, o fazendo nos seguintes termos: **Ainda que a ação verse sobre consumo e seja a autora hipossuficiente, não se mostrou verossímil a alegação de que, quando assinou o contrato apresentado pelo banco réu (fls. 160/162), ela acreditava estar aderindo a empréstimo consignado, com encargos menores e prazo definido, não a cartão de crédito com Reserva de Margem Consignável RCM. O banco réu demonstrou a contratação pela autora de cartão de crédito consignado com autorização de desconto em seu benefício previdenciário, ao ter juntado o termo de adesão a Cartão de Crédito Consignado para a realização de saque no valor de R\$ 836, 00, assinado por ela em 28.6.2016 (fl. 162).**

**NESSE TERMO DE ADESÃO, NO CAMPO AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO, A AUTORA AUTORIZOU O BANCO RÉU A: PROCEDER À RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL RMC EM SEU FAVOR VISANDO À REALIZAÇÃO DE DESCONTO MENSAL EM SUA REMUNERAÇÃO PARA PAGAMENTO DO VALOR CORRESPONDENTE AO MÍNIMO DA FATURA MENSAL DO CARTÃO ATÉ A LIQUIDAÇÃO DO SALDO DEVEDOR, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE (FL. 161). A AUTORA DECLAROU TAMBÉM: TER CONHECIMENTO DE QUE A AUSÊNCIA DE PAGAMENTO INTEGRAL DO VALOR DA FATURA NA DATA DE SEU VENCIMENTO REPRESENTA, DE FORMA AUTOMÁTICA, O FINANCIAMENTO DE MEU SALDO DEVEDOR, SOBRE O QUAL INCIDIRÃO OS ENCARGOS DESCRITOS NO ITEM III (FL. 162). O VENTILADO CONTRATO FOI CLARO ACERCA DE SEU OBJETO, DAS TAXAS MENSAL E ANUAL DE JUROS APLICÁVEIS AO SALDO DEVEDOR FINANCIADO (FL. 161), BEM COMO SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA O DESCONTO, NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DA AUTORA, DO VALOR MÍNIMO DA FATURA DO INDIGITADO CARTÃO DE CRÉDITO (FLS. 161/162).** Tendo a autora admitido o crédito obtido com o aludido cartão, referente ao saque de R\$ 836,00 em 28.6.2016 (fl. 161), o qual foi disponibilizado na conta corrente de sua titularidade (fl. 168), inviável admitir-se vício de consentimento. Note-se que os descontos da reserva de margem consignável de R\$ 44,00 no benefício de aposentadoria e de pensão por morte da autora (fls. 27, 28), sob a rubrica Descontos de Cartão de Crédito, tiveram início em 25.7.2016 (fls. 27, 28), vindo ela a questioná-los cerca de um ano depois, em 20.6.2017, quando ajuizou esta

**ação (fl.1). Ademais, a inexperiência do consumidor não é suficiente para presumir a existência de vício de consentimento, já que tal condição não lhe retira a capacidade ou a higidez mental.** Os extratos emitidos pelo INSS (fls. 27, 28), por sinal, revelaram que a autora fez inúmeros empréstimos consignados, a evidenciar que ela tinha conhecimento suficiente para distinguir se estava contratando empréstimo consignado ou cartão de crédito consignado. 2.3. **Não atestado vício de consentimento, o contrato de cartão de crédito consignado firmado pela autora legitimou a cobrança pelo banco réu dos descontos efetuados em seu benefício previdenciário, com amparo no art. 6º da Lei nº 10.820, de 17.12.2003, com a redação dada pela Lei nº 13.172, de 21.10.2015** (e-STJ, fls. 239/240). Desse modo, para rechaçar o entendimento acima aventado, seria imprescindível o reexame do conteúdo fático da causa, o que encontra óbice no enunciado da Súmula nº 7 do STJ.

Nessas condições, com fundamento no art. 932, III, do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/3/2016, DJe 18/3/2016), CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial. MAJORO em 5% o valor dos honorários advocatícios fixados em desfavor de CLARICE (arts. 85, § 11, do NCPC), observando o disposto no art. 98, § 3º, do NCPC. Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito ao possível cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º). Publique-se. Intimem-se. Brasília, 02 de abril de 2019. Ministro MOURA RIBEIRO Relator

85. Outrossim, além de ser beneficiado pela utilização do cartão para fins de saque, vale reiterar ainda que, o consumidor Arão Camargos Ramalho **não logrou êxito em obter o deferimento do pedido de condenação do BMG ao pagamento de danos morais inclusive na 2.ª instância, onde ocorreu a equivocada reforma da sentença de 1.ª instância, que havia decretado a completa improcedência dos pedidos iniciais**, o que reforça ainda mais a impossibilidade de se considerar que o BMG adotou "prática lesiva" que justifique a imposição da sanção indevidamente recomendada pelo Magistrado nesta esfera administrativa.

86. Aliás, o entendimento do Magistrado de 1.ª instância era o que deveria prevalecer na espécie, eis que se encontra em perfeita consonância com a legislação pátria aplicável à espécie, bem como com as provas documentais coligadas aos autos, senão veja-se, o seguintes trechos da sentença que decretou a total improcedência do pleito inicial do consumidor/beneficiário ARÃO CAMARGOS RAMALHO:





A relação havida entre as partes é de consumo, razão pela qual incidem as regras do Código de Defesa do Consumidor.

E, diante da natureza da demanda, aplico a inversão do ônus da prova, a teor do art. 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90, como meio de facilitar a defesa do consumidor, ora requerente, considerando sua hipossuficiência, não se olvidando, contudo, que ao autor, cabe provar, ainda que minimamente, os fatos constitutivos de seu direito em relação ao alegado na inicial.

Inicialmente, esclareço que a RMC (reserva de margem consignável) é um limite reservado no valor da renda mensal do beneficiário, de até 5% (cinco por cento) para uso exclusivo em operações relacionadas a cartão de crédito, nos termos do art. 6º, §5º e incisos, da Lei nº 10.820/03 e somente é admitida quando há comprovação efetiva da contratação ou uso do cartão de crédito, bem como da ciência e autorização inequívocas do beneficiário, por escrito, o que restou devidamente comprovado nos autos pelos documentos trazidos pela instituição financeira ré.

Apesar de o autor afirmar que, de forma fraudulenta, o réu vem efetuando em seu contracheque, a título de RMC, descontos indevidos, no valor de R\$150,16, cada, desde o mês de agosto de 2015, no entanto, o único extrato de pagamento por ele apresentado se refere ao mês de fevereiro do corrente ano, contendo um único débito sob a rubrica de "empréstimo RMC" no valor de R\$141,98.

O réu, por sua vez, alega e comprova mediante contrato nº 6401006, assinado em julho de 2016 pelo autor e anexado aos autos (ID 21435963), a contratação do BMG CARD nº 5259.2221.2113.9114, que se trata expressamente de "Termo de adesão a cartão de crédito consignado Banco BMG e autorização para desconto em folha de pagamento", cujo valor indicado no item IV de tal documento coincide com o valor debitado a título de RMC no contracheque do autor.

Ademais, analisando os documentos trazidos pelo próprio autor, conclui-se que improcedem as suas alegações em relação aos descontos a título de RMC, seja no tocante ao valor, seja no que se refere ao início dos descontos. Verifica-se que o autor já firmou vários contratos de empréstimo com instituições financeiras diversas do banco réu e que possui anotados, em seus registros financeiros junto ao INSS, alguns contratos celebrados com o réu, dentre eles três de "Reserva de Margem para Cartão de Crédito". Desses últimos indicados, dois constam como excluídos e um consta como ativo.

No entanto, ainda que alegada a fraude e a negativa da contratação na modalidade aplicada pelo réu, tendo o autor afirmado que não recebeu qualquer informação de que o empréstimo em questão se tratava de um cartão de crédito, o que se constata dos autos é que o documento assinado pelo autor possui as informações expressas acerca do cartão de crédito consignado e da autorização para desconto mensal em seu benefício. Consta dos autos, ainda, prova da utilização da verba do cartão de crédito, inclusive com o repasse de verba para a conta do autor, crédito em conta (IDs 19924222 e 19924224).

A instituição financeira ré juntou aos autos prova da existência de relação jurídica entre as partes, decorrente do Contrato de Cartão de Crédito Consignado, pelo qual recebeu o Cartão de Crédito com Reserva de Margem Consignável, descontando diretamente em contracheque do autor, no percentual de até 5% (cinco por cento) de seus vencimentos, para o pagamento do valor mínimo apurado mensalmente pela utilização do saque autorizado disponibilizado em decorrência do referido contrato.

Tratando-se de cartão consignado o consumidor deve realizar o pagamento do restante da fatura em aberto, pois o banco somente desconta no benefício previdenciário uma quantia mínima. Se o consumidor não realiza o pagamento integral da fatura, os descontos com seus encargos de cartão de crédito continuam a ser realizados no benefício junto ao INSS até que o débito seja efetivamente quitado. Como bem observa o réu, o cartão não tem previsão para término das cobranças, pois, diferente do empréstimo, não é cobrado em parcelas fixas, tendo em vista que depende de seus lançamentos e pagamentos e da alteração da margem consignável. Se o autor, mesmo recebendo faturas complementares em sua residência, não quitou o débito, o réu continua a lançar os valores residuais no benefício, até sua quitação.

Ressalto que compulsando os autos e as provas nele colhidas, não vejo qualquer prova do erro essencial que possa destituir a validade do contrato livremente pactuado entre as partes, e por isso, não há como o Judiciário imiscuir-se na relação jurídica pactuada para determinar a devolução de quantia legitimamente recebida.





(...)

Doutro lado, tendo em vista a validade do contrato firmado entre as partes e a sua vigência, bem como do princípio da livre pactuação, da boa-fé objetiva, além da estabilidade das relações contratuais, entendo que não há que ser convertido o referido contrato em contrato de empréstimo consignado.

Conclui-se que, não havendo nulidade no contrato firmado com a parte ré, não são ilegítimas as cobranças realizadas. Logo, não há que se falar em qualquer dano, seja de ordem material ou moral, devolução ou readequação, visada pela parte requerente.

Ressalto, por fim, que, não havendo interesse do autor em dar continuidade ao contrato livremente pactuado, este, após a quitação do mesmo, pode solicitar a rescisão contratual, e, caso queira, firmar outro contrato bancário, desta vez empréstimo consignado, nos moldes que entende pertinente a seu perfil de consumidor.

Assim, tem-se que o réu desincumbiu-se de seu ônus probatório, restando comprovada a contratação, com autorização de desconto em folha/benefício, demonstrando que a contratação se deu de forma lícita, sendo, portanto, legítimo o desconto mensal da RMC no benefício do requerente.

Desta feita, ausente ato ilícito praticado pelo réu, a improcedência dos pedidos é medida que se impõe.

Diante do exposto, **JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados pelo autor na inicial, extinguindo o feito com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC.**

87. Veja d. Julgadora, que no próprio corpo da sentença de 1.<sup>a</sup> instância que decretou a improcedência dos pedidos iniciais do consumidor/beneficiário ARÃO CAMARGOS RAMALHO, a Magistrada *a quo*, além de reprová-lo expressamente o indevido expediente adotado pelas advogadas Dras. Debora Rodrigues Affonso (OAB/DF 15.690) e/ou Cirene Estrela (OAB/DF 15.338) – *sobre o qual se discorreu especificamente no tópico anterior*, também afirmou expressamente que **"*assim, tem-se que o réu desincumbiu-se de seu ônus probatório, restando comprovada a contratação, com autorização de desconto em folha/benefício, demonstrando que a contratação se deu de forma lícita, sendo, portanto, legítimo o desconto mensal da RMC no benefício do requerente.*"**

88. E mais, seguindo uma hermenêutica jurídica irretocável, pautando-se numa análise sistêmica da Lei 10.820/2003 e da Instrução Normativa INSS/PRES n.º 28/2008, com fidelidade à intenção do legislador, a Magistrada de 1.<sup>a</sup> instância, Dra. **ERIKA SOUTO CAMARGO**, definiu de maneira brilhante o *modus operandi* de uma contratação cujo objeto é o cartão de crédito consignado, senão veja-se:

**"...Tratando-se de cartão consignado o consumidor deve realizar o pagamento do restante da fatura em aberto, pois o banco somente desconta no benefício previdenciário uma quantia mínima. Se o consumidor não realiza o pagamento integral da fatura, os descontos com seus encargos de cartão**

*de crédito continuam a ser realizados no benefício junto ao INSS até que o débito seja efetivamente quitado. Como bem observa o réu, o cartão não tem previsão para término das cobranças, pois, diferente do empréstimo, não é cobrado em parcelas fixas, tendo em vista que depende de seus lançamentos e pagamentos e da alteração da margem consignável. Se o autor, mesmo recebendo faturas complementares em sua residência, não quitou o débito, o réu continua a lançar os valores residuais no benefício, até sua quitação."*

89. Nesta ordem é que se reafirma que o acórdão prolatado pela 2.<sup>a</sup> Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Distrito Federal, na bem da verdade, configura-se como um julgamento flagrantemente viciado com um tremendo *error in judicando* atentando contra os ditames da Lei 10.820/2003 e da Instrução Normativa INSS/PRES n.º 28/2008, eis que os Magistrados Julgadores foram induzidos a erro pelo próprio consumidor/beneficiário Arão Camargos Ramalho, **que alterou manifestamente a verdade dos fatos envolvendo a sua livre e consciente contratação do cartão de crédito consignado**, o que o fez, provavelmente, em virtude de indevida orientação prévia das advogadas que o representou, o que ensejou inclusive ofícios à OAB e à Corregedoria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, como observado expressamente pela Magistrada de 1.<sup>a</sup> instância em sua acertada sentença proferida.

90. Por outro lado, vale ainda invocar o entendimento do próprio Magistrado **ALMIR ANDRADE FREITAS**, também integrante da própria **Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal**, que em caso idêntico, onde se discutia a ilegalidade de contratação de cartão de crédito consignado com desconto do valor mínimo para pagamento da fatura no benefício previdenciário, **considerou totalmente legítima a contratação**, senão veja-se:

**"JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. CONSUMIDOR. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO. ALEGADA INTENÇÃO DE CONTRATAR EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. CLAREZA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL. NÃO COMPROVADA A DISSONÂNCIA ENTRE A CONTRATAÇÃO EFETIVAMENTE REALIZADA E A VERDADEIRA INTENÇÃO DO CONSUMIDOR. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.**

**I. Trata-se de recurso inominado interposto pela parte autora em face da sentença que julgou improcedentes os pedidos iniciais, consistentes na declaração de inexistência ou nulidade da contratação de empréstimo consignado (cartão de crédito) com reserva da margem de crédito (RMC); restituição em dobro dos valores que foram pagos a título de RMC; compensação por danos morais. Em seu recurso, sustenta que houve falha no dever de informação a cargo do fornecedor e vício de consentimento, uma vez que a parte autora acreditava estar formalizando um empréstimo consignado, visto que jamais pretendeu contratar os serviços de cartão de crédito consignado. Aduz**

**que o procedimento de contratação foi idêntico ao de um empréstimo consignado. Assevera que se trata de cartão fictício, cujo plástico nunca foi entregue à parte recorrente, que não pode ficar eternamente presa aos descontos referentes à RMC.**

II. Recurso próprio, tempestivo e dispensado de preparo ante a concessão da gratuidade de justiça (ID 4692337). Contrarrazões apresentadas (ID 4692339).

III. A relação estabelecida entre as partes guarda natureza consumerista e o contrato aludido na inicial caracteriza-se como contrato de adesão, considerado pela lei como aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo (CDC, art. 54). **No entanto, a caracterização da relação de consumo, a situação de hipervulnerabilidade do consumidor e a existência de um contrato de adesão não autorizam, por si, a procedência do pedido.**

IV. No caso, o documento colacionado sob o ID 4692320 revela claramente que houve "contrato para utilização do cartão de crédito INTERMEDIUM", com autorização para descontos de valores diretamente na fonte pagadora. Há, ainda, "Autorização de constituição de reserva de margem consignável - RMC nos benefícios previdenciários" da parte recorrente, com tomada de "empréstimo" no valor de R\$ 3.888,65 (três mil, oitocentos e oitenta e oito reais, sessenta e cinco centavos), contratada em 6.10.2015, com parcelas mensais de R\$ 141,74, além de descrição da taxa efetiva anual e do valor total a pagar (ID 4692320 - Pág. 3). Assim, não há que se falar em falha no dever de informação, pois o contrato atende ao disposto no art. 52 do CDC.

V. Nessa esteira, não se pode declarar a inexistência do débito, pois além da comprovada a regular contratação, a quantia foi devidamente liberada em favor da parte recorrente.

**VI. Por derradeiro, não prospera o argumento da parte autora de que o empréstimo é abusivo, e que os descontos mensais seriam ilimitados e acarretariam uma dívida eterna, uma vez que a permanência do débito decorre exclusivamente da falta de pagamento do valor integral devido, visto que a parte autora vem realizando apenas o pagamento mensal do mínimo estipulado ou em algumas ocasiões valores superiores ao mínimo, que, no entanto, não são suficientes para a quitação do débito.** ouve

VII. Portanto, embora se trate de relação de consumo, por inexistir abusividade patente no contrato coligido aos autos, devem prevalecer os termos avençados pelas partes. Precedente: "DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO NO CARTÃO DE CRÉDITO. INSCRIÇÃO NOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANOS MORAIS. 1 - Na forma do art. 46 da Lei 9.099/1995, a ementa serve de acórdão. Recurso próprio, regular e tempestivo. 2 - Contrato de empréstimo. Quitação não demonstrada. O conjunto probatório evidencia que a autora contraiu empréstimo bancário, com desconto das parcelas diretamente na fatura de seu cartão de crédito (fls. 18/22). Não há demonstração de quitação do contrato, uma vez que a quantia depositada para pagamento antecipado das parcelas remanescentes (fl. 40) era insuficiente para saldar a totalidade da dívida, que compreendia, além das parcelas, os demais débitos do cartão de crédito. Incabível, portanto, a declaração de inexistência de débitos. 3 - Responsabilidade civil.

*Dano moral. O reconhecimento da responsabilidade civil por danos morais pressupõe a prática de ilícito. Sem demonstração de inscrição indevida ou de qualquer outra ilegalidade imputada à ré, não se acolhe o pedido de indenização por danos morais (art. 186 do Código Civil). Sentença que se confirma pelos seus próprios fundamentos. 4 - Recurso conhecido, mas não provido. Custas processuais e honorários advocatícios, fixados em R\$ 600,00, pela recorrente vencida, com exigibilidade suspensa em face da concessão da gratuidade de justiça". (Acórdão n.1000543, 20161210002178ACJ, Relator: AISTON HENRIQUE DE SOUSA 1ª TURMA RECURSAL, Data de Julgamento: 23/02/2017, Publicado no DJE: 09/03/2017. Pág.: 268/274)*

**VIII. Assim, diante da inexistência de qualquer ato ilícito da parte recorrida, descabe falar em reparação de danos morais ou materiais na espécie.**

*IX. Recurso conhecido e não provido. Sentença mantida. Condeno a parte recorrente vencida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios que fixo em 10% do valor corrigido da causa, contudo suspendo a exigibilidade na forma do art. 98, § 3º, do NCPC. X. A súmula de julgamento servirá de acórdão, consoante disposto no artigo 46 da Lei nº 9.099/95".*

*(Acórdão n.1128307, 07137542120188070016, Relator: **ALMIR ANDRADE DE FREITAS 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF**, Data de Julgamento: 03/10/2018, Publicado no DJE: **10/10/2018**. Pág.: Sem Página Cadastrada.)*

91. Veja portanto d. Julgadora, que num outro julgamento da própria 2.ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Distrito Federal, de relatoria do Magistrado **ALMIR ANDRADE DE FREITAS**, que em situação idêntica a ora em análise, **NÃO CONSIDEROU ABUSIVA A CONTRATAÇÃO DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO COM DESCONTO DO VALOR MÍNIMO DA FATURA MENSAL EM RMC, TENDO AINDA FICADO ATESTADO QUE ALÉM DA CONTRATAÇÃO NÃO SER ABUSIVA, NÃO HOUVE QUALQUER OFENSA AO ARTIGO 52, DO CDC!!!**

92. Daí que se conclui pela completa impossibilidade de se sancionar o BMG nesta seara administrativa, frente a um caso em que houve um julgamento isolado, com *error in iudicando*, baseado num entendimento e convicção pessoal do Magistrado Relator, que atenta contra os próprios ditames da Lei 10.820/2003 e/ou da Instrução Normativa INSS/PRES n.º 28/2008, assim como do próprio **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, bem como de outros julgamentos da própria 2.ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Distrito Federal!

93. Diante disto, forçoso concluir que a intenção do legislador ao instituir a sanção prevista no art. 52, I, "b", da IN 28/2008, não foi de que a instituição financeira deve necessariamente ser sancionada ante à existência de sentença judicial



condenatória, sendo certo ainda que, o conceito de "prática lesiva", não se restringe à existência de sentença judicial condenatória, devendo tal conceito ser perquirido de maneira ampla e sistêmica, mediante verificação de cada caso especificamente, até mesmo para se averiguar a existência de dolo da instituição financeira, o que definitivamente não é o caso do BMG.

94. Outrossim, há que se reconhecer que, em momento algum da indevida recomendação do Magistrado, ou até mesmo do acórdão que integrou o ofício enviado a esta Eg. Autarquia, houve a conceituação e delimitação precisa do que teria sido a eventual "prática lesiva" prevista no art. 52, I, "b", da IN 28/2008 imputada ao BMG, e muito menos, em tempo algum, houve a individualização de qualquer conduta do BMG que pudesse configurar como "prática lesiva", até porque, a par de não ficar evidenciado qualquer conduta dolosa do BMG, constata-se de forma comprovada, que o consumidor/beneficiário Arão Camargos Ramalho celebrou contrato de cartão de crédito consignado com o BMG, realizando operação formalizada de saques em momentos distintos.

95. Ademais, também conforme demonstrou-se comprovadamente, não soa razoável e muito menos proporcional que, diante de um julgamento donde se extrai *error in iudicando*, venha o BMG, praticamente de forma automática, ser sancionado também na esfera administrativa, pelo simples fato de ter havido uma indevida e ilegal recomendação do Magistrado, a qual, além de atentar contra disposições constitucionais pétreas, não condiz com a verdadeira realidade dos fatos ocorrida e comprovada na presente defesa, pautando-se, simplesmente, num entendimento pessoal e isolado daquele Magistrado, que além de destoar do acertado julgamento de 1.ª instância, também diverge de outros julgamentos ocorridos no âmbito da própria 2.ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Distrito Federal.

96. Nesta toada, a mera alegações do consumidor de que ele não reconhece a contratação, que está devidamente formalizada e documentada conforme provas anexadas à presente defesa, definitivamente não pode servir de sustentáculo para configurar "prática lesiva", e muito menos para ensejar a aplicação de sanção na esfera administrativa contra o BMG, sob pena de flagrante ofensa aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, o que não se admite sob a ótica da administração pública, a teor do previsto no art. 2.º da Lei n.º 9.784/1999.

97. Fato é que, por uma análise sistêmica do caput do art. 52 da IN/PRES 28/2008 com a previsão da alínea "b" do seu inciso I, assim como do ordenamento jurídico pátrio com um todo, e mediante aplicação da hermenêutica jurídica, fica bem claro



que não basta a existência de "sentença judicial condenatória transitadas em julgado" para ensejar a aplicação da sanção prevista no inciso I do citado dispositivo legal, e muito menos, o fato de existir "sentença judicial condenatória transitada em julgado", por si só, também não configura de forma automática, a "prática lesiva" prevista na alínea "b" do inciso I.

98. Certo é que, a "prática lesiva", se observados os parâmetros previsto no caput do 52 da IN/PRES 28/2008, advém de irregularidades oriunda na veiculação de propagandas, prestação de informações falsas ou incorretas, ou premeditada ausência de respostas a questionamentos, tudo para encobrir determinada conduta dolosa, donde as instituições financeiras buscassem, de forma arquitetada e intencional, obter vantagem ou proveito em detrimento de uma vasta gama de consumidores, o que definitivamente não é o caso em debate, onde se verifica que o consumidor efetivamente contratou o cartão de crédito consignado com o BMG, tendo dele utilizado para a obtenção de saques, sendo certo que sequer logrou êxito no deferimento do pleito de dano moral, conforme comprovado, e ainda teve o seu pleito judicial julgado inteiramente improcedente em 1.<sup>a</sup> instância.

99. Daí que, num processo sancionatório desta jaez, deve se perquirir se de fato houve dolo da instituição financeira em adotar continuamente uma prática lesiva com base nos parâmetros supra perante vasta gama de consumidores, não sendo suficiente que a mera alegação de não reconhecimento do contrato celebrado por um único consumidor enseje a aplicação de sanção administrativa por esta Eg. Autarquia, mormente quando, repita-se, estar-se diante de um número ínfimo de caso (1) onde houve divergência por parte do consumidor, se comparado ao volume total de contratações averbadas por esta instituição financeira perante esta Eg. Autarquia.

100. Ora, não subsiste em nenhuma linha dos autos deste procedimento administrativo, comprovações que o BMG teria veiculado propaganda ou informação enganosa, falsa ou incorreta envolvendo o crédito consignado, não havendo também qualquer comprovação de que tenha o BMG agido dolosamente frente ao consumidor Arão Camargos Ramalho.

101. Ao contrário, consta sim farta comprovação acerca da contratação por ele celebrada efetivamente, com autorização expressa de averbação em suas RMC, bem como fortes elementos probatórios de que, infelizmente, tal consumidor não se pautou na verdadeira realidade ocorrida em sua contratação quando da propositura de sua ação perante o Judiciário, podendo inclusive ter sido orientado previamente a proceder com a alteração da verdade dos fatos, o que reforça ainda mais a impossibilidade de sancionamento do BMG nesta esfera administrativa, sob pena de flagrante ofensa aos

princípios da razoabilidade e proporcionalidade, até porque, já se comprovou que o Magistrado que recomendou o sancionamento do BMG nesta seara administrativa, extrapolou, e muito, os limites de sua competência, sendo certo também, que inclusive já houve a perda do objeto deste procedimento face à edição e publicação da Instrução Normativa INSS n.º 100 de 28/12/2018, que visa, justamente, sepultar por completo, a possibilidade do consumidor alegar, futuramente, não reconhecimento da contratação ou que não teria compreendido as informações relativas ao contrato que livremente celebrou.

102. Nesta ordem, em cumprimento aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e finalidade, assim como do ordenamento jurídico pátrio como um todo, outra conclusão não se alcança senão a de que o presente procedimento deve ser objeto de arquivamento, o que se requer desde já.

## **VI - DA INCONTROVERSA NECESSIDADE DE APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE NO PRESENTE PROCESSO ADMINISTRATIVO**

103. Conforme demonstrou-se ao longo desta defesa, o Banco BMG S/A não praticou qualquer conduta infracional que justifique a aplicação de qualquer sanção ao mesmo, especialmente a prevista no art. 52, I, "b" da IN/PRES 28/2008, na medida em que se demonstrou e comprovou a inexistência de qualquer prática lesiva de sua parte frente ao consumidor Arão Camargos Ramalho, a qual, infelizmente, ao que tudo indica, não pautou sua narrativa judícia na verdade dos fatos realmente ocorridos.

104. Ademais, além de se ter demonstrado a flagrante incompetência do Magistrado para recomendar a esta Eg. Autarquia a aplicação de sanção ao BMG, também ficou evidenciada a perda de objeto deste procedimento em função da edição e publicação da Instrução Normativa INSS n.º 100 de 28/12/2018, que certamente colocará uma pá de cal na possibilidade do consumidor alegar desconhecimento da contratação do cartão de crédito consignado por ele celebrada perante qualquer instituição financeira que seja, ou a falta de compreensão das informações relativas ao contrato, ou seu objeto, ou seu modo de execução, o que certamente impedirá também, a alteração da verdade dos fatos em juízo, implicando na diminuição de julgamentos com *error in judicando*.

105. Assim, diante de todo este contexto, não se revela razoável e proporcional que o BMG venha a sofrer severa sanção administrativa, mormente quando se

está diante de um único contrato questionado frente ao total de contratações averbadas por esta instituição financeira nesta Eg. Autarquia.

106. Sobre o mencionado Princípio da Razoabilidade, **CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO**, em sua obra "CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO" 15.<sup>a</sup> edição, Ed. Melhoramentos, 2003, página 99, ensina que:

"4º) Princípio da razoabilidade

*13. Enuncia-se como este princípio que a Administração, ao atuar no exercício de discricção, terá de obedecer a critérios aceitáveis do ponto de vista racional, em sintonia com o senso normal de pessoas equilibradas e respeitosa das finalidades que presidiram a outorga da competência exercida. Vale dizer: pretende-se colocar em claro que não serão apenas inconvenientes, mas também ilegítimas – e, portanto, jurisdicionalmente invalidáveis –, as condutas desarrazoadas, bizarras, incoerentes ou praticadas com desconsideração às situações e circunstâncias que seriam atendidas por quem tivesse atributos normais de prudência, sensatez e disposição de acatamento às finalidades da lei atributiva da discricção manejada.*

**Com efeito, o fato de a lei conferir ao administrador certa liberdade (margem de discricção) significa que lhe deferiu o encargo de adotar, ante a diversidade de situações a serem enfrentadas, a providência mais adequada a cada qual delas.**

*Não significa, como é evidente, que lhe haja outorgado o poder de agir ao sabor exclusivo do seu líbido, de seus humores, paixões pessoais, excentricidades ou critérios personalíssimos, e muito menos significa que liberou a Administração para manipular a regra de Direito de maneira a sacar dela efeitos não pretendidos nem assumidos pela lei aplicanda. Em outras palavras: ninguém poderia aceitar como critério exegético de uma lei que esta sufrague as providências insensatas que o administrador queira tomar; é dizer que, avalize previamente as condutas desarrazoadas, pois isto corresponderia a irrogar dislates à própria regra de Direito."*

107. Na esteira de tais ensinamentos Exmo. Julgador, é que se reitera o fato de que a melhor exegese da interpretação ao termo "prática lesiva" previsto no art. 52, I, "b" da IN/PRES 28/2008, com a *devida venia*, não é o simples fato de ter sido proferida sentença judicial condenatória com trânsito em julgado em desfavor do BMG, na qual se demonstra haver *error in iudicando, data venia*, ante à alteração da verdade dos fatos pelo consumidor, sendo certo que em tal julgamento de 2.<sup>a</sup> instância, ainda que equivocado em suas fundamentações, sequer foi deferido o pleito de danos morais ao consumidor, o que reforça ainda mais a impossibilidade se concluir que, *in casu*, houve "prática lesiva" por parte do BMG.

108. É certo que, se assim não fosse, e por consequência, uma instituição financeira, ao se deparar com uma sentença judicial condenatória transitada em julgado, já fique automaticamente sujeita à sanção prevista no art. 52, I, "b" da IN/PRES 28/2008 sem se analisar com cautela e prudência os termos e correção da sentença judicial, bem como a real verdade dos fatos que ensejou a postulação judicial do consumidor, estar-se-á negando vigência aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade que devem imperar nos atos da administração pública, razão pela qual reitera-se que não foi esta a intenção e finalidade do legislador administrativo ao prever a expressão "*prática lesiva*", que deve ser considerada restritamente aos casos em que a "*prática lesiva*" fique evidente, clara e incontroversa, mediante conduta dolosamente arquitetada por uma instituição financeira visando atentar contra os direitos de uma vasta gama de consumidores, visando à obtenção de vantagem direta para si, o que definitivamente não é o caso. Nesta última hipótese exemplificada, aí sim, estaria se atendendo aos anseios dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, bem como a intenção do legislador administrativo ao prever a sanção do art. 52, I, "b" da IN/PRES 28/2008.

109. A respeito do princípio da proporcionalidade, cumpre ainda invocar os valiosos ensinamentos do renomado doutrinador **HELY LOPES MEIRELLES:**

*"O que se requer é a legalidade da sanção e sua proporcionalidade à infração cometida ou ao dano que a atividade causa à **coletividade ou ao próprio Estado**. As sanções do poder de polícia são aplicáveis aos atos ou condutas individuais que, embora não constituam crime, sejam inconvenientes ou nocivos à **coletividade**, como previstos na norma legal" (in **Direito Administrativo Brasileiro**, 31ª ed., Malheiros: São Paulo, 2005, pp. 139/140).*

110. E *in casu*, a inconveniência e/ou nocividade, definitivamente, não está presente na conduta do BMG, nem mesmo frente ao consumidora Arão Camargos Ramalho, até porque, há que se levar em consideração que tal consumidor não foi fiel à verdade dos fatos envolvendo sua contratação quando de sua postulação judicial, restando claro e evidente, portanto, que o BMG não pode sofrer sanção administrativa alguma, quiçá a prevista no art. 52, I, "b" da IN/PRES 28/2008, que se revela um tanto quanto desproporcional e desarrazoada aos fatos e fundamentos delimitados no presente procedimento.




**VII – CONCLUSÃO/PEDIDOS**

111. Diante de todo o exposto, a par do requerimento de reunião deste procedimento com o procedimento decorrente do Ofício n.º 92/INSS/CGCPB/DCONB, cujos fatos e fundamentos são idênticos ao do presente, e também envolvem a indevida e ilegal recomendação de aplicação de sanção ao BMG perante esta Eg. Autarquia por Magistrado integrante da 2.ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, que é absolutamente incompetente para tal, e assim acaba por macular o presente procedimento com uma nulidade absoluta logo em seu nascedouro; considerando ainda a perda de objeto do presente procedimento em face da edição e publicação da Instrução Normativa INSS n.º 100 de 28/12/2018, e principalmente, considerando que inexistiu qualquer prática lesiva do BMG que justifique a aplicação de qualquer sancionamento ao mesmo, notadamente a prevista no art. 52, I, "b" da IN/PRES 28/2008, confiando na aplicação dos princípios da finalidade, razoabilidade e proporcionalidade - *adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito como definido pelo STJ* - no presente procedimento, requer o Banco BMG S/A o arquivamento do presente processo.

112. Protesta o BMG pela ampla produção de provas em direito admitidas, notadamente, a prova documental, pericial e oitiva de testemunhas.

Pede deferimento.

São Paulo, 17 de abril de 2019.



**Banco BMG S.A**  
**P.p. Rafael de Souza Oliveira Penido**  
**OAB/MG 99.080 – OAB/SP 368.445**



**TERMO DE ADESAO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO EMITIDO PELO BANCO BMG S.A E AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO**

Convênio

Nº ADE



**I - DADOS PESSOAIS DO(A) TITULAR(ADERENTE)**

1. Nome do Cliente 2. Sexo 3. CPF  
4. Nº Doc. Ident. /Tipo/ Órgão Expedidor / Data de Emissão  
5. Data de admissão / 6. Nº da matrícula ou benefício:  
7. Estado Civil 8. Data Nascimento 9. Nacionalidade 9.1 Naturalidade (Cidade/UF)  
10. Telefone (residencial / celular) 11. E-mail  
12. Endereço Residencial Completo (rua/Av., bairro, Cidade, Estado e CEP)  
12.1 Endereço Comercial Completo (rua/Av., bairro, Cidade, Estado e CEP)  
13. Renda Mensal/ Outras rendas 13.1 Patrimônio  
14. Nome da Mãe/Nome do Pai 15. Nome do Cônjuge / Companheiro(a)  
16. PEP (pessoa politicamente exposta): (a) Não/(b) Sim (justificativa)  
17. Natureza da operação: (a) Financeira/ (b) Outras (especificar)  
18. Propósito da operação: (a) Conta Corrente/Investimentos (b) Empréstimos/ Financiamentos (c) Câmbio (d) Derivativos (e) Serviços (f) Outros(especificar):



**II - CARACTERÍSTICAS DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO**

1. Valor consignado para pagamento do valor mínimo indicado na fatura (observar limite legal estabelecido e os termos do convênio firmado junto ao conveniado)  
2. Abrangência 3. Solicitação de cartão adicional  
4. Vencimento  
Taxa de emissão (verificar se o convênio permite)  
6. Cadastro (Apenas novo cadastro)  
7. Nome completo do adicional /8. Grau de parentesco do Adicional (em relação ao Titular)  
9. Forma de Pagamento: Mensal

**III - DADOS BANCÁRIOS DO(A) TITULAR**

Banco/ Nº Banco /Agência/ nº da Conta Corrente

**IV- SERVIÇO DE PROTEÇÃO DE PERDA E ROUBO (se disponibilizado)**

Valor por cartão solicitado'. 'O Titular declara estar ciente de que em caso de inadimplência a prestação deste serviço poderá ser suspensa ou cancelada.

**V - DADOS DO CORRESPONDENTE NO PAÍS/SUBSTABELECIDO (preenchimento exclusivo CREOOR)**

1. Empresa / CNPJ / Cod Loja  
2. Endereço/telefone  
3. Nome/CPF do Agente de Venda

Local e data:

**Assine abaixo e confirme a contratação de seu Cartão de Crédito Consignado BMG Card**



**Assinatura do TITULAR:**

[Assinatura manuscrita]



**DECLARAÇÃO SE ANALFABETO OU IMPEDIDO DE ASSINAR:** Declaro que ouvi atentamente a leitura deste Termo de Adesão na presença das testemunhas abaixo, tendo compreendido seu conteúdo, estou ciente de todas as condições e obrigações assumidas.

A rogo do(a) TITULAR, assina o rogado:

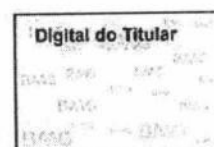
Nome:

CPF ou CI:

Testemunhas:

Nome/CPF:

Nome/CPF:



**VI- CLAUSULAS E CONDIÇÕES ESPECIAIS APLICÁVEIS AO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO EMITIDO PELO BANCO BMG S.A.**

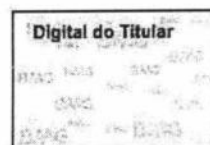
**Autorização para desconto:** 6.1. O(A) TITULAR autoriza a sua fonte empregadora, de forma irrevogável e irretroatável, a realizar o desconto mensal em sua remuneração/benefício, em favor do BANCO BMG S.A. para o pagamento correspondente ao valor mínimo indicado na fatura mensal do cartão de crédito consignado ora contratado. 6.2. O(A) TITULAR declara estar ciente de que o produto ora contratado refere-se à um Cartão de Crédito Consignado, declarando, ainda, estar de acordo com o valor a ser averbado, conforme disposto no quadro II deste termo, estando o mesmo em conformidade com o pactuado, não sendo-lhe exigido qualquer outro encargo e/ou aquisição de outro(s) produto(s). O(A) TITULAR declara estar ciente de que o referido valor será automaticamente majorado e/ou minorado na mesma proporção de eventuais e futuros aumentos e/ou diminuições em sua margem consignável. 6.3. Ocorrendo a inadimplência e/ou a impossibilidade do desconto em folha de pagamento/benefício, nos ora convencionados, o(a) TITULAR autoriza desde já o BANCO BMG S.A., diretamente ou através de empresas terceirizadas, a debitar em qualquer conta corrente de sua titularidade, mantida junto ao BANCO BMG S.A ou em outra Instituição Financeira, o valor vencido e não pago, destinando os recursos única e exclusivamente para amortizar o saldo devedor do Cartão de Crédito Consignado ora contratado. Neste ato, o(a) TITULAR autoriza, ainda, o BANCO BMG S.A a ter acesso aos seus dados de depósitos e aplicações em outras instituições financeiras, nos termos do artigo 1º, § 3º, V da Lei Complementar nº 105/01 que dispõe a não configuração de quebra

de sigilo bancário a revelação de informações sigilosas com o expresso consentimento do interessado. **VII- Declarações do(a) TITULAR e condições gerais da adesão:** 7.1. Conforme disposto no item 16 do presente documento, o(a) TITULAR declara, para os devidos fins, seu enquadramento como PEP "Pessoas Politicamente Exposta", assim considerados, nos termos Circular nº 3.461, de 24 de julho de 2009 do Banco Central, os agentes públicos que desempenham ou tenham desempenhado, nos últimos cinco anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo. 7.1.1. O(A) TITULAR declara que sua movimentação financeira está sempre atrelada ao propósito e à natureza de relação de negócios, conforme declarado no item 17 e 18 do Quadro I do presente termo, e que havendo qualquer mudança de propósito e natureza da relação de negócios, comunicará imediatamente e formalmente o Banco BMG. 7.2. O TITULAR declara em cumprimento ao disposto no art. 2º, III, da Circular nº 3.461/09, do Banco Central, que conhece as regras da Lei nº 9.613/98, que dispõe sobre os crimes de "lavagem de dinheiro" e normas complementares publicadas pelo Banco Central e Conselho Monetário Nacional, tendo ciência de que o BANCO BMG S.A. e as Instituições financeiras a ele ligadas (controladas, controladoras ou sob controle comum) possuem, por força legal, obrigação de comunicar ao Banco Central sobre a ocorrência de determinadas operações previstas nas referidas normas, nada tendo a opor quanto ao referido procedimento. 7.3. O(A) TITULAR declara que os investimentos e movimentações financeiras por ele(a) pretendidas são compatíveis com sua atividade, rendimentos e situação patrimonial e que para fins do disposto na Lei nº 9.613/98, regulamentada pelo Banco Central, os montantes que vierem a ser movimentados e/ou investidos pelo(a) mesmo(a) não provêm de atividade ilícita. 7.4 O(A) TITULAR declara ter ciência que: (i) o SAQUE é um serviço facultativo atrelado ao cartão, que somente será disponibilizado pelo BANCO BMG S.A. ao TITULAR ou adicional, se houver, nas hipóteses na legislação/regulamentação aplicável e observando os termos e condições constantes no convenio firmado entre o BANCO BMG S.A. e o empregador/conveniado; (ii) SAQUES adicionais mediante o cartão poderão ser formalizados: (i) por meio de gravação telefônica, opção esta destinada apenas ao TITULAR e observando-se o disposto no convênio firmado entre o empregador/conveniado e o BANCO BMG S.A. e o disposto na legislação aplicável; (ii) mediante a celebração de uma Cédula de Crédito Bancário- CCB, a ser emitida nos termos da Lei nº 10.931/04. (iii) nos terminais de auto atendimento credenciados à bandeira ou (iii) mediante outras formas disponibilizadas pelo BANCO BMG S.A., a seu critério, desde que permitidas na legislação/regulamentação aplicável. 7.5. O(A) TITULAR declara que previamente à assinatura deste termo foi devidamente informado de que a utilização do cartão para a realização de determinadas transações, bem como a opção de contratação de empréstimo, financiamento ou parcelamento mediante a utilização do cartão, acarretará na cobrança de encargos e tarifas, nos termos do disposto no regulamento de utilização do cartão e na legislação vigente. Os encargos do período serão informados na fatura e o percentual máximo de encargos que incidirão no mês subsequente serão, obrigatoriamente, informados ao TITULAR e/ou adicional, se aplicável, de forma prévia, possibilitando que o(s) mesmo(s) tenha(m) pleno conhecimento acerca dos valores que lhe serão cobrados previamente à contratação de qualquer operação, solicitação de qualquer serviço atrelado ao cartão e/ou realização de transação da qual decorra a cobrança de encargos. 7.6. O(A) TITULAR autoriza, de forma revogável e irrevogável o BANCO BMG S.A. a: (i) Manter em cadastro ou banco de dados o seu nome, qualificação e outros informes pessoais, bem como a manter em cadastro ou banco de dados as respectivas informações relacionadas ao adicional, se houver; (ii) Obter, fornecer e compartilhar as informações cadastrais, financeiras e de operações ativas e passivas e serviços prestados junto a outras instituições pertencentes ao grupo financeiro do BANCO BMG S.A., ficando todos autorizados a examinar e utilizar, no Brasil e no exterior, tais informações, inclusive para oferta de produtos e serviços; (iii) Compartilhar informações cadastrais com outras instituições financeiras; (iv) Informar os dados relativos a todas as obrigações assumidas pelo(a) titular e/ou adicional, inclusive os dados relativos à falta de pagamento de obrigações assumidas em decorrência da adesão ao regulamento, para constarem de cadastros compartilhados em Banco de Dados de proteção ao crédito, tais como SERASA e SPC (v) Fornecer ao Banco Central do Brasil, para integrar o Sistema de Informações de Créditos (SCR), a qualquer tempo, mesmo após a rescisão do contrato, dados a respeito de suas dívidas a vencer e vencidas, inclusive as em atraso e as operações baixadas com prejuízo, o valor das cobranças assumidas e das garantias prestadas, bem como a consultar e acessar o SCR sobre informações consolidadas e registradas em seus respectivos nomes, prestadas por outras instituições financeiras, vedada a sua divulgação para terceiros; bem como prestar, consultar e compartilhar as suas informações cadastrais com outras instituições financeiras ou semelhantes, nos termos do disposto na presente cláusula e utilizá-las para fins administrativos e de marketing, na forma da legislação vigente. 7.7. O(A) TITULAR declara conhecer e estar apto a efetuar qualquer negócio com as Instituições financeiras pertencentes ao grupo financeiro do BANCO BMG S.A., dentre elas: contratação de novas operações de empréstimo ou financiamento, renegociações, saque em dinheiro, tudo dentro dos limites de margem consignável, mediante a utilização do cartão, seja pelos terminais de auto atendimento (ATM/POS), pelo "Internet Banking", pela Central telefônica e quaisquer outros meios eletrônicos disponibilizados pelas Instituições financeiras integrantes do grupo financeiro do BANCO BMG S.A. 7.8. Formalização Eletrônica: Em casos de contratação eletrônica, o(a) TITULAR confirma que admite como válido o meio de comprovação da autoria e da integridade da assinatura e das informações capturadas e utilizadas neste Termo de Adesão. Nessa hipótese, a assinatura do presente Termo ocorrerá por meio eletrônico, dentre os quais a assinatura capturada em tela sensível ao toque (touch screen), que será submetida à verificação de compatibilidade com os perfis biométricos do(a) TITULAR previamente capturados e armazenados; a contratação via aposição de senha ou qualquer outro meio válido de assinatura por aceite eletrônico, admitindo-se, inclusive, a utilização de SMS, e-mail e outros meios remotos de contato e interação entre as Partes para tal fim, reproduzirão a livre e espontânea vontade e manifestação do(a) TITULAR. Este em caso de contratação eletrônica e quaisquer outros documentos celebrados eletronicamente a partir desta data entre o(a) TITULAR e o Banco poderão se utilizar do mesmo meio eletrônico de assinatura, sendo considerados, para todos os efeitos, válidos e exequíveis. O(A) TITULAR autoriza o compartilhamento dos dados relativos ao perfil biométrico de sua assinatura eletrônica entre instituições que mantenham relações comerciais com o Banco ou que pertençam ao conglomerado do qual o Banco faz parte. 7.9. O(A) TITULAR autoriza as empresas integrantes do grupo financeiro do BANCO BMG S.A. a contatá-lo por qualquer meio, inclusive telefônico, e-mail, SMS e correspondência para enviar comunicações a respeito do cartão e informações relativas aos produtos, serviços, promoções e novidades relacionadas às empresas integrantes do grupo financeiro do BANCO BMG S.A. ou do estabelecimento cuja marca encontrar-se indicada no cartão, podendo o titular cancelar a presente autorização a qualquer momento mediante contato junto à central de relacionamento. 7.10. O(A) TITULAR dispensa expressamente o BANCO BMG S.A. de enviar mensalmente a via física do demonstrativo mensal (fatura) com a descrição das despesas relacionadas à utilização do Cartão de Crédito Consignado ora contratado, estando ciente de que tal documento lhe será disponibilizado via Internet banking e que em caso de dúvidas, poderá contatar o BANCO BMG S.A. através dos canais de atendimento disponibilizados. 7.11. Comunicação: O(A) TITULAR autoriza que o Banco BMG lhe envie mensagem eletrônica (e-mail) e mensagem SMS, por telefone, com informações sobre produtos e serviços oferecidos pelo Banco BMG ☐ não concordo com o envio das mensagens. 7.12. Ao assinar o presente documento o(a) TITULAR declara-se vinculado, em caráter irrevogável, irretroatável e de forma incondicional, ao disposto no Regulamento de Utilização do cartão de crédito consignado emitido pelo BANCO BMG registrado perante o 3º oficial de registro de títulos e documentos e registro civil da pessoa jurídica da capital de São Paulo sob o nº 8905949 em 17.04.2015. CANAIS DE ATENDIMENTO BANCO BMG: Central de Relacionamento BMG CARD 4002 7007 (ligações de celular) e 0800 770 1790 (ligações de tel. fixo) / SAC 0800 9799 099 / Deficientes auditivos e ou de fala 0800 9797 333 / OUVIDORIA 0800 723 2044.



Assinatura do TITULAR (ou rogado, se aplicável):

Assinatura manuscrita e rubrica.







## TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO



Em cumprimento à sentença judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública n. 106890-28.2015.4.01.3700, 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Luís/MA, proposta pela Defensoria Pública da União.



**I - TITULAR:** 1. Nome Completo do TITULAR / 2. CPF / 3. Nº do Benefício:

**II - PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO DO SALDO DEVEDOR:** Desde que cumpridas as condições descritas no item VI, abaixo, o saldo devedor do cartão será liquidado ao final de até:

Eu, acima qualificado como titular do cartão de crédito consignado contratado com o Banco BMG S/A, declaro, para os devidos fins e sob as penas da lei, estar de ciência e de acordo que:

- (i) contratei um cartão de crédito consignado;
- (ii) fui informado que a realização de saque mediante a utilização do meu limite do Cartão de Crédito Consignado ensejará a incidência de encargos e que o valor do saque, acrescido destes encargos, constará na minha próxima fatura do cartão;
- (iii) a diferença entre o valor pago mediante consignação (desconto realizado diretamente na remuneração/benefício) e o total da fatura poderá ser paga por meio da minha fatura mensal, o que é recomendado pelo Banco BMG S.A, já que, caso a fatura não seja integralmente paga até data de vencimento, incidirão encargos sobre o valor devido, conforme previsto na fatura;
- (iv) declaro ainda saber que existem outras modalidades de crédito, a exemplo do empréstimo consignado, que possuem juros mensais em percentuais menores;
- (v) estou ciente de que a taxa de juros do Cartão de Crédito Consignado é inferior à taxa de juros do Cartão de Crédito convencional;
- (vi) sendo utilizado o limite parcial ou total de meu Cartão de Crédito Consignado, para saques ou compras, em uma única transação, o saldo devedor do cartão será liquidado até o termo final do prazo citado na campo II do Quadro Preambular, contados a partir da data do primeiro desconto em folha, **DESDE QUE:** (a) eu não realize outras transações de qualquer natureza, durante todo o período de amortização projetado a partir da última utilização; (b) não ocorra a redução/perda da minha margem consignável de cartão; (c) os descontos através da consignação ocorram mensalmente, sem interrupção, até o total da dívida; (d) eu não realize qualquer pagamento espontâneo via fatura; e (e) não haja alteração da taxa dos juros remuneratórios.

Para tirar dúvidas acerca do Contrato ora firmado, inclusive sobre informações presentes neste Termo de Consentimento, o TITULAR poderá entrar em contato, gratuitamente, com o Banco BMG S.A através dos seguintes Canais de atendimento: Central de Relacionamento BMG CARD 4002 7007 (ligações de celular) e 0800 770 1790 (ligações de tel. fixo) / Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 979 9099 / Deficientes auditivos e ou de fala 0800 979 7333 / OUVIDORIA 0800 723 2044

Local e data:



Assinatura do TITULAR: \_\_\_\_\_

**DECLARAÇÃO SE ANALFABETO OU IMPEDIDO DE ASSINAR:** Declaro que ouvi atentamente a leitura deste Termo de Adesão na presença das testemunhas abaixo, tendo compreendido seu conteúdo, estou ciente de todas as condições e obrigações assumidas.

A rogo do(a) TITULAR, assina o rogado: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

CPF ou CI: \_\_\_\_\_

Testemunhas: \_\_\_\_\_

Nome/CPF: \_\_\_\_\_

Nome/CPF: \_\_\_\_\_

Digital do Titular



Assinatura eletrônica:

1.99.092

Vig. 24.12.2018

1/1

**TERMO DE ADESAO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO BANCO BMG E AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO**



Cód. Corresp./ Loja: 40295	CPF / CNPJ: 11.288.361/0001-00	Nº ADE: 46097766
<input type="checkbox"/> Cartão de Crédito Consignado para Servidor Público/Empresa Privada	<input type="checkbox"/> Servidor Público: <input type="checkbox"/> Estadual <input type="checkbox"/> Municipal <input type="checkbox"/> Federal <input type="checkbox"/> Militar <input type="checkbox"/> Empresa Privada	
<input checked="" type="checkbox"/> Cartão de Crédito Consignado INSS	<input type="checkbox"/> Aposentado <input type="checkbox"/> Pensionista <input type="checkbox"/> Outros Descrever	Nº do benefício: 1521051469

**I - DADOS DO CONSIGNATÁRIO**

BANCO BMG S.A. instituição financeira com sede e foro em São Paulo/SP, na Av. Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 9º Andar, Itaim Bibi, CEP 04.538-133, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.186.680/0001-74, possuidor do Código nº

**II - DADOS PESSOAIS DO(A) ADERENTE/TITULAR**

Nome Completo (sem abreviatura): ARAO CAMARGOS RAMALHO		CPF: 155.264.616-53	
Data Nascimento: 27/06/1955	Sexo: <input checked="" type="checkbox"/> Masc. <input type="checkbox"/> Fem.	Nacionalidade:	UF:
Estado Civil: <input type="checkbox"/> Solteiro <input checked="" type="checkbox"/> Casado <input type="checkbox"/> Separado <input type="checkbox"/> Divorciado <input type="checkbox"/> Viúvo	União Estável: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Matrícula-DV: 1521051469	Matr.-Instituidor:
Nome da Mãe: GERALDA CAMARGOS RAMALHO	Nome do Pai:		
Doc. Identidade (Tipo / Nº): 812083	Órgão Emissor / UF: SSP / MG	Data Emissão: 06/01/1965	Nº: 14
Endereço: QUADRA 2 CONJUNTO A-12	Bairro / Distrito: SOBRADINHO		
CEP: 73015-112	Cidade/UF: BRASILIA DF		
DDD - Telefone de Contato: ( )	Tipo de Contato: <input type="checkbox"/> Com. <input type="checkbox"/> Res.	DDD - Telefone Celular: ( )	E-mail:
Nome do Cônjuge / Companheiro(a):			

**III - DADOS PROFISSIONAIS DO(A) ADERENTE/TITULAR**

Empresa/Órgão que trabalha: INSS - INT. NAC. SEG. SOCIAL	CNPJ:
Profissão (Ocupação principal remunerada):	
Endereço Comercial (Completo):	Nº Complemento:
Cidade- Estado: /	CEP:
DDD-Telefone Comercial: ( )	Ramal:
Renda Mensal:	Cargo (Natureza da Ocupação):
Categoria da Ocupação: <input type="checkbox"/> Assalariado <input type="checkbox"/> Aposentado <input type="checkbox"/> Pensionista	Data da admissão ou do início da Aposentadoria/ Pensão:
<input type="checkbox"/> Autônomo/Liberal <input type="checkbox"/> outros	
Se aposentado favor informar espécie de benefício:	Nº do Benefício: 1521051469
<input type="checkbox"/> Tempo de Serviço <input type="checkbox"/> Invalidez Permanente <input type="checkbox"/> Outro	

**IV - CARACTERÍSTICAS DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO**

Valor consignado para pagamento do valor mínimo indicado na fatura ( observar limite legal estabelecido e os termos do convênio firmado junto ao empregador/conveniado): R\$ 141,89

(a) Vencimento da fatura: Dia 10 de cada mês	(b) Taxa contratual máxima aplicada ao cartão: 3,36 % a.m equivalente a 49,49% a.a	(c) CET(Custo Efetivo Total máximo) aplicado ao cartão: 3,99 % ao mês 60,89 % ao ano
(d) Forma de Pagamento: <input type="checkbox"/> Mensal	(e) Cadastro (Apenas para novo cadastro): R\$	(f) Abrangência para utilização: <input type="checkbox"/> Cartão Nacional <input checked="" type="checkbox"/> Cartão internacional
(g) Taxa de emissão (somente para convênios que permitem a cobrança): R\$ 0,00		
Solicitação de emissão de cartão adicional: <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Sexo do Adicional: <input type="checkbox"/> Masc. <input type="checkbox"/> Fem.	
Nome completo do adicional:	Grau de parentesco do Adicional em relação ao Titular:	

**V - DADOS BANCÁRIOS DO(A) ADERENTE/TITULAR**

Banco:	Nº Banco: 1 - BANCO BRASIL S/A	Agência: 4593 0	Conta Corrente nº: 847318 8
--------	--------------------------------	-----------------	-----------------------------

**VI - SERVIÇO DE PROTEÇÃO DE PERDA E ROUBO (se disponibilizado)**

Desejo contratar o serviço de proteção de Perda e Roubo no valor de R\$ 3,90 ( ) por cartão solicitado. Estou ciente de que em caso de inadimplência a prestação deste serviço poderá ser suspensa ou cancelada: ☐ Não desejo contratar ☒ Sim, desejo contratar: ☒ Apenas para o cartão do Titular. ☐ Para o Titular e para o Adicional

**VII - DADOS DO CORRESPONDENTE NO PAÍS/SUBSTABELECIDO (preenchimento exclusivo CREDOR)**

Empresa: R V DA LUZ - ASSESSORIA DE CREDITO E COBRANCA - ME	CNPJ:
Endereço: R 8 228,	Bairro: SETOR CENTRAL,
Telefone: ( )	
CEP: 74.013-030	Cidade/Estado: / GOIANIA, GO
Identificação da pessoa certificada, integrante da equipe do correspondente, que procedeu ao atendimento ao(a) ADERENTE:	





Nome:

CPF:

**VIII- AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO**

8.1. Através do presente documento o(a) **ADERENTE/TITULAR** autoriza a sua fonte pagadora/empregadora, de forma irrevogável e irretroatável, a realizar o desconto mensal em sua remuneração/salário/benefício, em favor do **BANCO BMG S.A.** para o pagamento correspondente ao valor mínimo indicado na fatura mensal do cartão de crédito consignado ora contratado. 8.2. O(A) **ADERENTE/TITULAR** declara que está de acordo com o valor a ser averbado, conforme disposto no quadro IV, constante no preâmbulo deste termo, estando o mesmo em conformidade com o pactuado, não sendo-lhe exigido qualquer outro encargo e/ou aquisição de outro(s) produto(s). O(A) **ADERENTE/TITULAR** declara, ainda, estar ciente de que o referido valor será automaticamente majorado na mesma proporção de eventuais e futuros aumentos em sua margem consignável. 8.3. Ocorrendo a inadimplência e/ou a impossibilidade do desconto em folha de pagamento/benefício, nos moldes aqui convencionados, o(a) **ADERENTE/TITULAR** autoriza desde já o **BANCO BMG S.A.**, diretamente ou através de empresas terceirizadas, em caráter irrevogável e irretroatável, a debitar em qualquer conta corrente de sua titularidade, mantida junto ao **BANCO BMG S.A.** ou em outra Instituição Financeira, o valor vencido e não pago, destinando os recursos única e exclusivamente para amortizar o saldo devedor do Cartão de Crédito Consignado ora contratado. Neste ato, o(a) **ADERENTE/TITULAR** autoriza, ainda, o **BANCO BMG S.A.** a ter acesso aos seus dados de depósitos e aplicações em outras instituições financeiras, nos termos do artigo 1º, § 3º, V da Lei Complementar nº 105/01 que dispõe a não configuração de quebra de sigilo bancário a revelação de informações sigilosas com o expresso consentimento do interessado.

**IX- ALTERAÇÃO DO VALOR DESCONTADO NO CASO DE REDUÇÃO DA MARGEM CONSIGNÁVEL**

9.: A margem consignável do **ADERENTE/TITULAR** poderá ser reduzida em razão das seguintes hipóteses, conforme o caso: (i) contribuição para a Previdência Social oficial; (ii) pensão alimentícia judicial; (iii) imposto de renda; (iv) decisão judicial ou administrativa; (v) mensalidade e contribuição em favor de entidades sindicais ou entidades de aposentados/pensionistas; (vi) outros descontos compulsórios instituídos por normas aplicáveis ou decorrentes de contrato de trabalho.

9.1 CASO OCORRA A REDUÇÃO DA MARGEM EM razão de QUALQUER DAS HIPÓTESES ACIMA PREVISTAS, o **ADERENTE/TITULAR** expressamente concorda que o **BMG** ficará desde já autorizado a: (i) reduzir o valor do desconto mensal, (ii) aumentar a quantidade de prestações (no caso de existência de lançamentos parcelados) de forma a prorrogar o pagamento do débito existente até a sua efetiva liquidação.

9.2 O VALOR do novo desconto será O VALOR MÁXIMO DE MARGEM CONSIGNÁVEL APÓS A RESPECTIVA REDUÇÃO. O NÚMERO DE PARCELAS/PRESTAÇÕES ((no caso de existência de lançamentos parcelados) SERÁ AQUELA NECESSÁRIA PARA QUITAÇÃO DO SALDO DEVEDOR.

CIENTE E DE ACORDO:

Local/data:

26/07/2016

Assinatura do EMITENTE

**X- SAQUE AUTORIZADO - SOLICITAÇÃO E DECLARAÇÃO DO(A) ADERENTE/TITULAR**

10.1. Solicito que seja realizado saque, no valor abaixo informado, mediante débito no cartão de crédito consignado conforme solicitado por meio do presente termo de adesão. Estou ciente de que o saque solicitado está sujeito à cobrança de tarifa e dos encargos abaixo discriminados, os quais me foram previamente informados e com os quais concordo plenamente, estando ciente de que os encargos incidirão sobre o valor do saque desde a data da sua realização até o efetivo pagamento do referido valor. Estou ciente de que o valor do saque ou das respectivas parcelas, no caso de saque parcelado, será lançado na fatura do cartão, juntamente com os encargos incidentes, observada a data de vencimento do cartão informada no item IV, letra "a" deste termo e que o referido valor reduzirá o limite de crédito disponibilizado pelo emissor para utilização do cartão. Declaro estar ciente de que a ausência de pagamento integral do valor da fatura na data estipulada para seu vencimento (pagamento igual ou superior ao valor mínimo e inferior ao valor total da fatura, incluindo o valor do saque ora contratado) representa, de forma automática, a minha opção em financiar o referido saldo devedor remanescente, estando ciente que sobre o valor financiado incidirão encargos nos termos do disposto na cláusula 11.5 deste termo e no Regulamento de Utilização do Cartão.

Valor do saque solicitado: R\$ ( ) 3.476,05

Taxa juros: 3,36 % a.m. equivalente a 49,49 % a.a.	Tarifa de saque: 0,00	IOF: 26,04	CET (Custo Efetivo Total): 3,99 % a.m. 60,89 % a.a.
--	-----------------------	------------	---

Forma de pagamento do Saque: ☒ A vista (valor integral do saque lançado na próxima fatura do cartão)

☐ Parcelado - Quantidade de parcelas ( ) (O valor do saque será lançado em parcelas na fatura do cartão, observada a sua data de vencimento, conforme quantidade de parcelas contratadas. O saque parcelado somente será disponibilizado nas hipóteses previstas na legislação aplicável e à critério exclusivo do Banco BMG.)

Formalização do presente saque por meio de Cédula de Crédito Bancário - CCB ☐ Sim ☐ Não



- 10.2. Estou ciente de que o Custo Efetivo Total informado acima representa as condições vigentes na data do seu cálculo, com o qual concordo plenamente.
- 10.3. Solicito que o valor do saque por mim requerido neste ato seja depositado na conta corrente de minha titularidade, informada no campo V do presente termo.

Local/data: 26/07/2016

Assinatura do(a) ADERENTE/TITULAR

**XI- DECLARAÇÕES DO(A) ADERENTE/TITULAR E CONDIÇÕES GERAIS DA ADESAO**

11.1.O(A) ADERENTE/TITULAR declara, para os devidos fins, que pode ser classificado como PEP "Pessoas Politicamente Exposta", assim considerados, nos termos Circular nº 3.461, de 24 de julho de 2009 do Banco Central do Brasil, os agentes públicos que desempenham ou tenham desempenhado, nos últimos cinco anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo: ☐ Sim: ☐ Não.

11.2. O aderente declara em cumprimento ao disposto no art. 2º, III, da Circular nº 3.461/09, do Banco Central do Brasil, que conhece as regras da Lei nº 9.613/98, que dispõe sobre os crimes de "lavagem de dinheiro" e normas complementares publicadas pelo Banco Central e Conselho Monetário Nacional, tendo ciência de que o BANCO BMG S.A e as Instituições financeiras a ele ligadas (controladas, controladoras ou sob controle comum) possuem, por força legal, obrigação de comunicar ao Banco Central sobre a ocorrência de determinadas operações previstas nas referidas normas, nada tendo a opor quanto ao referido procedimento.

11.3. O(A) ADERENTE/TITULAR declara que os investimentos e movimentações financeiras por ele(a) pretendidas são compatíveis com sua atividade, rendimentos e situação patrimonial e que para fins do disposto na Lei nº 9.613/98, regulamentada pelo BACEN, os montantes que vierem a ser movimentados e/ou investidos pelo(a) mesmo(a) não provêm de atividade ilícita.

11.4 O(A) ADERENTE/TITULAR declara ter ciência que: (i) o SAQUE é um serviço facultativo atrelado ao cartão, que somente será disponibilizado pelo EMISSOR ao ADERENTE/TITULAR ou adicional, se houver, nas hipóteses previstas na legislação/regulamentação aplicável e observando os termos e condições constantes no convenio firmado entre o emissor e o EMPREGADOR/ AVERBADOR/CONVENIADO; (ii) SAQUES adicionais mediante o cartão poderão ser formalizados (i) por meio de gravação telefônica (TELESAQUE), opção esta destinada apenas ao TITULAR e observando-se o disposto no convênio firmado entre o órgão público e o Banco BMG e o disposto na legislação aplicável ; (ii) mediante a celebração de uma Cédula de Crédito Bancário – CCB, a ser emitida nos termos da Lei nº 10.931/04, (iii) nos terminais de auto atendimento credenciados à bandeira ou (iii) mediante outras formas disponibilizadas pelo BANCO BMG, a seu critério, desde que permitidas na legislação/regulamentação aplicável.

11.5.O(A) ADERENTE/TITULAR declara que previamente à assinatura deste termo foi devidamente informado de que a utilização do cartão para a realização de determinadas transações, bem como a opção de contratação de empréstimo, financiamento ou parcelamento mediante a utilização do cartão acarretará na cobrança de encargos e tarifas, nos termos do disposto no regulamento de utilização do cartão e na legislação vigente. Os encargos do período serão informados na fatura e o percentual máximo de encargos que incidirão no mês subsequente serão, obrigatoriamente, informados ao titular e/ou adicional, se aplicável, de forma prévia, possibilitando que o(s) mesmo(s) tenha(m) pleno conhecimento acerca dos valores que lhe serão cobrados previamente à contratação de qualquer operação, solicitação de qualquer serviço atrelado ao cartão ou realização de transação da qual decorra a cobrança de encargos.

11.6. O(A) ADERENTE/TITULAR autoriza, de forma irrevogável e irretirável o BANCO BMG S.A. a:(i) Manter em cadastro ou banco de dados, o seu nome, qualificação e outros informes pessoais, bem como a manter em cadastro ou banco de dados as respectivas informações relacionadas ao adicional, se houver; (ii) Obter, fornecer e compartilhar as informações cadastrais, financeiras e de operações ativas e passivas e serviços prestados junto a outras instituições pertencentes ao GRUPO FINANCEIRO DO BANCO BMG, ficando todos autorizados a examinar e utilizar, no Brasil e no exterior, tais informações, inclusive para oferta de produtos e serviços; (iii) Compartilhar informações cadastrais com outras instituições financeiras; (iv) Informar os dados relativos a todas as obrigações assumidas pelo(a) titular e/ou adicional, inclusive os dados relativos à falta de pagamento de obrigações assumidas em decorrência da adesão ao regulamento, para constarem de cadastros compartilhados em Banco de Dados de proteção ao crédito, tais como SERASA e SPC (v) Fornecer ao Banco Central do Brasil - Bacen, para integrar o Sistema de Informações de Créditos (SCR), a qualquer tempo, mesmo após a rescisão do contrato, dados a respeito de suas dívidas a vencer e vencidas, inclusive as em atraso e as operações baixadas com prejuízo, o valor das coobrigações assumidas e das garantias prestadas, bem como a consultar e acessar o SCR sobre informações consolidadas e registradas em seus respectivos nomes, prestadas por outras instituições financeiras, vedada a sua divulgação para terceiros; bem como prestar, consultar e compartilhar as suas informações cadastrais com outras instituições financeiras ou assemelhadas, nos termos do disposto na presente cláusula e utilizá-las para fins administrativos e de marketing, na forma da legislação vigente.

11.7.O(A) ADERENTE/TITULAR declara conhecer e estar apto a efetuar qualquer negócio com as Instituições financeiras pertencentes ao GRUPO FINANCEIRO DO BANCO BMG, dentre elas: contratação de novas operações de empréstimo ou financiamento, renegociações, saque em dinheiro, tudo dentro dos limites de margem consignável, mediante a utilização do cartão, seja pelos terminais de auto atendimento (ATM/POS), pelo "Internet Banking", pela Central telefônica e quaisquer outros meios eletrônicos disponibilizados pelas Instituições financeiras integrantes do GRUPO FINANCEIRO DO BANCO BMG.

11.8. Formalização Eletrônica: Em casos de contratação eletrônica, o(a) ADERENTE/TITULAR confirma que admite como válido o meio de comprovação da autoria e da integridade da assinatura e das informações capturadas e utilizadas neste Termo de adesão. Nessa hipótese, a assinatura constante no presente documento é capturada, neste ato, em tela sensível ao toque (touch screen) e será submetida à verificação de compatibilidade com os perfis biométricos previamente capturados e armazenados. Esta verificação será realizada pelo Banco ou terceiro à sua ordem e considerará parâmetros objetivos de caligrafia (pressão, velocidade e direção da assinatura). O

documento gerado será assinado pelo Banco ou terceiro à sua ordem, com utilização de assinatura digital certificada no âmbito da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Este documento (em caso de contratação eletrônica) e quaisquer outros documentos celebrados eletronicamente a partir desta data entre o(a) **ADERENTE/TITULAR** e o Banco poderão se utilizar do mesmo meio eletrônico de assinatura sendo considerados, para todos os efeitos, válidos e exequíveis. O(A) **ADERENTE/TITULAR** autoriza o compartilhamento dos dados relativos ao perfil biométrico de sua assinatura eletrônica entre instituições que mantenham relações comerciais com o Banco ou que pertençam ao conglomerado do qual o Banco faz parte. **10.9. O(A) ADERENTE/TITULAR** autoriza as empresas integrantes do GRUPO FINANCEIRO DO BANCO BMG a contatá-lo por qualquer meio, inclusive telefônico, e-mail, SMS e correspondência para enviar comunicações a respeito do cartão e informações relativas aos produtos, serviços, promoções e novidades relacionadas às empresas integrantes do GRUPO FINANCEIRO DO BANCO BMG ou do estabelecimento cuja marca encontrar-se indicada no cartão, podendo o titular cancelar a presente autorização a qualquer momento mediante contato junto à central de relacionamento.

**11.10. Considerando que o Banco BMG disponibilizará ao cliente, via Internet banking, o demonstrativo mensal (fatura) com a descrição das despesas relacionadas à utilização do Cartão de Crédito Consignado ora contratado, o(a) ADERENTE/TITULAR dispensa expressamente o Banco BMG de enviar mensalmente a via física do referido demonstrativo mensal (fatura), estando ciente de que, em caso de dúvidas, poderá contatar o Banco BMG através dos canais de atendimento informados ao final do presente termo. 10.11. Comunicação: O(A) ADERENTE/TITULAR autoriza que o Banco BMG lhe envie mensagem eletrônica (e-mail) e mensagem SMS por telefone com informações sobre produtos e serviços oferecidos pelo Banco BMG. ( ) não concordo com o envio das mensagens. 10.12. Ao assinar o presente documento o(a) ADERENTE/TITULAR declara-se vinculado, em caráter irrevogável, irretratável e de forma incondicional, ao disposto no Regulamento de Utilização do cartão de crédito consignado emitido pelo BANCO BMG registrado perante o 3º oficial de registro de títulos e documentos e registro civil de pessoa jurídica da capital de São Paulo sob o nº 8905949 em 17.04.2015.**

Assinada e data: 26/07/2016

de

de



Assinatura do ADERENTE/TITULAR:

*Assinatura manuscrita*

## XII - DECLARAÇÃO SE ANALFABETO OU IMPEDIDO DE ASSINAR

Declaro que ouvi atentamente a leitura desta FICHA CADASTRAL e Autorização para Descontos nos Benefícios Previdenciários, na presença das testemunhas abaixo, tendo compreendido seu conteúdo, estou ciente de todas as condições e obrigações que assumi.

A rogo do(a) **ADERENTE**, assina o rogado: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

CPF ou CI: \_\_\_\_\_

Testemunhas: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Folgar Direito - Aderente

**CANAIS DE ATENDIMENTO BANCO BMG:** Central de Relacionamento BMG CARD 4002 7007 (capitais) e 0800 770 1790 (interurbano)  
SAC 0800 9799 099 / Deficientes auditivos e ou de fala 0800 9797 333 / OUVIDORIA 0800 723 2044







1207596006

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
SECRETARIA NACIONAL DE HABITACION  
SECRETARIA NACIONAL DE HABITACION

ALDO CARLOS DE CARVALHO

ALDO CARLOS DE CARVALHO  
GERENTE GERAL  
GERALDA CARVALHO  
PARALISO

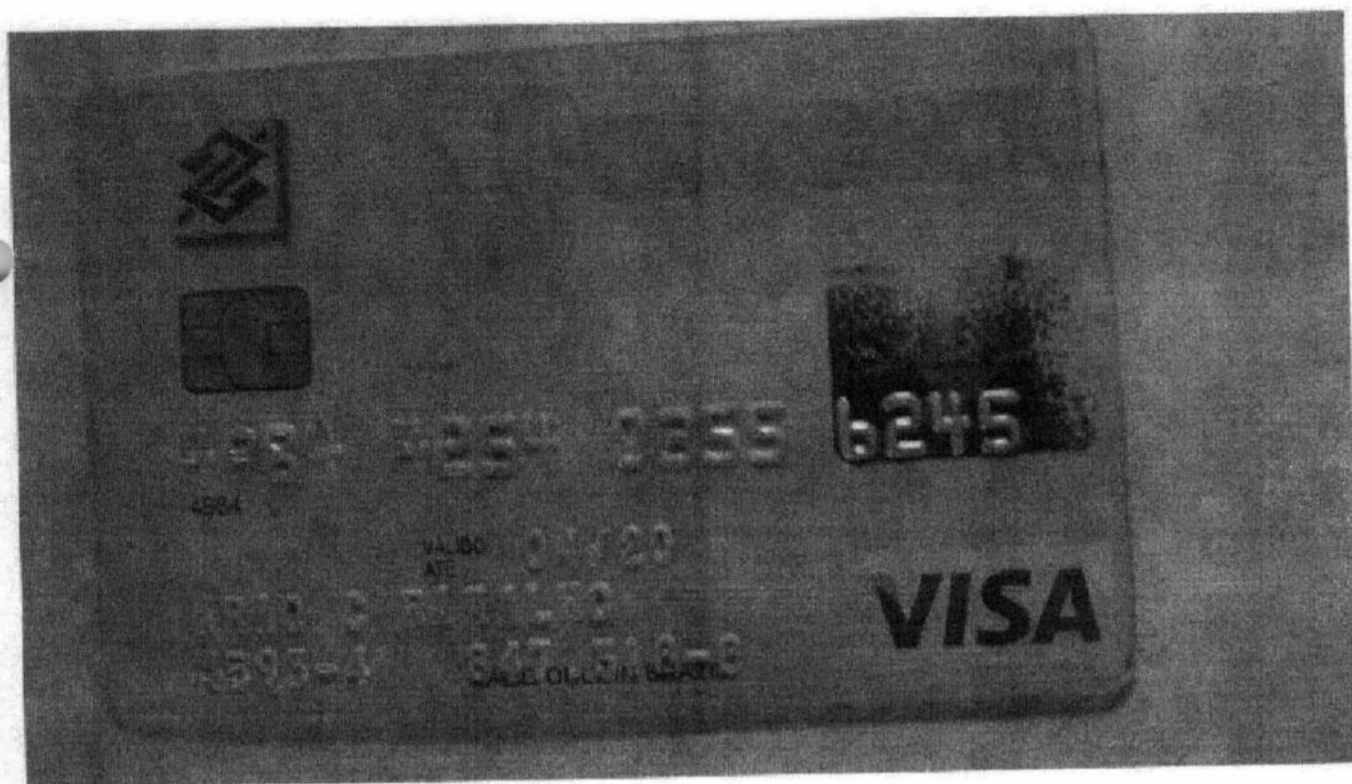
15.264.616-9 27/06/1986

000.639.054-8 01/11/2008 13/02/1979

BRASILIA-DISTRICTO FEDERAL, DF 16/11/2015

ADRIANA DE OLIVEIRA FERREIRA

6531824641 0743702940





**DISTRIBUIÇÃO**  
SIA Área Especial "C"  
CEP: 71215-902 - Brasília - DF  
CNPJ: 07.622.668/0001-92  
CF/DF: 07.468.935/001-97

**NOTA FISCAL 1 / FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA / SERVIÇOS SÉRIE U Nº 000000255941**  
Nota fiscal emitida por processamento eletrônico de dados - Sistema Iaser REGIME ESPECIAL - ATO DECLARATÓRIO  
Nº 005/2006 NUESP/GEESP/DITRI/SUREC/SEF AIDF nº 1-345-01354/2012 Nota Fiscal promogada até 22/10/2014  
Portaria nº 208/2012

**ARAO CAMARGOS RAMALHO**  
**Q 02 CJ A 12 CS 14**  
**73015-121 - SOBRADINHO-DF**  
**155.264.616-53**

PARA CONTATO COM A CEB		IDENTIFICAÇÃO		SEGUNDA VIA		VENCIMENTO	
INFORME ESTE NUMERO		00205.085-4				08/08/2016	
Mês faturado	Apresentação	Atividade	Ligação	Próxima leitura	Média anual kWh	Média trimestral kWh	
JUL/2016	08/07/2016	RESIDENCIAL	MONOFASICA	08/08/2016	288	263	
Nº do medidor	Leitura Atual	Leitura anterior	Constante	Consumo kWh	Dias	Média diária kWh	
318322	07/07/2016 2599	07/06/2016 2333	001	268	30	8,88	
Histórico de Consumo - kWh				CONSUMO ENERGIA ATIVA 149,79			
				CONTRIBUICAO DE I. PUBLICA 19,55			
JUL 2015	296						
AGO 2015	303						
SET 2015	297						
OUT 2015	279						
NOV 2015	339						
DEZ 2015	292						
JAN 2016	320						
FEV 2016	288						
MAR 2016	249						
ABR 2016	307						
MAI 2016	240						
JUN 2016	284						
296	303	297	279	339	292	320	288
249	307	240	284				
JUL 2015	AGO 2015	SET 2015	OUT 2015	NOV 2015	DEZ 2015	JAN 2016	FEV 2016
2015	2015	2015	2015	2015	2015	2016	2016
2015	2015	2015	2015	2015	2015	2016	2016
Base Cálculo	Aliquota	ICMS incluído no	Valor total do	ICMS s/valor da	PIS /	COFINS	TOTAL A PAGAR
ICMS	ICMS	preço	ICMS	subvenção	PASEP		
149,79	18,00%	26,96	26,96	0,00	1,18	5,46	R\$ 169,34
Indicadores de Continuidade							
Conjunto Elétrico	DEC-Limite	DEC-Apurado	FEC-Limite	FEC-Apurado	DIC-Limite	FIC-Limite	
					0	0	



838500000010 893400053609 310020508597 000000000000 02050859 JUL/2016 08/08/2016  
39031002050859  
00000000169348  
R\$ 169,34



# Extrato de Pagamentos

## Detalhamento de Crédito

Número do Benefício:

152.105.146-9

Nome do Segurado:

ARAO CAMARGOS RAMALHO

Competência:

07/2016

Período a que se refere o crédito:

01/07/2016 a 31/07/2016

Pagamento através de:

CARTÃO MAGNETICO

Espécie:

42 APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUICAO

Banco:

ITAU

Agência bancária:

BRASILIA SAT SOBRADINHO

Código da agência:

249083

Endereço do banco:

QD 6 CI 6 ST COM SOBRAD

Disponível para recebimento de:

01/08/2016 a 30/09/2016

CRÉDITOS	
Descrição das Rubricas	Valor
Mens. reajustada	2.923,44
Arredondamento	,27
DÉBITOS	
I.R. ret. fonte	83,71
Consig. Emprést.	726,00
Consig. Emprést.	124,00

Valor Bruto	Valor dos Descontos	Valor Líquido
2.923,71	933,71	1.990,00

**Este extrato vale para simples conferência**



BANCO BMG S/A

TED "E" RECIBO DO REMETENTE

Nº266630013



CÓDIGO DO BANCO REMETENTE

CÓDIGO DO BANCO DESTINATÁRIO

COMP 018	BANCO 318	AGÊNCIA 0001	Nº CONTA DO REMETENTE 1999997	COMP 000	BANCO 1	AGÊNCIA 4593	Nº CONTA DO DESTINATÁRIO 847318-8
NOME REMETENTE BANCO BMG S.A				NOME DESTINATÁRIO ARAO CAMARGOS RAMALHO			
CNPJ/CPF 61.186.680/0047-57				CNPJ/CPF 155.264.616-53			
FINALIDADE 01 - Crédito em Conta Mensagem SPB: PAG0143				ATRIBUTO/REFERÊNCIA DE FINALIDADE SAQUE AUTORIZADO			
				VALOR *****3.476,05			
VALOR POR EXTENSO TRES MIL QUATROCENTOS E SETENTA E SEIS REAIS E CINCO CENTAVOS***** *****							

Nro Controle SPB: 201607286905345

BANCO BMG S/A

TED "E" FICHA DE COMPENSAÇÃO

Nº266630013

CÓDIGO DO BANCO REMETENTE

CÓDIGO DO BANCO DESTINATÁRIO

COMP 018	BANCO 318	AGÊNCIA 0001	Nº CONTA DO REMETENTE 1999997	COMP 000	BANCO 1	AGÊNCIA 4593	Nº CONTA DO DESTINATÁRIO 847318-8
NOME REMETENTE BANCO BMG S.A				NOME DESTINATÁRIO ARAO CAMARGOS RAMALHO			
CNPJ/CPF 61.186.680/0047-57				CNPJ/CPF 155.264.616-53			
FINALIDADE 01 - Crédito em Conta Mensagem SPB: PAG0143				ATRIBUTO/REFERÊNCIA DE FINALIDADE SAQUE AUTORIZADO			
				VALOR *****3.476,05			
VALOR POR EXTENSO TRES MIL QUATROCENTOS E SETENTA E SEIS REAIS E CINCO CENTAVOS***** *****							

Nro Controle SPB: 201607286905345

3187.2007.9266-3 6300.1301.0000-9 2807.2016.0000-0 0000.0034.7605-8

BANCO BMG S/A

TED "E" FICHA DO CAIXA

Nº266630013

CÓDIGO DO BANCO REMETENTE

CÓDIGO DO BANCO DESTINATÁRIO

COMP 018	BANCO 318	AGÊNCIA 0001	Nº CONTA DO REMETENTE 1999997	COMP 000	BANCO 1	AGÊNCIA 4593	Nº CONTA DO DESTINATÁRIO 847318-8
NOME REMETENTE BANCO BMG S.A				NOME DESTINATÁRIO ARAO CAMARGOS RAMALHO			
CNPJ/CPF 61.186.680/0047-57				CNPJ/CPF 155.264.616-53			
FINALIDADE 01 - Crédito em Conta Mensagem SPB: PAG0143				ATRIBUTO/REFERÊNCIA DE FINALIDADE SAQUE AUTORIZADO			
				VALOR *****3.476,05			
VALOR POR EXTENSO TRES MIL QUATROCENTOS E SETENTA E SEIS REAIS E CINCO CENTAVOS***** *****							

Nro Controle SPB: 201607286905345

BANCO BMG S/A

TED "E" RECIBO DO REMETENTE

Nº284401776

CÓDIGO DO BANCO REMETENTE

CÓDIGO DO BANCO DESTINATÁRIO

COMP	BANCO	AGÊNCIA	Nº CONTA DO REMETENTE
018	318	0001	1999997

COMP	BANCO	AGÊNCIA	Nº CONTA DO DESTINATÁRIO
000	1	3475	747318-4

NOME REMETENTE
BANCO BMG S.A

NOME DESTINATÁRIO
ARAO CAMARGOS RAMALHO

CNPJ/CPF
61.186.680/0047-57

CNPJ/CPF
155.264.616-53

FINALIDADE
01 - Crédito em Conta
Mensagem SPB: PAG0143

ATRIBUTO/REFERÊNCIA DE FINALIDADE
SAQUE COMPLEMENTA

VALOR
*****531,33

VALOR POR EXTENSO

QUINHENTOS E TRINTA E UM REAIS E TRINTA E TRES CENTAVOS\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

Nro Controle SPB: 201801175388679

BANCO BMG S/A

TED "E" FICHA DE COMPENSAÇÃO

Nº284401776

CÓDIGO DO BANCO REMETENTE

CÓDIGO DO BANCO DESTINATÁRIO

COMP	BANCO	AGÊNCIA	Nº CONTA DO REMETENTE
018	318	0001	1999997

COMP	BANCO	AGÊNCIA	Nº CONTA DO DESTINATÁRIO
000	1	3475	747318-4

NOME REMETENTE
BANCO BMG S.A

NOME DESTINATÁRIO
ARAO CAMARGOS RAMALHO

CNPJ/CPF
61.186.680/0047-57

CNPJ/CPF
155.264.616-53

FINALIDADE
01 - Crédito em Conta
Mensagem SPB: PAG0143

ATRIBUTO/REFERÊNCIA DE FINALIDADE
SAQUE COMPLEMENTA

VALOR
*****531,33

VALOR POR EXTENSO

QUINHENTOS E TRINTA E UM REAIS E TRINTA E TRES CENTAVOS\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

Nro Controle SPB: 201801175388679

3187.6354.4284-3 4017.7601.0000-8 1701.2018.0000-2 0000.0005.3133-5

BANCO BMG S/A

TED "E" FICHA DO CAIXA

Nº284401776

CÓDIGO DO BANCO REMETENTE

CÓDIGO DO BANCO DESTINATÁRIO

COMP	BANCO	AGÊNCIA	Nº CONTA DO REMETENTE
018	318	0001	1999997

COMP	BANCO	AGÊNCIA	Nº CONTA DO DESTINATÁRIO
000	1	3475	747318-4

NOME REMETENTE
BANCO BMG S.A

NOME DESTINATÁRIO
ARAO CAMARGOS RAMALHO

CNPJ/CPF
61.186.680/0047-57

CNPJ/CPF
155.264.616-53

FINALIDADE
01 - Crédito em Conta
Mensagem SPB: PAG0143

ATRIBUTO/REFERÊNCIA DE FINALIDADE
SAQUE COMPLEMENTA

VALOR
*****531,33

VALOR POR EXTENSO

QUINHENTOS E TRINTA E UM REAIS E TRINTA E TRES CENTAVOS\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

Nro Controle SPB: 201801175388679



## SEUS DADOS

ARAO CAMARGOS RAMALHO

Cartão Nº

5259.0912.7870.9114

## SERVIÇOS A CLIENTES

Central de Atendimento BMG

0800-8804006

VENCIMENTO 10/12/2017

Página 1/1

## DEMONSTRATIVO DE DESPESAS

DATA HISTÓRICO MOEDA DE ORIGEM EM R\$/US\$

ARAO C RAMALHO 5259.0912.7870.9114

10/11/2017 Pagamento Debito em Folha -128,04  
28/11/2017 ENCARG FINANC FATURADOS 100,79  
28/11/2017 IOF Rotativo 8,70

## LIMITES

De Crédito 4.054,00  
De Saque 3.851,00

## RESUMO DAS DESPESAS

TOTAL DA FATURA ANTERIOR	R\$	3.487,66
(-) Pagamentos Efetuados / Amortizações	R\$	128,04
(=) Saldo da Fatura Ant. atualizado	R\$	3.359,62
(-) Encargos Contratuais	R\$	109,40
(+) Taxas / Anuidades	R\$	0,00
(-) Ajustes	R\$	0,00
(+) Compras / Saques do mês	R\$	0,00
(-) Parcelas Fixas	R\$	0,00
(=) TOTAL DESTA FATURA	R\$	3.469,11

"É vedada, nos termos da Circular n 2.735, de 09.01.97, do Banco Central do Brasil, a utilização de cartão de crédito internacional para pagamento de importações sujeitas a registro no SISCOMEX, bem como aquisição de bens e serviços que configurem investimento brasileiro no exterior"

## TOTAL DE DESPESAS NO BRASIL

Saldo Ant. R\$	Créditos	Débitos	
3.487,66	128,04	109,49	=
Total Nacional R\$			
TOTAL 1			3.469,11

## TOTAL DE DESPESAS NO EXTERIOR

Total Exterior US\$	Cotação do Dólar em	28/11/2017	
0,00 X		3,3400	
Total Internacional R\$			
TOTAL 2			0,00

TOTAL DESTA FATURA (1+2)	PAGAMENTO MÍNIMO
3.469,11	498,70

## EXTRATO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA

ENCARGOS	Encargo Contr. do Período	3,00 % (AM)
	Juros por atraso	0,00 % (AM)
	Juros próximo período	3,00 % (AM)
	Por atraso próx. período	0,00 % (AM)

ARAO CAMARGOS RAMALHO

QUADRA 2 CONJUNTO A-12, 14

SOBRADINHO

73015-112

BRASILIA

DF



## SEUS DADOS

**ARAO CAMARGOS RAMALHO**

Cartão N°  
5259.0912.7870.9114

## SERVIÇOS A CLIENTES

Central de Atendimento BMG

0800-8804006

VENCIMENTO 10/01/2018

Página 1/1

## DEMONSTRATIVO DE DESPESAS

DATA HISTÓRICO MOEDA DE ORIGEM EM R\$/US\$

**ARAO C RAMALHO 5259.0912.7870.9114**

10/12/2017	Pagamento Debito em Folha	-128,70
19/12/2017	Protecao Perda Roubo	3,90
26/12/2017	ENCARG FINANC FATURADOS	103,55
26/12/2017	IOF Rotativo	8,91

## LIMITE

De Crédito	4.054,00
De Saque	3.851,00

## RESUMO DAS DESPESAS

TOTAL DA FATURA ANTERIOR	R\$	3.469,11
(-) Pagamentos Efetuados / Amortizações	R\$	128,70
(=) Saldo da Fatura Ant. atualizado	R\$	3.340,41
(+) Encargos Contratuais	R\$	112,46
(+) Taxas / Anuidades	R\$	0,00
(-/-) Ajustes	R\$	3,90
(+) Compras / Saques do mês	R\$	0,00
(+) Parcelas Fixas	R\$	0,00
(=) TOTAL DESTA FATURA	R\$	3.456,77

"É vedada, nos termos da Circular n 2.735, de 09.01.97, do Banco Central do Brasil, a utilização de cartão de crédito internacional para pagamento de importações sujeitas a registro no SISCOMEX, bem como aquisição de bens e serviços que configurem investimento brasileiro no exterior"

## TOTAL DE DESPESAS NO BRASIL

Saldo Ant.R\$	Créditos	Débitos	=
3.469,11	128,70	116,36	
Total Nacional R\$			
TOTAL 1			3.456,77

## TOTAL DE DESPESAS NO EXTERIOR

Total Exterior US\$	Cotação do Dólar em	26/12/2017
0,00 X		3,4500
Total Internacional R\$		
TOTAL 2		
TOTAL DESTA FATURA (1+2)		PAGAMENTO MÍNIMO
3.456,77		128,70



## EXTRATO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA

ENCARGOS	Encargo Contr. do Período	3,00 % (AM)
	Juros por atraso	0,00 % (AM)
	Juros próximo período	3,00 % (AM)
	Por atraso próx. período	0,00 % (AM)

**ARAO CAMARGOS RAMALHO**  
QUADRA 2 CONJUNTO A-12, 14  
SOBRADINHO  
73015-112 BRASÍLIA DF

## SEUS DADOS

**ARAO CAMARGOS RAMALHO**

Cartão N°  
5259.0912.7870.9114

## SERVIÇOS A CLIENTES

Central de Atendimento BMG

0800-8804006

VENCIMENTO 10/02/2018

Página 1/1

## DEMONSTRATIVO DE DESPESAS

DATA	HISTÓRICO	MOEDA DE ORIGEM	EM R\$/US\$
	<b>ARAO C RAMALHO 5259.0912.7870.9114</b>		
10/01/2018	Pagamento Debito em Folha		-128,70
16/01/2018	IOF Adicional Saque		2,02
16/01/2018	Saque Complementar		531,33
29/01/2018	DEBITO DE IOF DIARIO		1,09
29/01/2018	ENCARG FINANC FATURADOS		103,17
29/01/2018	IOF Rotativo		8,88
29/01/2018	Juros de Saque		13,28

## LIMITE

De Crédito	4.054,00
De Saque	3.851,00

## RESUMO DAS DESPESAS

TOTAL DA FATURA ANTERIOR	R\$	3.456,77
(-) Pagamentos Efetuados / Amortizações	R\$	128,70
(=) Saldo da Fatura Ant. atualizado	R\$	3.328,07
(-) Encargos Contratuais	R\$	128,44
(-) Taxas / Anuidades	R\$	0,00
(=) Ajustes	R\$	0,00
(-) Compras / Saques do mês	R\$	531,33
(-) Parcelas Fixas	R\$	0,00
(=) TOTAL DESTA FATURA	R\$	3.987,84

"É vedada, nos termos da Circular n 2.735, de 09.01.97, do Banco Central do Brasil, a utilização de cartão de crédito internacional para pagamento de importações sujeitas a registro no SISCOMEX, bem como aquisição de bens e serviços que configurem investimento brasileiro no exterior"

## TOTAL DE DESPESAS NO BRASIL

Saldo Ant. R\$	Créditos	Débitos	=
3.456,77	128,70	659,77	
Total Nacional R\$			
TOTAL 1			3.987,84

## TOTAL DE DESPESAS NO EXTERIOR

Total Exterior US\$	Cotação do Dólar em	29/01/2018
0,00 X		3,3000
Total Internacional R\$		
TOTAL 2		0,00
TOTAL DESTA FATURA (1+2)	PAGAMENTO MÍNIMO	
3.987,84	147,95	



## EXTRATO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA

ENCARGOS	Encargo Contr. do Período	3,00 % (AM)
	Juros por atraso	0,00 % (AM)
	Juros próximo período	3,00 % (AM)
	Por atraso próx. período	0,00 % (AM)

**ARAO CAMARGOS RAMALHO**

QUADRA 2 CONJUNTO A-12, 14

SOBRADINHO

73015-112

BRASILIA

DF





## SEUS DADOS

ARAO CAMARGOS RAMALHO

Cartão Nº

5259.0912.7870.9114

## SERVIÇOS A CLIENTES

Central de Atendimento BMG

0800-8804006

VENCIMENTO 10/03/2018

Página 1/1

## DEMONSTRATIVO DE DESPESAS

DATA	HISTÓRICO	MOEDA DE ORIGEM	EM R\$/US\$
	<b>ARAO C RAMALHO 5259.0912.7870.9114</b>		
10/02/2018	Pagamento Debito em Folha		-147,95
26/02/2018	ENCARG FINANC FATURADOS		107,51
26/02/2018	IOF Rotativo		11,33

## LIMITE

De Crédito	4.054,00
De Saque	3.851,00

## RESUMO DAS DESPESAS

TOTAL DA FATURA ANTERIOR	R\$	3.987,84
(-) Pagamentos Efetuados / Amortizações	R\$	147,95
(=) Saldo da Fatura Ant. atualizado	R\$	3.839,89
(-) Encargos Contratuais	R\$	118,84
(=) Taxas / Anuidades	R\$	0,00
(+/-) Ajustes	R\$	0,00
(+) Compras / Saques do mês	R\$	0,00
(-) Parcelas Fixas	R\$	0,00
(=) TOTAL DESTA FATURA	R\$	3.958,73

"É vedada, nos termos da Circular n 2.735, de 09.01.97, do Banco Central do Brasil, a utilização de cartão de crédito internacional para pagamento de importações sujeitas a registro no SISCOMEX, bem como aquisição de bens e serviços que configurem investimento brasileiro no exterior"

## TOTAL DE DESPESAS NO BRASIL

Saldo Ant. R\$	Créditos	Débitos	=
3.987,84	147,95	118,84	
Total Nacional R\$			
TOTAL 1			3.958,73

## TOTAL DE DESPESAS NO EXTERIOR

Total Exterior US\$	Cotação do Dólar em	26/02/2018
0,00	X	3,3800
Total Internacional R\$		
TOTAL 2		0,00
TOTAL DESTA FATURA (1+2)	PAGAMENTO MÍNIMO	
3.958,73	147,95	



## EXTRATO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA

ENCARGOS	Encargo Contr. do Período	3,00 % (AM)
	Juros por atraso	0,00 % (AM)
	Juros próximo período	3,00 % (AM)
	Por atraso próx. período	0,00 % (AM)

ARAO CAMARGOS RAMALHO  
QUADRA 2 CONJUNTO A-12, 14  
SOBRADINHO  
73015-112 BRASÍLIA

DF



## SEUS DADOS

ARAO CAMARGOS RAMALHO

Cartão N°

5259.0912.7870.9114

## SERVIÇOS A CLIENTES

Central de Atendimento BMG

0800-8804006

## DEMONSTRATIVO DE DESPESAS

DATA	HISTÓRICO	MOEDA DE ORIGEM	EM R\$/US\$
	<b>ARAO C RAMALHO 5259.0912.7870.9114</b>		
10/03/2018	Pagamento Debito em Folha		-147,95
23/03/2018	ENCARG FINANC FATURADOS		118,14
23/03/2018	IOF Rotativo		10,14

VENCIMENTO 10/04/2018

Página 1/1

## LIMITE

De Crédito	4.054,00
De Saque	3.851,00

## RESUMO DAS DESPESAS

TOTAL DA FATURA ANTERIOR	R\$	3.958,73
(-) Pagamentos Efetuados / Amortizações	R\$	147,95
(=) Saldo da Fatura Ant. atualizado	R\$	3.810,78
(+) Encargos Contratuais	R\$	128,28
(+) Taxas / Anuidades	R\$	0,00
(-) Ajustes	R\$	0,00
(+) Compras / Saques do mês	R\$	0,00
(-) Parcelas Fixas	R\$	0,00
(=) TOTAL DESTA FATURA	R\$	3.939,06

"É vedada, nos termos da Circular n 2.735, de 09.01.97, do Banco Central do Brasil, a utilização de cartão de crédito internacional para pagamento de importações sujeitas a registro no SISCOMEX, bem como aquisição de bens e serviços que configurem investimento brasileiro no exterior"

## TOTAL DE DESPESAS NO BRASIL

Saldo Ant.R\$	Créditos	Débitos	=
3.958,73	147,95	128,28	
Total Nacional R\$			
TOTAL 1			3.939,06

## TOTAL DE DESPESAS NO EXTERIOR

Total Exterior US\$	Cotação do Dólar em	23/03/2018
0,00 X		3,4400
Total Internacional R\$		
TOTAL 2		0,00
TOTAL DESTA FATURA (1+2)	PAGAMENTO MÍNIMO	
3.939,06	147,95	



## EXTRATO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA

ENCARGOS	Encargo Contr. do Período	3,00 % (AM)
	Juros por atraso	0,00 % (AM)
	Juros próximo período	3,00 % (AM)
	Por atraso próx. período	0,00 % (AM)

ARAO CAMARGOS RAMALHO

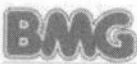
QUADRA 2 CONJUNTO A-12, 14

SOBRADINHO

73015-112

BRASILIA

DF



## SEUS DADOS

ARAO CAMARGOS RAMALHO

Cartão Nº

5259.0912.7870.9114

## SERVIÇOS A CLIENTES

Central de Atendimento BMG

0800-8804006

VENCIMENTO 10/05/2018

Página 1/1

## DEMONSTRATIVO DE DESPESAS

DATA	HISTÓRICO	MOEDA DE ORIGEM	EM R\$/US\$
	<b>ARAO C RAMALHO</b>		<b>5259.0912.7870.9114</b>
10/04/2018	Pagamento Debito em Folha		-147,95
24/04/2018	ENCARG FINANC FATURADOS		113,74
24/04/2018	IOF Rotativo		9,82

## LIMITE

De Crédito	4.054,00
De Saque	3.851,00

## RESUMO DAS DESPESAS

TOTAL DA FATURA ANTERIOR	R\$	3.939,06
(-) Pagamentos Efetuados / Amortizações	R\$	147,95
(=) Saldo da Fatura Ant. atualizado	R\$	3.791,11
(+) Encargos Contratuais	R\$	123,56
(+) Taxas / Anuidades	R\$	0,00
(=) Ajustes	R\$	0,00
(+) Compras / Saques do mês	R\$	0,00
(+) Parcelas Fixas	R\$	0,00
(=) TOTAL DESTA FATURA	R\$	3.914,67

"É vedada, nos termos da Circular n. 2.735, de 09.01.97, do Banco Central do Brasil, a utilização de cartão de crédito internacional para pagamento de importações sujeitas a registro no SISCOMEX, bem como aquisição de bens e serviços que configurem investimento brasileiro no exterior"

## TOTAL DE DESPESAS NO BRASIL

Saldo Ant. R\$	Créditos	Débitos	=
3.939,06	147,95	123,56	
Total Nacional R\$			
TOTAL 1			3.914,67

## TOTAL DE DESPESAS NO EXTERIOR

Total Exterior US\$	Cotação do Dólar em	24/04/2018
0,00 X		3,6200
Total Internacional R\$		
TOTAL 2		0,00
TOTAL DESTA FATURA (1+2)	PAGAMENTO MÍNIMO	
3.914,67	147,95	



## EXTRATO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA

ENCARGOS	Encargo Contr. do Período	3,00 % (AM)
	Juros por atraso	0,00 % (AM)
	Juros próximo período	3,00 % (AM)
	Por atraso próx. período	0,00 % (AM)

ARAO CAMARGOS RAMALHO

QUADRA 2 CONJUNTO A-12, 14

SOBRADINHO

73015-112

BRASILIA

DF



## SEUS DADOS

ARAO CAMARGOS RAMALHO

Cartão N°

5259.0912.7870.9114

## SERVIÇOS A CLIENTES

Central de Atendimento BMG

0800-8804006

VENCIMENTO 10/06/2018

Página 1/1

## DEMONSTRATIVO DE DESPESAS

DATA	HISTÓRICO	MOEDA DE ORIGEM	EM R\$/US\$
	<b>ARAO C RAMALHO 5259.0912.7870.9114</b>		
10/05/2018	Pagamento Debito em Folha		-147,95
25/05/2018	ENCARG FINANC FATURADOS		116,77
25/05/2018	IOF Rotativo		10,05

## LIMITE

De Crédito	4.054,00
De Saque	3.851,00

## RESUMO DAS DESPESAS

TOTAL DA FATURA ANTERIOR	R\$	3.914,67
(-) Pagamentos Efetuados / Amortizações	R\$	147,95
(=) Saldo da Fatura Ant. atualizado	R\$	3.766,72
(+) Encargos Contratuais	R\$	126,82
(-) Taxas / Anuidades	R\$	0,00
(=) Ajustes	R\$	0,00
(+) Compras / Saques do mês	R\$	0,00
(-) Parcelas Fixas	R\$	0,00
(=) TOTAL DESTA FATURA	R\$	3.893,54

"É vedada, nos termos da Circular n 2.735, de 09.01.97, do Banco Central do Brasil, a utilização de cartão de crédito internacional para pagamento de importações sujeitas a registro no SISCOMEX, bem como aquisição de bens e serviços que configurem investimento brasileiro no exterior"

## TOTAL DE DESPESAS NO BRASIL

Saldo Ant. R\$	Créditos	Débitos	=
3.914,67	147,95	126,82	
Total Nacional R\$			
TOTAL 1			3.893,54

## TOTAL DE DESPESAS NO EXTERIOR

Total Exterior US\$	Cotação do Dólar em	25/05/2018
0,00 X		3,8000
Total Internacional R\$		
TOTAL 2		0,00
TOTAL DESTA FATURA (1+2)	PAGAMENTO MÍNIMO	
3.893,54	147,95	



## EXTRATO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA

ENCARGOS	Encargo Contr. do Período	3,00 % (AM)
	Juros por atraso	0,00 % (AM)
	Juros próximo período	3,00 % (AM)
	Por atraso próx. período	0,00 % (AM)

ARAO CAMARGOS RAMALHO

QUADRA 2 CONJUNTO A-12, 14

SOBRADINHO

73015-112

BRASILIA

DF



## SEUS DADOS

**ARAO CAMARGOS RAMALHO**

Cartão N°

5259.0912.7870.9114

## SERVIÇOS A CLIENTES

Central de Atendimento BMG

0800-8804006

VENCIMENTO 10/07/2018

Página 1/1

## DEMONSTRATIVO DE DESPESAS

DATA	HISTÓRICO	MOEDA DE ORIGEM	EM R\$/US\$
	<b>ARAO C RAMALHO</b>		<b>5259.0912.7870.9114</b>
10/06/2018	Pagamento Debito em Folha		-147,95
22/06/2018	ENCARG FINANC FATURADOS		112,37
22/06/2018	IOF Rotativo		9,69

## LIMITE

De Crédito	4.054,00
De Saque	3.851,00

## RESUMO DAS DESPESAS

TOTAL DA FATURA ANTERIOR	R\$	3.893,54
(-) Pagamentos Efetuados / Amortizações	R\$	147,95
(=) Saldo da Fatura Ant. atualizado	R\$	3.745,59
(+) Encargos Contratuais	R\$	122,06
(+) Taxas / Anuidades	R\$	0,00
(=) Ajustes	R\$	0,00
(+) Compras / Saques do mês	R\$	0,00
(+) Parcelas Fixas	R\$	0,00
(=) TOTAL DESTA FATURA	R\$	3.867,65

"É vedada, nos termos da Circular n. 2.735, de 09.01.97, do Banco Central do Brasil, a utilização de cartão de crédito internacional para pagamento de importações sujeitas a registro no SISCOMEX, bem como aquisição de bens e serviços que configurem investimento brasileiro no exterior"

## TOTAL DE DESPESAS NO BRASIL

Saldo Ant. R\$	Créditos	Débitos	=
3.893,54	147,95	122,06	=
Total Nacional R\$			
TOTAL 1 3.867,65			

## TOTAL DE DESPESAS NO EXTERIOR

Total Exterior US\$	Cotação do Dólar em	22/06/2018
0,00 X		3,9400
Total Internacional R\$		
TOTAL 2 0,00		
TOTAL DESTA FATURA (1+2)	PAGAMENTO MÍNIMO	
3.867,65	147,95	



## EXTRATO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA

ENCARGOS	Encargo Contr. do Período	3,00 % (AM)
	Juros por atraso	0,00 % (AM)
	Juros próximo período	3,00 % (AM)
	Por atraso próx. período	0,00 % (AM)

**ARAO CAMARGOS RAMALHO**

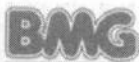
QUADRA 2 CONJUNTO A-12, 14

SOBRADINHO

73015-112

BRASILIA

DF



## SEUS DADOS

ARAO CAMARGOS RAMALHO

Cartão N°

5259.0912.7870.9114

## SERVIÇOS A CLIENTES

Central de Atendimento BMG

0800-8804006

VENCIMENTO 10/08/2018

Página 1/1

## DEMONSTRATIVO DE DESPESAS

DATA	HISTÓRICO	MOEDA DE ORIGEM	EM R\$/US\$
	<b>ARAO C RAMALHO</b>		<b>5259.0912.7870.9114</b>
10/07/2018	Pagamento Debito em Folha		-147,95
25/07/2018	ENCARG FINANC FATURADOS		115,30
25/07/2018	IOF Rotativo		9,92

## LIMITE

De Crédito	4.054,00
De Saque	3.851,00

## RESUMO DAS DESPESAS

TOTAL DA FATURA ANTERIOR	R\$	3.867,65
(-) Pagamentos Efetuados / Amortizações	R\$	147,95
(=) Saldo da Fatura Ant. atualizado	R\$	3.719,70
(+) Encargos Contratuais	R\$	125,22
(+) Taxas / Anuidades	R\$	0,00
(-/-) Ajustes	R\$	0,00
(+) Compras / Saques do mês	R\$	0,00
(+) Parcelas Fixas	R\$	0,00
(=) TOTAL DESTA FATURA	R\$	3.844,92

"É vedada, nos termos da Circular n 2.735, de 09.01.97, do Banco Central do Brasil, a utilização de cartão de crédito internacional para pagamento de importações sujeitas a registro no SISCOMEX, bem como aquisição de bens e serviços que configurem investimento brasileiro no exterior"

## TOTAL DE DESPESAS NO BRASIL

Saldo Ant. R\$	Créditos	Débitos	=
3.867,65	147,95	125,22	
Total Nacional R\$			
TOTAL 1			3.844,92

## TOTAL DE DESPESAS NO EXTERIOR

Total Exterior US\$	Cotação do Dólar em	25/07/2018
0,00 X		3,8600
Total Internacional R\$		
TOTAL 2		
TOTAL DESTA FATURA (1+2)		
3.844,92		
PAGAMENTO MÍNIMO		
147,95		

## EXTRATO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA

ENCARGOS	Encargo Contr. do Período	3,00 % (AM)
	Juros por atraso	0,00 % (AM)
	Juros próximo período	3,00 % (AM)
	Por atraso próx. período	0,00 % (AM)

ARAO CAMARGOS RAMALHO

QUADRA 2 CONJUNTO A-12, 14

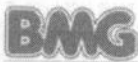
SOBRADINHO

73015-112

BRASILIA

DF





## SEUS DADOS

ARAO CAMARGOS RAMALHO

Cartão N°

5259.0912.7870.9114

## SERVIÇOS A CLIENTES

Central de Atendimento BMG

0800-8804006

VENCIMENTO 10/09/2018

Página 1/1

## DEMONSTRATIVO DE DESPESAS

DATA	HISTÓRICO	MOEDA DE ORIGEM	EM R\$/US\$
	<b>ARAO C RAMALHO 5259.0912.7870.9114</b>		
10/08/2018	Pagamento Debito em Folha		-147,95
24/08/2018	ENCARG FINANC FATURADOS		114,61
24/08/2018	IOF Rotativo		9,87

## LIMITE

De Crédito	4.054,00
De Saque	3.851,00

## RESUMO DAS DESPESAS

TOTAL DA FATURA ANTERIOR	R\$	3.844,92
(-) Pagamentos Efetuados / Amortizações	R\$	147,95
(=) Saldo da Fatura Ant. atualizado	R\$	3.696,97
(+) Encargos Contratuais	R\$	124,48
(+) Taxas / Anuidades	R\$	0,00
(=) Ajustes	R\$	0,00
(+) Compras / Saques do mês	R\$	0,00
(+) Parcelas Fixas	R\$	0,00
(=) TOTAL DESTA FATURA	R\$	3.821,45

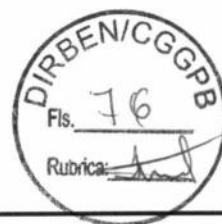
"É vedada, nos termos da Circular n 2.735, de 09.01.97, do Banco Central do Brasil, a utilização de cartão de crédito internacional para pagamento de importações sujeitas a registro no SISCOMEX, bem como aquisição de bens e serviços que configurem investimento brasileiro no exterior"

## TOTAL DE DESPESAS NO BRASIL

Saldo Ant. R\$	Créditos	Débitos	=
3.844,92	147,95	124,48	
Total Nacional R\$			
TOTAL 1			3.821,45

## TOTAL DE DESPESAS NO EXTERIOR

Total Exterior US\$	Cotação do Dólar em	24/08/2018
0,00 X		4,2700
Total Internacional R\$		
TOTAL 2		0,00
TOTAL DESTA FATURA (1+2)	PAGAMENTO MÍNIMO	
3.821,45	147,95	



## EXTRATO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA

ENCARGOS	Encargo Contr. do Período	3,00 % (AM)
	Juros por atraso	0,00 % (AM)
	Juros próximo período	3,00 % (AM)
	Por atraso próx. período	0,00 % (AM)

ARAO CAMARGOS RAMALHO

QUADRA 2 CONJUNTO A-12, 14

SOBRADINHO

73015-112

BRASILIA

DF



## SEUS DADOS

ARAO CAMARGOS RAMALHO

Cartão N°

5259.0912.7870.9114

## SERVIÇOS A CLIENTES

Central de Atendimento BMG

0800-8804006

VENCIMENTO 10/10/2018

Página 1/1

## DEMONSTRATIVO DE DESPESAS

DATA	HISTÓRICO	MOEDA DE ORIGEM	EM R\$/US\$
	<b>ARAO C RAMALHO 5259.0912.7870.9114</b>		
10/09/2018	Pagamento Debito em Folha		-147,95
24/09/2018	ENCARG FINANC FATURADOS		110,21
24/09/2018	IOF Rotativo		9,50

## LIMITE

De Crédito	4.054,00
De Saque	3.851,00

## RESUMO DAS DESPESAS

TOTAL DA FATURA ANTERIOR	R\$	3.821,45
(-) Pagamentos Efetuados / Amortizações	R\$	147,95
(=) Saldo da Fatura Ant. atualizado	R\$	3.673,50
(+) Encargos Contratuais	R\$	119,71
(+) Taxas / Anuidades	R\$	0,00
(-/-) Ajustes	R\$	0,00
(-) Compras / Saques do mês	R\$	0,00
(-) Parcelas Fixas	R\$	0,00
(=) TOTAL DESTA FATURA	R\$	3.793,21

"É vedada, nos termos da Circular n 2.735, de 09.01.97, do Banco Central do Brasil, a utilização de cartão de crédito internacional para pagamento de importações sujeitas a registro no SISCOMEX, bem como aquisição de bens e serviços que configurem investimento brasileiro no exterior"

## TOTAL DE DESPESAS NO BRASIL

Saldo Ant.R\$	Créditos	Débitos	=
3.821,45	147,95	119,71	
Total Nacional R\$			
TOTAL 1			3.793,21

## TOTAL DE DESPESAS NO EXTERIOR

Total Exterior US\$	Cotação do Dólar em	24/09/2018
0,00 X		4,2300
Total Internacional R\$		
TOTAL 2		0,00
TOTAL DESTA FATURA (1+2)	PAGAMENTO MÍNIMO	
3.793,21	147,95	



## EXTRATO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA

ENCARGOS	Encargo Contr. do Período	3,00 % (AM)
	Juros por atraso	0,00 % (AM)
	Juros próximo período	3,00 % (AM)
	Por atraso próx. período	0,00 % (AM)

ARAO CAMARGOS RAMALHO

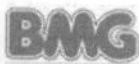
QUADRA 2 CONJUNTO A-12, 14

SOBRADINHO

73015-112

BRASILIA

DF



## SEUS DADOS

ARAO CAMARGOS RAMALHO

Cartão N°

5259.0912.7870.9114

## SERVIÇOS A CLIENTES

Central de Atendimento BMG

0800-8804006

VENCIMENTO 10/11/2018

Página 1/1

## DEMONSTRATIVO DE DESPESAS

DATA HISTÓRICO

MOEDA DE ORIGEM

EM R\$/US\$

ARAO C RAMALHO 5259.0912.7870.9114

10/10/2018 Pagamento Debito em Folha

-147,95

25/10/2018 ENCARG FINANC FATURADOS

113,00

25/10/2018 IOF Rotativo

9,73

## LIMITES

De Crédito

4.054,00

De Saque

3.851,00

## RESUMO DAS DESPESAS

TOTAL DA FATURA ANTERIOR	R\$	3.793,21
(-) Pagamentos Efetuados / Amortizações	R\$	147,95
(=) Saldo da Fatura Ant. atualizado	R\$	3.645,26
(+) Encargos Contratuais	R\$	122,73
(+) Taxas / Anuidades	R\$	0,00
(+/-) Ajustes	R\$	0,00
(+) Compras / Saques do mês	R\$	0,00
(+) Parcelas Fixas	R\$	0,00
(=) TOTAL DESTA FATURA	R\$	3.767,99

"É vedada, nos termos da Circular n 2.735, de 09.01.97, do Banco Central do Brasil, a utilização de cartão de crédito internacional para pagamento de importações sujeitas a registro no SISCOMEX, bem como aquisição de bens e serviços que configurem investimento brasileiro no exterior"

## TOTAL DE DESPESAS NO BRASIL

Saldo Ant.R\$	Créditos	Débitos
3.793,21	147,95	122,73
Total Nacional R\$		
TOTAL 1 3.767,99		

## TOTAL DE DESPESAS NO EXTERIOR

Total Exterior US\$	Cotação do Dólar em	25/10/2018
0,00 X		3,8500
Total Internacional R\$		
TOTAL 2 0,00		
TOTAL DESTA FATURA (1+2)	PAGAMENTO MÍNIMO	
3.767,99	147,95	



## EXTRATO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA

ENCARGOS	Encargo Contr. do Período	3,00 % (AM)
	Juros por atraso	0,00 % (AM)
	Juros próximo período	3,00 % (AM)
	Por atraso próx. período	0,00 % (AM)

ARAO CAMARGOS RAMALHO

QUADRA 2 CONJUNTO A-12, 14

SOBRADINHO

73015-112

BRASILIA

DF





## SEUS DADOS

ARAO CAMARGOS RAMALHO

Cartão N°

5259.0912.7870.9114

## SERVIÇOS A CLIENTES

Central de Atendimento BMG

0800-8804006

VENCIMENTO 10/12/2018

Página 1/1

## DEMONSTRATIVO DE DESPESAS

DATA	HISTÓRICO	MOEDA DE ORIGEM	EM R\$/US\$
	<b>ARAO C RAMALHO</b>		<b>5259.0912.7870.9114</b>
10/11/2018	Pagamento Debito em Folha		-147,95
23/11/2018	ENCARG FINANC FATURADOS		108,60
23/11/2018	IOF Rotativo		9,37

## LIMITE

De Crédito	4.054,00
De Saque	3.851,00

## RESUMO DAS DESPESAS

TOTAL DA FATURA ANTERIOR	R\$	3.767,99
(-) Pagamentos Efetuados / Amortizações	R\$	147,95
(=) Saldo da Fatura Ant. atualizado	R\$	3.620,00
(+) Encargos Contratuais	R\$	117,97
(+) Taxas / Anuidades	R\$	0,00
(+/-) Ajustes	R\$	0,00
(+) Compras / Saques do mês	R\$	0,00
(+) Parcelas Fixas	R\$	0,00
(=) TOTAL DESTA FATURA	R\$	3.738,01

"É vedada, nos termos da Circular n. 2.735, de 09.01.97, do Banco Central do Brasil, a utilização de cartão de crédito internacional para pagamento de importações sujeitas a registro no SISCOMEX, bem como aquisição de bens e serviços que configurem investimento brasileiro no exterior"

## TOTAL DE DESPESAS NO BRASIL

Saldo Ant. R\$	Créditos	Débitos
3.767,99	147,95	117,97
Total Nacional R\$		
TOTAL 1 3.738,01		

## TOTAL DE DESPESAS NO EXTERIOR

Total Exterior US\$	Cotação do Dólar em	23/11/2018
0,00 X		3,9800
Total Internacional R\$		
TOTAL 2 0,00		
TOTAL DESTA FATURA (1+2)	PAGAMENTO MÍNIMO	
3.738,01	147,95	



## EXTRATO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA

ENCARGOS	Encargo Contr. do Período	3,00 % (AM)
	Juros por atraso	0,00 % (AM)
	Juros próximo período	3,00 % (AM)
	Por atraso próx. período	0,00 % (AM)

ARAO CAMARGOS RAMALHO

QUADRA 2 CONJUNTO A-12, 14

SOBRADINHO

73015-112

BRASILIA

DF

## SEUS DADOS

**ARAO CAMARGOS RAMALHO**

Cartão N°

5259.0912.7870.9114

## SERVIÇOS A CLIENTES

Central de Atendimento BMG

0800-8804006

VENCIMENTO 10/01/2019

Página 1/1

## DEMONSTRATIVO DE DESPESAS

DATA	HISTÓRICO	MOEDA DE ORIGEM	EM R\$/US\$
	<b>ARAO C RAMALHO</b>		<b>5259.0912.7870.9114</b>
07/12/2018	Protecao Perda Roubo		3,90
10/12/2018	Pagamento Debito em Folha		-147,95
21/12/2018	ENCARG FINANC FATURADOS		111,29
21/12/2018	IOF Rotativo		9,58

## LIMITE

De Crédito	4.298,00
De Saque	4.084,00

## RESUMO DAS DESPESAS

TOTAL DA FATURA ANTERIOR	R\$	3.738,01
(-) Pagamentos Efetuados / Amortizações	R\$	147,95
(=) Saldo da Fatura Ant. atualizado	R\$	3.590,06
(+) Encargos Contratuais	R\$	120,87
(+) Taxas / Anuidades	R\$	0,00
(+/-) Ajustes	R\$	3,90
(+) Compras / Saques do mês	R\$	0,00
(+) Parcelas Fixas	R\$	0,00
(=) TOTAL DESTA FATURA	R\$	3.714,83

"É vedada, nos termos da Circular n 2.735, de 09.01.97, do Banco Central do Brasil, a utilização de cartão de crédito internacional para pagamento de importações sujeitas a registro no SISCOMEX, bem como aquisição de bens e serviços que configurem investimento brasileiro no exterior"

## TOTAL DE DESPESAS NO BRASIL

Saldo Ant. R\$	Créditos	Débitos	=
3.738,01	147,95	124,77	
Total Nacional R\$			
TOTAL 1			3.714,83

## TOTAL DE DESPESAS NO EXTERIOR

Total Exterior US\$	Cotação do Dólar em	21/12/2018
0,00	X	4,0200
Total Internacional R\$		
TOTAL 2		0,00
TOTAL DESTA FATURA (1+2)		3.714,83
PAGAMENTO MÍNIMO		147,95



## EXTRATO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA

ENCARGOS	Encargo Contr. do Período	3,00 % (AM)
	Juros por atraso	0,00 % (AM)
	Juros próximo período	3,00 % (AM)
	Por atraso próx. período	0,00 % (AM)

**ARAO CAMARGOS RAMALHO**

QUADRA 2 CONJUNTO A-12, 14

SOBRADINHO

73015-112

BRASILIA

DF

## SEUS DADOS

**ARAO CAMARGOS RAMALHO**

Cartão N°

5259.0912.7870.9114

## SERVIÇOS A CLIENTES

Central de Atendimento BMG

0800-8804006

VENCIMENTO 10/02/2019

Página 1/1

## DEMONSTRATIVO DE DESPESAS

DATA	HISTÓRICO	MOEDA DE ORIGEM	EM R\$/US\$
	<b>ARAO C RAMALHO 5259.0912.7870.9114</b>		
10/01/2019	Pagamento Debito em Folha		-147,95
25/01/2019	ENCARG FINANC FATURADOS		110,57
25/01/2019	IOF Rotativo		9,55

## LIMITE

De Crédito	4.272,00
De Saque	4.059,00

## RESUMO DAS DESPESAS

TOTAL DA FATURA ANTERIOR	R\$	3.714,83
(-) Pagamentos Efetuados / Amortizações	R\$	147,95
(=) Saldo da Fatura Ant. atualizado	R\$	3.566,88
(+) Encargos Contratuais	R\$	120,12
(+) Taxas / Anuidades	R\$	0,00
(+/-) Ajustes	R\$	0,00
(+) Compras / Saques do mês	R\$	0,00
(+) Parcelas Fixas	R\$	0,00
(=) TOTAL DESTA FATURA	R\$	3.687,00

"É vedada, nos termos da Circular n. 2.735, de 09.01.97, do Banco Central do Brasil, a utilização de cartão de crédito internacional para pagamento de importações sujeitas a registro no SISCOMEX, bem como aquisição de bens e serviços que configurem investimento brasileiro no exterior"

## TOTAL DE DESPESAS NO BRASIL

Saldo Ant. R\$	Créditos	Débitos	=
3.714,83	147,95	120,12	=
Total Nacional R\$			
TOTAL 1			3.687,00

## TOTAL DE DESPESAS NO EXTERIOR

Total Exterior US\$	Cotação do Dólar em	25/01/2019
0,00 X		3,9500
Total Internacional R\$		
TOTAL 2		0,00
TOTAL DESTA FATURA (1+2)		3.687,00
PAGAMENTO MÍNIMO		147,95



## EXTRATO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA

ENCARGOS	Encargo Contr. do Período	3,00 % (AM)
	Juros por atraso	0,00 % (AM)
	Juros próximo período	3,00 % (AM)
	Por atraso próx. período	0,00 % (AM)

**ARAO CAMARGOS RAMALHO**

QUADRA 2 CONJUNTO A-12, 14

SOBRADINHO

73015-112

BRASILIA

DF



## SEUS DADOS

ARAO CAMARGOS RAMALHO

Cartão N°

5259.0912.7870.9114

## SERVIÇOS A CLIENTES

Central de Atendimento BMG

0800-8804006

VENCIMENTO 10/03/2019

Página 1/1

## DEMONSTRATIVO DE DESPESAS

DATA	HISTÓRICO	MOEDA DE ORIGEM	EM R\$/US\$
	<b>ARAO C RAMALHO</b>		<b>5259.0912.7870.9114</b>
10/02/2019	Pagamento Debito em Folha		-147,95
22/02/2019	ENCARG FINANC FATURADOS		99,10
22/02/2019	IOF Rotativo		8,58

## LIMITE

De Crédito	4.272,00
De Saque	4.059,00

## RESUMO DAS DESPESAS

TOTAL DA FATURA ANTERIOR	R\$	3.687,00
(-) Pagamentos Efetuados / Amortizações	R\$	147,95
(=) Saldo da Fatura Ant. atualizado	R\$	3.539,05
(+) Encargos Contratuais	R\$	107,68
(+) Taxas / Anuidades	R\$	0,00
(=) Ajustes	R\$	0,00
(-) Compras / Saques do mês	R\$	0,00
(-) Parcelas Fixas	R\$	0,00
(=) TOTAL DESTA FATURA	R\$	3.646,73

"É vedada, nos termos da Circular n 2.735, de 09.01.97, do Banco Central do Brasil, a utilização de cartão de crédito internacional para pagamento de importações sujeitas a registro no SISCOMEX, bem como aquisição de bens e serviços que configurem investimento brasileiro no exterior"

## TOTAL DE DESPESAS NO BRASIL

Saldo Ant. R\$	Créditos	Débitos	=
3.687,00	147,95	107,68	
Total Nacional R\$			
TOTAL 1			3.646,73

## TOTAL DE DESPESAS NO EXTERIOR

Total Exterior US\$	Cotação do Dólar em	22/02/2019
0,00 X		3,9100
Total Internacional R\$		
TOTAL 2		
TOTAL DESTA FATURA (1+2)		
3.646,73		
PAGAMENTO MÍNIMO		
147,95		



## EXTRATO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA

ENCARGOS	Encargo Contr. do Período	3,00 % (AM)
	Juros por atraso	0,00 % (AM)
	Juros próximo período	3,00 % (AM)
	Por atraso próx. período	0,00 % (AM)

ARAO CAMARGOS RAMALHO

QUADRA 2 CONJUNTO A-12, 14

SOBRADINHO

73015-112

BRASILIA

DF



## SEUS DADOS

ARAO CAMARGOS RAMALHO

Cartão Nº

5259.0912.7870.9114

## SERVIÇOS A CLIENTES

Central de Atendimento BMG

0800-8804006

VENCIMENTO 10/04/2019

Página 1/1

## DEMONSTRATIVO DE DESPESAS

DATA	HISTÓRICO	MOEDA DE ORIGEM	EM R\$/US\$
	<b>ARAO C RAMALHO 5259.0912.7870.9114</b>		
10/03/2019	Pagamento Debito em Folha		-147,95
22/03/2019	ENCARG FINANC FATURADOS		108,48
22/03/2019	IOF Rotativo		9,29

## LIMITE

De Crédito	4.253,00
De Saque	4.041,00

## RESUMO DAS DESPESAS

TOTAL DA FATURA ANTERIOR	R\$	3.646,73
(-) Pagamentos Efetuados / Amortizações	R\$	147,95
(=) Saldo da Fatura Ant. atualizado	R\$	3.498,78
(=) Encargos Contratuais	R\$	117,77
(=) Taxas / Anuidades	R\$	0,00
(=) Ajustes	R\$	0,00
(=) Compras / Saques do mês	R\$	0,00
(=) Parcelas Fixas	R\$	0,00
(=) TOTAL DESTA FATURA	R\$	3.616,55

É vedada, nos termos da Circular n. 2.735, de 09.01.97, do Banco Central do Brasil, a utilização de cartão de crédito internacional para pagamento de importações sujeitas a registro no SISCOMEX, bem como aquisição de bens e serviços que configurem investimento brasileiro no exterior.

## TOTAL DE DESPESAS NO BRASIL

Saldo Ant. R\$	Créditos	Débitos	=
3.646,73	147,95	117,77	
Total Nacional R\$			
TOTAL 1			3.616,55

## TOTAL DE DESPESAS NO EXTERIOR

Total Exterior US\$	Cotação do Dólar em	22/03/2019
0,00 X	3,9600	
Total Internacional R\$		
TOTAL 2		0,00
TOTAL DESTA FATURA (1+2)	PAGAMENTO MÍNIMO	
3.616,55	147,95	



## EXTRATO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA

ENCARGOS	Encargo Contr. do Período	3,00 % (AM)
	Juros por atraso	0,00 % (AM)
	Juros próximo período	3,00 % (AM)
	Por atraso próx. período	0,00 % (AM)

ARAO CAMARGOS RAMALHO

QUADRA 2 CONJUNTO A-12, 14

SOBRADINHO

73015-112

BRASILIA

DF





16/04/2019

Número: **0704771-63.2018.8.07.0006**

Classe: **PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Órgão julgador: **1º Juizado Especial Cível e Criminal de Sobradinho**

Última distribuição : **08/06/2018**

Valor da causa: **R\$ 19.610,00**

Assuntos: **Espécies de Contratos, Indenização por Dano Moral, Capitalização e Previdência Privada, Antecipação de Tutela / Tutela Específica**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
ARAO CAMARGOS RAMALHO (AUTOR)	
	DEBORAH RODRIGUES AFFONSO (ADVOGADO) CIRENE ESTRELA (ADVOGADO)
BANCO BMG S.A (RÉU)	
	BENEDICTO CELSO BENICIO JUNIOR (ADVOGADO)

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
18221683	08/06/2018 16:33	Petição Inicial	Petição Inicial
18221807	08/06/2018 16:33	INICIAL - ARAO CAMARGO RAMALHO	Petição
18221857	08/06/2018 16:33	PROCURAÇÃO	Procuração/Substabelecimento
18221768	08/06/2018 16:33	DECLARAÇÃO	Declaração de Hipossuficiência
18221866	08/06/2018 16:33	RG	Documento de Identificação
18221756	08/06/2018 16:33	COMPROVANTE DE RESIDENCIA	Comprovante de Residência
18221792	08/06/2018 16:33	EXTRATOS	Comprovante
18228664	08/06/2018 17:15	Certidão	Certidão
18230147	08/06/2018 19:00	Decisão	Decisão
19473400	05/07/2018 17:49	Certidão	Certidão
19473620	05/07/2018 17:49	SENTENÇA PROC. 2619-42	Documento de Comprovação
19924166	17/07/2018 12:05	Contestação	Contestação
19924197	17/07/2018 12:05	CONTESTAÇÃO - n reconhece modal contratada - s contrato - tutela - inex - dobro - conversao - moral	Contestação
19924201	17/07/2018 12:05	PROCURAÇÃO NOVA DO BMG E DEMAIS EMPRESAS	Procuração/Substabelecimento
19924205	17/07/2018 12:05	2.1 -ATOS CONSTITUTIVOS - BANCO BMG S_A - 22.04.20150001	Atos constitutivos
19924207	17/07/2018 12:05	REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL - Arao Camargos Ramalho - CASO 614066 - DF	Outros Documentos

19924212	17/07/2018 12:05	<u>FATURA I</u>	Outros Documentos
19924218	17/07/2018 12:05	<u>FATURA II</u>	Outros Documentos
19924222	17/07/2018 12:05	<u>TED R\$ 3.476,05</u>	Outros Documentos
19924224	17/07/2018 12:05	<u>TED R\$ 531,33</u>	Outros Documentos
19988468	18/07/2018 10:49	<u>Ata</u>	Ata
19988480	18/07/2018 10:49	<u>4771-63</u>	Ata
20049592	19/07/2018 13:15	<u>Impugnação</u>	Impugnação
20049603	19/07/2018 13:15	<u>IMPUGNAÇÃO - ARÃO CAMARGOS RAMALHO</u>	Impugnação
20471668	27/07/2018 18:42	<u>Petição</u>	Petição
20471691	27/07/2018 18:42	<u>Manif. dilação de prazo - ARAO CAMARGOS RAMALHO - DF</u>	Petição
20488844	30/07/2018 11:18	<u>Certidão</u>	Certidão
20496860	30/07/2018 13:55	<u>Decisão</u>	Decisão
20868826	06/08/2018 18:46	<u>Petição</u>	Petição
20868839	06/08/2018 18:46	<u>BCV - Manif. dilação de prazo - ARAO CAMARGOS RAMALHO - DF</u>	Petição
21023413	09/08/2018 11:16	<u>Certidão</u>	Certidão
21029408	09/08/2018 14:44	<u>Despacho</u>	Despacho
21435902	17/08/2018 16:36	<u>Petição</u>	Petição
21435948	17/08/2018 16:36	<u>Manif. juntada de contrato - ARAO CAMARGOS RAMALHO - SP</u>	Petição
21435963	17/08/2018 16:36	<u>CONTRATO No 6401006 - ARAO</u>	Documento de Comprovação
21476550	20/08/2018 13:04	<u>Certidão</u>	Certidão
21563876	21/08/2018 15:11	<u>Petição</u>	Petição
21564050	21/08/2018 15:11	<u>Petição - Arão Camargos Ramalho</u>	Petição
21686089	23/08/2018 13:23	<u>Certidão</u>	Certidão
21785731	24/08/2018 18:25	<u>Despacho</u>	Despacho
22208615	04/09/2018 10:22	<u>Petição</u>	Petição
22208623	04/09/2018 10:22	<u>Manif. esclarecimentos sobre o contrato de cartão - reserva de margem - Aro Camargos Ramalho - CASO</u>	Petição
22211606	04/09/2018 11:25	<u>Certidão</u>	Certidão
22234421	04/09/2018 15:41	<u>Despacho</u>	Despacho
22804401	18/09/2018 14:09	<u>Sentença</u>	Sentença
23407944	02/10/2018 14:26	<u>Petição</u>	Petição
23408177	02/10/2018 14:26	<u>Recurso Inominado - Improcedência - ARAO ANDDIAP</u>	Recurso Inominado
23469984	03/10/2018 13:47	<u>Certidão</u>	Certidão
23470823	03/10/2018 15:14	<u>Despacho</u>	Despacho
23622406	05/10/2018 17:09	<u>Petição</u>	Petição

23623205	05/10/2018 17:09	<u>extrato arao</u>	Comprovante
23623222	05/10/2018 17:09	<u>comprovante arao</u>	Comprovante
23628554	05/10/2018 17:48	<u>Certidão</u>	Certidão
23632882	08/10/2018 14:17	<u>Despacho</u>	Despacho
23925886	15/10/2018 12:42	<u>Certidão</u>	Certidão
23925922	15/10/2018 12:42	<u>2619-42</u>	Documento de Comprovação
24363380	23/10/2018 18:16	<u>Contrarrazões ao RI</u>	Contrarrazões
24363589	23/10/2018 18:16	(Contrarrazões Recurso Inominado - <u>IMPROCEDENTE CARTÃO com ctt - Arao</u> <u>Camargos Ramalho - DF)</u>	Contrarrazões
24847024	05/11/2018 17:46	<u>Remessa Turma</u>	Certidão
24847633	05/11/2018 17:48	<u>Certidão</u>	Certidão
30643271	05/11/2018 18:02	<u>Certidão</u>	Certidão
30643275	05/11/2018 18:06	<u>Certidão</u>	Certidão
30643280	13/02/2019 15:32	<u>Certidão de julgamento</u>	Certidão
30643284	18/02/2019 14:49	<u>Acórdão</u>	Acórdão
30643299	18/02/2019 14:49	<u>Ementa</u>	Ementa
30643288	18/02/2019 14:49	<u>Relatório</u>	Relatório
30643295	18/02/2019 14:49	<u>Voto do Magistrado</u>	Voto
30643301	19/02/2019 12:06	<u>Ementa</u>	Ementa
30643305	20/03/2019 12:36	<u>Certidão</u>	Certidão
30643311	20/03/2019 14:56	<u>Ofício</u>	Ofício
30643315	21/03/2019 15:21	<u>Certidão</u>	Certidão
30643322	21/03/2019 15:21	<u>211 - 0704771-63.2018.8.07.0006 - RECIBO</u>	Anexo
30643327	21/03/2019 15:33	<u>Certidão</u>	Certidão
30788347	25/03/2019 13:01	<u>Certidão</u>	Certidão
31422136	02/04/2019 15:59	<u>Petição</u>	Petição
31422546	02/04/2019 15:59	<u>execução arao</u>	Petição
31479769	03/04/2019 09:40	<u>Certidão</u>	Certidão
32362231	15/04/2019 15:44	<u>Manifestação</u>	Petição
32362294	15/04/2019 15:44	<u>15 04 2019 PROTOCOLO PG CONDENAÇÃO</u> <u>ARÃO</u>	Petição
32362313	15/04/2019 15:44	<u>ARÃO CALCULO DANOS MATERIAIS</u>	Outros Documentos
32362334	15/04/2019 15:44	<u>ARÃO COMPROVANTE PGTO CONDENAÇÃO</u>	Outros Documentos





**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DO  
JUIZADO ESPECIAL CIVIL E CRIMINAL DE SOBRADINHO- DF.**

**Tramitação Prioritária –idoso**



**ARÃO CAMARGOS RAMALHO**, brasileiro, aposentado por tempo de contribuição nascido em 27/06/1955, portador da cédula de identidade nº M-812.083, inscrito no cadastro de pessoas físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 155.264.616-53, sem endereço eletrônico, residente e domiciliado na Quadra 02, conjunto A12, Casa 01, Sobradinho, Brasília - DF., CEP nº 73015-112, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, por meio de suas advogadas, **CIRENE ESTRELA**, inscrita na OAB/DF 15338 e **DEBORAH RODRIGUES AFFONSO**, inscrita na OAB/DF 15690, **procuração em anexo, propor a presente AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO e NULIDADE CONTRATUAL c/c RESTITUIÇÃO DE VALORES, COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA E INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, em face DO BANCO BMG S.A** com sede na Avenida Alves Cabral ,nº 1.707, Santo A gostinho Belo Horizonte- MG , CEP nº 30.170-915 inscrita no CNPJ nº61.186.680/000174 motivos de fato e de direito a seguir expostos:

**DAS PRELIMINARES**

- Vislumbra ressaltar que o prazo prescricional da ação de repetição de indébito é de 10 anos (art. 205, do Código Civil) e o da ação de indenização por danos morais, 05 anos (art. 27, do CDC). Como o negócio jurídico ainda está produzindo seus efeitos, posto que os descontos estão sendo realizados, até a presente data, verifica-se assim, que a pretensão manejada não foi afetada pela prescrição
- Da competência dos Juizados – O Juizado é competente para julgar a presente ação, porquanto as provas constantes dos autos são hábeis e suficientes para o deslinde da controvérsia, sendo desnecessária, inclusive a produção de prova pericial.
- a demanda deve ser solucionada sob o prisma do sistema jurídico autônomo instituído pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990), uma vez que a relação jurídica estabelecida entre as partes deriva do fornecimento de produtos e serviços.

**DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO**

Em atenção ao artigo 319, VIII, do Código de Processo Civil, a Requerente informa que







NÃO há interesse na realização de audiência de conciliação, tendo em vista que, em diversos outros casos, o Requerido não apresentou proposta de acordo. Assim, caso haja interesse em composição que o Requerido, apresente proposta diretamente nos autos, e/ou por contato direto com os procuradores do Requerente.

## **DO DIREITO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

“Relação de consumo, sendo aplicável o Código de Defesa do Consumidor (CDC). A ré, ora recorrida, é fornecedora de produtos e serviços, enquadrando-se nas disposições do artigo 3º e seus parágrafos do Código de Defesa do Consumidor. Instituição financeira que, ao invés de efetuar um simples empréstimo consignado ao consumidor, celebra com este contrato de cartão de crédito e lança o débito diretamente na fatura de cartão de crédito. Prática comercial adotada que gera inequívoca vantagem para o fornecedor, uma vez que os juros do cartão de crédito são muito superiores aos praticados em empréstimos com desconto mediante consignação em folha de pagamento. Violação a transparência. Intenção clara da financeira em gerar dívida vitalícia em detrimento do consumidor. Instituição financeira que sequer informa datas de contratação, o que indicaria de forma clara a prática.”

Excelência é conclusivo que no caso em comento deve-se aplicar o Código de Defesa do Consumidor, pois, os serviços prestados pelas Instituições Financeiras são reconhecidos como relação de consumo.

Súmula nº. 297 - Superior Tribunal de Justiça "O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras".

Correto que o Código de Defesa do Consumidor é cristalino ao estabelecer a proteção do consumidor:

Art. 14 - O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

Assim, no caso sub judice é de rigor a aplicação das normas e princípios previstos no Código de Defesa do Consumidor, especialmente no que diz respeito à inversão do ônus da prova, prevista no artigo 6º, VIII, da Lei Consumerista.

### **I - DOS FATOS**

Inicialmente, cumpre esclarecer que a parte autora é pessoa invalida e recebe benefício previdenciário (NB1521051469), o qual é depositado na conta aberta





pela Autarquia Previdenciária, sendo seu único meio de sustento.

Valendo-se desta condição e tendo acesso a linhas de crédito mais vantajosa, a parte autora realizou, ou acreditou ter realizado, contrato de empréstimo consignado junto a parte Requerida, sendo informada que o pagamento seria realizado em uma determinada quantidade de parcelas e com descontos mensais realizados diretamente de seu benefício, conforme sistemática de pagamento dos empréstimos consignados.

No momento da contratação do empréstimo, a parte requerente nem desconfiou que estava sendo vítima de uma **FRAUDE**, um verdadeiro **GOLPE** que vem sendo aplicado por diversas empresas do ramo financeiro em servidores públicos e principalmente beneficiários da previdência social em todo o Brasil.

O autor, ao verificar seu extrato de pagamento, constatou que a Ré, sem que houvesse qualquer solicitação de sua parte, implantou um empréstimo de Reserva de Margem para Cartão de Crédito Consignado, passando a partir de **01/08/2015 até a presente data**, debitar mensalmente o valor de **RS150,16**, a título de RMC, os quais se dão de forma ilegal, tendo em vista que tal modalidade de empréstimo nunca foi solicitada ou sequer informada à parte requerente.

O autor entrou em contato com a requerida para esclarecimento do ocorrido e só então foi informado que o empréstimo formalizado não se tratava de um empréstimo consignado "normal", mas sim de um empréstimo consignado pela modalidade cartão de crédito, o qual deu origem a constituição da reserva de margem consignável (RMC) e que desde então a empresa tem realizado a retenção de margem consignável no percentual de 5% sobre o valor de seu benefício.

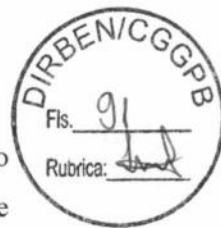
**Ocorre, no entanto, que referidos serviços em momento algum foram solicitados ou contratados, tratando-se verdadeiramente de FRAUDE contratual, UM GOLPE!**

Em nenhum momento houve a intenção de contratação de cartão de crédito consignável, nem mesmo a informação pela ré a respeito da constituição da reserva de margem consignável (RMC), inclusive sobre o percentual a ser averbado.

Em todos os empréstimos realizados anteriormente, a assinatura de contrato se deu com base na confiança e por acreditar que as informações que lhe foram repassadas eram dotadas de veracidade, contudo nunca houve qualquer informação relativa a cartão de crédito consignável.

Assim, mesmo sem a parte autora ter requerido o cartão, a empresa simulou uma contratação de cartão crédito consignado e sequer oportunizou a parte autora a





possibilidade de escolher a porcentagem que seria reservada, gerando a imobilização do crédito do autor, já que o comprometimento da RMC impede ou diminui a margem de outros empréstimos que queira o autor tomar, restringindo-se assim, sobremaneira a liberdade de escolha e de decisão quanto a tomada de empréstimo na modalidade de crédito consignado, cuja decisão, somente compete o autor, e não a instituição financeira, ora réu, que sem qualquer autorização, vinculou o empréstimo a um cartão de crédito. Somente por este motivo, a condenação do réu já se justificaria, ante a evidente má-fé do réu.

Contudo, o que mais lhe causou espanto foi descobrir que os descontos mensalmente efetuados em sua conta não abatem o saldo devedor, uma vez que o desconto do mínimo cobre apenas os juros e encargos mensais do cartão.

Assim, verifica-se que tal modalidade de empréstimo por si só é abusiva, uma vez que gera lucro exorbitante à instituição financeira, deixando o consumidor em situação de extrema desvantagem, constata-se esta que já **fora objeto de AÇÃO CIVIL PÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO**, a qual revela que a questão em análise não se limita apenas a parte requerente, mas a milhares de aposentados e pensionistas do INSS que ao longo dos últimos períodos realizaram alguma forma de empréstimo consignado.

A parte autora nem mesmo utilizou cartão algum, o que afasta por completo qualquer possibilidade de eventual alegação de contratação e cobrança do mesmo.

A descaracterização do contrato acarretará prejuízos incalculáveis a parte autora, visto que o pagamento mínimo não é um parcelamento e sim um financiamento da dívida, que sempre será prorrogado para a próxima fatura, tornando a dívida impagável.

Conforme se denota do extrato acostado (em anexo), tais desconto vêm sendo efetuado mensalmente do benefício do autor referente à RMC há muito tempo, **apesar do autor não fazer uso do cartão de crédito algum**. Destarte, como se vê, d. Julgador (a), não se trata de engano justificável perpetrado pela instituição financeira (o que poderia excluir a sua responsabilidade), **mas de verdadeira conduta ilícita perpetrada com extrema má-fé, com o fito de lesar a boa-fé objetiva que deve existir em todas relações contratuais, pois, o consumidor, sempre acredita que a instituição financeira agirá com transparência e lealdade, inexistente, no caso em tela.**

Foram realizadas tentativas de resolução administrativa junto ao réu, porém





a parte requerente não obteve êxito em seus pedidos.

Diante da resposta negativa do Banco Requerido à Reclamação, a parte autora chegou à conclusão de que teria caído em **GOLPE**, qual seja: de que financeiras vendem um pequeno empréstimo como se consignado fosse, mas que na verdade corresponde simulam o uso de cartão por meio de uma "**SAQUE DE CARTÃO DE CRÉDITO**", pelo que estão cobrando há ANOS apenas juros. Vale ressaltar que a parte autora JAMAIS teve a intenção de contratar cartão de crédito consignado, tendo a ré agido de forma **DESLEAL e FRAUDULENTA**.

Importante salientar que através das recentes alterações realizadas na lei dos empréstimos consignados, foi permitido o aumento da reserva de margem de 5% (cinco por cento) para cartão de crédito. Assim, o aposentado pode consignar 30% (trinta por cento) para empréstimo com desconto em folha de pagamento e mais 5% (cinco por cento) como utilização de cartão na modalidade crédito, com o pagamento das faturas debitadas em seu benefício, limitadas ao percentual.

Diante da alteração referida e visando a possibilidade de potencializar seus lucros, a parte ré, **sem qualquer prévia comunicação com a parte autora**, realizou o aumento e reservou a margem de 5% (cinco por cento) dos descontos.

Habitado a fazer empréstimos consignados, com taxa de juros baixas e com desconto em folha, a autora jamais imaginou estar contraindo uma dívida impagável, sobretudo de ter caído em um **GOLPE** aplicado pelos prepostos da ré.

Evidente que ao perceber os descontos em seu extrato de pagamento a parte consumidora acreditou estar realizando a quitação de um empréstimo consignado, afinal a sistemática do pagamento e do valor disponibilizado a parte requerente ocorreu de forma idêntica aos empréstimos realizados até então.

Como parte fornecedora de serviços, a instituição financeira, a luz do código de defesa do Consumidor, tem o dever de informar da forma mais clara os serviços por ela ofertados, o que não ocorreu no presente caso.

Ora, não é crível que o consumidor tenha consentido em contratar um empréstimo impagável, que tenha consentido que a ré realize descontos de seu benefício sem que os mesmos possam quitar a dívida contraída.

Importante observar que a parte autora é pessoa simples e de pouca instrução, a qual nunca imaginou que estaria caindo em um **GOLPE** aplicado pelos prepostos do réu, pois sempre acreditou nas propostas que lhe foram ofertadas.

Diante da conduta arbitrária do réu, a parte autora está impossibilitada de





contrair empréstimo em qualquer outra instituição, mesmo que em condições melhores, pois sequer foi possível contratar o valor desejado, já que a reserva de margem foi pré-determinada pela instituição financeira.

Tais fatos não são novos! No entanto, somente agora, nestes últimos meses que se tem intensificado o número de ações de igual jaez que estão tramitando perante a JUSTIÇA PARANAENSE. Quanto ao tema, tanto E. TJPR como também a Colenda Turma Recursal do Estado do Paraná, já tiveram a oportunidade de enfrentá-lo, quando manifestaram-se pelas seguintes teses:

- É ilegal o contrato de empréstimo consignado quando não faz referência a Reserva de Margem de Crédito (RMC), bem como ao percentual, gerando o dano moral;
- É ilegal a RMC, quando não há comprovação da disponibilização de valores, bem como a prova da entrega e desbloqueio do Cartão de Crédito, gera dano moral;
- É ilegal o desconto da RMC, quando não provado a contratação. Aplicação da Súmula nº532 do STJ (envio de cartão de crédito não solicitado) dá azo a condenação ao dano moral;
- É ilegal a imobilização do crédito do (a) autor (a) em razão da RMC por cartão de crédito não solicitado;
- É ilegal a falha na prestação de serviço pela ausência de informação que leva o consumidor a crer estar contratando modalidade de empréstimo diversa da ofertada, gerando dano moral;
- É ilegal a modalidade de empréstimo que gera ônus excessivo ao consumidor, colocando-o em situação de extrema desvantagem perante a instituição financeira, ensejando a aplicação de dano moral.

Com efeito, ressaí-se que, incidindo a conduta do (a) réu (ré) em algumas das situações *supra*, pratica ele (a) ato ilícito, passível de indenização. E, note bem, d (a). Julgador (a), in casu, é justamente o que se tem, como a seguir passaremos a expor.

## II – DO DIREITO

### II.1 – DA NÃO CONTRATAÇÃO – AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO – FRAUDE - VIOLAÇÃO DO CDC E INSTRUÇÃO NORMATIVA DO INSS 28/2008 – ART. 3º INC. III E ART. 15 § 1º – DESCUMPRIMENTO – PRÁTICA ILEGAL – DANO MATERIAL EVIDENCIADO – DANO MORAL "IN RE IPSA"

A Requerida incidiu em falha na prestação dos serviços, do que decorreram danos à esfera moral e patrimonial da parte requerente. Preenchidos, portanto, os pressupostos da responsabilidade civil, conforme dicção do art. 186 e 927, do Código







Civil, e art. 5º, X, da Constituição Federal.

Importa destacar, de início, que a disponibilização de serviço não contratado, tal qual ocorrido no caso em tela, configura manifesto ato ilícito, consoante art. 39, III, do CDC. Ora, não poderia a requerida, à revelia do requerente, disponibilizar os serviços de crédito sem o real consentimento do consumidor.

Pois bem, como narrado, a causa versa sobre a RMC (reserva de margem de crédito), **vinculada ao cartão de crédito não solicitado, o que contraria frontalmente o CDC e o inc. III do art. 3º da Instrução Normativa do INSS 28/2008, alterada pela Instrução Normativa 39/2009**, que assim aduz, veja:

“Art. 3º Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão por morte, pagos pela Previdência Social, poderão autorizar o desconto no respectivo benefício dos valores referentes ao pagamento de empréstimo pessoal e cartão de crédito concedidos por instituições financeiras, desde que: (Alterado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS/PRESS Nº 39, DE 18 DE JUNHO DE 2009).

**III - a autorização seja dada de forma expressa, por escrito ou por meio eletrônico e em caráter irrevogável e irretratável**, não sendo aceita autorização dada por telefone e nem a gravação de voz reconhecida como meio de prova de ocorrência. (Alterado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS/PRESS Nº 39, DE 18 DE JUNHO DE 2009)” (grifamos)

A parte autora, Excelência, nunca formalizou e nem pretendeu formalizar nenhum contrato de RMC com o banco requerido, tanto é que sequer houve a utilização de qualquer cartão pela parte autora, demonstrando que a ré aplicou um **GOLPE** na parte autora..

Ora, além da ausência de **autorização expressa em caráter irretratável e irrevogável do consumidor**, que por si só, contraria disposição legal cogente (inc. III do art. 3º da Instrução Normativa do INSS 28/2008, alterada pela Instrução Normativa 39/2009), **a parte autora também nunca fora cientificada de que qualquer empréstimo realizado com a ré se dava na modalidade de cartão de crédito, implicando também na violação do inc. III e IV do art. 6º do CDC**.

Gize-se, a mesma foi induzida a erro, crente de que contratava um serviço, quando, em verdade, outro lhe foi vendido, guinada, a parte ré, pela mais firme má-fé contratual. **Não houve consentimento do autor por nítida omissão de informações!!!**





Estabelece o Código de Direito do Consumidor, no art. 6º, os direitos básicos do consumidor, como, por exemplo, a informação sobre o produto contratado:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:  
(...)

III - a **informação adequada e clara** sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

IV - **a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais**, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços” (grifamos)  
(grifou-se)

Já o inciso III, do art. 39, do CDC, proíbe o envio de produtos sem prévia solicitação.

Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:

III - enviar ou entregar ao consumidor, **sem solicitação prévia**, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço;  
(grifou-se)

O STJ, por meio da súmula 532, já consolidou o entendimento de que o envio de cartão sem prévia solicitação é ato ilícito passível de indenização.

STJ - Súmula 532:

"Constitui prática comercial abusiva o envio de cartão de crédito sem prévia e expressa solicitação do consumidor, configurando-se ato ilícito indenizável e sujeito à aplicação de multa administrativa."

Em consonância a súmula, a Turma Recursal do Paraná, editou os enunciados 1.8 e 2.10, que assim versam:

**“Enunciado N.º 1.8– Cobrança de serviço não solicitado – dano moral - devolução em dobro:** A disponibilização e cobrança por serviços não solicitados pelo usuário caracteriza prática abusiva, comportando indenização por dano moral e, se tiver havido pagamento, restituição em dobro, invertendo-se o ônus da prova, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC, visto que não se pode impor ao consumidor a prova de fato negativo.”

**“Enunciado N.º 2.10 – Envio de cartão de crédito sem solicitação – inscrição - reparação dos danos:** A inscrição de dívida oriunda de encargos de cartão de crédito não solicitado pelo consumidor constituiu prática abusiva vedada pelo art. 39, III, do CDC e enseja reparação por danos (morais e materiais).”

Ausente a informação clara ao consumidor quanto ao comprometimento da margem consignável, deve-se reputar que a RMC constituída padece de ilegalidade e de





inexistência de contratação.

As informações prestadas a parte autora foram viciadas, uma vez que na prática a empresa realizou operação completamente diversa da ofertada.

Ora, se a parte Autora nada contratou com a requerida, nenhum débito ou reserva com este há que lhe atribuir.

Por esse motivo, reservou o que não lhe é devido, pelo que deve ser declarada a inexistência de qualquer reserva em desfavor da parte autora em relação ao banco requerido, o que se requer se dê por sentença.

Ademais, Excelência, não bastasse a frontal contrariedade, *supra* narrada, **a prática ainda vai contra o §1º do art. 15 da mesma Instrução Normativa**, que assim prevê:

Art. 15. Os titulares dos benefícios previdenciários de aposentadoria e pensão por morte, pagos pela Previdência Social, poderão constituir RMC para utilização de cartão de crédito, de acordo com os seguintes critérios, observado no que couber o disposto no art. 58 desta Instrução Normativa: I - a constituição de RMC somente poderá ocorrer após a solicitação formal firmada pelo titular do benefício, por escrito ou por meio eletrônico, **sendo vedada à instituição financeira: emitir cartão de crédito adicional ou derivado; e cobrar taxa de manutenção ou anuidade;** (grifamos)

A propósito, brilhantes os acórdãos proferidos pela Ilustríssima Senhora Doutora Juíza MANUELA TALLÃO BENKE do E. TJPR, **proferidos recentemente sobre idêntica matéria**, que bem entendeu **pela ilegalidade da prática** e fixou os danos morais em R\$ 7.000,00, veja:

(RECURSO INOMINADO: 0011806-17.2015.8.16.0024  
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA REGIÃO  
METROPOLITANA DE CURITIBA ? FORO REGIONAL DE  
ALMIRANTE TAMANDARÉ RECORRENTE: INDIANARA  
LAMEK DA SILVA RECORRIDO: AGIPLAN FINANCEIRA  
S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO)  
"Relatório em sessão. II. Passo ao voto. Presentes os  
pressupostos de admissibilidade, o recurso deve ser conhecido.  
**Na petição inicial, a reclamante pede o cancelamento de  
cartão de crédito e de reserva de margem consignável, bem  
como indenização por danos morais.** Diz nunca ter firmado  
contrato com o reclamado e que, ao fazer um empréstimo,  
tomou conhecimento da reserva de margem consignável sobre  
seu benefício. Na contestação, o reclamado diz que a reclamante  
firmou contrato que autoriza a reserva da margem consignável.  
**Então na impugnação à contestação, a reclamante afirma  
que celebrou contrato de empréstimo consignado junto à ré,  
reconhecendo ter assinado o contrato de mov. 14 mas que  
jamaís foi sua intenção contratar cartão de crédito. Diz que  
o contrato é de adesão, estando incluída de maneira**





camuflada e pouco clara que a contratação de empréstimo implicaria a contratação de cartão de crédito. Pois bem. Bem analisando o contrato de mov. 14.4, afere-se realmente a existência de contratação de cartão de crédito consignado: Todavia, o contrato nada dispõe a respeito da constituição da reserva de margem consignável (RMC) ? inclusive sobre o percentual da reserva a ser averbado. Sendo assim, deve-se reconhecer que de fato ficou obscura a contratação no contrato a respeito da RMC. Ainda que ela seja decorrente da contratação de crédito consignado, a consumidora ficou sem compreender qual seria o limite de comprometimento de sua margem consignável ? que, no caso, segundo a reclamante, foi de 5%. Ausente a informação clara ao consumidor quanto ao comprometimento da margem consignável, deve-se reputar que a RMC constituída padece de ilegalidade. Frisa-se que isso em nada afeta o empréstimo pessoal contratado pela reclamante no mesmo instrumento contratual ? em que esta assumiu 12 parcelas de R\$ 181,07, as quais inclusive estão sendo regularmente descontadas em sua conta corrente (como convencionado no contrato) ? mov. 29.2: Sendo assim, pelo exposto, cabe acolher o pedido de cancelamento do cartão de crédito (este pode ser feito a qualquer momento pelo consumidor) e da margem consignável. A reserva de margem consignável sem autorização contratual constitui ato ilícito gerador de dano moral, prejudicando o consumidor ao acesso de outros créditos no mercado capazes de lhe proporcionar melhores condições de subsistência. Portanto, também comporta acolhimento o pedido de indenização por danos morais. Quanto ao valor, entende-se que R\$ 7.000,00 (sete mil reais) se prestam a compensar o ilícito e punir o transgressor. Verificando-se que o reclamante tinha razão, afasta-se a pena de litigância de má-fé definida em sentença. Diante do exposto, o voto é pelo provimento do recurso, para o fim de: a) determinar ao reclamado que promova o cancelamento do cartão de crédito consignável em cinco dias úteis; b) determinar o cancelamento da reserva de margem consignável relativo ao contrato em discussão, mediante a expedição de ofício ao INSS; c) condenar o reclamado ao pagamento de indenização por danos morais ao reclamante, de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), corrigidos monetariamente pela média do INPC e do IGPD-I desde este julgamento e com juros de mora de 1% ao mês desde a citação. III. Dispositivo Ante o exposto, esta Turma Recursal resolve, por unanimidade de votos, CONHECER E DAR PROVIMENTO ao recurso. Sem condenação em verbas de sucumbência, diante do resultado do julgamento. O julgamento foi presidido pelo Senhor Juiz Marco Vinicius Schiebel (sem voto), e dele participaram os Senhores Juízes Manuela Tallão Benke, Camila Henning Salmoria e Marcelo de Resende Castanho. Curitiba, 12 de maio de 2016. MANUELA TALLÃO BENKE Juíza Relatora.” (grifamos)



EM BRANCO





“(RECURSO INOMINADO Nº 0000215-37.2016.8.16.0052 JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE BARRAÇÃO RECORRENTE: BANCO BMG S.A RECORRIDO: ARÍLSON FORTES RELATORA: MANUELA TALLÃO BENKE). AUSÊNCIA DA ENTREGA DO CARTÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE VALORES. II. Passo ao voto. Presentes os pressupostos de admissibilidade, o recurso deve ser conhecido. Da análise dos autos, verifica-se que a controvérsia cinge acerca da contratação e recebimento de cartão de crédito consignado. Pois bem. Restou comprovado nos autos, a contratação do cartão de crédito consignado através do contrato devidamente assinado pelo reclamante (mov. 29.2), o qual não foi impugnado pelo autor, razão pela qual, afasta-se qualquer hipótese de realização de fraude por terceiros. Ainda, restou comprovado o bloqueio da reserva de margem consignável e os descontos no benefício da parte reclamante, contudo, não restou comprovado pelo réu a disponibilização dos valores e a entrega de tal cartão ao autor. **O desconto de valores junto a benefício previdenciário sem anuência da parte reclamante causa dano moral, eis que suprime do beneficiário o direito de usufruir totalmente de sua verba alimentar.** Precedente de casos análogos: ‘AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS E MATERIAIS COM PEDIDO LIMINAR? CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO NÃO CONTRATADO PELO AUTOR? RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL? DESCONTOS EFETUADOS A TÍTULO DE EMPRÉSTIMO SOBRE A RMC? AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DO EMPRÉSTIMO? REPETIÇÃO EM DOBRO DOS DESCONTOS INDEVIDOS? DEVER DE INFORMAÇÃO NÃO OBSERVADO? DANOS MORAIS DEVIDOS. QUANTUM FIXADO EM R\$ 5.000,00? APLICAÇÃO DO ENUNCIADO 12.13B? DA TRU/PR? SENTENÇA MANTIDA.’ (TJPR - 2ª Turma Recursal - 0011688-41.2015.8.16.0024/0 - Almirante Tamandaré - Rel.: Marco Vinícius Schiebel - - J. 12.05.2016) ‘**RECURSO INOMINADO. INDENIZATÓRIA. RMC. RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL INDEVIDA REALIZADA NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DA AUTORA. ENVIO DE CARTÃO DE CREDITO SEM SOLICITAÇÃO. PRÁTICA ABUSIVA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 532 DO STJ POR ANALOGIA. DESCONTO INDEVIDO. AUSÊNCIA DE JUNTADA DE CONTRATO. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.** VENDA DA CARTEIRA DE CARTÃO DE CRÉDITO AO BANCO PAN. LEGITIMIDADE PASSIVA DA PARTE DO RÉU. SENTENÇA QUE JUGOU EXTINTO O PROCESSO SOB A ALEGAÇÃO DE PRESCRIÇÃO DO ARTIGO 206, PARÁGRAFO 3º, INCISO V, DO CÓDIGO CIVIL. INAPLICABILIDADE.



EM BRANCO



RELAÇÃO DE CONSUMO. APLICABILIDADE DO ARTIGO 27 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. CONTAGEM DO PRAZO A PARTIR DO CONHECIMENTO DO DANO E DE SUA AUTORIA. PRESCRIÇÃO AFASTADA. DECRETADA A FALÊNCIA DO BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A JULGANDO ASSIM EXTINTO O PROCESSO EM FACE DO MESMO, ANTE CONTIDO NO ARTIGO 8º DA LEI Nº 9.099/95. DANOS MORAIS E MATERIAIS CONFIGURADOS. DEVER DE INDENIZAR. RESTITUIÇÃO DEVIDA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO DO RÉU CONHECIDO E DESPROVIDO. RECURSO DA AUTORA CONHECIDO E PROVIDO.” (TJPR - 2ª Turma Recursal - 0012682-66.2015.8.16.0025/0 - Araucária - Rel.: James Hamilton de Oliveira Macedo - Rel. Desig. p/ o Acórdão: Manuela Tallão Benke - - J. 12.05.2016). O valor arbitrado a título de danos morais (R\$ 10.000,00) comporta redução para R\$ 7.000,00 (sete mil reais), para se adequar ao caso concreto e aos valores que tem sido arbitrado por este Colegiado em casos análogos. Com relação à repetição de indébito dos valores indevidamente cobrados, esta deve se operar na forma dobrada, eis que tem aplicação o art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, pelo qual incide a devolução simples caso presente o engano justificável, o que não é o caso dos autos. Concernente a restituição do crédito recebido, resta prejudicada tal análise, vez que não restou comprovado nos autos, tal repasse ao reclamante. Quanto à imposição da multa por obrigação de fazer, não há irregularidade, tendo ela sido fundamentada no art. 537 do Código de Processo Civil/2015. **O valor arbitrado (R\$ 10.000,00) não é excessivo, considerando-se que o reclamado é um banco e que a multa tem de ser expressiva para criar o efeito coercitivo da sanção aplicada.** III. Dispositivo: Ante o exposto, esta Turma Recursal resolve, por unanimidade de votos, CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso, nos exatos termos do voto. Restando parcialmente vencido o recorrente, condeno-o ao pagamento dos honorários advocatícios, os quais fixo em 15% do valor da condenação, nos termos do artigo 55 da Lei nº 9.099/95. Custas nos moldes da Lei Estadual nº 18.413/14. O julgamento foi presidido pelo Senhor Juiz Marco Vinicius Schiebel (sem voto), e dele participaram os Senhores Juízes Camila Henning Salmoria e Marcelo de Resende Castanho. **Curitiba, 11 de agosto de 2016.** MANUELA TALLÃO BENKE Juíza Relatora.” (grifamos)

Ora, a parte ré guinou seu caminho pautada em uma série de ilegalidades e arbitrariedades, o que não poderá passar despercebido por este douto Juízo, vez que, conforme demonstrado nos acórdãos recentemente proferidos a prática é abusiva e por demais onerosa ao consumidor, **de forma que vem sendo aplicada reiteradamente em todo o país, especialmente contra pessoas idosas.**



Aliás, firmando a ilegalidade da prática, reiteradamente tem decidido o E.

TJPR, veja:



**"TJ-PR - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO Recursos Recurso Inominado RI 000683420201481600300 PR 0006834-20.2014.8.16.0030/0 (Acórdão) (TJ-PR) Data de publicação: 18/12/2015 Ementa: RECURSO INOMINADO. RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL (?RMC?) PARA UTILIZAÇÃO DE CARTÃO DE CRÉDITO. DESCONTO EM BENEFÍCIO DO INSS. CARTÃO NÃO UTILIZADO. DESCONTO INDEVIDO. DESCONTOS QUE EXTRAPOLAM INCLUSIVE O PRAZO DA ?RMC?. REPETIÇÃO DO INDÉBITO EM DOBRO DOS VALORES COBRADOS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EVIDENCIADA. SUPRESSÃO DO DIREITO DE LIVRE UTILIZAÇÃO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO EM SUA INTEGRALIDADE. DANO MORAL CONFIGURADO. RECURSO PROVIDO. , esta Turma Recursal resolve, por unanimidade de votos, CONHECER E DAR PROVIMENTO ao recurso, nos exatos termos do vot (TJPR - 2ª Turma Recursal - 0006834-20.2014.8.16.0030/0 - Foz do Iguaçu - Rel.: Manuela Tallão Benke - - J. 11.12.2015)" (grifamos)**

**"TJ-PR - PR HYPERLINK "http://tj-pr.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/233467771/processo-civel-e-do-trabalho-recursos-recurso-inominado-ri-2777518201481600210-pr-0027775-1820148160021-0-acordao"OCESO CÍVEL E DO TRABALHO Recursos Recurso Inominado RI 002777518201481600210 PR 0027775-18.2014.8.16.0021/0 (Acórdão) (TJ-PR) Data de publicação: 16/09/2015 Ementa: EMENTA: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COMBINADA COM INEXISTÊNCIA DE DÉBITO ? CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO NÃO CONTRATADO PELO AUTOR ? RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL ? DESCONTOS EFETUADOS A TÍTULO DE ?EMPRÉSTIMO SOBRE ARMC? ? AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DO EMPRÉSTIMO ? REPETIÇÃO EM DOBRO DOS DESCONTOS INDEVIDOS ? DEVER DE INFORMAÇÃO NÃO OBSERVADO ? DANOS MORAIS ? DEVIDOS ? QUANTUM FIXADO EM RS 5.000,00 ? SENTENÇA REFORMADA. Recurso conhecido e provido. , resolve esta Turma Recursal, por unanimidade de votos, conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe provimento, nos exatos termos do vot (TJPR - 2ª Turma Recursal - 0027775-18.2014.8.16.0021/0 - Cascavel - Rel.: Marco Vinícius Schiebel - - J. 14.09.2015)" (grifamos)**



EM BRANCO





Desta feita, assim como tem entendido a Colenda Turma Recursal do Paraná, deverá o cartão de crédito da parte autora ser cancelado, **bem como lhe ser restituído tudo o que fora indevidamente pago/descontado em seu benefício, de forma dobrada e ser fixado dano moral**, tal qual entende pacificamente o E. TJPR.

• **- DA IMOBILIZAÇÃO DO CRÉDITO DO AUTOR PELA RESERVA DE MARGEM DE CRÉDITO EM RAZÃO DE EMPRÉSTIMO VINCULADO A CARTÃO DE CRÉDITO**

É **ilegal a imobilização do crédito do autor** em razão da RMC (reserva margem de crédito) por empréstimo consignado vinculado a cartão de crédito, mesmo na hipótese em que o banco junta o contrato, pois, como alhures exposto, o (a) autor (a) jamais fora cientificado realizou a contratação de um empréstimo vinculado ao cartão de crédito, que como se sabe, somente traz vantagens ao banco em razão dos juros serem maiores. E, se não fora cientificado ou informado acerca desta modalidade de crédito consignado, por motivos óbvios que o autor, consumidor, não é obrigado a se resignar com o contrato firmado, mormente, tratando-se muitas vezes de venda casada, que como que se sabe, é uma prática bastante usual de que tem se valido as instituições financeiras no intuito de aumentar ainda mais os seus lucros. Sorte dos consumidores que a JUSTIÇA está atenta a estes tipos de abusividades (venda casada), *in verbis*:

“SEGUNDA TURMA RECURSAL Recurso Inominado nº 0008250-07.2015.8.16.0024 Origem: Juizado Especial Cível de Almirante Tamandaré Recorrente: Banco BMG S/A Recorrido: Maria José dos Santos Proença Relator: Juiz Marcelo de Resende Castanho RECURSO INOMINADO. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL. VENDA CASADA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE ENVIO E DA INADIMPLÊNCIA. ÔNUS DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. SENTENÇA EXTRA PETITA. INOCORRÊNCIA. INOVAÇÃO RECURSAL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. Recurso desprovido. I ? Relatório Trata-se de demanda indenizatória de danos materiais e morais. Alega a autora que contratou empréstimo consignado, mas teve utilizado o limite de margem consignável para pagamento de cartão de crédito, do qual não solicitou e não recebeu. Sobreveio sentença de parcial procedência da demanda, declarando o cancelamento do cartão e condenando ao pagamento de danos morais. Irresignado, o réu interpôs recurso com o fim de reforma da sentença, alegando que a contratação se deu de forma regular, existindo saldo em aberto que justifica a cobrança. Sustenta também que a sentença foi extra petita, julgando além dos



EMBRANCO



pedidos da inicial. É o relatório. II ? Fundamentação Satisfeitos os pressupostos processuais viabilizadores da admissibilidade do recurso, tanto os objetivos quanto os subjetivos, deve ser ele conhecido. Sem razão, contudo. Percebe-se que as alegações recursais tratam-se em verdade de inovações, vez que na contestação e demais oportunidades ofertadas para manifestação o recorrente não aduziu nenhuma das teses que pretende ser analisadas em recurso. Em primeiro grau tratou a causa como se fosse fraude, alegando que a assinatura aposta em contrato é mesmo da recorrida. Entretanto, não é essa a discussão instaurada nos autos, pois a recorrida se insurge quanto ao cartão de crédito não recebido e, portanto, não utilizado, mas mesmo assim cobrado. **Da análise dos autos percebe-se que a sentença deve ser mantida por seus próprios fundamentos, pois a solicitação de cartão estava adstrita ao contrato de empréstimo, tratando-se pois de venda casada.** Ademais, não houve qualquer comprovação acerca do envio, utilização e inadimplência por parte da recorrida, ônus que cabia ao recorrente demonstrar. Por fim, não há que se falar em sentença extra petita, vez que há pedido expresso na inicial. Deste modo, correta a sentença singular, sendo seu fundamento harmônico com o entendimento desta turma julgadora, inclusive no tocante ao montante da indenização, motivo pelo qual mantenho-a por seus próprios fundamentos, com base no art. 46 da Lei 9099/95. Este é o voto que proponho. III - Dispositivo Diante do exposto, resolve esta Turma Recursal, conhecer e negar provimento ao recurso interposto, conforme fundamentação supra. Condene o recorrente ao pagamento de honorários advocatícios de 20% sobre o valor da condenação, conforme art. 55 da LJE. Custas devidas conforme art. 4º da Lei 18.413/2014 e art. 18 da IN 01/2015 do CSJE. O julgamento foi presidido pelo Juiz Dr. Marco Vinícius Schiebel, com voto, e dele participou a juíza Dra. Manuela Tallão Benke. Intimações e diligências necessárias. Curitiba, 12 de novembro de 2015. Marcelo de Resende Castanho Juiz Relator.” (grifei)

“APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO. CONTRATOS DE CARTÃO DE CRÉDITO. AÇÃO DECLARATORIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM DANOS MORAIS. VENDA CASADA. COBRANÇA DE ANUIDADE. BLOQUEIO DE CARTÃO DE CRÉDITO. VENDA CASADA. **A venda casada é prática abusiva vedada nas relações de consumo, conforme o inciso I do artigo 39 do Código de Defesa do Consumidor (CDC), cabível, portanto a devolução dos valores indevidamente cobrados.** Não há prova suficiente nos autos para afastar a verossimilhança das alegações da autora. Venda casada configurada. DANO MORAL CONFIGURADO. O conteúdo probatório trazido pela parte autora, somado ao fato de que a parte ré não se desincumbiu de comprovar justo motivo para bloqueio dos três cartões da autora



EM BRANCO



e nem provou a solicitação e utilização do cartão visa internacional platinum para justificar a cobrança de anuidade enseja a indenização por danos morais. O bloqueio de três cartões da parte autora transcende o patamar de mero dissabor e aborrecimento. VALOR DA CONDENAÇÃO. O quantum indenizatório deve ser fixado de acordo com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, guardando proporção com a ofensa praticada, sem representar qualquer enriquecimento indevido. Valor fixado de acordo com os parâmetros adotados por esta Câmara em casos semelhantes. JUROS DE MORA. Incidência a partir do evento danoso. Súmula 54 do STJ. Todavia, a fim de evitar a reformatio in pejus, fica mantida a sentença no ponto. APELAÇÃO CÍVEL DESPROVIDA RECURSO ADESIVO... DESPROVIDO.” (Apelação Cível Nº 70065586042, Vigésima Quarta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Altair de Lemos Junior, Julgado em 26/08/2015). (TJ-RS - AC: 70065586042 RS, Relator: Altair de Lemos Junior, Data de Julgamento: 26/08/2015, Vigésima Quarta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 28/08/2015) (grifei)

Mas, o que salta os olhos mesmo está no fato de que, a instituição financeira, abusando da boa-fé objetiva do autor - o consumidor sempre acredita que o contratado está agindo nos limites da lei, máxime, por ser uma instituição financeira de grande porte- vinculara o empréstimo consignado ao cartão de crédito que, repito, jamais fora solicitado pelo autor, e tampouco lhe fora cientificado de que o cartão lhe comprometeria pelo menos 5% da margem de crédito consignável. E a consequência disso é nefasta, já que o cliente busca o representante do banco com a finalidade de obtenção de empréstimo consignado e a instituição financeira, nitidamente, ludibriando o consumidor, realiza outra operação: a contratação de cartão de crédito com RMC. Somente este fato, já é o suficiente para fundamentar o direito a indenização aos danos morais e materiais.

Aliás, em razão da indevida reserva de margem realizada pelo réu, a parte autora está impossibilitada de contrair empréstimo em qualquer outra instituição.

Nem mesmo foi possível contratar o valor desejado, já que a reserva de margem foi pré-determinada pela instituição financeira, prejudicando o consumidor ao acesso de outros créditos no mercado capazes de lhe proporcionar melhores condições de subsistência.

Concluindo, sob qualquer viés o autor é lesado: . em razão da ausência de informações quanto a modalidade de crédito; b. pela imobilização da margem de crédito sem ciência e autorização; c. pelo fato de que o empréstimo pago via







cartão de crédito ser mais oneroso em razão da taxas de juros serem bem maior do que o empréstimo feito de forma convencional; Por este motivos, a responsabilização civil da instituição financeira pelos danos causados ao autor torna-se medida de rigor!

Por este motivos, a responsabilização civil da instituição financeira pelos danos causados o autor torna-se medida de rigor!

**II.III – DO EMPRÉSTIMO CONSIGNADO POR CARTÃO DE CRÉDITO – MODALIDADE DE EMPRÉSTIMO ABUSIVA POR SI SÓ – OPERAÇÃO FINANCEIRA QUE TRAZ VANTAGEM EXCESSIVA A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**

Ainda que não contratado o cartão de crédito consignável, vale tecer algumas considerações à respeito de tal modalidade de empréstimo, a qual por si só é abusiva, tendo em vista que impõe ao consumidor ônus excessivo, pois o desconto do mínimo não abate qualquer valor da dívida, mas tão somente os encargos do cartão.

Assim, ainda que a Requerida tivesse informado o consumidor de forma clara os termos do empréstimo de cartão de crédito consignado (o que não aconteceu), tal prática se configuraria abusiva pela manifesta vantagem excessiva, nos termos do CDC, in verbis:

Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:

(...)

V - exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva;

Embora tal prática seja recente por algumas empresas do ramo financeiro, alguns tribunais já tem verificado a abusividade existente em tal modalidade de empréstimo.

RESPONSABILIDADE CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. SIMULAÇÃO. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. VÍCIO. ABUSIVIDADE. DANOS MORAIS. IN RE IPSA. PROVIMENTO. I - **Afigura-se ilegal conduta de instituição financeira que, via consignação em folha, procede a descontos variáveis e por prazo indefinido nos vencimentos de consumidor**, que acreditou ter apenas contratado empréstimo para pagamento por prazo determinado e em parcelas fixas, e não cartão de crédito consignado com prazo indeterminado; II - o dano moral não exige prova, a lesão é ipsa re, bastando, tão-somente, a demonstração do ilícito, detentor de potencialidade lesiva; III - [...] **a oferta de reserva de margem consignável**



EM BRANCO



(RMC), na prática configura-se um empréstimo impagável. Nesta modalidade de empréstimo, disponibiliza-se ao consumidor um cartão de crédito de fácil acesso, ficando reservado certo percentual, dentro do qual poderão ser realizados contratos de empréstimos. 5. **O consumidor firma o negócio jurídico acreditando tratar-se de um contrato de empréstimo consignado, com pagamento em parcelas fixas e por tempo determinado, no entanto, efetuou a contratação de um cartão de crédito, de onde foi realizado um saque imediato e cobrado sobre o valor sacado, juros e encargos bem acima dos praticados na modalidade de empréstimo consignado, gerando assim, descontos por prazo indeterminado.** 6. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas, exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva, como no caso dos autos, com o desconto do valor mínimo diretamente nos vencimentos ou proventos do consumidor, correspondente apenas aos juros e encargos de refinanciamento do valor total da dívida, o que gera lucro exorbitante à instituição financeira e torna a dívida impagável. [...] declarou resolvido o contrato celebrado, em face do seu adimplemento integral, condenando ainda a instituição financeira a restituir ao autor o valor de R\$ 2.242,11, referentes às parcelas descontadas a mais, com atualização monetária e juros de mora. [...] (Recurso 0010075-49.2013.811.0006, Turma Recursal Cível e Criminal de Caxias, Rel. Juiz Paulo Afonso Vieira Gomes, j. 16.10.2014); IV - o dever de lealdade imposto aos contraentes deve ser especialmente observado nos contratos de adesão, em que não há margem à discussão das cláusulas impostas aos consumidores aderentes, obrigando o fornecedor a um destacado dever de probidade e boa-fé; V - apelação provida. (TJ-MA - APL: 0436332014 MA 0027424-10.2013.8.10.0001, Relator: CLEONES CARVALHO CUNHA, Data de Julgamento: 14/05/2015, TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/05/2015)

Importante notar que o público alvo da requerida, em geral, é formado por pessoas idosas, com baixo poder aquisitivo e pouca margem para negociação.

Tal prática, inclusive, já foi e é alvo de reclamações no judiciário, tanto é que **fora objeto de AÇÃO CIVIL PÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO (nº10064-91.2015.8.10.0001)**, justamente em razão da sua abusividade onerosa em detrimentos dos aposentados e pensionistas, nesta mesma matéria, o defensor público Jean Carlos Nunes Pereira, um dos responsáveis pela referida ação, de forma sucinta explica como a prática ocorre, veja:

“O cliente busca o representante do banco com a finalidade de obtenção de empréstimo consignado e a instituição financeira, nitidamente, **ludibriando o consumidor, realiza outra**



**operação**: a contratação de cartão de crédito com RMC. Na sua folha de pagamento será descontado apenas o correspondente a 6% do valor obtido por empréstimo e o restante desse valor e mais os acréscimos é enviado para pagamento sob a forma de fatura que chega mensalmente à casa do consumidor. Se este pagar integralmente o valor da fatura, que é o próprio valor do empréstimo, estará quitada a dívida; **se, entretanto, como ocorre em quase todos os casos, o pagamento se restringir ao desconto consignado no contracheque (6% apenas do total devido), sobre a diferença não paga, isto é, 94% do valor devido, incidirão juros que são duas vezes mais caros que no empréstimo consignado normal.** Jean Carlos esclarece que, na prática, todos os meses em que a fatura não é paga em sua integralidade ocorre novo empréstimo e incidem juros sobre juros.” (grifei)

Embora os fatos narrados acima sejam relacionados aos servidores do Estado do Maranhão, a prática realizada com os beneficiários do INSS se dá de forma idêntica aos fatos narrados pelo defensor público Jean Carlos Nunes Pereira, nos autos da ação civil pública supra mencionada.

Tal modalidade de empréstimo **não era a querida pela parte autora, sequer conhecida**, e, em verdade, somente é benéfica ao (a) réu (ré),

Aliás, se a empresa já debita o limite estabelecido em lei a título de RMC (5%), qualquer valor que seja exigido a título de RMC do consumidor além desta porcentagem irá ultrapassar o limite legal.

Neste sentido, nesta modalidade de empréstimo, além de debitar o limite legal (5%), a empresa exige do consumidor o pagamento da fatura, o qual também se faz a título de RMC, verificando-se, inclusive, que conduta praticada pela ré é ilegal.

Aliás, evidente que a intenção do legislador ao limitar a porcentagem consignável do salário das pessoas que percebem benefício previdenciário foi de assegurar o mínimo necessário à sobrevivência própria e de sua família, bem como ofertar a possibilidade de conseguir empréstimos com linha de crédito mais favoráveis ao consumidor.

Ao separar as duas modalidades (consignado e cartão de crédito consignado), o legislador deixa claro que as intenções seriam diversas. Se o beneficiário optar por empréstimo consignado, ele poderá adquirir um **empréstimo consignado** vinculados em sua folha de pagamento, com juros baixos, e, em caso de aquisição de produtos, poderá adquirir um **cartão de crédito consignado**, que será vinculado ao seu benefício, de forma que não inadimplirá, e assim, não gerará um prejuízo excessivo.

Como se observa, as operações são distintas, mas conexas no sentido de



EM BRANCO





serem mais vantajosas para os consumidores que os demais cartões ou empréstimos convencionais.

É evidente que houve um desvio de finalidade, de forma que não foi respeitado os princípios da boa-fé objetiva e da transparência, a instituição financeira vende um produto em que a parte ré está habituada a pactuar, e se aproveitando da confiança da parte autora, entregou produto diverso, somente visando a vantagem, o lucro.

A forma de cobrança do produto é ainda mais inadmissível. Depois de desviar a função social do contrato, fazendo com que o consumidor acredite estar adquirindo um empréstimo consignado com número determinado de parcelas, a ré cobra o valor total da dívida em um único mês, para que assim, debite o mínimo do cartão em sua folha de pagamento nos meses subsequentes e, pela falta de informação, o beneficiário nunca quitará a presente dívida, acreditando estar pagando a parcela do empréstimo.

É claro o objetivo da instituição financeira em deixar que o autor acredite se tratar de um empréstimo consignado, pois dessa forma não terá um limite de parcelas para debitar, e poderá receber 5% do salário de benefício do autor até a sua morte.

Em parâmetros delineados na instrução normativa, o autor poderá pagar até 5% de seu salário de benefício a título RMC para **amortização** do saldo devedor.

O conceito de amortização é o **processo de extinção de uma dívida através de pagamentos periódicos**, que são realizados em função de um planejamento, **de modo que cada prestação corresponde a soma do reembolso do capital ou dos juros do saldo devedor** (juros sempre são calculados sobre o saldo devedor), podendo ainda ser o reembolso de ambos.

Pagamento mínimo de cartão do cartão de crédito não é, em hipótese nenhuma, amortização de dívida. Pelo contrário, a dívida do consumidor só tende a aumentar.

Logo, a dívida nunca será quitada, pois o desconto do valor mínimo corresponde ao pagamento apenas dos juros e encargos do cartão, por outro lado, gera ao consumidor a expectativa de que o pagamento esteja sendo realizado.

Importante observar ainda que trata-se de uma prática abusiva realizada pela ré, eis que aproveitou-se da idade, fraqueza e ignorância da parte autora para implantar o empréstimo em seu benefício previdenciário, prática esta também vedada pelo CDC.

Art. 39. **É vedado** ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre



EM BRANCO



outras práticas abusivas:

**IV - prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social, para impingir-lhe seus produtos ou serviços;**

Sob uma outra perspectiva, mas, igualmente relevante, mesmo que tivesse havido o desbloqueio/uso do cartão, tal fato não tem o condão de afastar a responsabilidade civil da instituição financeira, isto porque, como alhures exposto, o réu abusara da boa-fé objetiva da autora, pois, esta confiava que a instituição atuaria nos limites da legalidade, o que não ocorrera na hipótese dos autos, já que realizara o empréstimo consignado vinculado a um cartão de crédito, sem que tivesse sido solicitado pelo autor. E, o pior, se informar a ele de que haveria o comprometimento de pelo menos 5% da margem de crédito consignável. Destarte, sob esta perspectiva, a instituição financeira também praticara ato ilícito passível de responsabilização.

Assim, Excelência, conclui-se que a modalidade de empréstimo em debate, na forma como é praticada pelas instituições financeiras, por si só é abusiva, uma vez que o consumidor sai da empresa acreditando ter formalizado empréstimo consignado, quando na verdade a operação realizada pela ré foi diversa, denotando-se que a ré agiu de forma **FRAUDULENTA**, tendo aplicado um verdadeiro **GOLPE**, pois ao verificar os débitos realizados em sua conta, o consumidor acredita estar pagando a dívida, quando na verdade está pagando apenas os juros do cartão, gerando, assim, um lucro exorbitando para instituição bancária, razão pela qual o contrato deve ser declarado nulo.

• **- DO ILÍCITO E SUA REPARAÇÃO**

A situação, Excelência, causou prejuízo moral e material a parte Autora, dano este indenizável, o que se pleiteia e seja reconhecido.

Isso porque, da análise da situação fática, verifica-se que a culpa adveio exclusivamente da conduta da ré, posto que em ato infundado, ocasionou os danos ora reclamados, gerando manifesta e excessiva vantagem para empresa requerida.

Aplicável na espécie o artigo 186 do CC:

Art. 186. aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Envidando-se novamente pelo Código de Defesa do Consumidor, no que se



EM BRANCO

refere aos direitos básicos do consumidor, Art. 6º, inciso VI: “a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos”.

Evidente a desvirtuação do contrato firmado entre as partes, bem como a falha na conduta da ré, que afirma que a parte realizou a contratação do cartão de crédito consignado, porém passou a realizar os descontos de encargos de cartão que sequer foi enviado, utilizado ou mesmo desbloqueado, evidenciando a prática fraudulenta de desvirtuação do contrato realizado pela ré.

Em recentes decisões proferidas pelo TJ/PR, restou reconhecida a conduta ilegal praticada pela requerida em casos de igual semelhança.

RECURSO INOMINADO. INDENIZATÓRIA. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. CONTRATAÇÃO EM CONJUNTO COM EMPRÉSTIMO. AVERBAÇÃO DE RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL (RMC). CONTRATO QUE NÃO PREVÊ A RESERVA E NÃO INDICA SEU PERCENTUAL. AVERBAÇÃO DE RESERVA DE 5% SEM LASTRO CONTRATUAL. OFENSA AO DIREITO DE INFORMAÇÃO DO CONSUMIDOR. RESERVA QUE SE REPUTA ILEGAL. CONSUMIDOR QUE SE VÊ IMPEDIDO DE CONTRATAR EMPRÉSTIMO DIANTE DA AUSÊNCIA DE MARGEM CONSIGNÁVEL. DANO MORAL CONFIGURADO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ DA CONSUMIDORA. INEXISTÊNCIA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO. Ante o exposto, esta Turma Recursal resolve, por unanimidade de votos, CONHECER E DAR PROVIMENTO ao recurs (TJ-PR - RI: 001180617201581600240 PR 0011806-17.2015.8.16.0024/0 (Acórdão), Relator: Manuela Tallão Benke, Data de Julgamento: 13/05/2016, 2ª Turma Recursal, Data de Publicação: 23/05/2016) (grifou-se)

AÇÃO DECLARATÓRIA E INDENIZATÓRIA ? CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO ? RECLAMANTE ALEGA AUSÊNCIA DE CONTRATAÇÃO ? RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL ? DESCONTOS EFETUADOS A TÍTULO DE ?EMPRÉSTIMO SOBRE A RMC? ? AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DO EMPRÉSTIMO ? REPETIÇÃO EM DOBRO DOS DESCONTOS INDEVIDOS ? DEVER DE INFORMAÇÃO NÃO OBSERVADO ? DANOS MORAIS ? DEVIDOS ? QUANTUM FIXADO EM R\$ 10.000,00 ? VALOR CONSIDERADO ADEQUADO E COADUNA COM PRECEDENTES DESTA TURMA RECURSAL ? SENTENÇA REFORMADA. Recurso conhecido e provido. , resolve esta Turma Recursal, por maioria de votos, conhecer dos







recursos e, no mérito, dar- provimento ao recurso do autor, nos exatos termos do vot (TJ-PR - RI: 003550835201481600210 PR 0035508-35.2014.8.16.0021/0 (Acórdão), Relator: Marco VinÃ-cius Schiebel, Data de Julgamento: 16/11/2015, 2ª Turma Recursal, Data de Publicação: **19/11/2015**) (grifou-se)

A reserva de margem consignável sem autorização contratual constitui ato ilícito gerador de dano moral, prejudicando o consumidor ao acesso de outros créditos no mercado capazes de lhe proporcionar melhores condições de subsistência.

No entanto, cumpre-nos fazer algumas considerações acerca da fixação do dano moral, que, conforme exaustivamente demonstrada, é certa em casos assim. Primeiramente, **deve-se observar que a prática de induzir o consumidor em erro é rotineira por parte do réu**, inclusive objeto de Ação Civil Pública no Estado do Maranhão, o que nos leva a deduzir que tal prática ocorre em todo território nacional, gerando um lucro enorme a ré, deixando como sugestão o valor de R\$ 10.000 (dez mil reais) a título de dano moral, conforme precedente da Turma Recursal do Paraná acima, não só pela capacidade econômica da ré e demais circunstâncias, mas também para se coibir a prática de novos ilícitos,

Em segundo lugar, acresça-se o fato que de **o público alvo dessa prática são pessoas idosas**, por vezes pouco instruídas ou mesmo analfabetas, que acreditam contratar um de empréstimo, quando em verdade, contratam outro serviço, que muitos ônus lhe traz, **tudo isso na obscuridade, sempre omitindo informações, induzindo essas pessoas em erro.**

Desta forma, não é forçoso perceber, que o aspecto corretivo/punitivo e inibidor de novos ilícitos não está sendo alcançado pelos E. Tribunais de Justiça, razão pela qual, deve-se haver a aplicação de danos morais significativos a fim de evitar que tais práticas perpetuem.

Ademais, nem mesmo após contato com o serviço de atendimento da requerida a parte autora teve seu problema solucionado, demonstrando a ineficiência do sserviço de call center da ré, o que por si só configura dano moral, nos termos do enunciado nº 1.6., do TJPR.

Assim, aplicável ao caso:

**Enunciado nº 1.6 – Callcenter ineficiente – dano moral: Configura dano moral a obstacularização, pela precariedade e/ou ineficiência do serviço de call center, por parte da empresa de telefonia, como estratégia para não dar o devido atendimento aos reclamados do consumidor.**





A parte requerida, ao que tudo indica, pretendia obter vantagem indevida ao acreditar que a requerente, e outros aposentados e pensionistas em situação similar, não tomariam nenhuma atitude diante da cobrança imposta, denotando má-fé em sua conduta – a qual deve ser rechaçada inclusive em caráter pedagógico.

Ainda em relação aos danos experimentados pela parte autora, **mister frisar que mensalmente lhe foi descontado durante o período de 01/08/2015 até a presente data os valores o valor mensal de R\$150,16 de forma completamente indevida, devendo a restituição se dar nos termos do § único do art. 42 do CDC, referente a todos os descontos realizados a título de RMC.**

Desta forma, especialmente **sob o prisma da uniformização da jurisprudência, novel instituto preconizado pela CPC/2015, nos arts. 926 e seguintes**, não deve ser outro o entendimento deste Douto Juízo acerca da incidência de danos materiais e morais, de forma que aqueles devem ocorrer na sua forma de restituição em dobro, nos termos do § único do art. 42 do CDC.

Assim, dada a nítida presença dos ilícitos perpetrados pela parte ré, por uma questão de respeito ao ordenamento pátrio e, acima de tudo, à dignidade da pessoa humana, como sujeito de direitos que é, não dever ser outra à medida que não seja a de condenação do réu, nos exatos termos dos pedidos, abaixo elencados.

#### **Da Inversão do Ônus da Prova**

A Súmula nº 297 do STJ é conclusiva quando diz que “o Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras”.

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. AUSÊNCIA DE PACTUAÇÃO. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. REVISÃO DO PACTO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. POSSIBILIDADE NA FORMA SIMPLES. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1.(...). 2. **A submissão das instituições financeiras ao CDC e a possibilidade de revisão judicial do contrato são reconhecidas pela reiterada jurisprudência do STJ (Súmula 297).** 3. A jurisprudência iterativa da Terceira e Quarta Turma orienta-se no "sentido de admitir, em tese, a repetição de indébito na forma simples, independentemente da prova do erro, ficando relegado às instâncias ordinárias o cálculo do montante, a ser apurado, se houver" (AgRg no REsp 749830/RS, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJU de 05.09.2005) 4. Agravo regimental





a que se nega provimento. (STJ - AgRg no Ag: 1404888 SC 2011/0043690-3, Relator: Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Data de Julgamento: 04/11/2014, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 10/11/2014) (grifo nosso)

No julgamento do REsp: 57974 RS 1994/0038615-0, o ministro Ruy Rosado, afirmou no que tange aos bancos:

"está submetido às disposições do CDC, não por ser fornecedor de um produto, mas porque presta um serviço consumido pelo cliente, que é o consumidor final desses serviços. (...) nas relações bancárias há difusa utilização de contratos de massa e onde, com mais evidência, surge a desigualdade de forças e a vulnerabilidade do usuário".

Sendo assim, o Código de Defesa do Consumidor, artigo 6º, VII, impõe:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor: VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Diante do exposto, tem a parte autora o direito à inversão do ônus da prova, dada a sua hipossuficiência, considerando que a parte se encontra em situação de impotência/inferioridade na relação de consumo, ou seja, está em desvantagem em relação ao fornecedor.

### **III - DOS PEDIDOS**

Diante do Exposto, requer:

**Deferimento liminar da Tutela de Urgência** para que:

**a)** a ré se abstenha de debitar no contracheque do (a) autor (a) valores referentes a Reserva de Margem de Crédito;

**b)** determinar que a ré exiba nos autos a cópia do contrato de empréstimo, objeto desta ação, nos termos do art. 524, do CPC;

**No mérito, requerer que seja julgada procedente,** para o fim de se confirmar a liminar, firmando-se as seguintes teses de que: **a.** É ilegal o contrato de empréstimo consignado quando não faz referência a Reserva de Margem de Crédito (RMC), bem como ao percentual, gerando o dano moral; **b.** É ilegal a RMC, quando não há comprovação da disponibilização de valores, bem como a prova da entrega do Cartão de Crédito, gera dano moral; **c.** É ilegal o desconto da RMC, quando não provado a contratação. Aplicação da Súmula nº532 do STJ (envio de cartão de crédito não solicitado) dá azo a condenação ao dano moral; **d.** É ilegal a imobilização do crédito do (a) autor (a) em razão da RMC por cartão de crédito não solicitado; **e.** É ilegal a falha





na prestação de serviço pela ausência de informação que leva o consumidor a crer estar contratando modalidade de empréstimo diversa da ofertada, gerando dano moral; **f.** É ilegal a modalidade de empréstimo que gera ônus excessivo ao consumidor, colocando-o em situação de extrema desvantagem perante a instituição financeira, ensejando a aplicação de dano moral; especialmente sob o viés de uniformização da jurisprudência, preconizado pelo CPC, nos arts. 926 e seguintes, para o fim de:

- **Seja a pretensão julgada procedente, declarando a inexistência da contratação de EMPRÉSTIMO CONSIGNADO DA RMC (cartão de crédito), igualmente a RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL (RMC);**
- **Suspender os descontos referentes a RMC diretamente no benefício da parte autora,** com a expedição de ofício ao INSS;
- **Condenar o (a) réu (ré) a restituição em dobro** durante o período de 01/08/2015 até a presente data o valor mensal de R\$150,16, quantia esta indevidamente cobrada da parte autora a título de RMC nos últimos 32 (trinta e dois meses), no total de R\$9.610,00 ou ainda dentro do limite do suposto contrato, cujo valor deverá ser apurado nos termos do §3º, 4º e 5º do art. 524 do CPC;
- Na hipótese de comprovação de contratação do cartão de crédito consignado (RMC) via apresentação de contrato, **seja declarada sua NULIDADE caso formalizado em desconformidade com a legislação específica ou que se enquadre nos casos estabelecidos no art. 51 e art. 39, ambos do CDC;** alternativamente ao pedido acima, seja realizada a readequação/conversão do empréstimo de cartão de crédito consignado (RMC) para empréstimo consignado, sendo os valores já pagos a título de RMC utilizados para amortizar o saldo devedor, o qual deverá ser feito com base no valor liberado (negociado) a parte autora, desprezando-se o saldo devedor atual, ou seja, não deverá ser considerado para o cálculo o valor acrescido de juros e encargos;
- **Condenar o réu ao pagamento de danos morais no importe de R\$ 10.000,00,** ou outro valor que Vossa Excelência entender conveniente, dadas as condições ímpares do caso; atualizado desde a data do ilícito, *in casu*, início dos descontos indevidos;

Outrossim, requer ainda:

- **A aplicação do CDC no caso em tela,** especialmente no concerne a inversão do ônus da prova, por ser o consumidor a parte hipossuficiente da relação, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC;
- **Concessão das benesses da Justiça Gratuita,** nos termos da lei e declaração anexa;





- **A citação** da Demandada, por AR, na pessoa de seu representante legal, para comparecer à audiência designada e, para, querendo, oferecer resposta, no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;
- Informa a parte autora seu desinteresse na audiência conciliatória, requerendo a intimação da requerida, nos termos do art. 334, §4º, I, do CPC, para que informe se tem interesse na realização da audiência inaugural.
- Seja a requerida intimada para trazer aos autos cópia do contrato de empréstimo que comprove a contratação de empréstimo consignado na modalidade cartão de crédito (RMC), bem como eventuais faturas emitidas no período;
- Condenar o réu aos pagamentos das custas processuais e honorários advocatícios fixados em percentual usual de 20%.
- O autor requer a justiça gratuita, com base na declaração em anexo.

Por fim, protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito permitidas, especialmente pela documentação que segue acostada, novas juntadas, depoimento pessoal se necessário, e outras que se fizerem necessárias no decorrer da lide.

Dá-se a causa o valor de **R\$19.610,00 ( dezenove mil seiscientos e dez reais )**.

Nestes termos,  
pede deferimento.

Brasília, 06 de junho de 2018.

**DEBORAH RODRIGUES AFFONSO**  
**OAB/DF 15690**

**CIRENE ESTRELA**  
**OAB/DF15.338**

**SEPN 509, Edifício Isis, Sala 413, Brasília – DF., CEP nº 70750-540**  
**Telefones (061) 30334051**  
**deborah.affonso.rodriques@hotmail.com**  
**cireneestrela@hotmail.com**







## PROCURAÇÃO

### OUTORGANTE:

Adriano Tomaz de Almeida Romalho  
portador(a) da cédula de identidade nº M812 083, inscrito(a) no  
Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº.  
155.264.616.53, residente e  
domiciliado(a) Quadra 2 Conj A12, Casa 1  
Sobradinho - DF 73.015-112.

### OUTORGADOS:

**CIRENE ESTRELA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/DF 15.338 e  
**DÉBORAH RODRIGUES AFFONSO**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/DF  
15.690; com escritório profissional localizado na SEP/DF, Quadra 509, Bloco "D",  
edifício Isis, sala 413, Asa Norte, Brasília - DF.

### PODERES GERAIS:

Amplos e ilimitados poderes para o foro em geral, por prazo indeterminado, em qualquer Juízo, Tribunal ou Instância, com a cláusula "ad judicium" nos termos do art. 38 do CPC, podendo representá-lo judicial ou extrajudicialmente perante qualquer órgão, fundação ou autarquia Federal, Estadual ou Municipal, em total defesa do interesse e direito do Outorgante e, ainda, os especiais para transigir, confessar, desistir, firmar compromissos, receber e dar quitação, assinar termos, inclusive o de substabelecer o presente mandato, com reserva de poderes ou sem ela, a quem convier aos Outorgados, sendo que por tais atos o Outorgante, desde já, os tem como firmes e valiosos na forma da Lei.

Brasília (DF), aos 07 de junho de 2018

Adriano Tomaz de Almeida Romalho  
OUTORGANTE



**TJDFT**

Poder Judiciário da União  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS  
TERRITÓRIOS

**1JECICRSOB**

1º Juizado Especial Cível e Criminal de Sobradinho

Número do processo: 0704771-63.2018.8.07.0006  
Classe judicial: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)  
AUTOR: ARAO CAMARGOS RAMALHO

RÉU: BANCO BMG SA

**SENTENÇA**

Trata-se de ação de conhecimento, ajuizada sob o procedimento da Lei nº 9.099/95, por **ARÃO CAMARGOS RAMALHO** em desfavor de **BANCO BMG S.A.**, partes qualificadas, aduzindo, em síntese, que, acreditou ter realizado contrato de empréstimo consignado com a parte ré, com descontos mensais em seu benefício, porém, descobriu que, de forma fraudulenta, foi realizado contrato de reserva de margem consignável (RMC)/empréstimo em seu nome, passando a ter descontado em seu contracheque, a partir de 01/08/2015, o valor mensal de R\$ 150,16 (cento e cinquenta reais e dezesseis centavos).

Requer a suspensão imediata dos descontos e exibição do contrato em sede de tutela antecipada eis que entende que a conduta da instituição ré é indevida e lhe traz danos de ordem moral e material. Requer seja ao final a presente demandajulgada procedente, *“declarando a inexistência da contratação de empréstimo consignado da RMC e a Reserva de Margem Consignável – RMC; suspender os descontos referentes a RMC diretamente no benefício da parte autora, com a expedição de ofício ao INSS; condenar o réu a restituição em dobro durante o período de 01/08/2015 até a presente data, no valor total de R\$9.610,00 ou dentro do limite do suposto contrato, cujo valor deverá ser apurado; na hipótese de comprovação de contratação do cartão de crédito consignado (RMC) via apresentação de contrato, seja declarada sua NULIDADE caso formalizado em desconformidade com a legislação específica ou que se enquadre nos casos estabelecidos no art. 51 e art. 39, ambos do CDC; alternativamente ao pedido acima, seja realizada a readequação/conversão do empréstimo de cartão de crédito consignado (RMC) para empréstimo consignado, sendo os valores já pagos a título de RMC utilizados para amortizar o saldo devedor, o qual deverá ser feito com base no valor liberado (negociado) a parte autora, desprezando-se o saldo devedor atual, ou seja, não deverá ser considerado para o cálculo o valor acrescido de juros e encargos; condenar o réu ao pagamento de danos morais no importe de R\$ 10.000,00 (...)”*.

O pedido de tutela de urgência foi indeferido (ID 18230147).

Designada audiência de conciliação, compareceram as partes e, restando infrutífera a tentativa de acordo,



Número do documento: 1809181409042600000021916356  
<https://pje.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=1809181409042600000021916356>  
Assinado eletronicamente por: ERIKA SOUTO CAMARGO - 18/09/2018 14:09:04

Num. 22804401 - Pág. 1

foram concedidos prazos para a juntada de novos documentos, requerimentos e reposta da parte ré. O réu apresentou contestação escrita, acompanhada de documentos, que foram impugnados pelo autor.

Decorridos os prazos, vieram os autos conclusos para a sentença.

É o relato necessário. **DECIDO.**



De início, esclareço que tenho observado que ações como esta, ajuizadas pelas advogadas subscritoras da inicial, contestando contratos de RMC estão sendo propostas com frequência, cujas petições possuem idêntico teor, sob o mesmo fundamento de alegada fraude, havendo requerimento de devolução dos valores descontados, declaração de inexistência do negócio e indenização a título de danos morais, indicando indícios de ajuizamento indiscriminado de demandas com a captação indevida de clientes, utilizando-se da máquina dos Juizados para a análise de ações cuja complexidade foge à regra da gratuidade de custas e da celeridade e simplicidade necessárias. Como em outras ações já foi determinada remessa de ofício à OAB e à Corregedoria, deixo de determinar tais providências no presente feito.

A despeito do acima mencionado passo à análise do mérito.

Não havendo preliminares e estando presentes as condições da ação e os pressupostos processuais, passo à análise do mérito, observando as provas carreadas aos autos e o que consta do artigo 5º da Lei nº 9.099/95: ***“Art. 5º O Juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, para apreciá-las e para dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.”***e, ainda, do art. 6º, do mesmo Estatuto, que afirma: ***“O Juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum.”***

A relação havida entre as partes é de consumo, razão pela qual incidem as regras do Código de Defesa do Consumidor.

E, diante da natureza da demanda, aplico a inversão do ônus da prova, a teor do art. 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90, como meio de facilitar a defesa do consumidor, ora requerente, considerando sua hipossuficiência, não se olvidando, contudo, que ao autor, cabe provar, ainda que minimamente, os fatos constitutivos de seu direito em relação ao alegado na inicial.

Inicialmente, esclareço que a RMC (reserva de margem consignável) é um limite reservado no valor da renda mensal do beneficiário, de até 5% (cinco por cento) para uso exclusivo em operações relacionadas a cartão de crédito, nos termos do art. 6º, §5º e incisos, da Lei nº 10.820/03 e somente é admitida quando há comprovação efetiva da contratação ou uso do cartão de crédito, bem como da ciência e autorização inequívocas do beneficiário, por escrito, o que restou devidamente comprovado nos autos pelos documentos trazidos pela instituição financeira ré.

Apesar de o autor afirmar que, de forma fraudulenta, o réu vem efetuando em seu contracheque, a título de RMC, descontos indevidos, no valor de R\$150,16, cada, desde o mês de agosto de 2015, no entanto, o único extrato de pagamento por ele apresentado se refere ao mês de fevereiro do corrente ano, contendo um único débito sob a rubrica de “empréstimo RMC” no valor de R\$141,98.

O réu, por sua vez, alega e comprova mediante contrato nº 6401006, assinado em julho de 2016 pelo autor e anexado aos autos (ID 21435963), a contratação do BMG CARD nº 5259.2221.2113.9114, que se trata expressamente de “Termo de adesão a cartão de crédito consignado Banco BMG e autorização para desconto em folha de pagamento”, cujo valor indicado no item IV de tal documento coincide com o valor debitado a título de RMC no contracheque do autor.

Ademais, analisando os documentos trazidos pelo próprio autor, conclui-se que improcedem as suas alegações em relação aos descontos a título de RMC, seja no tocante ao valor, seja no que se refere ao início dos descontos. Verifica-se que o autor já firmou vários contratos de empréstimo com instituições financeiras diversas do banco réu e que possui anotados, em seus registros financeiros junto ao INSS, alguns contratos celebrados com o réu, dentre eles três de “Reserva de Margem para Cartão de Crédito”. Desses últimos indicados, dois constam como excluídos e um consta como ativo.



No entanto, ainda que alegada a fraude e a negativa da contratação na modalidade aplicada pelo réu, tendo o autor afirmado que não recebeu qualquer informação de que o empréstimo em questão se tratava de um cartão de crédito, o que se constata dos autos é que o documento assinado pelo autor possui as informações expressas acerca do cartão de crédito consignado e da autorização para desconto mensal em seu benefício. Consta dos autos, ainda, prova da utilização da verba do cartão de crédito, inclusive com repasse de verba para a conta do autor, crédito em conta (IDs 19924222 e 19924224).



A instituição financeira ré juntou aos autos prova da existência de relação jurídica entre as partes, decorrente do Contrato de Cartão de Crédito Consignado, pelo qual recebeu o Cartão de Crédito com Reserva de Margem Consignável, descontando diretamente em contracheque do autor, no percentual de até 5% (cinco por cento) de seus vencimentos, para o pagamento do valor mínimo apurado mensalmente pela utilização do saque autorizado disponibilizado em decorrência do referido contrato.

Tratando-se de cartão consignado o consumidor deve realizar o pagamento do restante da fatura em aberto, pois o banco somente desconta no benefício previdenciário uma quantia mínima. Se o consumidor não realiza o pagamento integral da fatura, os descontos com seus encargos de cartão de crédito continuam a ser realizados no benefício junto ao INSS até que o débito seja efetivamente quitado. Como bem observa o réu, o cartão não tem previsão para término das cobranças, pois, diferente do empréstimo, não é cobrado em parcelas fixas, tendo em vista que depende de seus lançamentos e pagamentos e da alteração da margem consignável. Se o autor, mesmo recebendo faturas complementares em sua residência, não quitou o débito, o réu continua a lançar os valores residuais no benefício, até sua quitação.

Ressalto que compulsando os autos e as provas nele colhidas, não vejo qualquer prova do erro essencial que possa destituir a validade do contrato livremente pactuado entre as partes, e por isso, não há como o Judiciário imiscuir-se na relação jurídica pactuada para determinar a devolução de quantia legitimamente recebida.

Conforme leciona Orlando Gomes (*in* Contratos, 24ª ed., 2001): ***“O princípio da força obrigatória consubstancia-se na regra de que o contrato é lei entre as partes. Celebrado que seja, com observância de todos pressupostos e requisitos necessários à sua validade, deve ser executado pelas partes como se suas cláusulas fossem preceitos legais imperativos. O contrato obriga os contratantes, sejam quais forem as circunstâncias em que tenha de ser cumprido. Estipulado validamente seu conteúdo, vale dizer, definidos os direitos e obrigações de cada parte, as respectivas cláusulas têm, para os contratantes, força obrigatória. Diz-se que é intangível, para significar-se a “irretratabilidade” do acordo de vontades. Nenhuma consideração de equidade justificaria a revogação unilateral do contrato ou a alteração de suas cláusulas, que somente se permitem mediante novo concurso de vontades. O contrato importa restrição voluntária da liberdade; cria vínculo do qual nenhuma das partes pode desligar-se sob o fundamento de que a execução a arruinará ou de que não o teria estabelecido se houvesse previsto a alteração radical das circunstâncias. Essa força obrigatória atribuída pela lei aos contratos é a pedra angular da segurança do comércio jurídico.”***

Doutro lado, tendo em vista a validade do contrato firmado entre as partes e a sua vigência, bem como do princípio da livre pactuação, da boa-fé objetiva, além da estabilidade das relações contratuais, entendo que não há que ser convertido o referido contrato em contrato de empréstimo consignado.

Conclui-se que, não havendo nulidade no contrato firmado com a parte ré, não são ilegítimas as cobranças realizadas. Logo, não há que se falar em qualquer dano, seja de ordem material ou moral, devolução ou readequação, visada pela parte requerente.

Ressalto, por fim, que, não havendo interesse do autor em dar continuidade ao contrato livremente pactuado, este, após a quitação do mesmo, pode solicitar a rescisão contratual, e, caso queira, firmar outro contrato bancário, desta vez empréstimo consignado, nos moldes que entende pertinente a seu perfil de consumidor.

Assim, tem-se que o réu desincumbiu-se de seu ônus probatório, restando comprovada a contratação, com autorização de desconto em folha/benefício, demonstrando que a contratação se deu de forma lícita, sendo, portanto, legítimo o desconto mensal da RMC no benefício do requerente.



Desta feita, ausente ato ilícito praticado pelo réu, a improcedência dos pedidos é medida que se impõe.

Diante do exposto, **JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados pelo autor na inicial, extinguindo o feito com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC.**

Sem custas e sem honorários, conforme disposto nos arts. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95.

Havendo interesse em recorrer, o prazo é de 10 (dez) dias, contados da intimação, devendo, o recurso estar assinado por advogado legalmente constituído, acompanhado de comprovantes de recolhimento de custas e preparo, nos termos do art. 42, da Lei 9.099/95, não havendo prazo suplementar para sua apresentação ou complementação.

Ficam, as partes, desde já, advertidas que, no caso de oposição de embargos de declaração meramente protelatórios, será aplicada a multa de até 2% sobre o valor da causa, prevista no §2º do art. 1.026 do CPC e, havendo reincidência, a multa será majorada em até 10%, como autoriza o §3º daquele mesmo artigo.

Publique-se e intinem-se. Sentença registrada eletronicamente.

Transitada em julgado, arquivem-se com as devidas cautelas.



"DATADO E ASSINADO DIGITALMENTE CONFORME CERTIFICADO DIGITAL  
DISCRIMINADO NO RODAPÉ DO PRESENTE"



Número do documento: 18091814090426000000021916356  
<https://pje.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18091814090426000000021916356>  
Assinado eletronicamente por: ERIKA SOUTO CAMARGO - 18/09/2018 14:09:04

Num. 22804401 - Pág. 4





#### SUBSTABELECIMENTO COM RESERVAS

**RICARDO ANDREASSA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP nº 195.865 e no CPF/MF sob nº 280.046.328-74 e **GABRIELA ROGGIERO**, brasileira, casada, advogada, inscrita no CPF/MF sob o nº. 353.177.308-99, e na OAB/SP sob o nº. 299.390, substabelecem, com reserva de iguais poderes, os poderes que lhes foram outorgados por BANCO BMG S/A, instituição financeira de direito privado inscrita no CNPJ sob o n. 61.186.680/0001-74, com sede na Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1830 - Itaim Bibi, São Paulo - SP, CEP 04543-900, aos advogados **RAFAEL DE SOUZA OLIVEIRA PENIDO** (OAB/MG 99.080 - OAB/SP 368.445 - CPF 013.716.076-30); **CARLOS ADOLFO JUNQUEIRA DE CASTRO** (OAB/MG 57.893 - OAB/SP 368.434 - CPF 718.577.376-87); **ALEXANDRE JUNQUEIRA DE CASTRO** (OAB/MG 63.375 - OAB/SP 367.892 - CPF 835.584.206-59); **ANA CRISTINA GOULART DE MENDONÇA SANTOS** (OAB/MG 39.475 - OAB/SP 367.893 - CPF 555.976.456-68); **JUSCELINO TEIXEIRA BARBOSA FILHO** (OAB/MG 57.225 - OAB/SP 368.441 - CPF 621.628.106-20); **TRISTÃO TAVARES SANTOS** (OAB/MG 79.713 - OAB/SP 367.908 - CPF 002.881.096-19); **LETÍCIA MADUREIRA HORTA CANABRAVA** (OAB/MG 86.472 - OAB/SP 367.902 - CPF 040.391.166-40); **IVAN ALMEIDA CARVALHO** (OAB/MG 104.088 - CPF 062.681.906-70); **VINÍCIUS TEIXEIRA PINHEIRO** (OAB/MG 108.162 - CPF 044.878.416-58); **MARCUS LAGE PINTO** (OAB/MG 168.114 - CPF 060.478.396-57); **ANA CAROLINA ARAÚJO BARBOSA DE ASSIS** (OAB/SP 342.091 - CPF 072.622.286-09) e **ANDRÉ BOTELHO DE ABREU SAMPAIO** (OAB/SP 260.195 - CPF 304.569.008-45), integrantes da sociedade BARBOSA, CASTRO & MENDONÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita na OAB/MG sob o nº 380 e no CNPJ sob o nº 01.313.883/0001-52, com endereço na Rua Sergipe, n.º 1293, Funcionários, em Belo Horizonte/MG e na Avenida Paulista nº326, conj. 28-29, Bela Vista, em São Paulo/SP, [bcma@barbosacastro.com.br](mailto:bcma@barbosacastro.com.br), para funcionar um na falta dos outros, independentemente da ordem que são nomeados, aos quais se confere poderes para representação no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, bem como perante quaisquer autarquias e repartições públicas federais, estaduais ou municipais, podendo requerer e assinar o que necessário for, usar todos os poderes permitidos em Direito, compreendidos na cláusula ad judicium e et extra e substabelecer, com o fim específico de defender os interesses do outorgante em resposta ao Ofício n.º 136, junto ao Instituto Nacional do Seguro Social/INSS, CDDPB/DCONB, bem como requerer e assinar o que necessário for, praticando todos os demais atos necessários ao bom e fiel cumprimento deste..

São Paulo, 17 de abril de 2019.

RICARDO ANDREASSA

OAB/SP n. 195.865

GABRIELA ROGGIERO

OAB/SP n. 299.390



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CARTÓRIO DO VIGÉSIMO SÉTIMO  
TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL - SP  
Bol. Valquíria Helena Ferreira  
TABELIA DESIGNADA



1º TRASLADO  
LIVRO 2453 - PAG. 301/303

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZEM: BANCO BMG S.A. e outras. -

Aos vinte (20) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito (2018), nesta cidade e Capital do Estado de São Paulo, em o prédio nº 1.830, 10º andar, da Avenida Juscelino Kubitschek, perante mim, escrevente, compareceram como outorgantes: (I) BANCO BMG S.A., com sede nesta Capital, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830, Sala 101, Parte, Bloco 01, Sala 102, Parte, Bloco 02, 10º andar, Sala 112, Parte, Bloco 02, 11º andar, Sala 131, Bloco 01, 13º andar, Sala 141, Bloco 01, 14º andar, Condomínio Edifício São Luiz - CEP: 04543-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 61.186.680/0001-74, com seu estatuto social aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária realizada em 18/10/2018, cuja ata está registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, sob nº 551.697/18-0, a qual fica arquivada nestas notas na pasta 337, sob nº 32.052, representado nos termos do artigo 30, parágrafo primeiro de seu estatuto social, por seu Diretor Executivo Geral: Marco Antonio Antunes, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG 7.669.530-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 002.975.098-96; e por seu Diretor Executivo: Eduardo Mazon, brasileiro, casado, bacharel em ciência da computação, portador da cédula de identidade RG 2.077.531-2-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 275.484.158-00; ambos residentes e domiciliados nesta Capital, com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1830, Sala 141, Bloco 01, 14º andar, Condomínio Edifício São Luiz; eleitos nos termos da Reunião do Conselho de Administração realizada em 16/10/2018, cuja ata está registrada na JUCESP, sob nº 551.696/18-7, a qual fica arquivada nestas notas na pasta 337, sob nº 32.053; (II) BMG LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL, com sede nesta Capital, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830, Sala 101, Parte, Bloco 01, Condomínio Edifício São Luiz - CEP: 04543-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 34.265.561/0001-34, com seu estatuto social aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10/11/2014, cuja ata está registrada na JUCESP, sob nº 104.936/15-0, cuja cópia está arquivada nestas notas na pasta 280, sob nº 26.314, e a Ata da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 25 de junho de 2018, onde consta a alteração de endereço da sede, registrada na JUCESP, sob nº 573.944/18-0, a qual fica arquivada nestas notas na pasta 337, sob nº 32.054, representado nos termos do artigo 23, do seu estatuto social, por seus Diretores sem Designação Especial: Marco Antonio Antunes e Eduardo Mazon, acima qualificados, eleitos nos termos da Reunião do Conselho de Administração realizada em 31/3/2017, cuja ata está registrada na JUCESP, sob nº 400.706/17-9, a qual está arquivada nestas notas na pasta 321, sob nº 30.408; (III) BANCO CIFRA S.A., com sede nesta Capital, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830, Sala 102, Parte, Bloco 02, 10º andar, Condomínio Edifício São Luiz - CEP: 04543-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 62.421.979/0001-29, com seu estatuto social aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30/09/2015, cuja ata está registrada na JUCESP, sob nº 527.722/15-7, a qual está arquivada nestas notas na pasta 283, sob nº 26.687, e a Ata da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 30 de julho de 2018, onde consta a alteração de endereço da sede, registrada na JUCESP, sob nº 573.111/18-2, a qual fica arquivada nestas notas na pasta 337, sob nº 32.055, representada nos termos do artigo 14, parágrafo único do seu estatuto social, por seu Diretor Presidente: Marco Antonio Antunes, acima qualificado; e por seu Diretor sem Designação Específica: Eduardo Mazon, acima qualificado, eleitos pela Assembléia Geral Ordinária realizada em 30/04/2018, cuja ata está registrada na JUCESP, sob nº 408.294/18-8, a qual fica arquivada nestas notas na pasta 337, sob nº 32.056; (IV) CIFRA S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, com sede nesta Capital, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830, Sala 102, Parte, Bloco 02, 10º andar, Condomínio Edifício São Luiz - CEP: 04543-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.030.215/0001-67, com seu estatuto social aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/09/2015, cuja ata está registrada na JUCESP, sob nº 545.702/15-0, a qual está arquivada nestas notas na pasta 283, sob nº 26.689, e a Ata da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 30 de julho de 2018, onde consta a alteração de endereço da sede, registrada na JUCESP, sob nº 573.245/18-6, a qual fica arquivada nestas notas na pasta 337, sob nº 32.057, representada nos termos do artigo 15, item 1, do seu estatuto social, por seus Diretores sem Designação Específica: Marco Antonio Antunes e Eduardo Mazon, acima qualificados; eleitos nos termos da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/09/2015, cuja ata está registrada na JUCESP, sob nº 545.702/15-0, a qual está arquivada nestas notas na pasta 283, sob nº 26.689, e a Ata da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 30 de julho de 2018, onde consta a alteração de endereço da sede, registrada na JUCESP, sob nº 573.245/18-6, a qual fica arquivada nestas notas na pasta 337, sob nº 32.057.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER AQUIÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO



10402602392068.000291057-5

P.09781 R.009557

Avenida São Luis, 59 - Fone: (11) 3124-5080  
Fax: (11) 3124-5029 - São Paulo - Capital - Cep: 01046-001





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
Estado de São Paulo



30/04/2018, cuja ata está registrada na JUCESP, sob nº 412.854/18-1, a qual fica arquivada nestas notas na pasta 337, sob nº 32.058; e (V) BCV – BANCO DE CRÉDITO E VAREJO S.A., com sede nesta Capital, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830, Sala 101, Parte, Bloco 01, 10º andar, Condomínio Edifício São Luiz - CEP: 04543-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 50.585.090/0001-06, com seu estatuto social aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/09/2015, cuja ata está registrada na JUCESP, sob nº 506.588/15-4, a qual está arquivada nestas notas na pasta 327, sob nº 31.081, e a Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de julho de 2018, onde consta a alteração de endereço da sede, registrada na JUCESP, sob nº 572.889/18-5, a qual fica arquivada nestas notas na pasta 337, sob nº 32.059, representado nos termos do artigo 12 e seu parágrafo único do seu estatuto social, por seus Diretores sem Designação Específica: Marco Antonio Antunes; e Eduardo Mazon, acima qualificados; eleitos nos termos da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/04/2018, cuja ata está registrada na JUCESP, sob nº 408.292/18-0, a qual fica arquivada nestas notas na pasta 337, sob nº 32.060. Os presentes ora identificados neste ato por mim escrevente, através dos documentos supramencionados e apresentados no original, do que dou fé. Pelos outorgantes, na forma representada, me foi dito que por este público instrumento e na melhor forma de direito, nomeiam e constituem seus procuradores: 1) LUCIANA BUCHMANN FREIRE, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na OAB/SP sob nº 107.343 e no CPF/MF sob nº 149.211.868-04; 2) RICARDO ANDREASSA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob nº 195.865 e no CPF/MF sob nº 280.046.328-74; 3) EVELYN DE SOUZA LIMA, brasileira, solteira, maior, advogada, inscrita na OAB/SP sob nº 226.823 e no CPF/MF sob nº 276.340.778-10; 4) ANDRÉ CORSINO DOS SANTOS JUNIOR, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob nº 273.769 e no CPF/MF sob nº 300.552.088-94; 5) GABRIELA ROGGIERO, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob nº 299.390 e no CPF/MF sob nº 353.177.308-99; 6) EDUARDO FIORUCCI VIEIRA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob nº 293.725 e no CPF/MF sob nº 340.942.078-99; 7) ROGÉRIO MARGONARI DE SOUZA, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na OAB/MG sob nº 72.773 e no CPF/MF sob nº 941.125.766-68; 8) MARCOS IGNACIO GOUVEA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob nº 199.216 e no CPF/MF sob nº 089.157.328-39; 9) HAIME FARIAS HEREDIA, brasileira, solteira, maior, advogada, inscrita na OAB/SP sob nº 337.270 e no CPF/MF sob nº 362.335.458-97; e 10) MARINA CORRÊA DRUMOND, brasileira, solteira, maior, portadora da cédula de identidade RG MG 7.612.511-SSP/MG, inscrita no CPF/MF sob nº 054.749.516-12; todos com endereço eletrônico: contencioso.bmg@bancobmg.com.br; ricardo.andreassa@bancobmg.com.br; luciana.freire@bancobmg.com.br; evelyn.lima@bancobmg.com.br; aos quais conferem poderes especiais, independentemente da ordem de nomeação, promover e praticar os seguintes atos: 1) perante o foro em geral, com a cláusula "ad judicium et extra" para propor ação, reclamação ou outra medida judicial ou extrajudicial competente em que os OUTORGANTES figurem como autores, reclamantes ou requerentes da demanda e também para defendê-los na condição de réu, reclamado ou requerido em demandas administrativas ou judiciais, realizando todos os atos posteriores necessários para o prosseguimento do feito, até sua extinção, perante qualquer juízo, instância ou Tribunal, repartições públicas e órgãos da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual e municipal, autarquias ou entidade paraestatal e em todos os respectivos departamentos e secretarias, inclusive mas não se limitando a Receita Federal do Brasil e Prefeituras, com poderes especiais para transigir, acordar; confessar, renunciar, desistir, impugnar, receber e dar quitação e firmar compromissos; 2) receber citações, intimações, notificações ou requerimentos judiciais e/ou extrajudiciais emitidos pelo Banco Central do Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários, BM&F Bovespa, Receita Federal do Brasil, dentre outros documentos emitidos por autarquias ou associações de Classes, Órgãos Públicos ou privados; emitir notificações Judiciais ou Extrajudiciais de vencimento antecipado de dívida contratual, bem como para constituição em mora de devedores ou, ainda, para quaisquer outras finalidades e efeito legais; 3) promover a cobrança, amigável ou judicial, de todo e qualquer crédito do outorgante, assinar e emitir notificações e contra-notificações Judiciais ou Extrajudiciais, além de respostas de ofícios judiciais e expedientes oficiais; 4) representar os outorgantes perante Delegacias de Polícia, Inspetorias, Procuradoria da Fazenda Nacional, Delegacias Regionais do Trabalho, Secretarias e Delegacias da Receita Federal, Secretarias de Estado dos Negócios da Fazenda, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Caixa Econômica Federal – CEF-FGTS, Banco Central do Brasil, CADIN, Prefeituras e demais repartições Municipais, Secretaria de Justiça e da Defesa da Cidadania – PROCON, SIAFÍSICO, SICAF, Juntas Comerciais, acompanhando quaisquer processos ou negociações, interpondo recursos, assinando formulário e requerimentos.

15º  
08 JAN. 2019  
Valer  
Cópia autenticada  
do Brasil  
AUTENTICADO  
11297  
AUTENTICAÇÃO  
VAREJO





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CARTÓRIO DO VIGÉSIMO SÉTIMO  
TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL - SP

Bel. Valquíria Helena Ferreira  
TABELIÃO DESIGNADO

27



respondendo Ofícios, concordando, impugnando, requerendo, arquivando e alegando tudo quanto for a bem de interesses e direitos dos Outorgantes; 5) apresentar títulos para protesto em cartório, emitir e assinar cartas de anuências, para os respectivos cancelamentos; emitir e assinar cartas de preposição, nomear prepostos em audiência; receber valores e bens, levantar depósitos, levantar depósitos extrajudiciais do artigo 890, parágrafo 2º do CPC, efetuar a recusa de depósitos extrajudiciais do artigo 890, parágrafo 1º do CPC; 6) comparecer e votar nas assembleias de recuperação judicial em que os outorgantes forem credores, nos termos do parágrafo 4º do artigo 37 da Lei 11.101/2005; 7) os procuradores 1, 2 e 6 poderão, em conjunto de dois, assinar contratos/propostas de prestação de serviços advocatícios; 8) os poderes da presente procuração, com exceção dos poderes do item 7 acima, poderão ser substabelecidos, sempre com reserva, às pessoas legalmente habilitadas, mediante assinatura conjunta de dois dos entre os seis primeiros outorgados. Praticar enfim todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento do presente mandato. Este mandato tem validade para o ingresso dos outorgados em todos os processos/procedimentos já iniciados ou que venham a iniciar-se até o dia 31 de dezembro de 2019, permanecendo plenamente válido até o final dos referidos processos/procedimentos, mesmo na hipótese de que seus trâmites se prolonguem além do dia 31 de dezembro de 2019. Observe-se que todas as operações bancárias, comerciais e todos os atos de direito praticados pelos ora outorgados, com base neste instrumento, deverão reverter-se em proveito e no cumprimento dos interesses de cada outorgante, devendo sempre ser respeitado os limites dos poderes e dos valores expressamente constantes dos termos do estatuto social de cada outorgante, sendo vedado o uso do nome empresarial em atos estranhos ao objeto social. Ficando ratificados por este instrumento todos os atos porventura já praticados pelos procuradores acima, no limite de suas atribuições. O presente mandato terá validade até 31 de dezembro de 2019. - De como assim disseram, do que dou fé, me pediram e lhes lavrei este instrumento, que depois de lido em voz alta e clara, foi achado em tudo conforme, aceitam, outorgam e assinam, dou fé. - Emolumentos: R\$326,84; Estado: R\$92,88; IPESP: R\$63,54; Registro Civil: R\$17,20; Tribunal de Justiça: R\$22,42; Santa Casa: R\$3,28; Imposto ao Município: R\$6,26; Ministério Público: R\$15,68; Total: R\$548,80. Guia nº 51/2018. Eu, LUIS CARLOS FERREIRA, escrevente a lavrei. - Eu, LUCIANO DE MARIA SCHIMIDT, Substituto, a subscrevi. (a.a.) // MARCO ANTONIO ANTUNES // EDUARDO MAZON // (SELADA). Nada Mais. Traslada em seguida. O presente traslado é cópia fiel do ato notarial lavrado no livro 2453, páginas 301/303, dou fé. Eu, LUCIANO DE MARIA SCHIMIDT, Substituto, a conferi, subscrevo e assino em público e raso.

EM TESTEMUNHO DA VERDADE

LUCIANO DE MARIA SCHIMIDT  
SUBSTITUTO



1123591PR1040024530301188

LIVRO: 2453  
FOLHA: 301  
DATA: 20/12/2018  
ID: 154323  
tjsp.jus.br



10402602392068.000291058-3

P.09781 R.009558

Avenida São Luís, 59 - Fone: (11) 3124-5009  
Fax: (11) 3124-5029 - São Paulo - Capital - Cep 01046-084

CARTÓRIO DO 27º TABELIÃO DE NOTAS  
Av. Dr. Carlos de Mello, 1555  
(Praça da Municipal) - Tel.: 3045-0515/0545-100  
AUTENTICAÇÃO - Cópia autenticada e autenticada  
extraída, conforme

08 JAN. 2019





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
Estado de São Paulo



27ª PÁGINA EM BRANCO





JUCESP PROTOCOLO  
2.165.661/18-3



**BANCO BMG S.A.**

**CNPJ/MF Nº 61.186.680/0001-74**

**NIRE: 3530046248-3**



**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2018.**

**01 - DATA, HORA E LOCAL:** Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, às onze horas, na sede da Companhia situada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830, Sala 101, Parte, Bloco 01, Sala 102, Parte, Bloco 02, 10º andar; Sala 112, Parte, Bloco 02, 11º andar; Sala 131, Bloco 01, 13º andar; Sala 141, Bloco 01, 14º andar, Condomínio Edifício São Luiz, CEP 04543-000, Bairro Vila Nova Conceição, Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

**02 - CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Em atendimento à convocação realizada pelo Sr. Presidente do Conselho de Administração, nos termos do artigo 14 do Estatuto Social da Companhia, estiveram presentes, além do Presidente, os Conselheiros Ângela Annes Guimarães, Regina Annes Guimarães, João Annes Guimarães, Roberto Faldini, Olga Stankevicius Colpo, Flávio Pentagna Guimarães Neto, José Eduardo Gouveia Dominicale.

**03 - COMPOSIÇÃO DA MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Bernard Camille Paul Mencier, Presidente do Conselho de Administração e secretariados pela Sra. Deise Peixoto Domingues.

**04 - ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre eleição de novos membros para composição da Diretoria.

**05 - DELIBERAÇÕES:** Após análise e discussão das matérias objeto da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, deliberaram o que segue: (I) Eleger para compor a Diretoria, para o cargo de Diretor sem designação específica: Sra. **AMANDA ITUASSU ARAUJO**, brasileira, casada, jornalista, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, portadora da Carteira de Identidade RG nº MG8765475, SSP/MG e inscrita no CPF/MF 027.936.436-98; **FELICE ITALO NAPOLITANO**, brasileiro, casado, bacharel em ciências contábeis, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, portador da Carteira de Identidade RG nº 9.374.260-5, SSP/SP e inscrito no CPF/MF 113.930.868-88; **GUILHERME VIEIRA NEVES**, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, portador da cédula de identidade RG 17.690.111-5-SSP/SP e inscrito no CPF/MF 027.936.436-98.

1/3





181.376.198-10; e **LUCIANA BUCHMANN FREIRE**, brasileira, divorciada, advogada, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, portadora da carteira de identidade RG nº 18.837.826-7 SSP/SP, inscrita na OAB/SP sob nº 107.343 e no CPF/MF sob nº 149.211.868-04, todos com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830, Sala 101, Parte, Bloco 01, Sala 102, Parte, Bloco 02, 10º andar; Sala 112, Parte, Bloco 02, 11º andar; Sala 131, Bloco 01, 13º andar; Sala 141, Bloco 01, 14º andar, Condomínio Edifício São Luiz, CEP 04543-000, Bairro Vila Nova Conceição, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, e com prazo de mandato até a Reunião do Conselho de Administração que suceder a Assembleia Geral Ordinária do ano de 2021. Os eleitos acima nomeados e qualificados declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Sociedade por lei especial, em virtude de condenação criminal ou por se encontrarem sob os efeitos dela em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra relações de consumo, fé pública ou a propriedade e declararam, ainda, que preenchem as condições constantes do artigo 2º do Regulamento Anexo II à Resolução no. 4.122, de 2 de agosto de 2012, do Conselho Monetário Nacional, editada pelo Banco Central do Brasil, conforme declaração arquivada na sede da Companhia. Os Diretores ora eleitos tomarão posse em seus cargos, somente após a homologação da presente eleição pelo Banco Central do Brasil, mediante a assinatura dos termos de posse em livro próprio. (II) Em razão da eleição dos Diretores acima mencionados, a Diretoria da Companhia passa a ser composta da seguinte forma: I – **DIRETOR EXECUTIVO GERAL**: **MARCO ANTONIO ANTUNES**, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado em São Paulo/SP, portador da carteira de identidade nº 7.669.530, expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 002.975.098-96; II – **DIRETORES EXECUTIVOS**: **EDUARDO MAZON**, brasileiro, casado, bacharel em ciência da computação, residente e domiciliado em São Paulo/SP, portador da carteira de identidade nº 20775312, expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 275.484.158-00; **ÂNGELA ANNES GUIMARÃES**, brasileira, divorciada, socióloga, residente e domiciliada em Belo Horizonte/MG, inscrita no CPF/MF sob o nº 375.156.836-00, portadora da Carteira de Identidade RG nº M-1.414.160 - SSP/MG; III- **DIRETORES SEM DESIGNAÇÃO ESPECÍFICA**: **FLÁVIO PENTAGNA GUIMARÃES NETO**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, portador da Carteira de Identidade nº 3.354.442.





expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 076.934.666-90; **AMANDA ITUASSU ARAUJO**, brasileira, casada, jornalista, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, portadora da Carteira de Identidade RG nº MG8765475, SSP/MG e inscrita no CPF/MF 027.936.436-96; **FELICE ITALO NAPOLITANO**, brasileiro, casado, bacharel em ciências contábeis, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, portador da Carteira de Identidade RG nº RG. 9.374.260-5, SSP/SP e inscrito no CPF/MF 113.930.868-88; **GUILHERME VIEIRA NEVES**, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, portador da cédula de identidade RG 17.690.111-5-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 181.376.198-10; e **LUCIANA BUCHMANN FREIRE**, brasileira, divorciada, advogada, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita na OAB/SP sob nº 107.343, portadora da cédula de identidade RG 16.837.826-7/SSP/SP e no CPF/MF sob nº 149.211.868-04, todos com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830, Sala 101, Parte, Bloco 01, Sala 102, Parte, Bloco 02, 10º andar; Sala 112, Parte, Bloco 02, 11º andar; Sala 131, Bloco 01, 13º andar; Sala 141, Bloco 01, 14º andar, Condomínio Edifício São Luiz, CEP 04543-000, Bairro Vila Nova Conceição, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, e com prazo de mandato até a Reunião do Conselho de Administração que suceder a Assembleia Geral Ordinária do ano de 2021.

**06 - APROVAÇÃO:** Todas as deliberações foram aprovadas por unanimidade sem qualquer ressalva ou restrição.

**07 - LAVRATURA DA ATA:** Foi autorizada a lavratura desta ata em forma de sumário.

**08 - ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata, que foi lida e aprovada pelos Conselheiros. São Paulo, 16 de outubro de 2018. Bernard Camille Paul Menciaer, Ângela Annes Guimarães, Regina Annes Guimarães, João Annes Guimarães, Roberto Faldini, Olga Stankevicius Colpo, Flávio Pentagna Guimarães Neto, José Eduardo Gouveia Dominicale.

**BERNARD CAMILLE PAUL MENCIAER**  
Presidente da Mesa

**DEISE PEIXOTO DOMINGUES**  
Secretária da Mesa



**JUCESP**

3/3







(B) o pedido de registro de emissor da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adesão ao segmento especial de governança corporativa da B3 denominado Nível 1 de Governança Corporativa (“Nível 1”);

(C) a realização da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações preferenciais de emissão da Companhia (“Ações” e “Oferta”, respectivamente);

(D) a alteração do Estatuto Social da Companhia para refletir, *inter alia*:

- (1) o desdobramento da totalidade das ações ordinárias da Companhia, na proporção de 19.866 (dezenove mil, oitocentas e sessenta e seis) novas ações para cada 1 (uma) ação ordinária atualmente existente;
- (2) a conversão voluntária de parte das ações ordinárias de emissão da Companhia em ações preferenciais de emissão da Companhia;
- (3) a possibilidade de conversibilidade das ações ordinárias;
- (4) a aprovação do capital autorizado;
- (5) alterações na estrutura organizacional do Conselho de Administração;
- (6) a alteração do prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração da Companhia em decorrência de exigência regulamentar constante do Regulamento de Listagem do Nível 1 (“Regulamento do Nível 1”);
- (7) a alteração na composição e revisão dos cargos da Diretoria; e
- (8) todas as demais alterações necessárias tendo em vista o registro de companhia aberta e a listagem da Companhia no Nível 1;

(E) a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e

(F) a autorização para o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia praticarem todos os atos necessários para implementação das deliberações acima.

6. **Deliberações:** Após discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou reservas, aprovaram o quanto segue: *mfj*

31366108v1 - 1231002.429689







(A) A abertura de capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de companhia aberta na categoria "A" perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480.

(B) A submissão do pedido de adesão da Companhia ao Nível 1 da B3 e a celebração, com a B3, do Contrato de Participação no Nível 1 de Governança Corporativa.

(C) A realização da Oferta, no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 17 de outubro de 2018, e em conformidade com a Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400") e as demais disposições legais aplicáveis, sob a coordenação de instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro e com a participação de determinadas instituições consorciadas também autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, com esforços de colocação das Ações no exterior, sendo (a) nos Estados Unidos da América, exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Regra 144A, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América, em operações isentas de registro, previstas no *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterado, e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos da América sobre títulos e valores mobiliários, e (b) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis desse país (*non-U.S. persons*), nos termos do *Regulation S*, editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor. Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida em até 20%, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas. Adicionalmente, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertadas, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, com a finalidade exclusiva de atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta. Nos termos do artigo 172, I, da Lei das Sociedades por Ações, não será observado o direito de preferência dos acionistas da Companhia no aumento de capital decorrente da Oferta.

31366108v1 - 1231002.429689





(D) A alteração do Estatuto Social da Companhia, para refletir, *inter alia*:

(1) o desdobramento da totalidade das ações ordinárias, nominativas sem valor nominal de emissão da Companhia, nos termos do art. 12 da Lei das Sociedades por Ações, de modo que cada ação ordinária existente passe a representar 19.866 (dezenove mil, oitocentas e sessenta e seis) novas ações ordinárias, sem qualquer alteração no valor do capital social da Companhia, de forma que o capital social passe a ser dividido em 500.007.354 (quinhentas milhões, sete mil, trezentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal;

(2) a conversão voluntária de 100.000.000 (cem milhões) de ações ordinárias de emissão da Companhia atualmente detidas pelo acionista Sr. Flávio Pentagna Guimarães em ações preferenciais de emissão da Companhia, na proporção de 1 (uma) ação ordinária para 1 (uma) ação preferencial. Desta forma, o capital social da Companhia passa a ser dividido em 400.007.354 (quatrocentos milhões, sete mil e trezentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias e 100.000.000 (cem milhões) de ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. As ações preferenciais criadas em decorrência da conversão terão as seguintes preferências e vantagens: (i) prioridade em relação às ações ordinárias no reembolso do capital, em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio; (ii) direito de participar dos lucros em igualdade de condições com as ações ordinárias; e (iii) direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle estabelecida nos moldes do Estatuto Social da Companhia.

Em vista da aprovação da deliberação a respeito da conversão facultativa de determinadas ações ordinárias em ações preferenciais de emissão da Companhia, bem como da alteração dos direitos das ações preferenciais, será facultado aos acionistas dissidentes exercer o direito de retirar-se da Companhia mediante reembolso do valor de suas ações objeto do exercício desse direito, nos termos do artigo 137 da Lei das Sociedades por Ações. O direito de retirada poderá ser exercido apenas pelos acionistas da Companhia que, comprovadamente, eram titulares de ações ordinárias em 10 de outubro de 2018, inclusive, e somente com relação ao número de ações ordinárias por eles detidas em tal data. O preço do reembolso por ação ordinária detida pelos acionistas porventura dissidentes será de R\$ 103.680,59 (cento e trinta e seis mil, seiscentos e oitenta reais e cinquenta e nove centavos), calculado nos termos do artigo 137 da Lei das Sociedades por Ações.

31366108v1 - 1231002.429689





45 da Lei das Sociedades por Ações, com base no valor do patrimônio líquido contábil da Companhia em 31 de dezembro de 2017.

Os acionistas dissidentes que assim o desejarem poderão exercer o direito de retirada por meio de comunicação por escrito para a Companhia, endereçada ao Sr. Danilo Herculano Andrade Silva, no endereço localizado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830, Bloco 01, 10º andar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de publicação da ata da presente Assembleia Geral Extraordinária, acompanhada de (i) comprovante de titularidade de suas ações ordinárias em 10 de outubro de 2018; e (ii) cópia de documento de identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso. O pagamento do valor do reembolso das ações ordinárias será feito pela Companhia no prazo de 10 (dez) dias após o término do prazo para o exercício do direito de retirada.

Nos termos do § 2º do artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, é facultado aos acionistas dissidentes solicitar, juntamente com o pedido de reembolso mencionado nos parágrafos anteriores, levantamento de balanço especial com base em data até 60 (sessenta) dias anterior à data da presente Assembleia Geral Extraordinária. Nesse caso, a Companhia pagará imediatamente 80% do valor de reembolso acima indicado e, levantado o balanço especial, pagará o saldo no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data da presente Assembleia Geral Extraordinária.

(3) A inserção, no Estatuto Social, da possibilidade de os acionistas poderem, a qualquer tempo, converter ações da espécie ordinária em preferencial, à razão de 1 (uma) ação preferencial para 1 (uma) ação ordinária, desde que integralizadas, observado o limite legal, contanto que tal conversão seja aprovada previamente pela Diretoria da Companhia e homologada pelo Conselho de Administração na primeira reunião que se realizar após a aprovação da conversão pela Diretoria.

(4) A aprovação do capital autorizado da Companhia, de forma a permitir o aumento de seu capital social sem reforma estatutária, até o limite de 200.000.000 (duzentos milhões) de ações, mediante emissão de novas ações sem valor nominal.

(5) A alteração na estrutura organizacional do Conselho de Administração, de modo a (i) aumentar o número máximo de membros do Conselho de Administração para até 9 (nove) membros; (ii) aumentar o número máximo de membros independentes do Conselho de Administração, para até 4 (quatro) Conselheiros independentes.

31366108v1 - 1231002.429689





conforme critério de independência constante do Estatuto Social da Companhia; e (iii) aumentar o quórum de instalação das reuniões do Conselho de Administração, de modo que estas somente serão instaladas com a presença de, no mínimo, 5 (cinco) conselheiros, devendo necessariamente, ao menos, 2 (dois) deles não serem Conselheiros Independentes.

(6) A alteração do prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração da Companhia eleitos em sede da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2018 ("AGOE"), quais sejam: (i) Sr. Bernard Camille Paul Mencier; (ii) Sra. Ângela Annes Guimarães; (iii) Sr. João Annes Guimarães; (iv) Sra. Regina Annes Guimarães; (v) Sr. Roberto Faldini; (vi) Sr. Flávio Pentagna Guimarães Neto; (vii) Sra. Olga Stankevicius Colpo; e (viii) Sr. José Eduardo Gouveia Dominicale, que passarão a ter mandato unificado de 2 (dois) anos, até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2020, em decorrência de exigência regulamentar constante do Regulamento do Nível 1.

(7) A alteração na composição da Diretoria e revisão dos cargos, com (i) o aumento do número mínimo de membros para 6 (seis) membros; e a (ii) a criação dos cargos de (a) Diretor de Relações com Investidores e (b) Diretores Executivos Vice-Presidentes, sendo mantidos os cargos de Diretor Executivo Geral, Diretores Executivos e Diretores sem designação específica.

(8) A inclusão de previsão estatutária a respeito da regra de indenidade aplicável aos Conselheiros de Administração, Diretores, membros de Comitês e demais empregados que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia.

(9) A alteração do Estatuto Social da Companhia para refletir as demais modificações necessárias em preparação ao registro de companhia aberta e à listagem da Companhia no Nível 1.

Nos termos do artigo 46 do Estatuto Social alterado, as disposições dos Capítulos VIII e IX do referido Estatuto Social, bem como as demais regras relacionadas ao Regulamento do Nível 1, conforme estabelecidas no Estatuto Social alterado, somente se tornarão eficazes a partir da data em que for publicado o anúncio de início da oferta pública inicial de ações emitidas pela Companhia.

(E) A consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a redação

31365108v1 - 1231002.429689



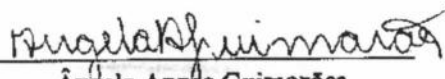


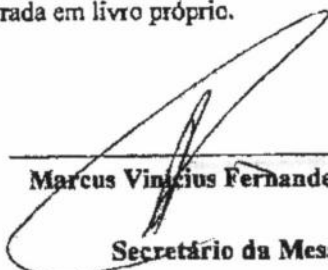
constante do Anexo 1 a esta ata.

- (F) A autorização para o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia praticarem todos os atos necessários para implementação das deliberações acima.
- (G) A eficácia das deliberações acima está condicionada a homologação do presente ato pelo Banco Central do Brasil

7. **Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia Geral Extraordinária, da qual se lavrou a presente Ata em forma de sumário, nos termos do art. 130, Parágrafo 1º da Lei 6.404/76, cuja original foi lavrada no Livro de Registro de Atas de Assembleias Gerais da Sociedade, lida e assinada por todos os acionistas presentes, ficando autorizada a sua publicação. São Paulo, 18 de outubro de 2018 (a.a.) Flávio Pentagna Guimarães. Ricardo Annes Guimarães. Ângela Annes Guimarães. Regina Annes Guimarães. João Annes Guimarães. Márcio Alaor de Araújo. Antonio Mourão Guimarães Neto. BMG PARTICIPAÇÕES S/A, representada por seus Diretores Ricardo Annes Guimarães e Ângela Annes Guimarães. COEMP – COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS S/A, representada por seus Diretores Regina Annes Guimarães e Ricardo Annes Guimarães. COMERCIAL MINEIRA S/A, neste ato representada por seus Diretores Ricardo Annes Guimarães e Ângela Annes Guimarães. CSMG – CORRETORA DE SEGUROS LTDA, neste ato representada por seu Diretor, José Eduardo Gouveia Dominicale. ALGODÕES EMPREENDIMENTOS TURISTICOS LTDA, neste ato representada por seu administrador, sr. Antonio Mourão Guimarães Neto.

Confere com a original, lavrada em livro próprio.

  
Ângela Annes Guimarães  
Presidente da Mesa

  
Marcus Vinicius Fernandes Vieira  
Secretário da Mesa







ANEXO 1

**ESTATUTO SOCIAL**

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

31366108v1 - 1231002.429689





**ESTATUTO SOCIAL DO  
BANCO BMG S.A.  
CNPJ/MF nº 61.186.680/0001-74  
NIRE 3530046248-3**

Alterado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de outubro de 2018.

**CAPÍTULO I**

**NOME - SEDE - OBJETO E DURAÇÃO**

**ARTIGO 1º**

O **BANCO BMG S.A.** ("Companhia") é uma instituição financeira constituída sob a forma de sociedade por ações, que se rege por este Estatuto Social e pela legislação que lhe for aplicável.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Com a listagem da Companhia no segmento especial de listagem denominado Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado, às disposições do regulamento de listagem do Nível 1 ("Regulamento do Nível 1").

**ARTIGO 2º**

A Companhia tem sede e foro na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830, Sala 101, Parte, Bloco 01, Sala 102, Parte, Bloco 02, 10º andar; Sala 112, Parte, Bloco 02, 11º andar; Sala 131, Bloco 01, 13º andar; Sala 141, Bloco 01, 14º andar, Condomínio Edifício São Luiz, CEP 04543-000, Bairro Vila Nova Conceição, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo, a critério e por deliberação do Conselho de Administração, e mediante a autorização das autoridades competentes, instalar ou suprimir, em qualquer parte do território nacional e no exterior, dependências, agências, filiais, sucursais ou correspondentes.

**ARTIGO 3º**

A Companhia tem como objeto social a prática de todas as operações ativas, passivas e acessórias permitidas nas normas legais e regulamentares para o funcionamento dos bancos com carteira comercial, de investimento, inclusive câmbio, de crédito, financiamento e investimento, de arrendamento mercantil e de crédito imobiliário.

**ARTIGO 4º**

O prazo de duração da Companhia é indeterminado.





## CAPÍTULO II

### CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

#### ARTIGO 5º

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 2.542.570.607,69 (dois bilhões, quinhentos e quarenta e dois milhões, quinhentos e setenta mil, seiscentos e sete reais e sessenta e nove centavos), dividido em (i) 400.007.354 (quatrocentos milhões, sete mil e trezentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal; e (ii) 100.000.000 (cem milhões) de ações preferenciais sem direito a voto, todas nominativas e sem valor nominal.

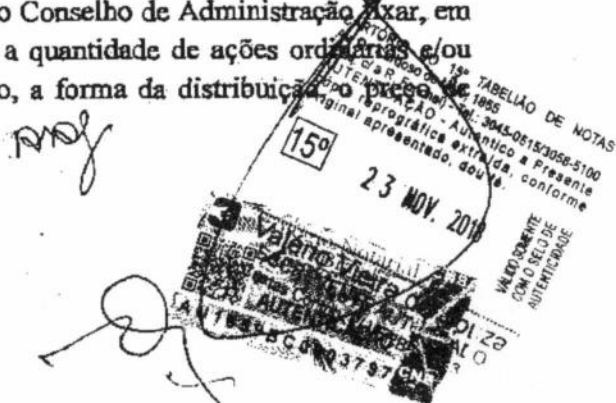
**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – As preferências e vantagens das ações preferenciais de emissão da Companhia consistem em: (i) prioridade em relação às ações ordinárias no reembolso do capital, em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio; (ii) direito de participar dos lucros em igualdade de condições com as ações ordinárias; e (iii) direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle estabelecida no Artigo 42 deste Estatuto Social, em igualdade de condições com as ações ordinárias.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Os acionistas poderão, a qualquer tempo, converter ações da espécie ordinária em preferencial, à razão de 1 (uma) ação preferencial para 1 (uma) ação ordinária, desde que integralizadas, observado o limite legal. Os pedidos de conversão deverão ser encaminhados por escrito à Diretoria. Os pedidos de conversão recebidos e aceitos pela Diretoria deverão ser homologados na primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar após a aprovação da conversão pela Diretoria.

#### ARTIGO 6º

A Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do seu Conselho de Administração, até que este atinja o limite de 200.000.000 (duzentos milhões) de ações. Caberá ao Conselho de Administração fixar, em cada caso e dentro do limite autorizado neste artigo, a quantidade de ações ordinárias e/ou preferenciais a serem emitidas, o local da distribuição, a forma da distribuição, a data de emissão e as condições de subscrição e integralização.





**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Desde que realizado dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá ainda: (i) deliberar a emissão de bônus de subscrição; (ii) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, deliberar a outorga de opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia ou suas controladas, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga ou no exercício das opções de compra; e (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A emissão de novas ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle nos termos dos artigos 257 a 263 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), ou, ainda, nos termos de lei especial sobre incentivos fiscais, poderá se dar sem que aos acionistas seja concedido direito de preferência na subscrição ou com redução do prazo mínimo previsto em lei para o seu exercício.

#### **ARTIGO 7º**

Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em conta de depósito, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) designada pelo Conselho de Administração, em nome de seus titulares.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – O custo de transferência da propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista alienante pela instituição escrituradora, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, observados os limites máximos fixados pela CVM.

### **CAPÍTULO III**

#### **ASSEMBLEIA GERAL**

#### **ARTIGO 8º**

A Assembleia Geral, convocada e instalada conforme prevista na Lei das S.A. e neste Estatuto Social, reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia assim exigirem.

#### **ARTIGO 9º**

Compete privativamente à assembleia geral, sem prejuízo de outras atribuições determinadas por lei, regulamentação ou este Estatuto Social: (i) alterar o estatuto social; (ii) eleger





destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado; (iii) fixar o montante global da remuneração dos administradores e dos membros do conselho fiscal, quando instalado; (iv) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (v) suspender o exercício de direitos de acionista, incluindo direitos de voto, de qualquer acionista ou acionistas que deixem de cumprir obrigação legal, regulamentar ou estatutária, na forma do disposto no artigo 120 da Lei das S.A.; (vi) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (vii) deliberar sobre transformação, fusão, cisão, incorporação, ou incorporação de ações envolvendo a Companhia; (viii) deliberar sobre desdobramentos ou grupamentos de ações; (ix) deliberar sobre resgate, amortização e reembolso; (x) aprovar a apresentação de pedido de recuperação judicial e/ou extrajudicial, ou falência; (xi) deliberar a dissolução e liquidação da Companhia; (xii) deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta na CVM; e (xiii) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

#### **ARTIGO 10**

A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração, ou, nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, se e quando instalado, mediante anúncio publicado, devendo a primeira convocação ser feita, com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, e a segunda com antecedência mínima de 8 (oito) dias, observado, ainda, o disposto na regulamentação da CVM que dispõe sobre informações, pedidos de procuração, participação e votação a distância em assembleias gerais.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos votos dos acionistas presentes na assembleia, não se computando os votos em branco e as abstenções, ressalvadas as exceções previstas em lei ou em acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das S.A.

#### **ARTIGO 11**

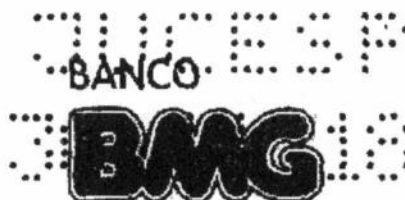
As pessoas presentes à Assembleia Geral deverão apresentar documentos que comprovem a sua identidade, sua qualidade de acionista e, no caso de acionista pessoa física, a sua representação legal.

*Handwritten signature*

*Handwritten mark*







**PARÁGRAFO ÚNICO** – Observadas as restrições legais, os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por mandatário, devendo, neste caso, ser apresentados ainda o instrumento de mandato e comprovante de identidade do mandatário.

#### **ARTIGO 12**

Ressalvas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo,  $\frac{1}{4}$  (um quarto) do capital social com direito de voto; em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número.

#### **ARTIGO 13**

Antes de abrir-se a Assembleia Geral, os acionistas assinarão o “Livro de Presença”, indicando seu nome e a quantidade de ações de que forem titulares.

#### **ARTIGO 14**

As atas de Assembleias deverão ser lavradas no Livro de Atas das Assembleias Gerais, e poderão, caso assim aprovado na Assembleia Geral em questão, ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos e publicadas com omissão das assinaturas.

#### **ARTIGO 15**

A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, instalada e presidida por outro conselheiro, diretor ou acionista indicado por escrito pelo Presidente do Conselho de Administração. O Presidente da Assembleia Geral indicará até 2 (dois) secretários.

### **CAPÍTULO IV**

#### **ADMINISTRAÇÃO**

#### **ARTIGO 16**

A Administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria estará condicionada à prévia subscrição do termo de anuência dos administradores nos termos do disposto no Regulamento do Nível 1, bem como ao atendimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis (incluindo a homologação de sua eleição pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”)).





#### **ARTIGO 17**

O Conselho de Administração e a Diretoria, para melhor desempenho de suas funções, poderão criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, *que deverão atuar como órgãos auxiliares sem poderes deliberativos, sempre no intuito de assessorá-los.* Os membros dos comitês ou dos grupos de trabalho serão designados pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria, conforme o caso.

#### **ARTIGO 18**

Ressalvado o disposto no presente Estatuto Social, qualquer dos órgãos de administração se reúne validamente com a presença da maioria de seus respectivos membros e delibera pelo voto da maioria dos presentes.

#### **ARTIGO 19**

Dentro dos limites estabelecidos neste artigo, a Companhia indenizará e manterá indenidos seus conselheiros de administração, diretores, membros de comitês e demais empregados que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia (em conjunto ou isoladamente "Beneficiários"), na hipótese de *eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido* pelos Beneficiários por força do exercício regular de suas funções na Companhia.

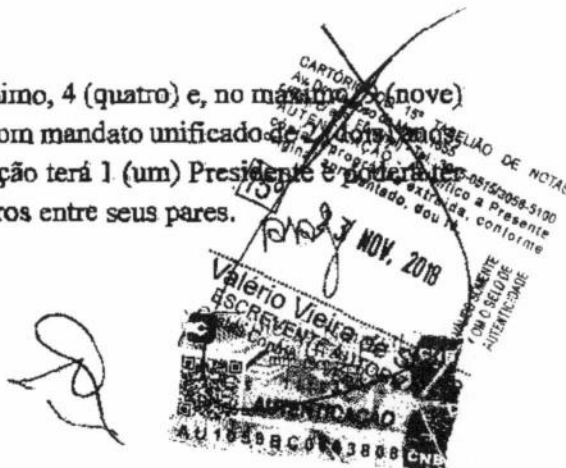
**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Caso seja condenado, por decisão judicial, arbitral ou administrativa transitada em julgado, por agir (i) dentro de seus deveres e poderes, com má-fé, culpa, dolo ou mediante fraude; (ii) em violação à lei ou a este Estatuto Social; (iii) fora do exercício de suas atribuições ou (iv) *em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia*, o Beneficiário deverá ressarcir a Companhia de todos os custos e despesas incorridos com a assistência jurídica.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – As condições e as limitações da indenização objeto do presente artigo serão determinadas em instrumento escrito, cuja implantação é da alçada do Conselho de Administração, *sem prejuízo da contratação de seguro específico para a cobertura de riscos de gestão.*

#### **DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

#### **ARTIGO 20**

O Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 4 (quatro) e, no máximo, ~~dezoito~~ (nove) membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de ~~três~~ (dois) anos, sendo permitida a reeleição. O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente e ~~dois~~ (um) Vice-Presidentes até 3 (três) Vice-Presidentes escolhidos pelos conselheiros entre seus pares.





**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Até 4 (quatro) membros do Conselho de Administração poderão ser Conselheiros Independentes, expressamente declarados como tais na Assembleia Geral que os elege.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Para fins deste Estatuto Social, Conselheiro Independente caracteriza-se por: (i) não ter qualquer vínculo com a Companhia; (ii) não ser acionista da Companhia; não ser cônjuge ou parente até segundo grau de acionistas da Companhia, ou não ser ou não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado à Companhia ou entidade relacionada à acionista; (iii) não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou membro da administração da Companhia, de acionistas ou de sociedade controlada, controladora ou sob controle comum da Companhia; (iv) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços ou produtos da Companhia; (v) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia; (vi) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (vii) não receber outra remuneração da Companhia além da de Conselheiro.

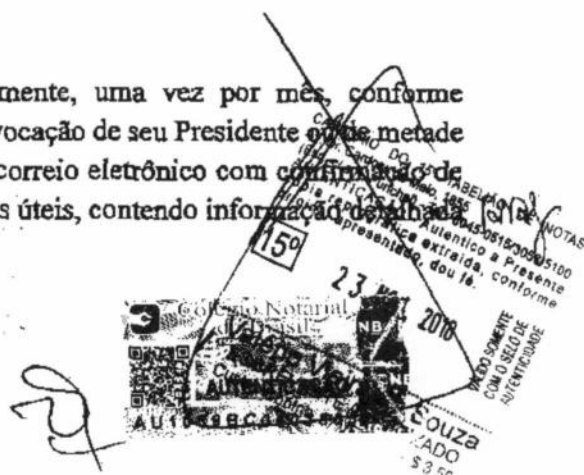
**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Os membros do Conselho de Administração, até o máximo de 1/3 (um terço), poderão ser eleitos para cargos de diretores.

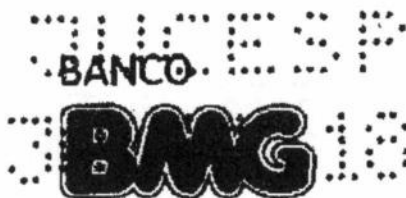
**PARÁGRAFO QUARTO** – Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Executivo Geral não poderão ser acumulados pela mesma pessoa. Esta regra não se aplicará na hipótese de vacância, sendo que, nesse caso, a Companhia deve: (i) divulgar a acumulação de cargos em decorrência da vacância até o dia útil seguinte ao da ocorrência; (ii) divulgar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da vacância, as providências tomadas para cessar a acumulação dos cargos; e (iii) cessar a acumulação no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Findo o mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos eleitos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.

## **ARTIGO 21**

O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, conforme calendário fixado e, extraordinariamente, mediante convocação de seu Presidente ou de metade de seus membros, por meio de carta registrada, fax ou correio eletrônico com confirmação de recebimento, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, contendo informação de





sobre a ordem do dia, a data, hora e local da reunião, bem como todos os documentos necessários à tomada de decisões na respectiva reunião.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – As reuniões do Conselho de Administração somente serão instaladas com a presença de, no mínimo, 5 (cinco) Conselheiros, devendo necessariamente, ao menos, 2 (dois) deles não serem Conselheiros Independentes.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Será admitida a realização de reunião do Conselho de Administração por meio de teleconferência ou videoconferência, sendo certo que a participação remota de qualquer Conselheiro em tais reuniões, incluindo a do Presidente, será considerada presença pessoal.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas (i) por unanimidade dos membros presentes, quando instaladas com a presença de apenas 4 (quatro) membros, nos termos do Parágrafo Primeiro acima ou (ii) por maioria simples dos presentes, quando instalada com a presença de todos os membros do Conselho de Administração, salvo quando a lei exigir quórum especial e nas hipóteses especiais previstas em acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, tendo o Presidente do Conselho de Administração o voto de qualidade em caso de empate na votação.

**PARÁGRAFO QUARTO** – O Presidente do Conselho de Administração presidirá as reuniões do Conselho de Administração, ressalvadas as hipóteses de ausência ou impedimento temporário, previstas no Artigo 22 abaixo.

**PARÁGRAFO QUINTO** – O presidente de qualquer reunião do Conselho de Administração não deverá computar o voto proferido com infração aos termos de qualquer acordo de acionistas que possa estar devidamente arquivado na sede da Companhia, conforme disposto no artigo 118 da Lei das S.A.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Independentemente das formalidades de convocação previstas neste artigo, serão consideradas regulares as reuniões a que comparecerem todos os conselheiros.

## **ARTIGO 22**

Em caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente, o mesmo será substituído por um dos Conselheiros Vice-presidentes ou, nesta impossibilidade, o Conselho de Administração indicará o substituto interino, dentre seus membros, desde que não seja Conselheiro Independente. Neste caso, o substituto exercerá a competência plena designada ao Presidente do Conselho de Administração, conforme o caso, inclusive o voto de qualidade mencionado no Parágrafo Terceiro do Artigo 21 acima. Em não havendo referida designação no





Conselheiros nomearão entre si o substituto do Presidente para atuação em reunião específica, na abertura da respectiva reunião, com estrita observância às disposições deste artigo.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - No caso de vacância de cargo de membro de Conselho de Administração por morte, renúncia, ou qualquer forma de impedimento permanente, o substituto será eleito pela Assembleia Geral para atuar pelo tempo de mandato restante do substituído, que deverá ser convocada no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias. Ocorrendo a vaga ou impedimento definitivo do Presidente, o Conselho de Administração deliberará a indicação de um de seus membros para o cargo de Presidente do Conselho de Administração.

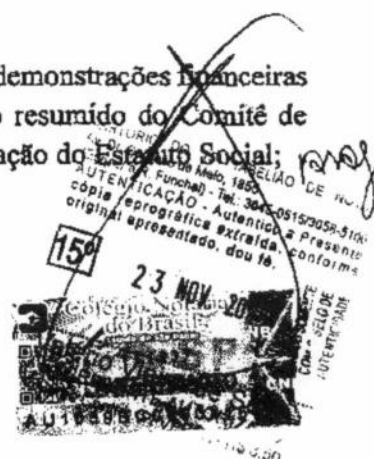
#### **ARTIGO 23**

Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração.

#### **ARTIGO 24**

Compete ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras atribuições determinadas por lei, regulamentação ou este Estatuto Social:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar o respectivo orçamento geral;
- b) eleger e destituir os membros da Diretoria, do Comitê de Remuneração, Pessoas e Governança da Sociedade e do Comitê de Auditoria, subordinados ao Conselho de Administração, bem como fixar-lhes as atribuições e respectivas áreas de atuação, podendo, ainda, atribuir, em caráter permanente ou transitório, funções especiais, a qualquer membro da Diretoria, com a intitulação que entender conveniente, respeitadas as conferidas por este Estatuto Social;
- c) fiscalizar a gestão dos membros da Diretoria, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos que julgar necessário;
- d) convocar a Assembleia Geral;
- e) submeter à Assembleia Geral o relatório da administração, as demonstrações financeiras da Companhia, os pareceres dos auditores independentes, relatório resumido do Comitê de Auditoria, bem como propostas para destinação dos lucros e de alteração do Estatuto Social;







f) autorizar a participação da Companhia e a alienação da participação da Companhia, em outras sociedades não integrantes do conglomerado BMG, em valores superiores a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais);

g) autorizar a alienação de bens do ativo permanente e constituir ônus reais sobre ativos imobilizados em valores superiores a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais);

h) autorizar a contratação de operações da Companhia que envolvam alienação de bens móveis de sua titularidade, cujos valores envolvidos sejam superiores a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), exceção feita às operações de cessão de créditos pela Companhia, com ou sem coobrigação, realizadas no curso normal de seus negócios;

i) autorizar previamente a realização de operações de crédito pela Companhia, as quais serão avaliadas e aprovadas pelo Comitê de Crédito, nos termos de seu Regimento Interno, aprovado em conformidade com o item (p) abaixo;

j) autorizar previamente a contratação de operações de captação de recursos pela Companhia, no mercado local ou internacional, em valores superiores a R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais);

k) autorizar a formalização de contratos com terceiros, não relacionados ao curso normal dos negócios, tendo a Companhia como contratante, tais como contratos de prestação de serviços e afins, em valor superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais);

l) fixar a linha de ação a ser adotada pela Companhia nas assembleias gerais das sociedades das quais seja acionista ou sócia e indicar o representante legal da Companhia que comparecerá às mencionadas assembleias ou representará a Companhia em alterações contratuais;

m) distribuir, nos limites fixados pela Assembleia Geral, a remuneração e eventuais gratificações dos administradores;

n) aprovar a indicação, se for o caso, dos nomes dos representantes da Companhia a serem submetidos às assembleias gerais das sociedades das quais ela seja acionista ou sócia, para exercer cargos na administração ou na fiscalização;

o) aprovar e alterar o organograma funcional da Companhia;

p) aprovar todos os regimentos internos e políticas da Companhia, em especial o Regimento Interno do Comitê de Crédito que definirá todas as condições e alcadas para





aprovação de operações de crédito em geral nas quais a Companhia seja credora; e (ii) o Regimento Interno do Comitê de Ativos e Passivos da Companhia (ALCO), que conterà as condições operacionais, alçadas de decisão, diretrizes e políticas a serem adotadas pela Companhia; (iii) o Regimento Interno do Comitê de Auditoria, previsto no Artigo 33 abaixo, e (iv) o Regimento Interno do Comitê de Remuneração, Pessoas e Governança, previsto no Artigo 34 abaixo;

q) escolher e destituir os auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre quaisquer matérias;

r) deliberar sobre a abertura de filiais, sucursais, agências ou dependências em qualquer parte do país ou no exterior;

s) definir as normas gerais relativas à participação dos membros da Diretoria e empregados nos lucros da Companhia;

t) deliberar sobre qualquer matéria não regulada neste Estatuto Social, resolvendo os casos omissos;

u) designar e destituir o Ouvidor da Companhia;

v) avaliar formalmente, ao término de cada ano, o desempenho dos comitês constituídos;

w) determinar o levantamento de balanços intermediários e com base nestes declarar dividendos;

x) autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no Artigo 7º deste Estatuto Social, fixando o número, o preço, o prazo de integralização e as condições de emissão das ações, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo mínimo para o seu exercício nas emissões de ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou mediante permuta por ações em oferta pública para aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;

y) dentro do limite do capital autorizado, conforme previsto no Artigo 7º deste Estatuto Social, (i) deliberar a emissão de bônus de subscrição; (ii) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, deliberar a outorga de opção de compra de ações aos administradores e empregados da Companhia ou de suas controladas, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra; e (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações;





z) deliberar sobre a negociação com ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e respectiva alienação, observados os dispositivos legais e regulamentares pertinentes;

aa) aprovar a contratação da instituição prestadora dos serviços de escrituração de ações; e

bb) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria e pelos Comitês, bem como convocar os membros da Diretoria para reuniões em conjunto, sempre que achar necessário.

### **DA DIRETORIA**

#### **Seção I – Composição**

#### **ARTIGO 25**

A Diretoria da Companhia, cujos membros serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, é composta de, no mínimo 6 (seis) e, no máximo, 16 (dezesesseis) membros, dentre os quais serão designados os cargos de Diretor Executivo Geral, Diretor de Relações com Investidores, Diretores Executivos Vice-Presidentes, Diretores Executivos e Diretores sem designação específica, na conformidade do que for estabelecido pelo Conselho de Administração ao prover esses cargos, sendo os cargos de Diretor Executivo Geral e Diretor de Relações com Investidores de preenchimento obrigatório e os demais de preenchimento facultativo. Ainda, os Diretores poderão acumular cargos.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O Conselho de Administração fixará as quantidades de cargos a serem preenchidos e designará, nomeadamente entre os eleitos, o que ocupará a função de Diretor Executivo Geral, Diretor de Relações com Investidores, bem como os que ocuparão os cargos de Diretores Executivos Vice-Presidentes, Diretores Executivos e Diretores sem designação específica.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O Diretor Executivo Geral deterá o voto de qualidade, no caso de empate nas votações do colegiado.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Sempre que necessário, os Diretores Executivos Vice-Presidentes, Diretores Executivos e Diretores sem designação específica serão substituídos por designação do Conselho de Administração, devendo o substituto atuar pelo tempo de mandato restante do substituído.

may

21





## Seção II – Competência

### ARTIGO 26

Compete ao Diretor Executivo Geral, ao Diretor de Relações com Investidores, aos Diretores Executivos Vice-Presidentes, Diretores Executivos e Diretores sem designação específica, além das atribuições legais:

- a) Participar das reuniões da Diretoria; e
- b) Fazer com que sejam cumpridas as diretrizes e medidas recomendadas pelo Conselho de Administração, dispondo em colegiado, sobre atribuições particularizadas de cada membro da Diretoria.

### ARTIGO 27

Além das atribuições normais que lhe são conferidas pela lei e por este Estatuto, compete especificamente a cada membro da Diretoria:

- a) Compete privativamente ao Diretor Executivo Geral:
  - (i) Convocar as Reuniões de Diretoria e presidi-las;
  - (ii) Orientar a administração e a gestão dos negócios sociais, supervisionando os trabalhos da Diretoria, de forma a assegurar a plena implementação e execução das políticas e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;
  - (iii) Elaborar o Plano Operacional Anual a ser submetido ao Conselho de Administração, estabelecendo metas;
  - (iv) Acompanhar o cumprimento do Plano Operacional;
  - (v) Coordenar a atuação dos Diretores Executivos Vice-Presidentes, Diretores Executivos e dos Diretores sem designação específica, bem como o acompanhamento dos respectivos desempenhos;
  - (vi) Tomar as decisões de sua alçada; e
  - (vii) Tomar decisões de caráter de urgência, de competência da Diretoria "ad referendum" desta.

*[assinatura]*

*[assinatura]*





b) Compete privativamente ao Diretor de Relações com Investidores:

(i) Prestar informações aos investidores, à CVM, às bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM e atender às demais exigências dessa regulamentação;

(ii) Representar a Companhia isoladamente perante a CVM, as bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia; e

(iii) Desempenhar as outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Executivo Geral.

c) Compete aos Diretores Executivos Vice-Presidentes, Diretores Executivos e Diretores sem designação específica:

(i) Colaborar com o Diretor Executivo Geral no desempenho de suas funções;

(ii) Administrar e supervisionar as áreas que lhes forem conferidas na forma da alínea (b) do Artigo 24;

(iii) Supervisionar e coordenar a atuação dos colaboradores que estiverem sob sua supervisão direta e indireta e acompanhamento dos respectivos desempenhos; e

(iv) Tomar as decisões de sua alçada.

### Seção III – Eleição e Destituição

#### ARTIGO 28

Os Diretores serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração por um prazo unificado de gestão de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Findo o mandato, os membros da Diretoria permanecerão no exercício de seus cargos até a posse dos seus substitutos, nos termos da regulamentação em vigor.

### Seção IV – Representação







### **ARTIGO 29**

Os membros da Diretoria ficam investidos dos mais amplos poderes de administração da Companhia, inclusive para praticar todos e quaisquer atos relativos aos fins e objetivos da Companhia, observado sempre o disposto no Artigo 24 deste Estatuto Social, devendo, todos os atos, contratos ou documentos que criem ou exonem de responsabilidade a Companhia, serem assinados por 2 (dois) diretores, sendo um deles necessariamente o Diretor Executivo Geral, o Diretor de Relações com Investidores, o Diretor Executivo Vice-Presidente ou Diretor Executivo.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Na hipótese de ausência temporária do Diretor Executivo Geral, este deverá nomear, entre os Diretores Executivos Vice-Presidentes, o Diretor de Relações com Investidores ou Diretores Executivos, um substituto, para assinar em conjunto com outro diretor, ambos com poderes específicos e prazo determinado.

### **ARTIGO 30**

A Companhia também poderá ser representada por (i) qualquer um dos Diretores em conjunto com um procurador ou (ii) por 2 (dois) procuradores, respeitados os termos deste Estatuto Social e dos instrumentos de mandato outorgados.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**: Na constituição de procuradores, a Companhia será representada por 2 (dois) Diretores, da seguinte forma: (i) Diretor Executivo Geral em conjunto com 1 (um) Diretor Executivo Vice-Presidente, o Diretor de Relações com Investidores ou Diretor Executivo ou com 01 (um) Diretor sem designação específica ou, ainda, (ii) um Diretor Executivo Vice-Presidente em conjunto com o Diretor de Relações com Investidores ou um Diretor Executivo, ou (iii) 02 (dois) Diretores Executivos em conjunto.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Nas constituições de procurações outorgando poderes da cláusula “*ad judicium*”, a advogados, para o foro em geral, visando a postulação de medidas ou defesa da Companhia, esta poderá ser representada por: (i) Diretor Executivo Geral em conjunto com 01 (um) Diretor Executivo Vice-Presidente, o Diretor de Relações com Investidores ou Diretor Executivo ou com 01 (um) Diretor sem designação específica ou, ainda, (ii) um Diretor Executivo Vice-Presidente em conjunto com o Diretor de Relações com Investidores ou um Diretor Executivo ou Diretor sem designação específica; (iii) 02 (dois) Diretores Executivos, ou (iv) um Diretor Executivo em conjunto com um Diretor sem designação específica.

### **ARTIGO 31**

As procurações outorgadas pela Companhia especificarão os poderes concedidos e o prazo de duração do mandato, exceto nas procurações “*ad judicium*”, que poderão ser por prazo indeterminado. [assinatura]





### **ARTIGO 32**

É expressamente vedado e será nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer diretor ou procurador que envolva a Companhia em obrigações relativas a negócios e operações estranhos ao seu objeto social, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, se for o caso, a que estará sujeito o infrator deste dispositivo.

## **CAPÍTULO V**

### **DO COMITÊ DE AUDITORIA**

### **ARTIGO 33**

A avaliação sobre a eficiência e confiabilidade do Sistema de Controles Internos e de Administração de Riscos da Companhia, a apreciação da conformidade das operações e negócios da Companhia com os dispositivos legais, os regulamentos e a política da Companhia, a supervisão das atividades da auditoria interna e o monitoramento da auditoria independente serão exercidas pelo Comitê de Auditoria, a quem caberá, também, recomendar ao Conselho de Administração a escolha e a destituição dos auditores independentes.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O Comitê de Auditoria será constituído por, no mínimo, 3 (três) membros, com mandato fixo de 3 (três) anos, eleitos pelo Conselho de Administração, na forma disposta no artigo 13, inciso I, da Resolução nº 3.198/2004, alterada pela Resolução 4.329/2014. O Conselho de Administração nomeará, também, o Presidente do Comitê e o membro Especialista. O mandato dos membros do Comitê de Auditoria estender-se-á até a posse dos seus substitutos, nos termos previstos na regulamentação em vigor.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Dentre os membros do Comitê, pelo menos um deles deverá ser o membro Especialista, o qual deverá possuir comprovadamente conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O Conselho de Administração poderá, a seu critério, alterar a composição do Comitê de Auditoria, substituindo ou destituindo os seus membros.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Constitui também atribuição do Comitê de Auditoria estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizadas por escrito e colocadas à disposição da Companhia.

**PARÁGRAFO QUINTO** – O Comitê de Auditoria reunir-se-á, no mínimo, trimestralmente, com a Diretoria da instituição, com a Auditoria Independente e com a Auditoria Interna, para





verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros. Reunir-se-á, ainda, por convocação do seu Presidente, e deverá zelar:

- a) pela qualidade e integridade dos processos de fechamento contábil, demonstrações financeiras e informações adicionais;
- b) pela conformidade com os requisitos legais e regulamentares vigentes; e
- c) pela independência e qualidade dos trabalhos efetuados pelas Auditorias Independente e Interna.

**PARÁGRAFO SEXTO** – O Conselho de Administração definirá a verba destinada à remuneração dos membros do Comitê de Auditoria, observados os parâmetros de mercado, bem como o orçamento destinado a cobrir as despesas para o seu funcionamento, incluindo contratação de especialistas para auxílio no cumprimento de suas atribuições.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – Os membros do Comitê de Auditoria não receberão nenhum outro tipo de remuneração da Companhia ou de suas empresas ligadas que não seja aquela relativa à sua função de integrante do Comitê de Auditoria.

**PARÁGRAFO OITAVO** – Sendo o membro do Comitê de Auditoria também integrante do Conselho de Administração da instituição ou de qualquer das empresas integrantes do conglomerado BMG ou de suas coligadas, fica facultada a opção pela remuneração relativa a um dos dois cargos.

**PARÁGRAFO NONO** – O Comitê de Auditoria deverá elaborar, ao final de cada exercício social, relatório sobre o acompanhamento das atividades relacionadas com as Auditorias Independente e Interna e com o Sistema de Controles Internos e de Administração de Riscos, encaminhando cópia ao Conselho de Administração e mantendo-o à disposição do Bacen pelo prazo mínimo de cinco anos. Nos mesmos termos, será elaborado relatório semestral, ao final do primeiro semestre de cada exercício social.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – O resumo do relatório do Comitê de Auditoria, evidenciando as principais informações, será publicado em conjunto com as demonstrações contábeis.





**DO COMITÊ DE REMUNERAÇÃO, PESSOAS E GOVERNANÇA**

**ARTIGO 34**

O Comitê de Remuneração, Pessoas e Governança com as atribuições e encargos previstos na legislação, será formado por até 6 (seis) membros efetivos, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, sendo um deles eleito o Presidente do Comitê, o qual necessariamente será membro do Conselho de Administração.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O Comitê de Remuneração, Pessoas e Governança reportar-se-á diretamente ao Conselho de Administração.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Pelo menos um dos integrantes do Comitê de Remuneração, Pessoas e Governança deverá ser membro Independente, caracterizando-se tal independência pelo mesmo conceito trazido no Parágrafo Segundo do Artigo 20 acima.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Os integrantes do Comitê de Remuneração, Pessoas e Governança deverão possuir a qualificação e a experiência necessárias para avaliar de forma independente a política de remuneração dos administradores da Companhia.

**PARÁGRAFO QUARTO** – São atribuições do Comitê de Remuneração, Pessoas e Governança:

- a) elaborar a política de remuneração dos administradores, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento; supervisionando a sua implementação e operacionalização, bem como efetuando a revisão anual, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento;
- b) exercer suas atribuições e responsabilidades junto às sociedades controladas pela Companhia que adotarem o regime de Comitê de Remuneração, Pessoas e Governança único;
- c) propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma prevista em lei;
- d) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a remuneração de administradores;

*[Handwritten signature]*





e) analisar a política de remuneração de administradores em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação às empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; e

f) zelar para que a política de remuneração dos administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e situação financeira atual e esperada da Companhia e com o que dispuser a lei e a regulamentação aplicável.

**PARÁGRAFO QUINTO** – O Comitê de Remuneração, Pessoas e Governança reunir-se-á:

a) no mínimo trimestralmente, para avaliar e propor a remuneração fixa e/ou variável dos administradores da Companhia e de suas controladas que adotarem o regime de Comitê de Remuneração, Pessoas e Governança único;

b) nos 3 (três) primeiros meses do ano, para avaliar e propor o montante global anual de remuneração a ser fixado para os membros dos órgãos de administração, a ser submetido às Assembleias Gerais da Companhia e das sociedades que adotarem o regime de Comitê de Remuneração, Pessoas e Governança único.

**PARÁGRAFO SEXTO** - A remuneração dos membros do Comitê de Remuneração, Pessoas e Governança será definida pelo Conselho de Administração.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – O Comitê de Remuneração, Pessoas e Governança deve elaborar, com a periodicidade e nos termos exigidos pela regulamentação vigente, documento denominado “Relatório do Comitê de Remuneração, Pessoas e Governança”.

#### **DA OUVIDORIA**

#### **ARTIGO 35**

A Companhia terá uma Ouvidoria, composta de 1 (um) Ouvidor, designado pelo Conselho de Administração, dentre pessoas que preencham as condições e requisitos mínimos para garantir seu bom funcionamento, devendo ter aptidão em temas relacionados à ética, aos direitos e defesa do consumidor e à mediação de conflitos, cujo prazo de mandato será de 3 (três) anos, que atuará em nome das Instituições integrantes do Conglomerado Financeiro BMG, assim entendidas como todas as entidades, sociedades e instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen cujo controle, na forma definida pelo Artigo 116 da Lei das S.A., seja da Companhia, de seus controladores. *may*







**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Caberá ao Conselho de Administração a destituição do Ouvidor nos termos da alínea "u" do Artigo 24 acima, que poderá destitui-lo na hipótese de descumprimento das atribuições previstas no presente artigo ou a qualquer tempo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A Ouvidoria terá como atribuições:

- a) prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário das instituições previstas no "caput" deste artigo;
- b) atuar como canal de comunicação entre as instituições previstas no "caput" deste artigo e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos;
- c) informar o Conselho de Administração das instituições previstas no "caput" deste artigo a respeito das atividades da Ouvidoria;
- d) zelar pela estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor;
- e) atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços;
- f) prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta, o qual não poderá ultrapassar 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação;
- g) encaminhar resposta conclusiva para demanda no prazo previsto;
- h) manter o Conselho de Administração das instituições previstas no "caput" deste artigo informado sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores das Instituições previstas no "caput" deste artigo para solucioná-los; e
- i) elaborar e encaminhar ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria Interna, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições.





**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A Companhia compromete-se a:

- a) criar condições adequadas ao funcionamento da Ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção; e
- b) assegurar o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de respostas adequadas às demandas recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A função de Ouvidor será desempenhada por pessoa do quadro administrativo da Companhia, com formação compatível e capacidade técnica para o melhor e mais adequado atendimento aos clientes e usuários, sendo que, nos termos da regulamentação, o Ouvidor não poderá desempenhar outra função na Companhia, exceto a de diretor responsável pela Ouvidoria.

**CONSELHO FISCAL**

**ARTIGO 36**

A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, composto de, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 5 (cinco) membros, e igual número de suplentes. A eleição, instalação e funcionamento do Conselho Fiscal, bem como os deveres e responsabilidades de seus conselheiros, atenderão às disposições legais pertinentes.

**ARTIGO 37**

Na oportunidade de instalação do Conselho Fiscal a Assembleia Geral disporá sobre a eleição dos membros do Conselho Fiscal e sobre a fixação de sua remuneração.

**CAPÍTULO VI**

**EXERCÍCIO SOCIAL E RESULTADOS**

**ARTIGO 38**

O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro, tendo a duração de 1 (um) ano.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Em 30 de junho e 31 de dezembro serão elaborados observadas as regras contábeis aplicáveis e com base na escrituração mercantil da Companhia, (i) o balanço patrimonial; (ii) a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; (iii) a demonstração do





resultado do exercício; (iv) a demonstração dos fluxos de caixa; e (v) a demonstração do valor adicionado.

#### **ARTIGO 39**

Do resultado apurado em cada exercício social serão deduzidos, antes de qualquer outra participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

#### **ARTIGO 40**

Após as deduções contempladas no artigo acima, o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

- a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei das S.A., serão destinados ao pagamento dos dividendos obrigatórios;
- c) uma parcela do lucro líquido, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências, nos termos do artigo 195 da Lei das S.A.;
- d) poderá ser destinada para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório;
- e) uma parcela não superior à diferença entre (i) 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das S.A. (incluindo, portanto, eventual destinação de parcela do lucro líquido para constituição de reserva para contingências) e (ii) a reserva indicada no item (d) acima, poderá ser destinada à formação de reserva para investimentos e capital de giro, que terá por fim custear investimentos para crescimento e expansão e financiar o capital de giro da Companhia, ficando ressalvado que o saldo acumulado desta reserva não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social da Companhia;
- f) a parcela remanescente do lucro líquido poderá ser, por proposta dos órgãos da administração, total ou parcialmente destinada à constituição de reserva para integridade do patrimônio líquido. Tal reserva tem por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Companhia e suas controladas e poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. O limite máximo desta reserva será de 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia.





reserva será de até 100% (cem por cento) do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros (excetuadas as reservas de lucros a realizar, as reservas para contingências e a reserva de incentivos fiscais), não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do valor do capital social; e

g) a Assembleia Geral poderá, por proposta do Conselho de Administração, destinar parcela dos lucros para constituição de reservas ou retenções previstas na lei ou neste Estatuto Social.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O dividendo obrigatório previsto na alínea (b) deste artigo não será pago nos exercícios em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Conforme deliberação da Assembleia Geral, o valor dos juros, quando pagos ou creditados, a título de juros sobre o capital próprio nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995 e legislação e regulamentação pertinentes, poderá ser imputado ao dividendo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – É facultado ao Conselho de Administração, conforme as normas gerais que definir, atribuir participação aos membros da Diretoria nos lucros da Companhia de até 10% (dez por cento) do resultado do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda, observadas as limitações previstas na Lei das S.A.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A participação aos administradores de que trata o parágrafo anterior constituirá antecipação do direito previsto pelo art. 7º, XI da Constituição da República, com cuja regulamentação a ele se ajustará.

#### **ARTIGO 41**

A Companhia, mediante deliberação do seu Conselho de Administração, poderá levantar balanços semestrais e com base nestes declarar dividendos intermediários, à conta do lucro apurado, de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A Companhia poderá, ainda, levantar balanço e dividendos em períodos menores, respeitado o limite legal. *may*





**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O Conselho de Administração poderá autorizar a distribuição de lucros aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio nos termos da Lei nº 9.249/95, em substituição total ou parcial dos dividendos intermediários cuja declaração é facultada neste artigo ou, ainda, em adição aos mesmos.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Os dividendos não reclamados dentro do prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, prescreverão em favor da Companhia.

### **CAPÍTULO VIII**

### **ALIENAÇÃO DE CONTROLE**

#### **ARTIGO 42**

A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto todas as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Para os fins deste artigo, entende-se por controle e seus termos correlatos o poder efetivamente utilizado por acionista de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A obrigação prevista no *caput* se aplica à alienação de controle por uma única operação ou por operações sucessivas.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A oferta pública de aquisição de ações deve observar as condições e os prazos previstos na legislação, na regulamentação em vigor e neste Estatuto Social.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A alienação direta ou indireta de controle da Companhia estará sujeita, ainda, à prévia aprovação do Bacen, nos termos da regulamentação aplicável.







#### **ARTIGO 43**

Em caso de alienação indireta de controle, o adquirente deve divulgar o valor atribuído à Companhia para os efeitos de definição do preço da oferta pública de aquisição de ações, bem como divulgar a demonstração justificada desse valor.

#### **CAPÍTULO IX**

#### **ARBITRAGEM**

#### **ARTIGO 44**

A Companhia, seus acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das S.A., neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Bacen e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 1, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Nível 1.

#### **CAPÍTULO X**

#### **DISSOLUÇÃO E LIQUIDACÃO**

#### **ARTIGO 45**

A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da assembleia geral ou nos demais casos previstos em lei.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Compete à assembleia geral estabelecer a forma de liquidação e nomear o liquidante ou liquidantes, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais. *proy*





## CAPÍTULO XI

### DISPOSIÇÕES FINAIS

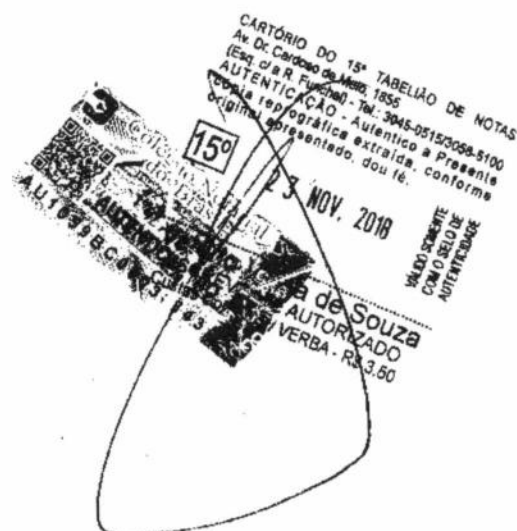
#### ARTIGO 46

As disposições contidas nos Capítulos VIII e IX, bem como as demais as regras referentes ao Regulamento do Nível 1 constantes deste Estatuto Social, somente terão eficácia a partir da data da publicação do anúncio de início da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia.

\*\*\*\*

São Paulo, 18 de outubro de 2018.

*Rogério F. M. M. M.*  
BANCO BMG S.A.





INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria De Benefícios  
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários  
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios  
Divisão De Consignações em Benefícios

**DESPACHO**

**Divisão De Consignações em Benefícios, na data da assinatura eletrônica.**

**Ref.:** Processo nº 35000.000374/2019-28.

**Int.:** BANCO BMG S.A.

**A s s .:** Apuração de irregularidades -  
Processo SEI/INSS n.º 35014.398192/2021-41.

1. Visto.
2. De ordem do Coordenador-Geral de Pagamentos e Gestão de Serviços Previdenciários (CGPGSP), Sr. Sérgio Cheque Bernardo, procedeu-se a unificação dos processos em trâmite no SEI/INSS desta DCBEN para fins de apuração administrativa de possíveis irregularidades cometidas pelo Banco BMG S.A. no Processo Principal SEI/INSS n.º 35014.398192/2021-41, **conclui-se** o presente processo no estado em que se encontra dada a anexação ao Processo Principal, sem prejuízo do andamento do referido processo apuratório, à luz dos normativos em vigor que regem a operacionalização de empréstimos consignados de beneficiários do RGPS.

*assinado eletronicamente*

**MÁRCIO LEVY BARBOSA DOS SANTOS**

Técnico do Seguro Social

Servidor colaborando na Divisão de Consignações em Benefícios  
DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN/INSS



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO LEVY BARBOSA DOS SANTOS, Técnico do Seguro Social**, em 05/11/2021, às 17:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?)



[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](#), informando o código verificador **5455137** e o código CRC **67A81139**.

---

**Referência:** Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35000.000374/2019-28

SEI nº 5455137